A PANDEMIA NA SOCIEDADE DE RISCO

PERSPECTIVAS DA COMUNICAÇÃO

organizadores

CILENE VICTOR
CIDOVAL MORAIS DE SOUSA

LUCIA SANTAELLA. ANA LUCIA MEDEIROS. AZAM JAFARI MALVAJERDI. ELISE AZAMBUJA SOUZA. GEANE CARVALHO ALZAMORA. HELENICE APARECIDA DE OLIVEIRA. JANINE MIRANDA CARDOSO. KALYNKA CRUZ-STEFANI. KÁTIA LERNER. MÁRCIA FRANZ AMARAL. PRISCILLA BRASIL. NAIARA ANDRADE REZENDE DA SILVA. TATIANA CLÉBICAR. ALESSANDRO REZENDE DA SILVA. ARQUIMEDES PESSONI. CARLOS UGO SANTANDER. GEORGIOS KOSTAKOS. LUIZ ALBERTO DE FARIAS. MAHDY YUSOFI. MASOUD ASADI. MASOUD KHORDECHI. MOHAMMAD NIROUMAND SARVANDANI. MOHSEN NAZARIFAR. PEDRO RUSSI. RAPHAEL UCHÔA. RICARDO ALEXINO FERREIRA. ROBERTO CHIACHIRI. SERGIO JOSÉ ANDREUCCI JUNIOR. STEVEN YOUNGBLOOD. THIAGO PASSARO. WERNER VASQUEZ VON SCHOETTLER.

Cilene Victor
Cidoval Morais de Sousa
(*Organizadores*)

A PANDEMIA NA SOCIEDADE DE RISCO

PERSPECTIVAS DA COMUNICAÇÃO

Campina Grande-PB
2021

Editora da Universidade Estadual da Paraíba
Cidoval Morais de Sousa | *Diretor*

Expediente EDUEPB
Erick Ferreira Cabral | *Design Gráfico e Editoração*
Jefferson Ricardo Lima Araujo Nunes | *Design Gráfico e Editoração*
Leonardo Ramos Araujo | *Design Gráfico e Editoração*
Elizete Amaral de Medeiros | *Revisão Linguística*
Antonio de Brito Freire | *Revisão Linguística*
Danielle Correia Gomes | *Divulgação*
Gilberto S. Gomes | *Divulgação*
Efigênio Moura | *Comunicação*
Walter Vasconcelos | *Assessoria Técnica*

Depósito legal na Biblioteca Nacional, conforme decreto nº 1.825, de 20 de dezembro de 1907.

P189
A pandemia na sociedade de risco: perspectivas da comunicação [Recurso Eletrônico]/ Organizadores: Cilene Victor; Cidoval Morais Sousa. – Campina Grande/PB: EDUEPB, 2021.
526p.

Recurso digital (4.3 MB)
Formato: ebook (PDF)
ISBN 978-65-87171-24-1

1. Comunicação de riscos. 2. Sociedade de riscos. 3. Covid-19. 4. Infodemia e desinformação. 5.Educação. 6. Novas mídias. 7. Jornalismo humanitário e de paz.

CDD 370
CDU 37.06

Ficha catalográfica elaborada por Heliane Maria Idalino Silva – CRB-15ª/368

Pandemia na sociedade de risco
Perspectivas da Comunicação

Cilene Victor
Cidoval Morais Sousa
(Organizadores)

Equipe

Rennan Andrade | *Projeto Gráfico e Editoração*
Diana Emidio | *Capa*
Lucas Siqueira | *Capa*
Marília Giselda Rodrigues | *Revisão linguística*
Isabella Pandolfelli | *Tradução*
Lillian Sanches | *Tradução*
Marília Reinato Carrera | *Tradução*
Renata Juliotti | *Tradução*
Daniel de Wit | *Tradução*
Fábio Emerenciano | *Tradução*

Autores

Alessandro Rezende da Silva
Ana Lúcia Medeiros
Arquimedes Pessoni
Azam Jafari Malvajerdi
Carlos Ugo Santander
Cidoval Morais de Sousa
Cilene Victor
Elise Azambuja Souza
Geane Carvalho Alzamora
Georgios Kostakos
Helenice Aparecida de Oliveira
Janine Miranda Cardoso
Kalynka Cruz-Stefani
Kátia Lerner,
Lucia Santaella
Luiz Alberto de Farias
Mahdy Yusofi
Márcia Franz Amaral
Masoud Asadi
Masoud Khordechi
Mohammad Niroumand Sarvandani
Mohsen Nazarifar
Naiara Andrade Rezende da Silva
Pedro Russi
Priscilla Brasil
Raphael Uchôa
Ricardo Alexino Ferreira
Roberto Chiachiri
Sergio José Andreucci Junior
Steven Youngblood
Tatiana Clébicar
Thiago Passaro
Werner Vasquez von Schoettler

Sumário

Agradecimentos

Este livro não teria sido possível sem o aceite das autoras e autores, colegas da academia que ao longo de mais de um ano e meio têm trabalhado para que as pesquisas e as aulas não parassem.

Ainda que diante de todos os desafios impostos pela pandemia da Covid-19 e as mudanças profundas que esse desconhecido tem causado no nosso modo de trabalhar, viver e se colocar no mundo, vocês enriqueceram este livro com valiosas contribuições. A todos os autores e autoras, o nosso muito obrigada.

Do mesmo modo, teria sido inviável produzir um livro em apenas seis meses se não contássemos com o trabalho primoroso e incansável de um grupo de colegas da tradução, revisão, arte e diagramação.

Pelo trabalho de altíssimo nível, nosso agradecimento à equipe de tradução formada por integrantes do grupo de pesquisa Jornalismo Humanitário e Media Interventions (HumanizaCom), vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Metodista de São Paulo, Isabella Pandolfelli, Lilian Sanches, Marília Reinato Carrera, Renata Juliotti e Daniel de Wit. Ao tradutor Fábio Emerenciano, colaborador da Editora da Universidade Estadual da Paraíba (EDUEPB). Ao doutorando do PósCom Rafael Gonçalves pela cuidadosa revisão de uma das traduções.

Agradecimento à professora Dra. Marília Giselda Rodrigues pela revisão primorosa e atenta.

Nosso muito obrigado ao fotojornalista, documentarista e artista gráfico, membro do HumanizaCom e do Semio Humanitas, Lucas Siqueira, autor também do *teaser* de lançamento do livro, e à artista Diana Emidio, pela capa que tão bem traduz algumas cenas e momentos do nosso cotidiano na pandemia. Agradecimento à professora Dra. Kalynka Cruz-Stefani e ao professor Dr. Roberto Chiachiri pelas observações e contribuições para a capa.

Agradecimento ao designer gráfico Rennan Andrade pela proposta gráfica e pelo trabalho cuidadoso na diagramação deste projeto.

Nosso agradecimento especial à Editora da Universidade Estadual da Paraíba (EDUEPB) pela oportunidade da organização do livro.

Cilene Victor
Cidoval Morais de Sousa

Apresentação

A organização de um livro demanda muitos cuidados, responsabilidade, respeito e empatia entre todas as pessoas envolvidas. O cuidado já começa no momento em que o tema e a abordagem são definidos, passando pelos nomes que serão convidados para enriquecer a obra com suas contribuições. Esse mesmo cuidado é estendido ao diálogo com as autoras e autores, respeitando a liberdade de cada um na escolha do recorte e do aporte teórico e metodológico.

A responsabilidade, o respeito e a empatia foram a base do processo de produção deste livro. Compreender e respeitar a dificuldade de cada autor ou autora, fosse no cumprimento de prazos ou nas trocas constantes para alterações, sugestões e enxertos, permitiu a conclusão desta obra, que agregou 33 autoras e autores brasileiros e estrangeiros.

Quando tudo começou, em março deste ano, com a chamada por meio de carta-convite aos nomes que gostaríamos de ter neste livro, sabíamos, por experiência própria, que tínhamos muitos desafios para enfrentar, a começar pelo contexto totalmente atípico e aquém daquilo que o processo de produção intelectual, científica e acadêmica demanda.

Enquanto escrevíamos os nossos capítulos, o mundo à nossa volta demandava muito mais do que poderíamos conceber. A pandemia do novo coronavírus (SARS-CoV-2) já estava há um ano potencializando as tragédias humanitárias, aqui e em outras partes do mundo, fazendo o sofrimento humano alcançar um nível inimaginável. Os riscos se tornaram uma experiência cotidiana, materializando as discussões

e alertas presentes na obra Sociedade de Risco, escrita há 35 anos por Ulrich Beck e a grande fonte de inspiração para a produção deste livro.

No universo da ciência e da pesquisa, aprendemos que é sempre desafiador analisar um fenômeno em curso, que se movimenta com grande velocidade, intensidade e em várias direções. No entanto, a disposição para pensar, refletir e escrever sobre a pandemia resultou nesta obra que apresentamos agora.

Inicialmente, a proposta era um tributo a Ulrich Beck e à sua Sociedade de Risco por meio da conexão e do diálogo entre as diversas áreas do conhecimento, especialmente a sociologia e a filosofia política, mas à medida que discutíamos a proposta do livro, dos nomes que não poderiam faltar, entendemos que o nosso tributo teria a comunicação como o seu ponto central. Foi aí que nasceu *A Pandemia na Sociedade de Risco – perspectivas da comunicação*, composto por 20 capítulos.

Na capa do livro, adotamos a ordem alfabética, iniciando pelo nome das autoras e depois dos autores. E para reconhecermos o legado de Lucia Santaella, uma das mais importantes estudiosas, professoras, pesquisadoras e intelectuais da área da Comunicação, grafamos primeiro o seu nome antes da ordem alfabética. Uma singela demonstração da nossa admiração e respeito por sua luta incansável em prol da ciência e do conhecimento em um país que se vê diante da intensa descredibilização de sua comunidade acadêmica e científica.

A ordem dos capítulos tenta promover uma conexão entre as discussões propostas, ainda que o objeto central, a

pandemia na perspectiva da comunicação, esteja em um movimento constante, o que dificulta ainda mais esse trabalho. O objetivo, portanto, dentro do possível, foi manter um diálogo harmonioso entre os autores, autoras e suas reflexões, discussões e análises.

O livro começa com o capítulo *Três faces da educação na pandemia brasileira*, assinado pela professora Lucia Santaella, do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Semiótica, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. O trabalho tem o objetivo de explorar como reagiu e se reconstituiu ou não foi capaz de se reconstituir cada uma das principais faces relativas aos processos de ensino e aprendizagem no contexto brasileiro: a face da docência, a face das mediações tecnológicas e, por fim, a face dos estudantes.

Na mesma direção de Santaella, o professor iraniano Mahdy Yusofi, da Universidade Islâmica Azad de Qom, localizada na cidade de Qom, Irã, propõe uma discussão sobre a educação no cenário da pandemia, chamando a atenção para a relação docente e discente em um momento marcado pela presença das tecnologias da comunicação. O resultado está no seu capítulo intitulado *Uma mudança inesperada nas aulas presenciais para o virtual - Dilemas e lições das aulas pós-Covid-19 no Irã*. Em *Covid-19 nas mídias: sentidos e afetos em novas formas de sociabilidade*, título do terceiro capítulo, assinado por Kátia Lerner, Janine Miranda Cardoso e Tatiana Clébicar, pesquisadoras da Fundação Oswaldo Cruz, o tema do afeto e da sociabilidade volta a pontuar a discussão sobre a presença da pandemia nas nossas vidas, com ênfase na atuação das mídias.

Georgios Kostakos, diretor da Foundation for Global Governance and Sustainability (FOGGS), sediada em Bruxelas, na Bélgica, discorre sobre o papel das novas narrativas e das instituições na sociedade que ele passou a chamar de Polycrisia. Essa proposta de Kostakos, que marca a discussão do quarto capítulo, intitulado *Sobre narrativas e instituições no estado de Polycrisia,* dialoga com as *Inferencias en Pandemia - "una fragmentación anunciada",* de autoria do professor Pedro Russi, do Centro Universitario Regional Litoral Norte (CENUR LN), da Universidad de la República (UdelaR), Paysandú, Uruguai. De maneira cuidadosa, Russi percorre o conceito de sociedade de risco de Beck no momento em que o mundo assistia as tragédias da pandemia se sobrepondo aos riscos.

O tema da ansiedade e sua conexão com as mídias sociais, um das facetas mais preocupantes da pandemia, é abordado no capítulo seis, *Ansiedade em relação à morte, estratégias de regulação emocional e qualidade de vida entre adultos iranianos durante a pandemia de Covid-19: um estudo transversal de acordo com características demográficas*, escrito pelos professores Masoud Asadi e Mohsen Nazarifar, ambos do Departamento de Psicologia e Aconselhamento, da Arak University, em Arak, no Irã, e Mohammad Niroumand Sarvandani, da Escola de Medicina da Shahroud Medical University, em Shahroud, no Irã.

Alinhado ao que chamamos de ampliação social dos riscos, neste caso pela desinformação e infodemia, está o capítulo sete, assinado pela professora Geane Carvalho Alzamora, do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais. Intitulado *Fixação de*

crenças em torno de desinformação no contexto da infodemia, o capítulo aborda em profundidade o tema da desinformação, uma das principais preocupações não apenas durante, mas também no pós-pandemia. Nessa mesma direção e profundidade está o trabalho de Ana Lúcia Medeiros, doutora em Comunicação pela Universidade de Brasília (UnB) e Université de Rennes-1, autora do capítulo *Para além de fake news: os complexos processos desinformativos em tempos de pandemia*.

Em *O status social da pandemia de coronavírus na perspectiva dos meios de comunicação na sociedade iraniana*, título do capítulo nove, os professores Azam Jafari Malvajerdi, do Young Education Research Center District, e Masoud Khordechi, do Behineh Gostar Knowledge-Based Company, em Teerã, Irã, apresentam um universo que desafia o papel e o desempenho da mídia na formação de uma opinião pública lúcida e preparada para tomar decisões conscientes sobre sua própria vida. Essa discussão encontra eco no capítulo dez, *Semiótica humanitária: Jair Bolsonaro e a Covid-19*, do professor e diretor da Cátedra UNESCO/UMESP de Comunicação, da Universidade Metodista de São Paulo, Roberto Chiachiri. O pesquisador apresenta um cenário semelhante, onde as violações perpetradas pelo chefe de Estado configuram uma ameaça não apenas à mídia, mas à sociedade que depende do livre acesso à informação de qualidade e responsável.

Ricardo Alexino Ferreira, do Programa Interdisciplinar de Pós-Graduação Humanidades, Direitos e outras Legitimidades, da Escola de Comunicação e Artes (ECA), da Universidade de São Paulo, tensiona o debate sobre a invisibilidade

do continente africano na mídia. Essa prática midiática, muito recorrente e que deve ser discutida e combatida na sua raiz, é o tema central do capítulo onze, intitulado *A invisibilidade midiática da África na pandemia da Covid-19 - Uma análise em perspectivas etnomidialógica, decolonial e necropolítica*. Em uma direção muito próxima, Steven Youngblood, professor e diretor fundador do Center for Global Peace Journalism at Park University in Parkville, Missouri, Estados Unidos, autor do capítulo doze, intitulado *A Cobertura da Covid 19 e a solução do Jornalismo de Paz*, apresenta algumas possibilidades de abordagem, amparadas nos preceitos do jornalismo de paz, para impedir a ampliação social decorrente de uma cobertura jornalística excludente ou promotora de conflitos não-construtivos.

O capítulo treze, *Jornalistas e a lesão moral na pandemia – comunicação de riscos antes do jornalismo humanitário e de paz*, assinado por Cilene Victor, professora do Programa de Pós-graduação em Comunicação Social da Universidade Metodista de São Paulo e da Faculdade Paulus de Comunicação, aborda como a falta de ações de comunicação de riscos para garantir a proteção dos profissionais da mídia compromete tanto a sua saúde física, mental e emocional, como impede que eles tenham condições mínimas para a prática do jornalismo humanitário e de paz, sobretudo em cenários como o da Covid-19.

Márcia Franz Amaral e Elise Azambuja Souza, ambas do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), assinam o capítulo *Jornalismo, fontes científicas e controvérsias na fabricação das incertezas*, no qual apresentam uma reflexão sobre o processo de

legitimação de controvérsias e os limites e potencialidades na produção de uma narrativa que contribua para a redução dos riscos, considerando para isso a atuação do jornalismo na pandemia. No mesmo contexto, a professora da Faculdade de Comunicação, da Universidade Federal do Pará, em Belém, Kalynka Cruz-Stefani, autora do capítulo quinze, *Complexidade versus pós-verdade na pandemia - Um chamado à razoabilidade*, mergulha no universo da complexidade para abordar uma realidade que tem desafiado as diversas instituições sociais, entre elas a mídia.

Arquimedes Pessoni, da Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS), e Thiago Passaro, da Universidade de São Paulo (USP), assinam o capítulo dezesseis, intitulado *A pandemia e a sociedade de risco na mira da Intercom: análise dos artigos do congresso nacional 2020*. Os autores apresentam um levantamento amplo e uma análise cuidadosa da produção científica no campo da comunicação, submetida ao congresso Intercom, que, de forma direta ou indireta, abordou a temática dos riscos no contexto da pandemia.

No capítulo dezessete, *Quando as saídas estão no próprio labirinto: a comunicação dos riscos em saúde*, Cidoval Morais de Sousa, da Universidade Estadual da Paraíba, reflete sobre a comunicação em saúde no contexto da sociedade de risco e, para isso, toma como referência empírica a emergência de saúde pública internacional em função da propagação do vírus Zika, especialmente na sua associação com a microcefalia, e a pandemia da Covid-19.

Assinado por Werner Vasquez von Schoettler, do Departamento de Comunicação e Relações Internacionais, da Facultad Latino Americana de Ciencias Sociales (Flacso), do Equador, Helenice Aparecida de Oliveira, do Departamento de Linguística, da Universidade de Brasília (UnB), Naiara Andrade Rezende da Silva, do Departamento de Ciências Sociais, da Universidade de Brasília (UnB), Carlos Ugo Santander, do Departamento de Ciências Sociais, da Universidade Federal de Goiás (UFG), e Alessandro Rezende da Silva, do Instituto Superior de Ciências Sociais (ISCP), em Brasília, o capítulo dezoito, *O final dos outros: Covid-19, meios de comunicação e risco societal*, faz uma leitura crítica e atualizada do conceito de sociedade de riscos, fundamentada em Beck e ampliada com outros autores, tendo como ênfase o cenário da pandemia e o papel social dos meios de comunicação.

Para além das Ruínas do Desenvolvimento, de Priscilla Brasil, pesquisadora do Programa de Pós-Colonialismos e Cidadania Global, do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, Portugal, e Raphael Uchôa, da Darwin College, da University of Cambridge, Reino Unido, traduz a percepção de que ao ignorarmos o conhecimento dos povos tradicionais, como tem ocorrido no cenário da Amazônia, perdemos a chance de ampliarmos o entendimento do pós-pandemia.

No capítulo 20, *Risco em comunicação: a identidade como precursora da gestão de riscos e consolidação da reputação,* Luiz Alberto de Farias, do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, da Universidade Metodista de São Paulo, e da Escola de Comunicações e Artes, da Universidade de São

Paulo, e Sergio José Andreucci Junior, do curso de Relações Públicas da Faculdade Cásper Líbero, em São Paulo, abordam a temática do livro na perspectiva das organizações, acentuando que uma gestão bem-sucedida dos riscos deve considerar a identidade das instituições no processo de consolidação da reputação - uma das condições primárias para uma gestão de riscos transparente e de credibilidade.

Esta breve apresentação dos capítulos, resultado de um trabalho cuidadoso de pesquisadoras e pesquisadores brasileiros e estrangeiros, tenta traduzir a essência do livro, compreendida na importância, no compromisso e no papel social da comunicação para o enfrentamento da pandemia e a adaptação ao pós-pandemia.

Cilene Victor
Cidoval Morais de Sousa

Três faces da educação na pandemia brasileira

Lucia Santaella
Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Semiótica
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, SP, Brasil
E-mail: lbraga@pucsp.br

Introdução

Não houve campo da vida humana, área, esfera de atividade, mundo exterior e interior que tenha ficado imune aos impactos, pressões, tensões, medos e dores provocados pela pandemia, especialmente em um país em que imperam tremores políticos e, portanto, um país ontologicamente em risco. Este capítulo está voltado para o campo da educação, o qual, sem as tecnologias vigentes de comunicação teria sido paralisado, pois estaria privado de suas necessárias mediações. A educação é o setor no qual a capacidade adaptativa humana deve dar o seu recado magno, pois é justamente o setor em que estão envolvidos seres humanos em formação cognitiva e psíquica, em um processo que não prevê interrupções, sob pena dos danos que quaisquer tipos de hiatos têm o potencial de provocar. Para examinar a questão em alguns de seus ângulos principais, este capítulo trabalhará a questão em três faces: a dos docentes, a das mediações tecnológicas e a dos efeitos provocados nos educandos.

A face dos docentes

Todos nós, educadores, fomos, de uma forma ou de outra, de modo mais brando ou mais intenso, atropelados pela pandemia. Atropelados de modo brusco e abrupto, pois, de um dia para o outro, vimo-nos situados em pleno decreto de isolamento, diante da condição incontornável de interrupção de todas as atividades fora dos muros de nossas casas. Mas somos professores. Lidamos diretamente com seres humanos em processo de aprendizagem e de formação. A interrupção desse processo é, por princípio, impensável. Como reagimos a isso e em que condições, cada um de nós tem uma história para contar. Essa história depende de muitas variáveis. Qual o nível de ensino em que atuamos? Para quais classes sociais servimos? Em que região do mundo e, no nosso caso, do Brasil nos situamos? Quais são os recursos de que dispõe cada uma dessas regiões? Enfim, dificilmente uma história será igual à outra. Deve haver uma miríade de histórias. Não obstante cada uma delas tenha sua relevância própria no imenso tecido de experiências educacionais para serem relatadas, não irei dedicar este capítulo ao relato de minha própria história. Prefiro alargar minha experiência em reflexões mais amplas que sejam capazes de trazer alguma contribuição para o enriquecimento de nossa memória com os ensinamentos que puder trazer para o presente e o futuro.

Começo com o primeiro alargamento que tive ocasião de experimentar sobre processos educacionais sob impacto da pandemia, quando, em outubro de 2020, recebi o pedido de prefaciar um livro, que estava sendo organizado por

Adilson Habowski e Elaine Conte (2020), do qual constavam descrições, análises e avaliações de experiências de ensino-aprendizagem em condições de pandemia de autorias de professores provenientes das mais variadas regiões do Brasil e relativas aos mais diversos níveis de ensino. Sinto-me privilegiada por ter podido tomar conhecimento desse amplo leque de relatos, todos eles sobretudo corajosos e generosos na resistência que demonstram no enfrentamento de adversidades das mais diversas ordens em prol da garantia admirável da continuidade do ensino e da aprendizagem. Depois da leitura dos 29 relatos, não tive dúvida quanto a dar ao meu texto o título de "A aprendizagem não pode parar" (SANTAELLA, 2020). Tomo a liberdade de repetir aqui alguns trechos desse texto, como se segue.

A aprendizagem é o gerador do conhecimento. Sem o esforço e a entrega que a aprendizagem exige, o conhecimento estaria fadado à estagnação. Desde tempos imemoriais, a aprendizagem depende da transmissão. Mesmo quando ainda não eram chamados de professores, os transmissores eram aqueles que, com os meios e com as visões de mundo que o seu tempo lhes disponibilizava, passavam a memória do conhecimento para as gerações mais jovens, garantia da continuidade da sociedade em que viviam.

Existe hoje um certo consenso entre especialistas de que o cérebro humano tem uma natureza plástica, quer dizer, cérebro que continua, não importa a passagem do tempo, aberto à imersão na aprendizagem. Entretanto, cérebros em estado de abertura ávida à aprendizagem são aqueles das

crianças e dos jovens. Essa é uma das razões, entre muitas outras, que a formação educacional foi se tornando cada vez mais imperiosa desde que o conhecimento se tornou laico e deu início à sua demanda expansiva até dar atualmente nas sociedades contemporâneas hipercomplexas que devem ter na educação sua mola de desenvolvimento. Não são poucos os exemplos de países que superaram muitas de suas contradições por meio de prioritário investimento político, econômico e cultural em educação.

Infeliz e lamentavelmente esse não é o caso do Brasil. Continuamos à espera de uma perspectiva saudável de futuro, em que a educação possa assumir o papel preponderante que lhe deveria caber. Foi nesse cenário de carência endêmica, desconhecido ou ignorado apenas por aqueles que se mantêm de olhos fechados, que nos vimos instalados na pandemia, agora, inclusive, rebatizada de sisdemia (a síndrome da pandemia), do fatídico ano de 2020 que se estende por 2021, ainda com mais intensidade e que, neste país, fadado ao risco intermitente, pôs fundo o dedo na ferida de uma série de crises, até então dissimuladas, agora interrelacionadas: crise sanitária, social, política, econômica e, como não poderia deixar de ser, educacional.

Da noite para o dia, nós professores, dormimos instalados no hábito das nossas tarefas presenciais e acordamos sob o decreto do isolamento, fechados entre nossas paredes. O que fazer? Parar, impossível. Seria perto de um crime contra as crianças e os jovens, em quaisquer níveis de ensino. A aprendizagem não pode parar. Aprender é preciso, em quais-

quer circunstâncias. Mas aprender existe no binômio do ensinar, do diálogo, da troca, do encorajamento e da inspiração.

Hoje, aquele que ensina se chama professor. O que é ser professor? É uma profissão. De fato, uma profissão a seu modo e que depende do nível de reconhecimento que cada cultura no tempo e no espaço lhe dá. É também uma missão, talvez por isso, distinta de outras formas de trabalho. Missão voltada para o crescimento do outro, alimentada por empatia, solidariedade, compartilhamento, doação, simpatia, paciência e compreensão. Esses são ingredientes na composição dessa prática, sem os quais a prática perderia todo o sentido que faz dela o que é. Ser professor, contudo, e esse é o seu grande segredo, é uma paixão, e como toda paixão, mais sentida do que explicável, nasce e se mantém em função de uma atração irresistível por uma prática que não apenas dispensa, mas expulsa qualquer forma de egoísmo. Uma prática voltada para a alteridade do outro. O outro na singularidade do seu ser. Singularidades que se definem no coletivo, sem que sejam perdidos os traços irredutíveis de cada um.

Nunca tanto quanto agora devemos celebrar a resistência, mais que isso, a resiliência do professor. Não apenas no Brasil, em outros países também, mas no Brasil, sempre no enfrentamento de adversidades indescritíveis, a pandemia, com tudo que ela trouxe de temores, dores, dúvidas, ansiedades, angústias e incertezas, não levou os professores a cederem ou se afastarem um dedo de seus papeis. Enfrentaram o touro a unha. Certamente, aqueles que já tinham seus sistemas de alerta ligados no mundo digital tomaram uma diantei-

ra exemplar. Mas, em tempo recorde, mesmo aqueles que não dispunham de familiaridade com os meios digitais, buscaram um caminho para continuar, para encontrar uma fenda na realidade adversa por onde passar a voz da transmissão, ponto de encontro entre quem ensina e quem aprende, muitas vezes em trocas reversas.

Em um contexto insalubre, à beira do colapso, confusões no Ministério da Saúde repercutindo em todos os outros âmbitos e certamente caindo meteoricamente também na Educação, veste como uma luva a frase que costumo repetir de que, para ser professor neste país, é preciso ter um certo parentesco com os bêbados, os loucos e os santos. Embora em situações mais habituais a frase pudesse soar como uma hipérbole, exagero retórico, ela encontrou sua exatidão em tempos de pandemia.

No prazo de horas ou poucos dias, possíveis ferramentas e meios começaram a ser vasculhados e suas aplicações, viabilidade e adaptações à diversidade de contextos, avaliadas. Em muito pouco tempo, soluções emergenciais do universo digital vieram à tona, cada uma escolhida de acordo com as circunstâncias e disponibilidade: Moodle, Teams, Zoom, Meet e até mesmo o Whatsapp. A aprendizagem não pode parar, esse é o mote. Nas instituições mais privilegiadas, instaurou-se um cenário de apoio, em outras, entretanto, a luta se deu a ferro e fogo. Muitas vezes aos trancos e barrancos, outras vezes tropeçando, improvisando, mas sempre aprendendo e adaptando-se para poder ensinar, professores, com a potência de suas vontades, puseram e continuam pon-

do, de algum modo, suas imagens e vozes no ar porque, para cada qual e para o bem coletivo, a aprendizagem não pode parar. Há algo de heroico nisso, não o heroísmo das grandes celebrações, mas o heroísmo pautado no cotidiano de uma missão que se cumpre na seiva da dedicação sincera.

O livro que prefaciei é precioso porque desenha e cartografa situações educacionais diferenciadas vividas no contexto brasileiro da pandemia. Trata-se de uma coletânea de artigos escritos por educadores que pegaram o pássaro no ar, ao registrar, analisar e avaliar as ações educativas resilientes, obstinadas na sua missão de fazer chegar ao seu destino a palavra, os grãos das vozes do ensino enquanto ainda caem sobre a realidade as sombras do voo do Covid-19.

O livro é composto por textos exemplares de situações educacionais vividas e localizadas em distintas partes do país. Que caminhos e soluções foram encontrados, entre falhas e superações, sempre na busca da continuidade. Não apenas isso, que, aliás, já seria muito, o livro está também pontilhado de textos mais reflexivos e críticos. Os meses transcorridos trouxeram às nossas telas comentários de educadores chamando atenção para o fato de que ensino emergencial, com todos os improvisos que ele traz, não pode ser confundido com o ensino planejado e sistematizado da Educação a Distância. Não creio que aqueles que estão praticando o ensino remoto, como educadores que são, tenham deixado de tomar consciência dessa diferença, de fato, relevante. Mas a emergência, como o próprio nome diz, tem a função de dar conta de uma situação sob o signo do improviso às custas do esfor-

ço e luta pela sobrevivência de uma condição que precisa ser conservada, não obstante suas falhas e limites.

Também chegaram a nós comentários e mesmo estudos sobre a sobrecarga psíquica e física provocada pela ausência da presença corpo a corpo em uma conjuntura educacional. De fato, entre a presença remota, que é uma presença paradoxal, metonímica, da parte pelo todo, e a presença plena do estar com o outro nas vicissitudes do aqui e agora, interpõem-se distinções semióticas cruciais. Na comunicação presencial, face a face, mesmo que a uma distância de dois ou três metros, vários canais perceptivos entram em ação, pois estão também agindo vários sistemas de signos: olhar, paisagens do rosto, tensão ou distensão da postura corporal, gestualidade, timbre, entonação e volume da voz, ritmo e cadência da fala em sincronia com a corporalidade, prontidão ou lentidão reativa etc.

Enfim, o que se tem aí, no calor da presença, é um concentrado turbilhão de signos e sinais que, inclusive, acionam reações afetivas e emocionais. Na situação *online*, tudo isso fica reduzido à imagem enquadrada em um caixote visual e à voz maquinal, às vezes ou uma ou outra. Isso aumenta a tensão comunicacional porque a naturalidade do enxame semiótico, que funciona de modo intuitivo e sincrônico, fica, até certo ponto, perdida. Contudo, de uma forma ou de outra, o alvo a não se perder de vista é que processos de ensino-aprendizagem, sempre sagrados para a continuidade da vida inteligente, não devem cair no vazio.

A face das mediações tecnológicas

Segundo Minon (2021, p. 15-16), com o isolamento social provocado pela Covid-19 as tecnologias digitais tornaram-se mediações cruciais para a mitigação dos danos. A Internet tornou-se, assim, indispensável para garantir "a comunicação, o acesso à informação, o comércio eletrônico, a prestação de serviços públicos – incluindo aqueles relacionados ao combate ao novo coronavírus –, a telemedicina, o trabalho remoto, o ensino a distância e a fruição cultural." Entretanto, tornaram-se também mais evidentes as disparidades no acesso e no uso da rede, indicando as limitações na apropriação dos potenciais benefícios da internet por parte das parcelas mais vulneráveis da população.

Embora tenhamos lido ou ouvido menções a essas limitações, dados confiáveis baseados em pesquisa nos são fornecidos pelo Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br), departamento do Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br), ligado ao Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br), que implementou, em caráter extraordinário, o Painel TIC COVID-19, uma pesquisa experimental com usuários de internet, realizada por meio de um painel web complementado por entrevistas telefônicas. Foram realizadas três edições, dedicadas a vários módulos temáticos, entre eles, aquele que aqui nos interessa, o módulo sobre ensino remoto.

A emergência sanitária provocou o fechamento das escolas em todo o território nacional, com grandes impactos na continuidade dos processos de ensino e de aprendizagem. As

aulas, ministradas de forma remota, foram transferidas para os domicílios de estudantes e professores, graças aos recursos digitais que passaram a ser os principais meios de interação entre as escolas e as famílias. A partir de março de 2020, algumas redes de ensino adotaram como estratégias transmissões televisivas e radiofônicas, a entrega de materiais impressos e o uso de meios digitais, como aplicativos, redes sociais e plataformas virtuais.

> Quatro meses depois do início da adoção das primeiras estratégias de ensino remoto, foi aprovada a Lei n. 14.040/2020, com o objetivo de definir normas excepcionais a serem implementadas por escolas e universidades como parte das medidas de enfrentamento à pandemia. Além de propor a reorganização do calendário escolar, com a possibilidade de extensão das atividades do ano letivo de 2020 para 2021 e a desobrigação de cumprimento dos dias letivos estabelecidos pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei n. 9.394/1996), a nova lei abriu a possibilidade de que as aulas continuassem a ocorrer integralmente ou parcialmente por meio de iniciativas não presenciais (TIC COVID-19, p. 80).

A pandemia tornou cristalinamente clara a heterogeneidade de condições vivenciadas pelos estudantes para a realização de atividades educacionais e, em especial, as desigualdades de acesso e uso das tecnologias digitais. Isso deveria funcionar como sinal crucial de alerta às políticas educacionais para a efetivação do direito de acesso à educação, principalmente

considerando o prolongamento das atividades baseadas em ensino híbrido ou totalmente remoto durante o ano de 2021.

O Painel TIC COVID-19 apontou que 50% dos usuários de Internet com 16 anos ou mais e com grau de instrução até o Ensino Fundamental utilizaram a rede nos três meses anteriores à pesquisa para a realização de atividades escolares, enquanto o percentual era de 24% na população de referência da TIC Domicílios 2019. No ensino médio, o aumento passou de 39% a 52%. Houve também crescimento na proporção dos usuários com Ensino Médio que realizou tais atividades, passando de 39% para 52%. Nas classes AB, a realização dessas atividades já era reportada por mais da metade da população de referência da TIC Domicílios 2019, mantendo-se estável de 53% para 56% na pandemia. Alunos dessa classe, com 16 anos ou mais, fizeram cursos a distância (de 16% para 35%) e também utilizaram a rede para estudar por conta própria (de 45% para 57%). De acordo com o TIC COVID-19 (ibid., p. 81):

> Essas iniciativas podem ter sido impulsionadas pela implementação de estratégias de ensino remoto em todos os níveis de ensino ou pela necessidade de maior qualificação profissional diante das mudanças na economia e no mercado de trabalho". [...] Os cursos mais reportados foram aqueles relacionados à formação ou ao aperfeiçoamento profissional (71%), seguidos dos cursos de entretenimento ou lazer (44%) e de idiomas (40%). Destaca-se o fato de os cursos de formação ou aperfeiçoamento profissional terem sido os mais citados por usuários de todos os estratos sociais.

Cerca de um terço dos usuários de Internet com 16 anos ou mais (32%) frequentava escola ou universidade no momento da coleta dos dados, proporção maior na faixa etária de 16 a 24 anos (55%), com Ensino Superior (39%) e pertencentes às classes AB (40%). Entre os frequentadores de escola ou universidade, 69% estudavam em instituições públicas e 31% em instituições particulares. Entre esses usuários das classes C e DE, grande parte estudava em instituições públicas (78% e 83%, respectivamente), sendo que apenas 22% dos da classe C e 17% dos das classes DE estudavam em instituições particulares. 87% dos usuários de Internet com 16 anos ou mais que frequentavam escola ou universidade afirmaram que a instituição onde estudam ofertou aulas ou atividades educacionais remotas, proporção maior entre os que estudavam na rede privada (96%) do que na rede pública (84%).

A porcentagem de acompanhamento das atividades remotas decai na medida mesma em que decai a classe social: nas classes AB (89%), nas classes C (80%) e DE (71%). Também foi maior entre aqueles com Ensino Superior (88%) e Ensino Médio (85%) do que entre aqueles que possuem até o Ensino Fundamental (75%). Além disso, a transição para o acesso remoto foi mais facilitado em instituições nas quais atividades e atendimento aos estudantes a distância já existiam. Os dados ainda revelam que, antes da pandemia, grande parte dos usuários de Internet com 16 anos ou mais que frequentavam escola ou universidade (74%) participavam de cursos presenciais, sendo que apenas 15% frequentavam cursos hí-

bridos e 12% cursos totalmente a distância. Isso indica que a maioria dos estudantes não tinha experiência prévia com o desenvolvimento de atividades remotas.

A necessidade de buscar emprego (56%), de cuidar da casa, dos irmãos, filhos ou de outros parentes (48%) e a falta de motivação para assistir às aulas (45%) estavam entre os motivos citados em maiores proporções pelos usuários de Internet com 16 anos ou mais que não acompanharam aulas ou atividades ofertadas pelas instituições de ensino. Nas classes AB que não participaram das atividades remotas, 43% afirmaram não acompanhar as aulas por não conseguir ou não gostar de estudar a distância, 38% porque precisam cuidar da casa, dos irmãos, filhos ou outros parentes e 35% porque não sentem motivação para assistir às aulas. Entre os das classes DE, os principais motivos apontados foram a necessidade de buscar um emprego (63%), cuidar da casa, dos irmãos, filhos ou outros parentes (58%) e a falta de equipamentos para acessar as aulas (48%). Acresce-se a isso a falta de condições financeiras para pagar pelo curso.

De fato, a pandemia COVID-19 teve grande impacto em diversos setores econômicos, e muitos jovens podem ter deixado de estudar para buscar atividades profissionais e auxiliar no sustento das famílias. Ademais, as desigualdades de acesso dos estudantes a dispositivos conectados são marcantes: três quartos dos usuários de Internet com 16 anos ou mais das classes DE (74%) acessavam a rede exclusivamente pelo telefone celular, percentual que era de 11% entre os usuários das classes AB. Enquanto 70% dos usuários de Internet com

16 anos ou mais das classes AB que frequentam escola ou universidade utilizaram um computador portátil, como um notebook, e 46%, um computador de mesa, as proporções caíram para 32% e 19%, respectivamente, entre os usuários da classe C, e para 12% em ambos os dispositivos entre aqueles das classes DE.

Devido ao uso intenso do dispositivo móvel, algumas redes de ensino, especialmente as estaduais, firmaram acordo com operadoras de Internet móvel para ofertar acesso subsidiado aos estudantes durante a pandemia, seja pela gratuidade de acesso a determinados aplicativos, seja pela distribuição de chips com acesso à rede. Essa condição deve não apenas ser mantida, mas ampliada no ano de 2021, especialmente no caso de alunos que não possuem acesso aos recursos digitais disponibilizados pelas secretarias.

Indicadores relativos às crianças foram também recolhidos pela pesquisa. Com o fechamento das escolas e o contato de crianças e adolescentes com educadores e demais atores se dar de forma remota, os familiares passaram a concentrar a responsabilidade pelo acompanhamento da rotina de atividades de aprendizagem dos estudantes no domicílio. Com isso, as medidas de adaptação ao período de distanciamento social impuseram novos desafios aos pais ou responsáveis na mediação das atividades on-line de seus filhos ou tutelados. As redes estão pontilhadas de testemunhos de mães, especialmente aquelas que também continuaram a trabalhar de forma remota, em relação à sobrecarga de trabalho que recaiu sobre seus ombros.

> Do total de usuários de Internet com 16 anos ou mais, dois quintos (41%) reportaram residir em domicílios com crianças ou adolescentes entre 6 e 15 anos. Grande parte desses usuários reside com crianças e adolescentes que estudam em escolas públicas (78%), pouco menos de um quinto (18%) reside com crianças ou adolescentes que estudam em escolas particulares e 3% residem com crianças ou adolescentes que estudam tanto em escolas públicas quanto particulares. [...] Entre aqueles que residem com crianças e adolescentes com idade entre 6 e 15 anos e que estudam em escolas públicas, 86% declararam que os estudantes participaram de aulas ou atividades educacionais remotas durante a pandemia COVID-19. A proporção foi um pouco maior (90%) entre os que residiam com crianças e adolescentes matriculados em estabelecimentos particulares. [...] Os principais recursos utilizados pelas crianças ou pelos adolescentes para acompanhamento de atividades remotas foram o website da escola, as redes sociais ou as plataformas de videoconferência, tanto para os matriculados em escolas particulares (81%) quanto públicas (63%). Aplicativos da escola ou da Secretaria de Educação (57%) e materiais impressos (53%) foram os mais utilizados pelos alunos de 6 a 15 anos matriculados em escolas particulares. Para alunos de 6 a 15 anos da rede pública, o uso de materiais impressos foi citado com frequência maior (57%) do que aplicativos da escola ou da Secretaria de Educação (50%) (ibid. p. 88).

Os dados estão aí e com dados não se discute nem se pode envolvê-los em retóricas mistificadoras que visam relativizar a sua verdade. Embora os dados falem por si, eles correspondem a esqueletos que precisam de carne para adquirir

seu pleno sentido. De fato, a segunda face, acima delineada, necessita da primeira face para que se complementem uma à outra. Pelos dados, é perceptível que o ensino médio e o superior conseguiram ser responsivos, graças à adaptabilidade tanto dos educadores quanto dos educandos. A partir disso, pode-se levantar a hipótese de que isso se deu porque alunos, que avançam nas etapas de ensino, são aqueles que estão mais equipados tanto tecnológica quanto socialmente. Esse não parece ser o caso do ensino básico e elementar que aqui serão apresentados como a terceira face da educação na pandemia, ou seja, aquela em que a verdadeira face de um país em risco se escancara.

A face dos educandos

No seu número de maio de 2021, a Revista Pesquisa FAPESP discutiu os estragos que o fechamento das escolas durante a pandemia provocou especialmente no ensino elementar das escolas públicas na América Latina e Caribe (Queiroz 2021). A discussão tomou como base análises desenvolvidas pelo Banco Mundial, pelo Centro de Aprendizagem em Avaliação e Resultados para o Brasil e a África Lusófona (Clear), vinculado à FGV-Eesp, sob encomenda da Fundação Lehman. Os dados levantados indicam uma situação tão calamitosa a ponto de quase nos tirar a fala.

Na América Latina e Caribe, cerca de 170 milhões de alunos foram afetados pelo fechamento das escolas por um período médio de 160 dias. Os reflexos disso na educação resultam em que a região pode registrar o segundo maior au-

mento da pobreza de aprendizagem do mundo. Isso significa que a criança chegará a dez anos de idade sem ser capaz de ler um parágrafo adaptado à sua idade. Se o nível de compreensão de um texto simples já era alto antes da pandemia, depois dela, o déficit de 51% deverá subir para 62%.

Os prognósticos para o próximo Pisa, estudo comparativo realizado a cada três anos pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, também são alarmantes. Considerando o fechamento das escolas por dez meses seguidos e "a eficácia moderada de estratégias de ensino a distância, quando puderam ser aplicadas, a parcela de estudantes abaixo dos patamares mínimos de proficiência estabelecidos pelo Pisa pode subir dos atuais 55% para 71%" (ibid., p. 19).

Evidentemente tudo isso afeta muito mais profundamente os alunos pobres a ponto de alguns deles concluírem o 9º ano com o nível de aprendizagem desejado para o 7º ano. A isso acresce-se a perspectiva, no Brasil, de que o abandono escolar pode subir a 15 pontos percentuais neste ano. Que a pandemia só veio intensificar uma condição já endêmica não deveria ser novidade para ninguém. Antes dela, 1,3 milhão de crianças e adolescentes em idade escolar não estavam matriculados em instituições de ensino. Segundo a Unicef, a partir de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), mais de 4 milhões de meninos e meninas deixaram de estudar na pandemia. Segundo Ítalo Dutra, chefe de educação da Unicef no Brasil, a exclusão atinge mais intensidade pretos, pardos e indígenas e populações do Norte e Nordeste

do país, além de grupos de nível socioeconômico baixo (ibid., p. 20).

Pesquisas ainda mostram que países com piores níveis de escolaridade são justo aqueles que mantiveram as escolas fechadas por mais tempo. No Brasil, entre março de 2020 e janeiro de 2021, foram 267 dias de interrupção. A FGV criou um indicador de mitigação de perda de aprendizagem para simular cenários. No pior deles, quando o ensino remoto é precário ou inexistente, "a pandemia pode fazer com que o nível de conhecimento dos estudantes na etapa final do ensino fundamental retroceda quatro anos em língua portuguesa e três anos na matemática", conforme a escala de aprendizagem do Saeb, sigla que se refere ao Sistema de Avaliação da Educação Básica, ou seja, um conjunto de avaliações externas em larga escala que permite ao Inep realizar um diagnóstico da educação básica brasileira e de fatores que podem interferir no desempenho do estudante.

Mesmo em São Paulo, o Estado mais rico da Federação, quase 1 milhão de crianças e jovens permaneceu sem acesso a atividades remotas, problema que afetou prioritariamente os bolsões de pobreza, sem acesso à conectividade e a dispositivos eletrônicos, como computador ou telefone celular. Certamente, como defende o prof. José Francisco Soares "o Saeb deve levar algo para as instituições de ensino, não apenas registrar e coletar informações" (ibid., p. 23).

De fato, coletar, registrar e divulgar dados e informações deveriam significar apenas a primeira etapa de um processo que precisaria avançar para além da frieza constatativa dos nú-

meros. É preciso elaborar projetos, testá-los em situações-piloto, avaliá-los, corrigi-los e, depois disso, buscar sua expansão. Uma das grandes feridas das instituições e seus efeitos especialmente na educação e na cultura no Brasil encontra-se na descontinuidade. Esse parece ser o princípio da autofagia brasileira. Quando se trata da educação, sua descontinuidade fere os princípios fundamentais dos direitos humanos, especialmente quando são avaliadas as suas consequências para o desenvolvimento da cidadania.

Considerações finais

Diante do quadro rotativo de três faces acima esboçado, não pode haver dúvida sobre o princípio adaptativo da educação, cujo papel principal coube aos docentes imbuídos do valor da continuidade de suas tarefas. As mediações tecnológicas, sem as quais tudo teria passado por um processo cabal de dissolução, na medida do possível e não obstante as desigualdades de acesso, também cumpriram o seu papel de justa complementaridade. Entretanto, o chão em que pisamos, para usar um eufemismo diante da crueza de nossa realidade, está pontilhado de vãos, falhas, buracos e mesmo abismos que tornam a adaptabilidade docente incompleta em um contexto mais amplo. É nesse momento que as palavras de ordem são política e geopolítica das quais se torna impossível escapar.

Referências

HABOWSKI, Adilson C.; CONTE, Elaine (orgs.). **Imagens do pensamento**: Sociedade hipercomplexa e educação remota. São Paulo: Pimenta Cultural, 2020.

QUEIROZ, Christina. Aprendizado em risco. **Pesquisa Fapesp**, ano 22, no. 303. São Paulo, p. 19-23, maio de 2021.

MINON, Marcio Nobre. Apresentação. **PAINEL TIC Pesquisa web sobre o uso da Internet no Brasil durante a pandemia do novo coronavírus**. COVID-19. Em https://www.cetic.br/media/docs/publicacoes/2/20210426095323/painel_tic_covid19_livro_eletronico.pdf. 2021. Acesso: 07/06/2021.

PAINEL TIC Pesquisa web sobre o uso da Internet no Brasil durante a pandemia do novo coronavírus. COVID-19. Em https://www.cetic.br/media/docs/publicacoes/2/20210426095323/painel_tic_covid19_livro_eletronico.pdf. 2021. Acesso: 07/06/2021.

SANTAELLA, Lucia. O conhecimento não pode parar. Em **Imagens do pensamento**: Sociedade hipercomplexa e educação remota. Adilson Cristiano Habowski e Elaine Conte (orgs.). São Paulo: Pimenta Cultural, p. 17-23, 2020.

Uma mudança inesperada nas aulas presenciais para o virtual: dilemas e lições das aulas pós-Covid-19 no Irã

Mahdy Yusofi
Islamic Azad University, Qom, Irã
Email: mehdy.u@gmail.com

Introdução

A área da Educação e as estruturas educacionais permaneceram imutáveis por muito tempo. Professores e alunos se relacionavam presencialmente com base em métodos tradicionais unilaterais (Yusofi et al, 2017). Baseada nessa educação tradicional, a maioria das relações que aconteciam em sala de aula era fundamentada nas preferências do professor, enquanto seus alunos tinham menor interação uns com os outros. Ainda, uma característica das aulas presenciais se dava no relacionamento instantâneo e físico entre o professor e os alunos e a comunicação presencial era um dos principais aspectos dessas aulas. Por um longo período, essa educação tradicional permaneceu inalterada ou mudou muito lentamente. Mas, de repente, um paradigma forçou todos os ativistas educacionais a mudar, a enfrentar novas necessidades e assumir novos papéis. O novo coronavírus mudou cada pixel de nossas vidas nos últimos dois anos e forçou todos nós a tentar um estilo de vida que nunca experimentamos antes.

A Covid-19 mudou a maneira como as pessoas se comportam, pensam e sentem, assim como alterou completamente as formas de comunicação entre nós e a maneira como nos contatamos. A mudança no estilo de comunicação também teve grandes efeitos nas relações educacionais, mas o efeito mais amplo foi na relação professor-aluno. A educação e as aulas hoje em dia estão sob forte tempestade por causa do vírus. Professores e alunos vivenciam um novo estilo de educação que nunca experimentaram antes. A educação atual tem relações inevitáveis com o mundo virtual e suas necessidades. Turkle (2012), que estuda as relações do ser humano no mundo virtual, denomina as relações virtuais como um fenômeno novo que afeta fortemente a nossa identidade e nos torna mais separados uns dos outros. Para a autora, o mundo virtual tem características especiais e únicas que moldam nossa identidade, diferente da do outro, e determinam como nos comunicamos. Ademais, Dreysuf (2008), que também estuda educação no mundo virtual, refere-se aos fortes efeitos desse mundo sobre as estruturas educacionais. O autor discorre que as relações professor-aluno assumem uma nova forma no mundo virtual que pode não ser tão construtiva quanto as relações presenciais, e tanto os professores quanto os alunos podem perder uma parte importante da educação presencial real nas aulas virtuais.

Neste capítulo, como professor iraniano, pretendo examinar os efeitos do novo coronavírus no estilo de vida educacional iraniano e analisar o que aconteceu com as relações professor-aluno no país. Para isso, recorro ao método de

autoetnografia, que se baseia em escrever sobre minhas experiências de aula a partir do meu próprio ponto de vista. Given (2008) refere-se à etnografia como um dos principais métodos de pesquisa qualitativa, que busca estudar e escrever sobre pessoas. No entanto, a autoetnografia é um pouco diferente da atual.

Reflexões sobre a autoetnografia

A autoetnografia é um ramo dos estudos etnográficos com ampla utilização na escrita do ponto de vista interno. Greene e Bloome (1997) discorrem sobre a etnografia da educação e a etnografia na educação e explicam que esta última faz uma abordagem interna para examinar os ativistas educacionais. Aqui, o professor pode escrever sobre a sua própria aula e é um *insider* cuja relação e ação com os alunos tornam-se as principais fontes de investigação e compreensão das atividades da aula. Esses estudos têm uma longa história e os professores têm tentado usar sua experiência de aula como uma fonte única de análise dos alunos e de suas relações com seus professores. Por exemplo, Wolcott (1967) começou a usar a autoetnografia como método de pesquisa para escrever sobre suas próprias aulas. Ele entrevistou alunos e outros professores, tomou notas de suas aulas e o que acontecia nas atividades, e até visitou os alunos em suas casas. Koppleman (1979) refere-se a Rosenfeld (1971) e Cusick (1973) entre os primeiros professores que aplicaram a autoetnografia como método de pesquisa. O estudo de Cusick era especialmente diferente dos últimos. Ele fingiu ser um estudante e se com-

portou como um deles para saber mais sobre como era ser estudante. Seu estudo teve um grande impacto na compreensão da aula e na educação do ponto de vista dos alunos. Dyson (2007), ao analisar os benefícios da autoetnografia e suas diferenças em relação a outros métodos de pesquisa, afirma que um etnógrafo vê e sente do lado de fora da situação e examina os alunos a partir de seu ponto de vista limitado. Mas o autoetnógrafo pode atuar como um membro da turma e como um dos alunos, ele é capaz de ver a turma do ponto de vista dos alunos e é um *insider* que tem uma dupla identidade.

Hough (1998) também usa a etnografia educacional para atender às necessidades dos alunos e suas preferências educacionais em relação aos seus professores e seus métodos de ensino e acredita que o uso da etnografia e, especialmente, da autoetnografia pode ajudar no aprofundamento da compreensão das relações professor-aluno. Portanto, a dupla identidade e os olhos internos ajudam o autoetnógrafo a compreender o que está oculto para alguém de fora da área e de outros pesquisadores. Assim, tenho feito uso do mesmo método para analisar minha turma e meus alunos, e apreendo as camadas ocultas das turmas e as relações professor-aluno. Fazlollahi e eu usamos o mesmo método para analisar as aulas no ensino de alunos africanos no Quênia, em 2019, e em Uganda, em 2016. O que aprendi com as experiências anteriores é que escrever sobre nossas próprias aulas e alunos pode expor facetas ocultas do ensino e das relações professor-aluno que não podem ser reveladas por outros métodos de pesquisa. Dessa forma, concentro-me nas minhas aulas e

nos alunos como membros do meu estudo e tento estudar as minhas aulas através da observação, relacionamento próximo e comunicação profunda com os estudantes, entrevistas com eles para saber as suas ideias sobre seus professores e até mesmo entrevistas com outros docentes.

Tento receber feedback diretamente dos alunos, perguntando sua opinião sobre as ações em curso na aula. Também peço aos alunos que observem, visando fornecer feedback preciso e aprofundado sobre o assunto. Tento examinar as aulas em algumas partes separadas. Essas partes podem refletir as principais facetas das relações professor-aluno sob a influência do novo coronavírus. Como se verá mais adiante neste capítulo, a relação professor-aluno, no contexto do Irã, enfrentou um novo período que nunca foi vivenciado antes e esta nova fase mudou completamente o significado de relacionamento e comunicação para os ativistas educacionais iranianos.

Mudança das aulas presenciais para aulas virtuais

No Irã, a maioria das aulas costumava ser presencial e as virtuais eram restritas a algumas universidades. Mas com a chegada da pandemia, todas as aulas em escolas e universidades foram suspensas por um curto período, que se estendeu por mais algumas semanas. Depois de um tempo, o Ministério da Educação iraniano, em cooperação com os gestores de escolas e universidades, começou a buscar uma solução para um problema que permaneceria por um período imprevisível. Como o Irã foi um dos países da Ásia Ocidental mais afetados

pela pandemia, a solução foi recorrer às aulas virtuais. Desta forma, as aulas presenciais foram substituídas por virtuais e todos os alunos e professores acostumados com as relações presenciais foram obrigados a vivenciar as relações virtuais e a ter uma nova experiência. Como qualquer outra experiência nova, as aulas virtuais tiveram desafios imprevisíveis para os alunos. Alguns deles tinham dificuldades em lidar com as aulas on-line e muitos se opunham a essas aulas. Testemunhamos muitos deles criticando as aulas virtuais, onde eles não tinham encontros presencialmente com seus professores, o que era difícil para eles lidarem. Um deles relatou:

"Eu não aprendo nada nessas aulas. Não vejo o meu professor e os outros alunos, por isso não me sinto em uma aula de verdade".

Esse ponto mencionado é uma característica marcante do mundo virtual, como foi mencionado por Turkle (2012). A autora denomina as atividades do ser humano no mundo virtual como "juntos, mas sozinhos". Ela ressalta que no mundo virtual sentamos e conversamos juntos, mas estamos separados uns dos outros e nossos mundos são diferentes. O que o aluno diz é semelhante ao ponto de vista de Turkle. Estamos conectados em um mundo mútuo, mas, na realidade, estamos separados e distantes uns dos outros.

Outro aluno refere em sua entrevista que:

"Sinto-me sozinho nas aulas virtuais. Estou em conexão com meu professor e outros alunos, mas há muitas desconexões que tornam os relacionamentos muito difíceis. O que

acontece, na verdade, é que eu vou para a aula e saio depois de algum tempo sem nenhuma educação real".

Assim, testemunhamos uma grande mudança nas classes que obriga todos a se comportarem em um mundo que não nos é tão familiar.

Deficiências estruturais das aulas virtuais no Irã

Muitos alunos se manifestaram sobre a deficiência dos sistemas de aulas virtuais no Irã e disseram que o governo não era capaz de fornecer acesso suficiente a aulas virtuais para todos. Mesmo em algumas áreas, a cobertura da internet não está disponível para todos e muitos alunos sofrem com a falta de acesso. Como exemplo, posso referir-me aos nossos alunos em Sistan Va Baluchistan, áreas remotas em Lorestan e Chahar Mahal. Algumas das aulas estavam todas fechadas em algumas áreas e os alunos aguardavam o acesso à internet.

O novo coronavírus tem nos mostrado a dificuldade de muitos países em oferecer aulas virtuais e o pouco que tem sido feito em relação ao que precisa ser feito. Da mesma forma, com nossos alunos, tenho enfrentado dificuldades semelhantes para me conectar, com indisponibilidade até mesmo para entrar nas aulas.

Mas, o ponto positivo do segundo ano de aulas virtuais é que estamos tendo avanços na educação virtual e, neste segundo ano, nossos problemas foram diminuindo em comparação ao primeiro.

Menos acesso a relações informais nas aulas virtuais

As relações informais e seus efeitos na aprendizagem dos alunos foram o ponto principal dos estudos de Radigan (2001), Webster (2001) e Woods (2005). Ferna (1989) também menciona a importância dos aspectos informais da vida. Ela viveu com algumas tribos locais no Iraque e passou dois anos estudando os aspectos formais e informais da vida nas aldeias iraquianas, pois tais aspectos estão completamente misturados e um afeta o outro. Ela escreveu um livro inteiro sobre muitas relações informais de tribos locais que afetaram a vida de toda a aldeia. Malinowski (2005) foi outro etnógrafo que se atentou aos aspectos informais da vida em seu longo estudo com tribos locais. Ele examinou as tribos em detalhes e escreveu muitas informações detalhadas sobre suas vidas diárias.

Relacionamentos formais/informais nas aulas são novamente uma questão vital para se estudar. Os alunos iranianos estão enfrentando novos desafios nas aulas após a chegada da Covid-19 e uma das diferenças a que eles se referem são as mudanças em seu relacionamento com seus professores. Durante as entrevistas, e analisando suas anotações, descobri que as relações informais são muito importantes para os alunos iranianos, que procuram se beneficiar das relações informais com seus professores, além de suas relações formais. Eles relataram que as relações informais são essenciais para a sua aprendizagem e que podem aprender melhor quando têm relações mais próximas e mais amigáveis com os seus professores. Na mesma linha dos estudos de Wood (2005),

em que ele escreve que as relações informais são ainda mais importantes para os alunos do que as relações formais e que os alunos britânicos procuram ter contatos mais próximos com seus professores. Lewis (1995) também encontrou resultados semelhantes com os alunos japoneses e escreveu sobre o quanto as relações formais e informais são cruciais para o aprendizado.

No entanto, os alunos iranianos têm questionado que nas aulas virtuais há menos acesso a seus professores e que suas relações com eles estão confinadas a uma estrutura limitada das aulas virtuais. Até criticam a ausência total dos professores em algumas aulas, o que prejudica o aprendizado dos alunos. Um deles escreve:

"Não temos acesso suficiente aos nossos professores, alguns deles apenas aparecem e desaparecem. E precisamos do feedback, orientação e ajuda de nossos professores. Não é aceitável, eles não têm tempo para nós".

Outro também diz:

"Preciso de um professor que me entenda, dê atenção às minhas necessidades educacionais e faça com que a educação se ajuste às minhas necessidades. A maioria dos meus professores não leva em consideração as necessidades especiais dos alunos, suas dificuldades e seus problemas. Não temos acesso a eles quando estamos em situações desesperadoras. Principalmente hoje em dia, nas aulas virtuais, sofremos com a falta de nossos professores".

Como podemos observar, as relações informais e a comunicação entre professores e alunos são importantes e o quanto os alunos estimam os professores que estão próximos

e têm tempo suficiente para se dedicar a eles, enquanto nas aulas virtuais essas relações são menos acessíveis, com poucas oportunidades para que os alunos e os professores tenham relações informais. Essas descobertas estão de acordo com o que eu e Fazlollahi encontramos em escolas quenianas em 2019. Nas minhas aulas no Quênia, os alunos insistiam em relacionamentos mais informais e uma de suas necessidades era ter relações mais estreitas com o professor. Infelizmente, nas aulas virtuais de hoje, a possibilidade de relacionamentos informais é menor e os formuladores de políticas educacionais devem prestar atenção a essas partes ocultas da educação.

Considerações

Tendo estreita ligação com o contexto sociocultural, a educação se confunde com a cultura de cada sociedade, devendo ser estudada por métodos adequados para revelar fragilidades invisíveis das salas de aula. Parece que os métodos quantitativos não são capazes de revelar essas fragilidades ou descobrir as camadas ocultas dos comportamentos. Esses métodos são de alguma forma adequados para fenômenos físicos tangíveis, mas incapazes de compreender profundamente as questões humanas não físicas. Nas salas de aula, existem alguns fenômenos que não podem ser medidos estatisticamente. Eles devem ser estudados por meio de métodos qualitativos, explorando as relações íntimas entre os pesquisadores e seus objetos. Por exemplo, os fenômenos como o silêncio nos estudos de leis e suas implicações (Krieger, 2001); comportamentos inadequados dos alunos, raízes e consequências

(Radigan 2001); relações amigáveis ou hostis entre os alunos, comportamentos de bullying com base nessas relações e seus impactos na educação (Webster, 2001); a repetição de palavras e comportamentos particulares a professores e alunos e as origens subjacentes de tais fenômenos (Carspecken, 2001), tudo confirma que o processo de educação é diferente de outros fenômenos físicos. Tais fenômenos devem ser estudados em profundidade por meio de conexões estreitas entre os pesquisadores e seus objetos, a fim de esclarecer seus efeitos sutis e ocultos. Por essa razão, este pesquisador usou métodos qualitativos para estudar as salas de aula iranianas após a propagação do novo coronavírus. Utilizei a etnografia como método de pesquisa qualitativa para estudar minhas aulas e os pontos de vista dos alunos sobre a educação e seus professores. Desse modo, desenvolvi o estudo como *educadores etnógrafos,* que estudam suas próprias aulas e que observam seus próprios alunos e atividades escolares.

O novo coronavírus e o que aconteceu após a pandemia colocaram os sistemas educacionais em um grande dilema e dificuldade. Em menos de um mês após a disseminação do vírus, as aulas presenciais foram suspensas e substituídas forçadamente por aulas *on-line* ou *off-line*, enquanto os professores e seus alunos não estavam preparados para este novo tipo de educação, levando-os a enfrentar muitos problemas e dificuldades ao vivenciar as aulas *on-line* e *off-line*. Professores e alunos iranianos, como todos os outros professores e alunos em todo o mundo, passaram pelas mesmas dificuldades. Mas seus problemas são de alguma forma únicos e locais para o

sistema educacional iraniano. Os professores e seus alunos tiveram dificuldades em sua relação construtiva e se opõem a algumas carências de relações virtuais; por outro lado, a infraestrutura para as aulas *online* e *off-line* não era suficiente e essa carência criava algumas dificuldades tanto para o professor quanto para o aluno. Além do mais, as relações informais, que são de vital importância para os alunos, estão de alguma forma inacessíveis e os alunos iranianos estão reclamando da falta de acesso a seus professores.

Entre essas carências, vimos progresso e os formuladores de políticas educacionais iranianas estão fazendo o melhor para usar o que aprenderam nos últimos dois anos de aulas no ambiente *on-line* e *off-line*. O resultado dessa evolução também é percebido no *feedback* dos alunos, que estão demonstrando mais satisfação com as aulas em ambos modos, virtual e presencial. No entanto, temos de estar prontos para continuar esta forma de educação enquanto o vírus permanecer conosco. Por enquanto, o controle total da pandemia está fora de alcance e os formuladores de políticas educacionais devem estar prontos para continuar esta forma de educação, bem como os professores e alunos devem encontrar melhores maneiras de criar relacionamentos mais frutíferos uns com os outros e continuar aprendendo no mundo virtual.

Referências

CARSPECKE, P., WALFORD, G. **Critical Ethnography and Education**. UK: Elsevier Science Ltd., 2001.

DREYFUS, Hubert. L. **On the Internet**. New York: Routledge Publisher, 2009.

DYSON, M. My Story in a Profession of Stories: Auto Ethnography - an Empowering Methodology for Educators. In: **Australian Journal of Teacher Education**, 32(1), 2007. Available on: http://dx.doi.org/10.14221/ajte.2007v32n1.3

FERNA, E.W. **Guests of the Sheikh**. An ethnography of an Iraqi village. New York: ANCHOR BOOKS, 1989.

GIVEN, L.M. **The sage encyclopedia of qualitative research methods**. Vol 1-2. USA: Sage publication 2008.

GREEN, J. & BLOOME, D. Ethnography and ethnographers of and in education: A situated perspective. In: Flood, J., Heath, S. B., & Lapp, D., **Handbook of research on teaching literacy through the communicative and visual art**s. New York: Macmillan Publishers, pp. 181-202, 1997.

HOUGH. D, A. **Teachers and students as ethnographers**. A paper presented to education conference. Japan: Omiya, 1998.

Koppleman. K, L. **An Ethnographic investigation of teacher behavior as a function of cognitive style**. A PhD dissertation presented to the Iowa State University, 1979.

MALINOWSKI. B. **Argonauts of the Western Pacific**. An Account of Native Enterprise and Adventure in the Archipelagoes of Melanesian New Quinea. London: Taylor & Francis e-Library,2005

LEWIS, C. **Educating Hearts and Minds:** Reflections on Japanese Preschool and Elementary Education. Cambridge University Press, 1995.

RADIGAN. J. The class clown and negotiated epistemology in a classroom. In P. F. Carspecken and G. Walford (Eds, **Critical ethnography and education**. UK: Elsevier Science Ltd.2001

STEFAN H. KRIEGER, **A Time to Keep Silent and a Time to Speak:** The Functions of Silence in the Lawyering Process, 80 Or. L. Rev. 199 , 2001. Available at: https://scholarlycommons.law.hofstra.edu/faculty_scholarship/253

TURKLE, S. **Alone Together:** Why We Expect More from Technology and Less from Each Other. New York: Basic Books, 2012.

WEBSTER. J. Between the lines: constructing parallel levels of meaning and identity in discussions about multicultural literature. In P. F. Carspecken and G. Walford (Eds.), Critical ethnography and education**. UK**: Elsevier Science Ltd, 2001.

WOLCOTT. H, F. **Ethnography: a way of seeing**. Lanham: Rowman Altamira, 1999.

WOODS. P. Educational Ethnography in Britain. In R. R. Sherman, R. B. Webb (Eds , Qualitative Research in Educatio: Focus and Method *pp*. 88-106. Taylor and Francis e-Library, 2005.

YUSOFI, M. FAZLOLLAHI, S. Methodology of the Educational Ethnography with an Approach to the Experiences of the "Omid" School of Kampala, Uganda. In **The Journal of Research Criterion in Humanities**. Vol.6, No.2, Fall & Winter 2015-16, 2016.

YUSOFI, M. FAZLOLLAHI, S. The methodology of Educational Ethnography Based on Uriri's School Teaching Experience in Kenya. In: **The Journal of Research Criterion in Humanities**, 2019.

YUSOFI, M. ZARGHAMI HAMRAH, S. GHAEDI, Y. MAHMOODNIA, A. (2017). A quasi-transcendental approach for removing hierarchical teacher-student. In: **Policy Future in Education**. Vol. 16(3) 346–359, 2017.

Covid-19 nas mídias: sentidos e afetos em novas formas de sociabilidade[1]

Kátia Lerner
Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, RJ, Brasil
E-mail: katia.lerner@icict.fiocruz.br

Janine Miranda Cardoso
Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, RJ, Brasil
E-mail: janinecardoso.fiocruz@gmail.com

Tatiana Clébicar
Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, RJ, Brasil
E-mail: tatiana.clebicar@gmail.com

Introdução

Em 31 de dezembro de 2019, o governo da China anunciou a existência de uma doença respiratória desconhecida, que alguns dias depois levaria a óbito a sua primeira vítima. Atribuída ao surgimento de um novo coronavírus, a infecção pôs em alerta o mundo, que desde então assiste em tempo real à rápida disseminação do que foi denominado Sars-CoV-2 e levou a Organização Mundial de Saúde (OMS) a decretar, no mês seguinte, cenário de emergência em saúde global. Com

1 Este trabalho foi desenvolvido no âmbito do projeto de pesquisa *Covid-19 nas mídias: em quem confiar? Narrativas, atores e polêmicas sobre a pandemia*, da Fundação Oswaldo Cruz. Ele foi aprovado para apresentação no XXX Encontro Anual da Compós. O mesmo corpus empírico foi utilizado em outro texto que apresentou, em versão reduzida e com outro enquadramento teórico, parte dos argumentos aqui desenvolvidos. Trata-se do artigo "Covid-19 nas mídias: medo e confiança em tempos de pandemia", disponível em MATTA, G. et al. *Os impactos sociais da Covid-19 no Brasil: populações vulnerabilizadas e respostas à pandemia*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2021.

o agravamento da situação, em 11 de março de 2020, a OMS declarou estado de pandemia decorrente da proliferação da Covid-19, acrônimo de *coronavirus disease-2019* (WHO, 2020). Um ano depois, ainda sob vigência do mesmo status sanitário, haviam sido registrados em todo o mundo cerca de 118 milhões de casos e 2,6 milhões de óbitos, dos quais aproximadamente 11 milhões de infecções e 270 mil mortes no Brasil (WHO, 2021).

Desde seu início, a produção de notícias e postagens de diferentes fontes sobre o tema acompanhou em intensidade e magnitude a escalada da propagação do novo vírus, num mundo hiperconectado em tempo real. Em quantidade e alcance inéditos, publicações das grandes corporações jornalísticas, de especialistas e instituições dos campos da ciência e da saúde circularam em paralelo a opiniões de indivíduos baseados em suas experiências pessoais e profissionais. Essa pluralidade enunciativa marcou um cenário de complexidade singular e fez da comunicação dimensão central da pandemia, levando instituições como a Unesco e a OMS a caracterizá-la como frente decisiva para o enfrentamento e a priorizar estratégias para lidar com o que designaram como "infodemia" (POSETTI; BONTCHEVA, 2020).

De fato, desde a popularização da internet – articulada com a consolidação e mutações no ideário neoliberal, ao associar fluxos planetários de informações com novas formas de organização social, conflitos e estruturas perceptivas – este ambiente caracteriza-se também pelo aumento exponencial de produtores e circulação de informações em diferentes pla-

taformas digitais, atravessadas pelas lógicas algorítmicas numa sociedade midiatizada. Distante das sociedades caracterizadas pela presença dos meios massivos de comunicação, a atualidade tem entre suas marcas distintivas a diluição de fronteiras, com o transbordamento da cultura midiática para outras instituições não-midiáticas (HJARVARD, 2013) e relações interpessoais cotidianas (KROTZ, 2007). Tal presença, que articula práticas e mudanças em níveis micro e macrossociais, não anula outras lógicas e valores, envolvendo simultaneamente reconfigurações nas formas de atuação, modelos de negócios e estratégias sociodiscursiva das mídias existentes.

A pandemia emergiu nessa nova ambiência comunicacional e em contextos nacional e internacional de intensa polarização política, provocada por forças autoritárias, mobilizando afetos, reconfigurando formas de sociabilidade e ampliando a capacidade de os discursos interferirem simbólica e materialmente no curso do evento sanitário. Seu entendimento – como de qualquer evento e em qualquer tempo – não ocorre de forma linear e homogênea já que é modulado por diversos contextos, na e pela linguagem, sempre em processos de disputas para estabelecer sentidos e interpretações, manter ou subverter posições e relações de poder (BAKHTIN, 2006; FAIRCLOUGH, 2001).

Diante da complexidade do cenário comunicacional e político e da pluralidade de enunciadores, perspectivas e lógicas que marcaram a produção discursiva sobre a Covid-19, interessou-nos neste texto observar uma ótica particular, a da mídia, investigando mais especificamente como foram cons-

truídos discursivamente sentidos e afetos sobre a pandemia. Considerando o caráter de urgência e intensidade emocional associado às epidemias, buscamos compreender de que forma emoções – como medo, confiança, esperança, indignação – foram acionadas nos discursos midiáticos analisados e como participaram da construção simbólica deste evento sanitário. Tal proposta tomou como referência a perspectiva de Rosenberg (1992), que aponta a dimensão dramatúrgica conferida às epidemias pelas sociedades, na qual as comunidades que as vivenciam criam uma narrativa que encena e reafirma ritualmente os valores sociais fundamentais e os modos de compreensão da sociedade sobre ela mesma:

> Assim, como fenômeno social, a epidemia assume uma forma dramatúrgica. As epidemias começam em um momento no tempo, prosseguem num estágio limitado em espaço e duração, seguindo uma trama de tensão crescente e reveladora, passam para uma crise de caráter individual e coletivo e, em seguida, derivam para o desfecho. Em outro de seus aspectos dramatúrgicos, uma epidemia assume a qualidade de espetáculo – mobilizando comunidades para realizar rituais propícios a incorporar e reafirmar valores sociais e modos de compreensão fundamentais. [...] Para o cientista social, as epidemias constituem um dispositivo de amostragem extraordinariamente útil – ao mesmo tempo, achados e experimentos naturais capazes de iluminar padrões fundamentais de valor social e prática institucional. As epidemias constituem um segmento transversal da sociedade, refletindo nessa perspectiva cruzada uma configuração particular de formas institucionais e pressupostos culturais. Assim

> como um dramaturgo escolhe um tema e controla o desenvolvimento do enredo, uma determinada sociedade constrói suas respostas específicas a uma epidemia (ROSENBERG, 1992, p. 279, tradução nossa).

Para entendermos os cruzamentos entre as formas institucionais e os pressupostos culturais que caracterizam esta pandemia, partimos de um espaço de observação privilegiado, o jornalismo, dado o seu protagonismo na construção de formas de inteligibilidade do mundo e nas lutas materiais e simbólicas. Levamos em conta sua heterogeneidade constitutiva tanto por suas próprias disputas quanto por estar necessariamente *em relação* – de aliança ou conflito – com outras lógicas, discursos e interesses. Essa escolha foi menos orientada pelo interesse acerca do jornalismo em si e mais por esse lugar de destaque na construção do debate público, dando acesso aos discursos circulantes na sociedade brasileira. Selecionamos um veículo das grandes corporações midiáticas – o jornal *O Globo* – e a partir dele ampliamos o corpus de análise para alguns de seus espaços de interseção, como as postagens apuradas por *Fato ou Fake*, serviço de checagem do Grupo Globo, criado em 2018, quando o fenômeno da desinformação já era apontado como um risco da atualidade (G1, 2018; 2020b), e alguns outros textos das redes sociais que apresentaram relação direta com essas narrativas. Entendemos a produção desses discursos a partir da circularidade de seus enunciados: eles se constituem em diálogo e afetam-se reciprocamente, tanto nas suas dinâmicas de produção como nos sentidos que disputam.

Com essas referências e objetivos, investigamos os seis primeiros meses da pandemia, de janeiro a junho de 2020. Coletamos as capas da versão impressa do jornal *O Globo* disponíveis no seu acervo digital (O GLOBO, 2020) e os textos publicados no site do jornal, por meio da ferramenta de busca da Plataforma de Ciência de Dados Aplicada à Saúde/Icict/Fiocruz (2020). No que tange ao material de *Fato ou Fake*, não perdemos de vista que essa e outras agências, assim como o consórcio formado pelos principais meios de comunicação para apuração da evolução da pandemia no Brasil, constituem dispositivos jornalísticos de reafirmação de sua autoridade em meio à pluralidade enunciativa das redes e aplicativos digitais. No entanto, para nossos propósitos, foi desconsiderado o trabalho de apuração da imprensa profissional, utilizando-o apenas como forma de acessar as postagens e as emoções que mobilizaram. Foram incluídos, ainda, alguns pronunciamentos do presidente Jair Bolsonaro, selecionados por terem sido explicitamente mencionados no material empírico analisado.

Tendo como fio condutor de análise a compreensão da economia dos afetos e sua relação com os sentidos produzidos sobre a pandemia, investigamos o que e quem suscitou diferentes emoções nas postagens, notícias ou comunicados, interrogando seu trabalho de construção da realidade. Para tal, adotamos como premissa teórica uma compreensão específica sobre o lugar das emoções no mundo social. Seguindo as pistas de autores como Marcel Mauss e Maurice Halbwachs, afirmamos que os estados afetivos são fenômenos eminentemente sociais. Isso significa não apenas que sua origem

se dá na sociedade, mas também que se trata de fenômenos que são vividos coletivamente. Mauss enfatiza fortemente a dimensão social, externa e obrigatória das emoções, o que não implica uma oposição entre social/individual, externo/interno, obrigatório/espontâneo. Ele sublinha a intensidade desses sentimentos coletivamente experimentados, sugerindo que essas expressões coletivas "são mais do que simples manifestações, são sinais, expressões compreendidas, em suma, uma linguagem. [...] Ela os manifesta a si mesma exprimindo-os aos outros e por conta dos outros" (MAUSS, 2001, p. 332). Sobre esse mesmo ponto, Halbwachs ressalta a dinâmica do "desabrochar dos estados afetivos", afirmando que:

> nossas cóleras se alimentam da fúria ou da indiferença dos nossos adversários, e da participação dos nossos amigos; elas se detêm a qualquer falta de resistência ou de concorrência. Os nossos medos se dissimulam e se amortecem, se o nosso ambiente não o compartilha: eles se exaltam, porém, ao contrário, em pânicos, se o ambiente o faz seu (HALBWACHS, 2009, p. 207).

A emoção é, portanto, algo vivido em grupo, e esta vivência compartilhada não apenas possibilita a sua ocorrência como também a *potencializa*, pois os afetos assim *se tornam mais fortes*. Esta perspectiva deve, por fim, ser associada a seu atravessamento por relações de poder, hierarquias e concepções de moralidade que desenham fronteiras entre grupos sociais (REZENDE; COELHO, 2011). As formas como os grupos mobilizam afetos como medo, indignação, esperança vão construindo fronteiras entre "nós" e "eles", designam visões

específicas diante da experiência da doença e seus perigos e traduzem afinidades ou distanciamentos frente a posicionamentos político-ideológicos, expressando diferentes formas de se posicionar no mundo social. Estas questões são de especial relevância na nova ambiência comunicacional, uma vez que tanto os jornais como as redes sociais se constituem num vetor poderoso de expressão pública, que entrelaça informações, interesses, sentidos e afetos, os quais por sua vez põem em movimento efeitos variados sobre o mundo em geral e sobre a pandemia em particular.

Um perigo iminente: o acirramento do medo na cobertura

O ano de 2020 se iniciou em *O Globo* marcado pela esperança de "virada da década", com a expectativa de "mais tolerância, união e entendimento" e os "votos de um país melhor, com recuperação da economia e da qualidade de serviços" (01.01)[2]. As semanas subsequentes trouxeram um tom de preocupação relacionado à economia e à tensão com o governo federal. Do ponto de vista jornalístico, a nova doença surgida na China em dezembro de 2019 ainda não havia adquirido valor-notícia que justificasse sua menção na primeira página ou o despertar de emoções mais intensas.

A primeira alusão a este evento trouxe na capa a foto de chineses vestindo máscaras (22.01). O mote de noticiabilidade foi a chegada da doença ao território norte-americano

2 Indicamos entre parênteses dia e mês de publicação das notícias e das postagens que integram o corpus empírico obtido a partir das fontes indicadas na descrição da metodologia e referenciadas na seção final.

– "Vírus da China chega aos EUA". A capa e os textos publicados nas editorias *Sociedade* e *Economia* já davam a ver o sentimento que seria recorrente ao longo do semestre: o medo. Rosenberg (1992) aponta que na estrutura narrativa de uma epidemia seu primeiro ato discursivo envolve a revelação progressiva da doença, que é permeada pelo medo e pela resistência de interesses contrariados. No entanto, se cada sociedade tem um portfólio de riscos que elege enfrentar (DOUGLAS; WILDAVSKY, 1983), cabe qualificar que medos estavam em jogo na narrativa jornalística sobre a doença. Ainda que com pesos e inflexões distintos, dois temores preponderaram nas semanas seguintes: a velocidade do contágio/letalidade do vírus e seu impacto nas economias mundiais, dado o local estratégico ocupado pela China.

Se, como aponta Rosenberg, o surgimento de uma epidemia é sempre um evento temível, a Covid-19 assumiu nesse momento um caráter particularmente assustador. O surgimento do Sars-Cov-2, com altíssimo poder de disseminação e potencial de letalidade, trouxe a insegurança e o medo diante de um vírus marcado pelas incertezas: biomédicas (pelo desconhecimento de suas causas, origens, formas de transmissão e cura), epidemiológica (pela imprecisão no número de infectados e mortos) e de saúde pública (pela divergência, nesse momento inicial, sobre as formas eficazes de enfrentamento).

Em meio à insegurança, o vírus e a China representaram no jornal elementos a serem temidos, articulados na própria forma de nomeação: "vírus da China". Associada ao gradual aumento da classificação de risco, a crescente tensão narrativa

foi tecida com o relato quase diário do número de contaminados e mortos e sua comparação com outras doenças, como a síndrome respiratória aguda grave (Sars), que superava em letalidade, e influenza H1N1, ebola, poliomielite e zika, classificadas pela OMS como "emergência de saúde internacional". Também foram constantes as matérias sobre os impactos na economia mundial, medidos pelo desempenho das bolsas de valores, cujas quedas vertiginosas expressavam, segundo o jornal, o "nervosismo" do mercado (28.01; 25.02).

A centralidade da China na cobertura contrastou com a da pandemia de H1N1, cuja origem no México não foi investida de tamanho peso simbólico (LERNER; GRADELLA, 2011). A proeminência desse país asiático foi qualificada por termos e fotos tais como: "vírus da solidão", "metrópoles desertas"; imagens de máscaras, roupas de proteção e de metrôs, terrenos e prédios vazios (22.01; 24.01; 25.01; 02.02). Isolamento, solidão e periculosidade foram reforçados pelo destaque a voos cancelados e bloqueio a estrangeiros (29.01;01.02). A desconfiança em relação ao país já se manifestava na narrativa de surgimento da doença por sua relação supostamente indevida com a natureza e pelo seu exotismo, representados pelos mercados descritos como "sensação" e ao mesmo tempo "fonte de epidemias" por reunirem "gente e bichos" (30.01). Estendia-se ao seu regime político, pela "burocracia do Partido Comunista" e por insinuações de autoritarismo e má gestão da crise sanitária, ilustradas pela morte do médico chinês que sucumbiu à doença após ter sido "advertido" ao "avisar" as autoridades sobre o vírus (07.02).

A China também apareceu nas postagens sobre a Covid-19 apuradas por *Fato ou Fake,* a partir de fevereiro, como objeto de medo e desconfiança, com argumentos semelhantes àqueles que circularam no jornal. A apuração identificou os materiais adulterados ou descontextualizados e ouviu especialistas para qualificar todas como *fake*. Segundo as postagens, os chineses seriam responsáveis longínquos na cadeia que fez o vírus chegar aos humanos, a qual envolvia morcegos e serpentes (28.02). O medo que causam seria mais presente e próximo, pois o perigo nos atingiria "por meio de produtos importados da China que estão contaminados" (07.02). As ações de autoridades seriam também assustadoras, pois buscariam a "aprovação de seu tribunal superior para matar mais de 20 mil pacientes com coronavírus e evitar a disseminação do vírus" (28.02).

Esses textos, ainda que marcados por gêneros e contextos de produção distintos, traziam em comum a visão da China como alteridade perigosa. Eles expressavam uma perspectiva etnocêntrica na qual o Ocidente – leia-se Europa Ocidental e EUA, ou ainda certos grupos sociais que, embora localizados na periferia do poder mundial, identificam-se com suas posições – concebe representações e práticas culturais distintas a partir da diferença, atribuindo-lhes posição inferior na hierarquia e reforçando, assim, sua própria identidade e poder. Refletem, também, o contexto político internacional polarizado, no qual segmentos de direita se contrapõem ao que entendem ser uma "ameaça comunista", materializada tanto em seu viés cultural como pela força econômica recor-

rentemente citada. Além disso, contêm marcas da chamada guerra cultural, movimento conservador recentemente protagonizado pelo então presidente norte-americano Donald Trump, cuja disputa pela primazia econômica e política com a China acirrou este quadro de tensão, incorporado com as devidas diferenças ao cenário brasileiro no governo Bolsonaro (HARTMAN, 2015).

Esta convergência de sentidos revelou, ainda, que embora o jornalismo recorrentemente busque demarcar sua clara diferença frente aos enunciados que circulam nas redes sociais (as chamadas "fake news"), caracterizando-as como lugares de falseamento e mentira, os sentidos que aciona muitas vezes são mais próximos do que se gostaria de supor, variando não obstante nos modos de dizer e na intensidade dos afetos que deflagra.

Se o medo esteve, nesse primeiro momento, mais localizado na China, ele foi aos poucos se ampliando e traduzindo uma progressiva escalada de tensão. Ofuscado pelo Carnaval, o tema voltou discretamente às capas d'*O Globo* com o fim da quarentena dos repatriados, questão fortemente mobilizada em fevereiro. O assunto adquiriu especial destaque com o avanço do vírus pelo continente europeu: "Epidemia dispara na Europa e Itália coloca o país todo em quarentena" (10.03). Diferentemente do que ocorreu com a China, os demais países atingidos não foram retratados como disseminadores, mas como *vítimas*: "A apreensão em torno do surto é tão grande que um bar nos arredores da Fontana di Trevi (...) proibiu a

entrada de chineses depois que o país descobriu dois casos de coronavírus em território italiano." (31.01).

A disseminação pelo mundo aliada à paulatina aproximação ao nosso contexto impulsionou a percepção da escalada do vírus como "perigo iminente". Brasileiros com sintomas nas Filipinas (27.01) ou retidos em navio no Japão (09.02) foram mostrados paralelamente ao crescimento do número de casos suspeitos (29.01), até culminar no primeiro registro oficial da doença no país. Com a expressão "Coronavírus avança", *O Globo* anunciou a chegada da doença na capa em 26 de fevereiro. Novamente, a "ameaça" teve como sua mais fiel tradução o desempenho das bolsas de valores, trazendo apreensão pelo seu impacto econômico (28.02, 29.02, 04.03, 06.03, 07.03, 10.03, 11.03).

O auge da cobertura: disputas de afetos e sentidos

A construção da (des)confiança: entre a vida e a economia

A declaração da pandemia pela OMS, em 11 de março, intensificou a cobertura, acompanhada por mudanças editoriais nos dias seguintes: a capa passou a ser integralmente dedicada ao tema, enquanto infográficos foram diariamente atualizados. A Covid-19 foi tomando conta do jornal e no dia 13 a capa anunciou que a seção "Especial Coronavírus" passaria a abrir o primeiro caderno, após os artigos de opinião. Sob esta nova tarja foram sucessivamente incorporadas as matérias das editorias Mundo, País e Rio. Essa configuração vigorou até 22 de maio, quando o veículo noticiou 20 mil óbitos no Brasil. Nesse período, a ferramenta de monitoramento

on-line identificou 3.255 textos, 79% do material publicado no site no primeiro semestre, representando o período mais intenso da cobertura. Seu ápice foi entre 12 de março e 16 de abril, data de exoneração do ministro da Saúde Luiz Henrique Mandetta, seguindo em queda até o dia 15 de maio, quando Nelson Teich, seu sucessor, deixou o cargo.

O aumento da produção d'*O Globo* foi proporcional ao consumo noticioso nesse período: como seus concorrentes, o jornal teve incremento na audiência. A média de assinantes digitais subiu de 202 mil, em 2019, para 236 mil, durante a pandemia (PORTAL, 2020). Além do interesse, temos o fortalecimento das credenciais do jornalismo como grande mediador entre os eventos do mundo e os indivíduos. Posto em xeque com a popularização da internet e, mais recentemente, com a polarização política, esses índices indicam o resgate de sua credibilidade: em março, seus produtos e diferentes meios de veiculação (programas jornalísticos de TV e rádio, os jornais impressos e sites de notícias) foram considerados pelos brasileiros como "as fontes mais confiáveis na divulgação de notícias sobre a crise", em contraposição a outras, como as redes sociais (DATAFOLHA, 2020). Renovado o pacto de confiança entre o jornal e seus leitores, foi ampliado o espaço para a pandemia, redobrando informações, análises e comentários dos peritos de diversas especialidades, autoridades sanitárias nacionais e internacionais.

A força da pandemia no espaço jornalístico deve ser compreendida não apenas devido ao valor atribuído ao evento sanitário pelo jornal, mas também a outras lógicas mais

amplas que modelam a atuação jornalística. Referimo-nos, em especial, à sua relação com atores relevantes do contexto político e comunicacional midiatizado, marcado pela capilaridade dos dispositivos tecnológicos, notadamente o celular, ao transbordamento das racionalidades midiáticas para diferentes esferas e para o cotidiano de indivíduos e coletividades (FAUSTO NETO, 2008; HJARVARD, 2013). Também em relação à pandemia, observou-se o manejo desses atores de modo a impactar a cobertura. A noticiabilidade deste evento esteve em estreito diálogo com movimentos do governo federal e do próprio presidente Bolsonaro, que figuraram ora como objeto da cobertura, ora como aqueles que a pautavam, obtendo destaque as entrevistas coletivas diárias com o então ministro Mandetta e os diversos pronunciamentos de Bolsonaro.

Mas como a pandemia foi construída como *fato jornalístico*? Em primeiro lugar, configurando o evento como episódio *traumático*, cujos sofrimento e morte dele decorrentes seriam dignos de compaixão. O conceito de trauma é entendido a partir da proposição de Jeffrey Alexander sobre a teoria do trauma cultural. Para o autor, ao contrário de uma perspectiva ontológica, a noção de trauma se refere à percepção de membros de uma coletividade, quando "sentem que foram sujeitos a um evento terrível que deixou marcas permanentes na consciência grupal, marcando as suas memórias e mudando sua identidade de grupo" (ALEXANDER, 2004, p. 1, tradução nossa). Essa classificação envolve o reconhecimento por parte dessas coletividades da existência de sofrimento huma-

no e de responsabilidade social e moral sobre ele. Mas o autor alerta que essa percepção dos eventos não está dada, ou seja, eles não são necessariamente percebidos por todos como *graves em si*. Trata-se de uma atribuição socialmente mediada, que envolve as operações de codificação (é mal ou não?), peso (quão maligno é?) e valor (que questões morais essa malignidade traz?). No caso da Covid-19, o entendimento do evento como algo traumático, que sairia do ordinário, revela, de um lado, o reconhecimento de outros sistemas classificatórios, como as instituições sanitárias nacionais e internacionais – em especial a OMS – e, de outro lado, a dimensão política das medidas para seu evitamento. Logo, o reconhecimento de um sofrimento, assim como da responsabilidade social e moral associada a ele, não é pré-existente e, sim, contingente. Observamos que, enquanto o jornal construiu a cobertura do evento sanitário como um evento traumático, a estratégia discursiva de outros atores tratou de minimizar sua dimensão, aproximando-a de episódios ordinários, como veremos adiante.

No texto jornalístico, essa perspectiva adquiriu concretude com os infográficos diários publicados na capa do jornal impresso. No início, o número de "casos pelo mundo [confirmados]", "mortes [no mundo]" e "países afetados" (12.03); depois, curva dos "casos" (16.03) e, no dia seguinte, a quantidade de "suspeitos" e "confirmados" no país. Com o registro do primeiro óbito, inclui-se a categoria "mortes" (18.03) e, depois, permaneceram apenas as de "confirmados" e "mortos" (20.03). Essa passagem simbólica da *suspeita* à *confirmação*

foi construída por meio de números, estratégia retórica que tem como efeito de sentido a produção de objetividade e a relação implícita entre conhecimento e verdade. Publicaram-se, também, histórias pessoais de anônimos e famosos contaminados pelo vírus, suas angústias e medos. A dimensão testemunhal, cujo apelo emocional marca a gramática moral contemporânea (FASSIN; RECHTMAN, 2009), somou-se aos números na operação pela qual se buscava comprovar a seriedade do contexto sanitário.

O destaque ao anúncio da transmissão comunitária do novo coronavírus (06.03; 21.03) e às medidas de contenção tomadas pelas autoridades foi o elemento seguinte utilizado na afirmação da gravidade do evento. Acompanhamos a progressiva paralisação das atividades não essenciais e a adesão ao trabalho remoto. *O Globo* não apenas noticiou as medidas, mas criticou aqueles que não as cumpriram: "Cenas de descaso com a prevenção do coronavírus foram vistas em todo o país durante o fim de semana, mostrando que recomendações básicas de especialistas ainda passam longe do dia a dia" (16.03).

Fica claro o posicionamento do jornal: sua alusão a "especialistas", ainda que sem defini-los de modo preciso, revela o lugar simbólico dos peritos como fonte de confiança, e não apenas de informação, assim como as autoridades governamentais que a eles se alinharam defendendo as medidas preconizadas pela OMS. Os sistemas peritos, entendidos como sistemas de excelência técnica ou de competência profissional que assumiram papel de destaque na modernidade, têm sua

efetividade associada à confiança depositada pelos seus consumidores, na sua maioria leigos, e essa se dá pela "fé" na sua "competência generalizada" de controlar os riscos (GIDDENS, 1991). *O Globo* se valeu dessa autoridade para afirmar sua posição – criando inclusive uma coluna fixa, *A hora da ciência* – e se empenhou em endossá-la, buscando a confiança de seus leitores, num reforço de certificação recíproca. Ao mesmo tempo, dedicou-se a identificar a fala de atores não habilitados por esse sistema, como o terceiro ministro a ocupar a pasta, Eduardo Pazuello, general cuja formação alheia ao campo da Saúde foi frequentemente lembrada. Com os grandes discursos de autoridade questionados – a política, a ciência e o próprio jornalismo –, esse movimento de aproximação e de afastamento, a depender das competências imputadas, reconfigurou o valor e a função de cada uma dessas instâncias.

A ênfase nas prerrogativas de políticos, cientistas e jornalistas na vigência da pandemia foi importante para o crédito/descrédito de outros discursos circulantes. Manifestou-se, especialmente, em dois pontos de tensão: Bolsonaro e as redes sociais. Embora cada um tenha sido produzido segundo contexto e lógica próprios, estavam em constante diálogo entre si e com a produção noticiosa, impactando-se reciprocamente.

A chegada de Bolsonaro à Presidência da República se valeu das possibilidades abertas numa sociedade midiatizada: o presidente usou os dispositivos tecnológicos no contato com a sociedade e, particularmente, para manter mobilizados seus apoiadores. O privilégio concedido a essa relação

"direta" expressava também a recusa à "velha política" (suas instituições e mediações) e sua desconfiança frente aos meios de comunicação, principalmente os grupos Globo, Folha e Estado. Essas práticas, mantidas durante o mandato, acirraram-se no decorrer da cobertura da pandemia, quando em vários momentos citou um trecho bíblico que associa verdade e liberdade, fustigando a imprensa para que publicasse "a verdade, não números distorcidos com intuito de atentar contra o governo" (LIVE, 2020a).

Outra disputa entre essas duas perspectivas refere-se ao lugar da ação humana no curso da doença. Se o jornal permanentemente tratou a pandemia como passível de controle (pela técnica e política), o discurso bolsonarista a semantizou como um evento inevitável: "E daí? Lamento. Quer que eu faça o quê? Sou Messias, mas não faço milagre. É a vida." (29.04). A repercussão dessa fala na capa do jornal, ao ser confrontado por jornalistas sobre o número de mortos, que ultrapassara a China, expressa a tensão. No jornal, o medo foi positivado, pois diminuiu o risco do contágio; já Bolsonaro centrou-se no medo das consequências econômicas, o que deslocou o enfrentamento do vírus para o campo da coragem. Associado a um ideal de gênero, revelou-se como atributo de homens, considerados fortes, atléticos e viris: "vamos ter que enfrentar [o vírus] como homem, porra. Não como um moleque"' (G1, 2020a).

As falas de Bolsonaro foram desconstruídas pelo jornal de diferentes formas: pela denúncia da perda de apoio da sociedade (citando "panelaços" e redes sociais), pela reprovação

por parte de políticos de destaque (Davi Alcolumbre, Wilson Witzel e Rodrigo Maia); pela menção a pronunciamentos de governantes e da mídia internacional que contradisseram sua posição e, também, pela fala de peritos de prestígio, como o *Imperial College*, instituição inglesa que apontou a alta taxa de contágio no Brasil, que o jornal associou à diminuição do isolamento (01.05). Todo esse período de cobertura foi marcado por essa tensão: o jornal anunciava a disseminação do vírus pelo país, o aumento do número de mortes e o alerta de prefeitos e cientistas quanto ao "colapso" do sistema de saúde. Ao mesmo tempo, criticava a defesa de Bolsonaro pelo "fim do isolamento" e seu tensionamento da situação política, em especial sua colisão com o ministro Mandetta e o confronto com o STF e o Congresso.

Essa disputa não ocorreu apenas no jornal, tendo nas redes sociais um fértil espaço de reforço: proliferou nas postagens apuradas o temor pelo agravamento da situação econômica, que estaria ocasionando saques, desabastecimento e violência. Ao lado da promoção desses medos, aquele endereçado ao vírus e à doença foi desqualificado com fotos, vídeos e áudios de hospitais "vazios" e também na comparação com as mortes supostamente causadas por outras doenças em 2019 e as registradas na epidemia de H1N1, em 2009. Citada por *Fato ou Fake* como uma das que mais circularam, uma postagem do pastor Silas Malafaia afirmou que apenas dois óbitos de 2020 teriam sido causados por Covid-19, reforçando a mídia como objeto de desconfiança (25.03). Outro argumento apresentou cidades brasileiras "sem mortes e sem

isolamento", à semelhança de outros países, como publicado por Osmar Terra, médico e deputado federal, e desmentido pela checagem (01.04). "A HOLANDA que não fez quarentena e não fechou uma loja, já passou o pico da epide e está indo para o fim da epidemia" (*sic*, 01.04).

Vemos nessas postagens o encadeamento de ideias do discurso bolsonarista: a desqualificação da veracidade e da gravidade da doença, minando a necessidade das medidas recomendadas pelas OMS, as quais, por sua vez, trariam consequências econômicas terríveis. A construção retórica dessa posição tem como estratégia o descrédito de dois grupos: os governadores que polarizaram com Bolsonaro na defesa pelas medidas de distanciamento social e profissionais ligados à mídia, em especial à Rede Globo. O ponto central é mostrar sua falsidade, pois não estariam respeitando as normas que defendiam. Os governantes foram caracterizados também como autoritários, parciais e violentos, pois seriam responsáveis por (desmentidas) ações de repressão policial para sua implementação. As críticas e denúncias a João Dória expõem outro operador de desqualificação política: a aliança com a China. Esse país, seu regime, presidente e habitantes teriam criado e disseminado o vírus em seu plano de dominação política e econômica mundial, argumento de inúmeras postagens sobre injustiça, violência, covardia e traição que vão construindo, nas redes, outros medos que mobilizam indignação e revolta.

Entre acusações e esperança: hidroxicloroquina, vacina e substâncias

Por fim, em meio a esse cenário já turbulento, outro embate se destacou na cobertura do enfrentamento da doença: os medicamentos, especialmente a hidroxicloroquina. Se a polêmica sobre o isolamento social foi um elemento catalisador da progressiva tensão entre Bolsonaro e Mandetta, prorrogando-se na gestão de Teich, o uso da hidroxicloroquina se tornou também uma frente de batalha. A defesa do presidente em seus pronunciamentos, durante os estudos e principalmente depois da conclusão científica de que esse medicamento não possui eficácia para a Covid, valeu-se da fala de médicos e entidades normatizadoras, como Roberto Kalil e o Conselho Regional do Amazonas. A defesa do uso terapêutico da hidroxicloroquina foi amplamente utilizada como forma de mitigar o medo e oferecer algum tipo de esperança, sendo apresentada como "uma chance, uma oportunidade" (LIVE, 2020b).

O jornal opôs-se ao presidente, denunciando a falta de respaldo científico dos que advogavam seu uso e a possibilidade de graves efeitos colaterais, dialogando também com as postagens das redes sociais. A partir de abril, várias são desmentidas: a que afirma a liberação da hidroxicloroquina pelo *Food and Drug Administration* dos EUA e que o fim da pandemia estaria sendo impedido por interesses econômicos e políticos (13.04); o vídeo que promove a água tônica como forma de prevenção e tratamento, por conter quinino – "Isso a Globo não mostra" (16.04); as denúncias de que governa-

dores do Rio de Janeiro e São Paulo estariam recolhendo o "medicamento experimental" das farmácias (15.05; 21.05), enquanto países europeus o distribuem gratuitamente (25.06).

Esse temor conspiratório presente no material do serviço de checagem sinaliza um deslocamento no regime de esperança, principalmente em relação às diferentes possibilidades de proteção. As vacinas deixam de ser saudadas e passam a predominar mensagens que afirmam serem causa de morte – em virtude de notícias sobre reações adversas em voluntários no ensaio clínico desenvolvido pela Universidade de Oxford, que se mostraram sem conexão com a vacina – e vetores de monitoramento de indivíduos por antenas 5G "24h por dia", atribuído à Inovio Pharmaceuticals, apoiada por Bill Gates (28.05). A desconfiança repousava tanto nos supostos interesses do capital internacional, como nos procedimentos cotidianos preconizados pelas autoridades sanitárias: o álcool gel foi integrado à lista de receios por ser causa de acidentes por descuido ou excesso de uso; a máscara facial foi tratada como fonte de autocontaminação e malefícios ao organismo: "Será que a O.M.S quer nos matar lentamente?" (05.05).

Outras mensagens com sentidos sociais dissonantes mantiveram a regularidade, desde fevereiro: as que traziam promessas de cura, tratamento e melhora da saúde pelo consumo dos mais diversos alimentos, substâncias e procedimentos. As possibilidades de tratamento, supostamente impedidas por certos agentes do poder político e econômico, e o descrédito dos procedimentos preventivos exprimem, ainda que com alta intensidade emocional e sem contrapartida fac-

tual, o debate político em curso no país. Somadas a outro conjunto de mensagens apuradas, revelam também sentidos opostos que circulam na sociedade, trazendo outro regime de esperança e proteção não considerados pelo jornal. As mensagens relativas ao tripé prevenção-tratamento-cura aludiam a alimentos, substâncias e procedimentos em inúmeras composições e temperaturas, como alho, limão, inhame, vinho, ervas, banhos, vapores e também vacinas (de Cuba, EUA e Israel) e procedimentos não reconhecidos pela ciência oficial (ozonioterapia e auto-hemoterapia). Aqueles que se engajaram em sua divulgação se apresentaram como portadores de esperança ("Boas notícias!") e convocaram a solidariedade para intensificar a divulgação ("Compartilhe, você pode estar salvando vidas nesse momento"). Além do reconhecimento da gravidade da pandemia destacaram-se ingredientes e hábitos que pertencem ao repertório popular e são empregados para outras doenças ou sintomas, em reforço a uma lógica de risco/benefício ("Tenta, mal não vai fazer"). Esse conjunto de receitas caseiras, com ingredientes saudáveis e familiares, ainda que não reconhecidos pela ciência, não contradiz sua autoridade. Várias postagens as apresentaram como recomendações de estudos publicados por pesquisadores ou indicados por médicos experientes.

Esses exemplos expressam a gama variada de possibilidades noticiosas agrupadas sob a categoria guarda-chuva dos serviços de checagem: as *fake news*, nomeação inicialmente utilizada pelo jornalismo para designar notícias falsas e posteriormente apropriada por outros atores sociais como um

selo para narrativas divergentes. Antes restritas no tempo e no espaço, informações mentirosas, distorcidas ou descontextualizadas – todas passíveis de serem classificadas como *fake* – encontraram no ambiente das redes sociais um meio de proliferação favorável pela instantaneidade e impulsividade características de seu uso. O embate travado entre os jornais e as *fake news* vai ao encontro de um movimento da própria OMS, que em 15 de fevereiro alertou pela primeira vez para uma epidemia paralela à pandemia de Covid-19: a infodemia. Caracterizada pelo excesso de informação que dificulta a identificação de fontes confiáveis, ela se desdobra na desinfodemia – desinformação, dolosa ou não, que abunda em quantidade e velocidade jamais experimentadas (POSETTI; BONTCHEVA, 2020). Na língua inglesa, a intencionalidade ficaria marcada pelo uso de prefixos distintos: *misinformation* seriam as informações equivocadas decorrentes de uma compreensão pouco acurada e *disinformation*, aquelas deliberadamente alteradas. Embora a aposta da OMS seja no papel das mídias tradicionais como fonte de informação capaz de pôr em circulação, inclusive nas redes sociais, informação baseada em evidências, trabalhos a respeito das dúvidas propositalmente plantadas pela indústria do cigarro sobre o nexo causal entre nicotina e câncer (ORESKES; CONWAY, 2010) já mostraram que a desinformação é uma estratégia político-econômica de temporalidade variada, enunciada em impressos e em outras mídias tradicionais desde a década de 1950 com artifícios que guardam semelhanças com o que encontramos nos padrões identificados durante a pandemia.

Houve, no entanto, um deslocamento nas formas de sociabilidade que a velocidade e a impulsividade engendraram. Em diferentes níveis, os modos como nos relacionamos com as fontes de informação, sejam elas institucionais ou pessoais, foram alteradas. Uma economia dos afetos que se vale de medo, ódio, angústia e fé aciona mecanismos que envolvem controle, julgamento para capturar a atenção dos usuários, com finalidades políticas e comerciais (RÊGO, 2021).

Desesperança e resignação: o cansaço do extraordinário

A tensão na cobertura, elevada em março e abril, arrefeceu em maio, apesar dos registros oficiais de infecção e óbitos continuarem ascendentes. Em junho, quando as curvas se aproximavam do topo do platô que se desenharia, as capas passaram a discutir a flexibilização da quarentena e a dividir o espaço com outros temas. Da mesma forma, a cobertura foi pautada menos pela pandemia, e mais pela tensão com o governo federal. A isso se somou a esperança vinda da Europa, que vivia declínio de contágio e reabertura.

A mudança no perfil da doença e das mortes, com sua interiorização e disseminação para classes populares e grupos vulneráveis, refletiu-se no jornal. Duas chamadas de capa abordaram a preocupação com comunidades indígenas (12.06; 14.06), que apresentavam nesse momento taxa de mortalidade até 150% maior do que outras populações (BOLETIM, 2020); outra mostrava as favelas (23.06) com as maiores taxas de letalidade do Rio (BOLETIM, 2020). No

entanto, tais matérias foram pontuais, o que sugere um padrão inferior de indignação: os vulneráveis não despertaram atenção equivalente e obtiveram menor destaque que os registros internacionais acumulados, tema da manchete do dia 29.

Os números indicaram a normalização de mortes e a saturação do estatuto extraordinário do início: jornalisticamente, dez mil mortes, noticiadas numa capa toda dedicada a nomear as vítimas (10.05), tiveram mais valor do que 50 mil (21.06), por sua vez mais importantes do que as 160 mil registradas em novembro, sequer mencionadas na primeira página voltada às eleições americanas. Até graficamente, a cobertura da Covid-19 deixou de ser "especial", com a eliminação da tarja sob a qual o conteúdo vinha sendo reunido desde março, e, em junho, as notícias sobre o coronavírus se incorporaram às editorias ordinariamente. Ao final da primeira semana desse mês, porém, alterações na divulgação dos dados relativos à doença pelo Ministério da Saúde (MS) reaqueceram a cobertura e trouxeram de volta incertezas sobre a confiabilidade das informações prestadas pelo Executivo federal. A estratégia do MS foi duramente atacada pelos demais poderes e resultou em incomum alinhamento de veículos de comunicação, que passaram a compilar os números da doença no país, advogando para si o lugar da fidedignidade, da transparência e da empatia.

Em paralelo, a *vida pós-pandemia* começou a ser projetada de forma mais assídua, porém ambígua. A expressão, mencionada desde março, alcançou em junho o maior número

de ocorrências. O futuro foi descrito como desesperança pela longínqua perspectiva de recuperação tanto econômica quanto sanitária, já que estudos sugerem que os impactos da doença no organismo são sistêmicos e duradouros. Por outro lado, o jornal abriu espaço para o destemor dos voluntários nos testes de vacinas, numa expectativa cada vez mais concreta de proteção global. O mês terminou com uma imagem simbólica na capa: o encerramento do hospital de campanha do Pacaembu, em São Paulo.

Na checagem do material das redes, também em queda, a esperança seguiu duas trilhas: a permanência da confiança nas receitas caseiras (03.06; 08.06; 24.06) e as comemorações pelo suposto controle do vírus, em Israel (22.06), Itália (05.06), França (04.06) e Brasil (07.05; 05.06; 23.06). A despeito dos dados epidemiológicos ainda alarmantes em junho, os sentidos circulantes *n'O Globo* revelavam que a pandemia, como fato jornalístico, entrara em declínio.

Considerações finais

O objetivo deste capítulo foi compreender a produção discursiva dos sentidos e afetos sobre a pandemia de Covid-19 em diferentes espaços midiáticos. Tendo como pressuposto o caráter de urgência e intensidade emocional presentes nas epidemias e sua dimensão dramatúrgica, buscamos compreender de que forma afetos foram acionados e como participaram da construção simbólica deste evento. A análise do material apontou logo de saída a forte preponderância do medo, que esteve presente ao longo dos seis meses analisados

e nos espaços midiáticos investigados. Se o sentimento foi constante, sua simbolização, no entanto, foi distinta, mudando de sentidos e intensidade segundo os atores sociais que o vocalizavam e adquirindo novas formas no tempo. Três eixos de temor preponderaram: a letalidade do vírus, o medo da China e os impactos econômicos.

No que diz respeito à cobertura de *O Globo*, observa-se a representação da pandemia como evento traumático, enfatizando seu caráter extraordinário e outorgando-lhe um investimento político sem precedentes frente a outros eventos sanitários. A magnitude, singularidade e duração da pandemia, bem como os impactos sociais, econômicos e políticos que acarretou foram alguns dos fatores que contribuíram para compreender sua especificidade como fato jornalístico e objeto de temor. Essa perspectiva não pode ser dissociada de seu enquadramento em diálogo com medos precedentes, em especial aqueles oriundos do contexto político do país marcado pela polarização.

No entanto, é importante enfatizar a contingência desse enquadramento. Primeiro, porque ele é mutável: a tensão diante da China e da situação econômica perdeu força com o decorrer do tempo, enquanto o medo da letalidade do vírus se manteve estável, atingindo seu ápice nos meses de abril e maio. Este temor foi a base para a construção discursiva da noção de *gravidade* pelo jornal, feita em aliança com outros atores, como os cientistas. Aqui, a noção de confiança foi estruturante, outorgando a esses atores não apenas o estatuto de fonte, mas de meio de certificação de seu próprio

posicionamento. A posição de *O Globo* em relação a esse evento foi uma oportunidade de se recolocar em um cenário comunicacional marcado pela forte concorrência discursiva. Ao reputar para o jornalismo profissional maior credibilidade e confiança, trazendo a necessidade de se reafirmar coletivamente o pacto de comprovação, diferenciava-se, assim, de outros discursos, em especial aqueles que circulavam nas redes sociais, marcados por outros códigos.

Outro foi o regime de afetos que circulou nas redes sociais. Se o medo também esteve presente – da morte, da China, dos governantes brasileiros – ele, no entanto, coexistiu com a esperança. Esta brotou em grupos que experimentam formas de sociabilidade constituídas por uma relação mais horizontal, permitindo o compartilhamento de identidades e visões de mundo que propiciam o reforço da confiança fundamentada na sua condição de iguais, em contraposição às figuras de autoridades vistas como traiçoeiras. Aqui, dois eixos são identificados: a esperança fundamentada em práticas de cuidado do repertório popular que evocam proteção e imunidade contra a doença e, de outro, segmentos que investem na desqualificação da gravidade do vírus (a ser enfrentado com coragem) e das medidas preconizadas pelas autoridades sanitárias. A aposta em um horizonte menos ameaçador revela a congruência com uma visão política e ideológica alinhada ao discurso bolsonarista, que tensiona não apenas as autoridades sanitárias internacionais, mas o próprio jornalismo. É interessante destacar, no entanto, que não há em seu discurso uma ruptura com a ideia de ciência, cujas credenciais são aciona-

das como forma de se contrapor a esses posicionamentos concorrentes. Certamente a ciência evocada não corresponde a uma prática científica concreta, validada pelas instâncias competentes, mas trata-se de uma *ideia de ciência*, uma imagem evocada para se contrapor a seus antagonistas nos mesmos termos.

A indignação foi uma outra emoção importante identificada. Cabe, no entanto, destacar seu caráter seletivo: no caso dos jornais, isso se dá tanto em relação aos grupos vulneráveis, merecedores de atenção incompatível com sua relevância epidemiológica, como pelo caráter contido de sua exasperação. Ainda que o jornal aponte de forma recorrente a gravidade da pandemia e denuncie os desacertos dos governantes não seguidores dos posicionamentos científicos, seu tom assume uma ambiguidade. Em contrapartida, a indignação nas redes sociais se expressa de modo explícito e intenso, mirando os meios e produtos jornalísticos e as autoridades políticas e sanitárias que preconizavam estas medidas.

Esse esforço analítico nos permitiu compreender de modo mais acurado as proximidades e distâncias entre jornalismo e *fake news,* bem como a circularidade de seus enunciados. Isso implica discutir os espaços mais suscetíveis à instalação da dúvida na esfera pública, algo observado em relação ao jornalismo como dimensão importante do fenômeno do negacionismo (ORESKES; CONWAY, 2010) e que, na vigência da Covid-19, colocou-se na ambiência das redes sociais digitais. Esses papeis, no entanto, não estão fixados. Jornais e redes propõem sentidos e emoções que têm apelo

e obedecem a múltiplas lógicas, intencionalmente ou não. A desinformação, por sua ressonância e potencial de afetação, é vetor de medo, ódio, indignação e, também, de esperança, ainda que falseada. Colocar sob análise tais sentidos e afetos, indo além da classificação como mentira ou verdade, é um passo importante para políticas e estratégias públicas de comunicação que se pautam na busca de efetivo diálogo com os segmentos que com eles se identificam e que ampliam a capilaridade desses discursos.

Referências

ALEXANDER, J. **Cultural trauma and collective identity**. Berkely/Los Angeles/ London: University of California Press, 2004.

BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: HUCITEC, 2006.

BOLETIM. Observatório Fiocruz COVID-19 após 6 meses de pandemia no Brasil: edição oficial. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2020.

DATAFOLHA. **78% se consideram bem informados sobre coronavírus**, 2020. Disponível em: http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2020/04/1988655-78-se-consideram-bem-informados-sobre-coronavirus.shtml. Acesso em: 14 nov. 2020.

DOUGLAS, M.; WILDAVSKY, A. **Risk and culture**: an essay on the selection of technological and environmental dangers. Berkeley: University of California *Press*, 1983.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Brasília: UNB, 2001.

FASSIN, D; RECHTMAN, R. **The empire of trauma: An inquiry into the condition of victimhood.** Princeton: Princeton University Press, 2009.

G1. **Após provocar aglomeração durante passeio em Brasília, Bolsonaro volta a se posicionar contra o isolamento social**. 2020a. Disponível em: https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/03/29/apos-provocar-aglomeracao-durante-passeio-em-brasilia-bolsonaro-volta-a-se-posicionar-contra-o-isolamento-social.ghtml. Acesso em: 14 dez. 2020.

G1. **Fato ou Fake**. 2020b. Disponível em:https://g1.globo.com/fato-ou-fake/. Acesso em: 15 nov. 2020.

G1. **G1 lança Fato ou Fake, novo serviço de checagem de conteúdos suspeitos**. 2018. Disponível em: https://g1.globo.com/fato-ou-fake/noticia/2018/07/30/g1-lanca-fato-ou-fake-novo-servico-de-checagem-de-conteudos-suspeitos.ghtml. Acesso em: 21 nov. 2020.

GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora da Unesp, 1991.

HALBWACHS, M. A Expressão das emoções e a sociedade. **Revista Brasileira de Sociologia das Emoções,** v.8 n.22, pp. 201 a 218, abril 2009.

HARTMAN, A. **A war for the soul of America: a history of the culture wars**. Chicago: The University of Chicago Press, 2015.

HJARVARD, S. **The mediatization of culture and society**. London: Routledge, 2013.

INSTITUTO DE COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA EM SAÚDE (ICICT). **Plataforma de Ciência de Dados Aplicada à Saúde**. Disponível em: https://bigdata.icict.fiocruz.br/. Acesso em: 15 nov. 2020.

KROTZ, F. The meta-process of mediatization as a conceptual frame. **Global Media and Communication**; v.3, n. 3, p. 256-260, 2007.

LERNER, K; GRADELLA, P. Mídia e pandemia: Os sentidos do medo na cobertura de Influenza H1N1 nos jornais cariocas. **Eco (UFRJ)**, n.14, p. 33-54, 2011.

LIVE de quinta-feira com o Presidente Jair Bolsonaro (05/03/2020). Brasília: Jair Bolsonaro, 2020a. 1 vídeo (27 min.), cor. [Live]. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=K8z5SUbkZT8&feature=youtu.be&ab_channel=-JairBolsonaro. Acesso em: 14 dez. 2020.

LIVE de quinta-feira com o Presidente Jair Bolsonaro (09/04/2020). Brasília: Jair Bolsonaro, 2020b. 1 vídeo (21 min.), cor. [Live]. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=F9jXlF2ExQE&ab_channel=JairBolsonaro. Acesso em: 21 nov. 2020.

MAUSS, M. **Ensaios de Sociologia**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001.

O GLOBO. **Acervo O Globo**. Disponível em: https://acervo.oglobo.globo.com/. Acesso em: 15 nov. 2020.

ORESKES, N; CONWAY, E. M. **Merchants of doubt: how a handful of scientists obscured the truth on issues from tobacco smoke to global warming**. Nova York/Londres/Berlim: Bloomsbury, 2010.

PORTAL DA COMUNICAÇÃO. **Jornalismo cresce em audiência na pandemia do coronavírus.** 2020. Disponível em: https://portaldacomunicacao.com.br/2020/05/jornalismo-cresce-em-audiencia-na-pandemia-do-coronavirus/. Acesso em: 20 nov. 2020.

POSETTI, J; BONTCHEVA, K. **Disinfodemic: deciphering COVID-19 disinformation**, Unesco, 2020.

RÊGO, A.R. Vigilância, controle e atenção: a desinformação como estratégia. **Organicom**, v. 17, n. 34, 2021.

REZENDE, C; COELHO, M. C. **Antropologia das Emoções**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010.

ROSENBERG, C. Whats is an epidemic? AIDS in historical perspective. **Explaining epidemics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1992, p. 278-293.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **Rolling updates on coronavirus disease (COVID-19)**: Updated 31 July 2020. 2020. Disponível em: https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019/events-as--they-happen. Acesso em: 14 nov. 2020.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **WHO Coronavirus (COVID-19) Dashboard**. Disponível em: htps://covid19.who.int/. Acesso em: 01 abr. 2021.

Sobre narrativas e instituições no estado de Polycrisia

Georgios Kostakos
Foundation for Global Governance and Sustainability (FOGGS), Bruxelas, Bélgica
E-mail: georgios.kostakos@foggs.org

O contexto

"Building back better"[1] surgiu como o lema de governo e de líderes de organizações internacionais no início da pandemia da Covid-19. Combina uma referência reconfortante à "volta" aos bons e velhos tempos antes da Covid-19, ao mesmo tempo em que reconhece que já existiam problemas, caso contrário a pandemia não teria ocorrido e a economia não teria entrado em colapso, daí a "melhor" parte.

Como afirmo em um artigo de opinião, publicado em agosto de 2021 no Euronews.com[2], embora "Building back better" seja um objetivo justo e um "grito de guerra" para as energias das pessoas, o que é mais importante é construir melhor daqui em diante. Voltar não é uma opção, porque o mundo já não é o mesmo de dez ou dois anos atrás, se é que sabíamos realmente como era o mundo naquela época. A pandemia deixou claro que, à primeira vista, o que parecia ser uma crise sanitária poderia muito bem ter sido causada por

1 Nota de tradução: "Reconstruir Melhor", na tradução literal para o português

2 EURONEWS. **Forget build back better - what if crisis is the new normal?** Disponível em: < https://www.euronews.com/2021/07/27/forget-build-back-better-what-if-crisis--is-the-new-normal-view>. Acesso em 30 de agosto de 2021.

uma crise ambiental: a transmissão de vírus de animais para humanos devido à proximidade e à invasão implacável da humanidade no ambiente natural. Agora também está claro que responder a uma pandemia é muito custoso, não apenas por causa dos medicamentos, vacinas e suprimentos médicos necessários, mas porque as medidas tomadas para proteger a saúde pública têm consequências inesperadas significativas para a economia e a sociedade. Considerando que há pelo menos uma outra crise global, interconectada e se intensificando ao mesmo tempo, causada pelas mudanças climáticas, a complexidade da situação em que nos encontramos torna-se ainda mais evidente.

Por essa razão, sugiro que chamemos este período da história da humanidade, o estado atual da humanidade, de "Polycrisia", uma palavra que vem do grego "poly[3]", que significa muito, e "crisis", traduzido como crise, com uma terminação feminina "-a" para completar o final do termo, como nas palavras Polynesia[4], Micronesia[5] e Euthanasia[6] (pretendem-se associações macabras). Polycrisia é o momento atual em que nos encontramos, quando a principal força definidora do Antropoceno[7], ou seja, a atividade humana que está mu-

3 Nota de tradução: foi mantida a grafia de "poli" em inglês "poly", como no original do artigo, para facilitar a explicação do neologismo "Polycrisia".

4 Nota de tradução: Polinésia, em tradução para o português. A Polinésia é uma sub-região da Oceania.

5 Nota de tradução: Os Estados Federados da Micronésia, coloquialmente chamados apenas de Micronésia, são uma nação insular da Oceania.

6 Nota de tradução: Palavra em inglês para Eutanásia, ato intencional de proporcionar a alguém uma morte indolor para aliviar o sofrimento causado por uma doença incurável ou dolorosa.

7 Nota de tradução: Antropoceno é um termo formulado por Paul Crutzen. O prefixo grego "antropo" significa humano; e o sufixo "ceno" denota as eras geológicas. O termo também pode ser conhecido como "Época dos Humanos".

dando a forma do planeta, atinge um pico de interferência com o ambiente natural, limites planetários[8], causando uma grande reação.

Estamos prontos para isso? Temos as instituições, políticas, narrativas explicativas e a mentalidade para, em primeiro lugar, compreender a natureza do desafio e, em seguida, tentar lidar com ele de maneira significativa? A julgar pela resposta confusa à pandemia da Covid-19 e à crise climática, obviamente não. As velhas formas e o paradigma geral continuam, mesmo que reivindicados de outra forma. Em suma, tudo pode ser explicado e é motivado pela busca de lucros cada vez maiores para a classe empresarial e pela busca e manutenção do poder para a classe política. Entre esses dois, uma classe educada ou elite do conhecimento[9] frequentemente professa superioridade moral e ocasionalmente tenta alcançá-la, seja como funcionários públicos esclarecidos em governos ou organizações internacionais, como sociedade civil ou como artistas e intelectuais públicos. Entretanto, na maioria das vezes, os membros dessa elite aconselham tanto a elite empresarial quanto a elite política sobre como atingir seus respectivos objetivos, recebendo de ambas as partes uma comissão por suas contribuições.

8 Para mais informações sobre a noção de "fronteiras planetárias", introduzida em 2009, por Johan Rockström e outros cientistas de renome internacional, consulte: https://stockholmresilience.org/research/planetary-boundaries.html. Acesso em: 30 de agosto de 2021.

9 Veja a análise relevante em "How Politics became a Contest dominated by Two Kinds of Elite", de Amory Gethin, Clara Martinez-Toledano e Thomas Piketty, publicado pelo The Guardian, em 5 de Agosto de 2021. Disponível em: https://www.theguardian.com/commentisfree/2021/aug/05/around-the-world-the-disadvantaged-have-been-left-behind-by-politicians-of-all-hues. Acesso em: 30 de agosto de 2021.

Por que tudo isso está acontecendo?

Pode-se falar com segurança sobre como os corações e mentes de todas as três elites mencionadas acima foram conquistados pela ideologia de lucro e poder. Inevitavelmente, isso nos leva a um novo tipo de "selva", onde a sobrevivência e o enriquecimento ilimitado do "mais apto" é "deus". Mais apto, neste caso, certamente não significa aqueles com valores fortes e corações generosos, mas geralmente é medido pela intensidade de conexões ativas e capacidade de fechar negócios mutuamente benéficos dentro de sua própria elite e com os outros. No processo, o interesse público é relegado ao estado de um mito impraticável ao qual se deve falar de forma não deliberada, mas não muito mais do que isso. Ao mesmo tempo, as crises interconectadas da Polycrisia continuam lembrando ao mundo que há um interesse comum que precisa ser garantido, caso contrário, todos acabarão sofrendo. Inclui o fornecimento de bens públicos, como serviços de saúde, um ambiente limpo e um clima moderado, bem como uma economia que funciona para todos, mesmo em condições de crises múltiplas. Mas isso, no momento, parece bom demais para ser ou se tornar verdade.

A distorção da nossa realidade compartilhada é particularmente surpreendente quando a agenda "verde" de resiliência e sustentabilidade, que poderia ser a solução para este enigma, é utilizada como uma cobertura moral para uma maior expansão da atividade industrial e exploração da matéria-prima, desta vez para a produção de moinhos de vento, carros elétricos, entre outras coisas. A sustentabilidade é leva-

da ao limite e dramaticamente alterada. Da mesma forma, a resiliência também é mensurada para ser aplicada a empresas ou organizações, não primariamente a pessoas e sociedades.

Perceber e explicar de maneira ampla tudo isso é importante, mas questionar ou protestar não nos levará muito longe. É fundamental propor soluções tanto no nível macro quanto no micro. No restante deste capítulo, concentro-me em duas propostas no nível macro que respondem à necessidade de uma nova narrativa para a globalização e um novo arranjo institucional no nível multilateral, respectivamente. Essas propostas foram desenvolvidas e ainda estão sendo trabalhadas e promovidas pela Foundation for Global Governance and Sustainability (FOGGS).[10]

Uma nova narrativa para trazer esperança e ajudar a construir um futuro melhor

Histórias e narrativas criam a estrutura dentro da qual nós humanos moldamos nossos pensamentos, nossos critérios do que é bom e do que é mau e nosso senso de propósito. Uma narrativa negativa semeia dúvidas, desconfiança e uma sensação de medo, aumentando as suspeitas mútuas e levando a profecias autorrealizáveis de conflito e destruição. Uma narrativa positiva deveria reverter ou pelo menos moderar tudo isso, enfatizando considerações de ganha-ganha e gerando abertura e esperança em vez de desespero.

Evidentemente, as narrativas não podem ser dissociadas da realidade, pois pretendem descrever e explicar o que

10 Fundação para Governança Global e Sustentabilidade, tradução livre para o português. Disponível em: <https://www.foggs.org>.

realmente acontece no mundo e, com base nisso, permitem planejar caminhos para futuros desejáveis, observando a realidade em vários momentos e de várias formas ao longo do caminho. A narrativa (neo) liberal que prevalece desde o fim da Guerra Fria promete o estado de direito, a prosperidade ampla e a paz mundial. A ênfase no lucro individual e empresarial, no entanto, levou ao aumento das desigualdades entre as pessoas, enquanto sua ênfase no uso de materiais e consumismo acelerou a mudança climática e a degradação ambiental, e seu foco nas finanças desvinculou o dinheiro das necessidades reais das pessoas e da real economia. Nesse sentido, as múltiplas crises que vivemos hoje são uma consequência direta de explorar e levar ao seu limite as pessoas e a natureza.

Pode haver uma narrativa alternativa que ajude a reconstruir a confiança entre as pessoas e restaure um grau de harmonia entre a humanidade e a natureza? Esperançosamente, inicia-se utilizando a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) que os líderes mundiais adotaram nas Nações Unidas em setembro de 2015. Adicionalmente, o Acordo de Paris sobre as mudanças climáticas, adotado em dezembro de 2015, e o impulso nos últimos anos para negócios verdes, como o European Green Deal, oferecem histórias positivas e incentivam o trabalho coletivo. A implementação, entretanto, não é tão direta e os elementos positivos ainda estão misturados aos negativos. O quadro geral, porém, parece estar mudando em favor de soluções verdes com justiça social e prosperidade sustentável, pelo menos na retórica.

A crise financeira global de 2008, a pandemia da Covid-19 e a intensificação da crise climática estão aumentando a pressão por uma nova narrativa[11] positiva e inclusiva para a globalização. Os elementos que precisam fazer parte são um sistema econômico e financeiro que funcione para todos, gerando empregos com remuneração decente e significativa, reduzindo as desigualdades e priorizando as pessoas e a natureza em detrimento do lucro; saúde de qualidade e acessível para todos, com ênfase no bem-estar holístico e na prevenção, não apenas no tratamento, e governança inclusiva e baseada em regras de novos e velhos hábitos para o bem comum, notadamente do sistema climático da Terra, os oceanos, a Antártica, o espaço sideral e a internet. Uma meta geral que deve ser otimizada através desses elementos, como as crises recentes têm mostrado, é a resiliência, a capacidade das pessoas e comunidades de suportar choques como as crises mencionadas acima, lidar com eles com o mínimo de perdas possível e se recuperar, avançando para um futuro ainda melhor do que antes.

A próxima seção apresenta um arranjo institucional que pode ajudar a trazer a resiliência para o centro da discussão em termos de políticas e ações globais.

Um Conselho de Resiliência Global para evitar outra resposta de emergência confusa e fragmentada

A resposta global ao vírus da Covid-19 e à pandemia causada por sua rápida disseminação revelaram as numerosas fragilidades dos atuais arranjos institucionais para lidar com emergências de saúde em nível internacional. Acelerando para a competição pelos escassos EPIs (Equipamentos de Proteção Individual), trabalhando por conta própria ou em grupos regionais ao invés de unir forças globalmente, acumulando vacinas e medicamentos ao invés de compartilhar de forma justa e de acordo com as necessidades, os países deste mundo e seus governos mostraram quão pouco eles realmente se preocupam com a solidariedade humana que não lhes traz votos e influência. A Organização Mundial da Saúde (OMS) foi morosa em sua resposta inicial a um de seus Estados membros mais importantes, a China, fonte do novo vírus, que manteve sua existência em segredo por um tempo e depois se recusou a colaborar totalmente com a investigação sobre suas origens. Outro Estado membro extremamente importante da OMS, os Estados Unidos, sob o comando à época de presidente Donald Trump, decidiram se retirar da lista de membros da organização no auge da pandemia, uma decisão que felizmente foi revertida pelo sucessor de Trump, Joe Biden. De forma bastante decepcionante, o sistema mais amplo das Nações Unidas e o órgão mundial central, a própria Organização das Nações Unidas, exceto exortações retóricas ocasionais, não se posicionaram para aconselhar, convo-

car e desafiar os estados e líderes mundiais a se unirem para realmente tratar da pandemia em conjunto.

Os Estados da União Europeia, Canadá, EUA e outros países ricos do Ocidente optaram por fazer acordos separados com empresas farmacêuticas para garantir vacinas para seus cidadãos, muito mais vacinas do que realmente precisavam. Ao mesmo tempo, esses países financiavam custos e promessas levianas à COVAX Facilicity, estabelecida como um grupo de múltiplas partes interessadas/parceria público-privada conectada à OMS[12]. A COVAX também deveria facilitar e baratear a obtenção das vacinas para os países em desenvolvimento, mas isso não aconteceu de forma satisfatória até o final de agosto de 2021, quando este capítulo estava sendo finalizado[13]. Embora seja bem conhecido e frequentemente repetido que ninguém está seguro até que todos estejam seguros, devido ao perigo de novas ondas de transmissão e novas variantes virais, sem mencionar os princípios de solidariedade e justiça, não há liderança ou organismo multilateral existente ou oficial para realmente alcançar esse feito na prática.

Dificuldade de enxergar de longe, liderança fraca e a falta de cooperação, tudo isso se dá enquanto a humanidade está em guerra com grandes ameaças como a Covid-19 e as

12 Para uma análise crítica sobre a COVAX veja Harris Gleckman, COVAX: a global multistakeholder group that poses political and health risks to developing countries and multilateralism. Disponível em: https://www.foei.org/wp-content/uploads/2021/04/COVAX_multistakeholderism-COVID-19-vaccine.pdf

13 A página da GAVI (The Vaccine Alliance), dedicado à distribuição do COVAX publicou: "A COVAX já despachou mais de 224 milhões de vacinas Covid-19 para 139 participantes". Compare com os 5,25 bilhões de doses administradas globalmente até 30 de agosto 2021, conforme indicado pela Our World In Data em sua página da web. De acordo com este último, até essa data 39,3% da população mundial havia recebido pelo menos uma dose de uma vacina Covid-19, isso incluiu apenas 1,6% das pessoas em países de baixa renda.

mudanças climáticas, insegurança alimentar e hídrica, avanço da desertificação, perda de biodiversidade acelerada, poluição generalizada do ar, água e terra. Apesar dessas grandes ameaças à segurança humana, não há uma resposta proporcional estruturada ou mesmo considerada ou debatida nos fóruns multilaterais existentes. É aí que entra a proposta da FOGGS para o estabelecimento de um Conselho de Resiliência Global (GRC)[14]. Como um "Conselho de Segurança" para ameaças não militares, ele deve ter o poder de investigar e tomar decisões que devem ser vinculativas para todas as partes - incluindo governos, organizações multilaterais, empresas privadas - impondo sanções e outras penalidades aos transgressores ou recusando-se a cooperar, conforme necessário.

Esse organismo também ajudaria a transcender a fragmentação setorial que está embutida no atual sistema multilateral, que data da Segunda Guerra Mundial e conta com agências especializadas em saúde, meio ambiente, educação, comércio etc. À vista do caráter multidimensional das crises de hoje, é importante reunir todas essas agências e outros stakeholders relevantes para lidar de forma abrangente com as dimensões sociais, econômicas, ambientais e de governança que toda e qualquer ameaça contemporânea à segurança humana exibe em maior ou menor grau.

14 Para a última interação da proposta, consulte Harris Gleckman e Georgios Kostakos, autores principais, "A 'Security Council' to Deal with Non-Military Global Threats - The Global Resilience Council Revisited", FOGGS, Bruxelas, junho de 2021. Este é um trabalho em andamento e, claro, se adotado em princípio, terá de ser modelado detalhadamente por meio de amplas negociações entre os países, com a participação de outros stakeholders. Disponível em: https://www.foggs.org/wp-content/uploads/2021/06/FOGGS_GRC-Revisited-Text-FINAL_23June2021.pdf

A criação de um Conselho de Resiliência Global (GRC, na sigla em inglês) poderia ser negociada no âmbito da implementação da Declaração UN75, adotada pelos Estados membros da ONU, em setembro de 2020, por ocasião do seu 75º aniversário. Se houver a vontade e a coragem política necessárias, esse organismo poderá estar em funcionamento até 2025, se não antes, e deverá ser colocado em funcionamento imediatamente. Nesse ínterim, deve-se buscar uma melhor coordenação entre as agências do sistema das Nações Unidas e outros organismos multilaterais. Isso poderia ser alcançado por meio de uma plataforma compartilhada (poderia ser chamada de "Conselho de Liderança de Organizações Intergovernamentais"), reunindo os chefes ou representantes seniores das assembleias ou conselhos intergovernamentais com poder de decisão nas respectivas agências ou órgãos. Apenas esse fator contribuiria para uma abordagem mais holística, de "todo-multilateralismo", traduzindo-se em políticas mais bem coordenadas e alocação de recursos alinhada entre todas as agências e outros órgãos envolvidos. A plataforma pode servir como um precursor para o Conselho de Resiliência Global e pode permanecer como um companheiro para o conselho após o seu estabelecimento.

Em qualquer novo arranjo institucional que tente quebrar as fronteiras setoriais e lidar com autoridade com as crises globais de hoje, é importante garantir o envolvimento de diversas comunidades de atores não-estatais, como cientistas e associações científicas, sindicatos e associações profissionais, líderes empresariais, parlamentares, autoridades locais,

povos indígenas e sociedade civil em suas várias estruturas e formatos. As assembleias consultivas poderiam ser estabelecidas para cada uma dessas comunidades de stakeholders, com status e procedimentos que permitiriam sua contribuição substantiva nos processos de tomada de decisões intergovernamentais e participação ativa na implementação das decisões tomadas.

Breves considerações

No estado de Polycrisia em que se encontra a humanidade, que enfrenta uma série de crises sobrepostas e interconectadas, as antigas narrativas e instituições não podem mais oferecer soluções adequadas. Podemos construí-las, até certo ponto, mas também precisamos repensá-las e renová-las, especialmente se queremos reforçar nossas falas, ou seja, que ninguém deve ser deixado para trás e que as considerações primordiais devem ser aquelas do bem-estar humano, resiliência social e sustentabilidade ambiental. A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável fornece o contorno de uma visão positiva para o futuro e a estrutura institucional da ONU de 75 anos e ainda pode servir como o centro de referência para o multilateralismo. No entanto, ao mesmo tempo, inovações ousadas são necessárias e tentamos delinear algumas delas anteriormente.

Referências

EUROPEAN COMISSION. **A European Green Deal**. Disponível em: <https://ec.europa.eu/info/strategy/priori-

ties-2019-2024/european-green-deal_en>. Acesso em 30 de agosto de 2021.

FOGGS. **A new narrative of hope and resilience:** for human dignity and well-being. Disponível em: <https://www.foggs.org/wp-content/uploads/2020/08/FOGGS-UN75plus25_Proposal_I-New-Narrative_zero-draftfinal29-Aug-2020-1.pdf>. Acesso em 30 de agosto de 2021.

FOGGS. **UN2100 (UN to 100) Initiative**. Disponível em: <https://www.foggs.org/un2100initiative>. Acesso em 30 de agosto de 2021.

FOGGS. **Canal FOGGS no Youtube**. Disponível em: <https://www.youtube.com/channel/UC8DgT1t6eLfXZHq5p4IFwUw/videos>. Acesso em 30 de agosto de 2021.

GAVI. **COVAX has so far shipped over 224 million Covid-19 vaccines to 139 participants.** Blog: Online, 30 de Agosto de 2021. Disponível em: <https://www.gavi.org/covax-vaccine-roll-out>. Acesso em 30 de agosto de 2021.

GLECKMAN, Harris; KOSTAKOS, Georgios. **The Coronavirus vs. Multilateralism:** Who Will Win? PassBlue: Online, 4 de junho de 2020. Disponível em: <https://www.passblue.com/2020/06/04/the-coronavirus-vs-multilateralism-who-will-win/>. Acesso em 30 de agosto de 2021.

KANNINEN, Tapio; KOSTAKOS, Georgios. **Global Responses to the Pandemic**: Assessing the national and international actors. New Zealand Centre for Global Studies Blog, Part I (6 May 2020) and Part II (7 May 2020). Disponível em: <https://nzcgs.org.nz/international-advisory-panel/the-global-response-to-the-pandemic/>. Acesso em 30 de agosto de 2021.

OUR WORLD IN DATA. **Página inicial.** Disponível em: <https://ourworldindata.org/covid-vaccinations>. Acesso em 31 de agosto de 2021.

UNFCCC. **The Paris Agreement**. Disponível em: <https://unfccc.int/process-and-meetings/the-paris-agreement/the-paris-agreement>. Acesso em 30 de agosto de 2021.

UNITED NATIONS. **The 2030 Agenda for Sustainable Development**. Disponível em: < https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/21252030%20Agenda%20for%20Sustainable%20Development%20web.pdf>. Acesso em 30 de agosto de 2021.

UNITED NATIONS. **Declaration on the Commemoration of the Seventy-fifth Anniversary of the United Nations.** Disponível em: <https://www.un.org/pga/74/wp-content/uploads/sites/99/2020/06/200625-UN75-highlight.pdf>. Acesso em 31 de agosto de 2021.

Inferencias en Pandemia "una fragmentación anunciada"

Pedro Russi
Centro Universitario Regional Litoral Norte (CENUR LN)
Universidad de la República (UdelaR), Paysandú, Uruguay
E-mail: pedrorussi@gmail.com

> *A gente não fez outra coisa nos últimos tempos senão despencar. Cair, cair, cair. Então porque estamos grilados agora com a queda? Vamos a aproveitar toda a nossa capacidade crítica e criativa para construir paraquedas coloridos. Vamos pensar no espaço não como um lugar confinado, mas como o cosmos onde a gente pode despencar em para quedas coloridos* (KRENAK, 2020, p. 30).

Comparto este ejercicio inferencial en el transcurrir de la Pandemia COVID-19 (2020-2021…). Reflexiones que son puestas en movimiento a partir del concepto e inquietud de la Sociedad de Riesgo de Ulrich Beck. Obviamente que este periplo pandémico no ha finalizado, se encuentra en un momento de giro, quiebre o explosión. Al decir giro o quiebre me refiero a un cambio de ritmo y rumbo (aparentemente) inesperados. Son perceptibles modos de fragmentación intensos, desde una perspectiva comunicacional, con relación a los diferentes y diversos campos de acción mediática. La mediatización de la pandemia, transita en fragmentos y dicotomías. No podemos mirar lo que hemos [sic] vivido, sin considerar la mediatización como esfera en la cual y desde la cual se delinearon las tramas discursivas-interpretativas para

articular las experiencias del estar en pandemia. El concepto de *sociedad de riesgo* propuesto en 1986, potencializa la mirada compleja a esos cotidianos entretejidos narrativos. La referencia a algunas experiencias permitirá ilustrar las dinámicas fragmentarias. La cuestión base de este texto, es dar inicio a un proceso inferencial amplio, para comprender el gesto epistémico y ethos, como lugares del cual se interpreta-acciona el mundo.

> *Los peligros percibidos abren a la decisión social unos automatismos al parecer completamente bloqueados. Lo que los directivos y científicos trataron y decidieron injustificadamente a puerta cerrada debe justificarse ahora de repente en todas sus consecuencias en el foro de las controversias públicas* (BECK, 1998a, p.70).

Me parece importante, y no menos inocente, comenzar esta parte con ese epígrafe de Beck, que pone en común una idea que se hizo más que familiar en todos estos tiempos recientes de globalización virulenta. Nos enfrentamos a un virus, además del COVID-19, que es el de las decisiones sobre los ciudadanos, con negociaciones realizadas a puertas cerradas. Obviamente, cuando Beck pensó y escribió este texto, que importo como epígrafe, no se refería a la pandemia iniciada en 2020. Pero si podemos entender al leer la su obra mayor, que hay referencia a una episteme del quehacer funcional de determinados poderes en la orbita del poder-saber. Así, frente al peligro, la reacción (episteme interpretativa) es

tomar decisiones en secreto por el bien de quienes recibirán las consecuencias de esas opciones. Algo que no deja de resultar paradójico, porque al mismo tiempo, debe justificarse ese secreto, debe delinearse una justificativa de lo injustificable. De alguna manera tiene que entrar en el foro público, porque los procesos comunicacionales mediáticos abren el flanco para ello.

Algo de eso sucedió en Uruguay (2021). Cuando en medio de un atraso importante para la compra de las vacunas para el COVID-19, en una de las tantas conferencias prensa el presidente uruguayo[1] fue cuestionado sobre la compra de las vacunas y los contratos de las mismas. A esa pregunta la respuesta fue una explicación que los contratos no podrían ser revelados por ser secretos entre el gobierno uruguayo y las respectivas farmacéuticas. Algo que no deja de sorprender porque siendo dinero público, no puedan ser aclaradas las características del contrato de compra. Para agregar otro elemento en ese sentido, es la firma, luego de recibir la vacuna, de una declaración de responsabilidad mediante la cual los juicios a la empresa son o sería de cierta forma evitados. Mismo que pueda ser una justificativa, es algo que no justifica lo injustificable. Como vamos a ver más adelante, la democracia se ve en desventaja, lo colectivo se deteriora, en el secretismo contractual. Y lo que sorprende es la ver naturalización en

1 Luis Lacalle Pou - Desde el 1 de marzo de 2020. Pertenece al Partido Nacional (derecha), pero es elegido presidente en el segundo turno de las elecciones, conformando lo que se denomina como Coalición (de derecha). Al inicio las conferencias eran semanales, cuando Uruguay presentaba buenos índices de no contagio, pero al pasar el tiempo y los números no ser tan agradables, el cuerpo del presidente fue dejando paso al cuerpo de los secundarios: ministros, voceros, asesores…

muchos de los medios de esa situación. Más que un contrato con una empresa farmacéutica, fue un conclave.

Y esto no lo menciono como algo acusatorio, sino que desde el punto analítico es importante comprender, por medio de la mirada compleja, que esto aumenta lo misterioso y fantasmal del virus. Hace un tiempo, en una conversación sobre estas temáticas pandémicas (RUSSI; SILVA, 2020), compartía una sensación de que algo se había presentado sin ser invitado. Eso que sorpresivamente irrumpe el cotidiano y nos dice que somos falibles, en la comprensión de los signos que señalan y establecen las referencias de localización simbólica de que algo se instaló. Y eso me hace examinar las maneras en que podemos pensar los desafíos actuales de la sociedad de riesgo, en pandemia. Considerando la saturación de las imágenes y pantallas que suplantan los encuentros donde los marcos del encuadre son más amplios, mas globales. Pero al mismo tiempo reducen y especifican. Hay aquí un doble encuentro que se da en las plataformas comunicativas (*zoom*, *meet*, por citar algunas), que al mismo tiempo que nos permiten desplazarnos hacia puntos geográficos muy distantes en un mismo día sin salir de nuestra silla otorgando una sensación de omnipotencia y traslación, nos estrechan a un determinado encuadre, fondo y punto de fuga. Y este punto de fuga no es solamente el visual-perspectiva, sino de fuga evasión o escape, por medio de silenciar el micrófono o apagar la cámara; para perder o perderse.

Lo que estoy queriendo plantear con esto, es la fragmentación que se fortalece desde todas esas aristas que hacen de

la experiencia "virtual"[2]. Y en una sociedad donde la fragmentación es una de las epistemes interpretativas, no es difícil ajustarse rápida y amablemente a ella, porque no es algo insólito y excepcional. Es más conocido de lo que pensamos. No es que nuestra adaptación, más allá de que somos animales de costumbre, fue astutamente rápida, sino que la fracción ya hacía parte de la matriz occidental, global y tecnocrática. Era "la vuelta de tuerca que faltaba" para demarcar fragmentos. Estar conectados globalmente no quiere decir estar en vinculación o en vínculo, no podemos entenderlos como iguales.

En Max-Neef podemos rescatar una crítica a la lógica del fragmento. Fragmentación que no quiere ver la necesaria interdependencia entre los diversos actores (científicos, políticos, sociedad civil, etc.) y situaciones sociales de las y los ciudadanos. El privilegio de unos pocos no es independiente de la desventaja o quebranto de los otros. Ese es el sentido que la Democracia, que rescata las diferencias para poder extender los derechos a todos y por eso, no hay ni existe Democracia si hay fragmentación o fraccionamiento de la ciudadanía. En esta línea, dirige la mira hacia una sociedad fundamentalmente fraccionada de sistemas excluyentes. Para que se pueda observar mejor, recupero lo que Max-Neef destaca en ese sentido,

> (…) para los problemas financieros hay un Ministerio de Finanzas, para la agricultura hay un Ministerio de Agricultura, para la educación hay un Ministerio de

---

2 Menciono de esa manera por cómo lo llaman en el cotidiano, por ejemplo, "clases virtuales". Es una opción de cuidar la designación coloquial como lugar simbólico de la acción que sucede en las respectivas plataformas por internet.

> Educación, para la salud hay un Ministerio de Salud y así sucesivamente, es decir, se comienza ya a consolidar de tal manera la realidad del ser fragmentado, de su entorno fragmentado, de su mundo fragmentado, de su realidad fragmentada, que evidentemente todas nuestras formas de percepción y todas nuestras relaciones con el mundo son exclusivamente locales y perdemos completamente la capacidad de captar totalidades. (MAX-NEEF, 1991, p.4)

Es necesario pararnos epistémicamente en la interrelación e interdependencia como contrapunto a la fragmentación. Así, comprender la experiencia de pandemia a partir de la sociedad del riesgo, implica poner sobre la mesa del banquete reflexivo, los efectos colaterales de "nuestros" actos, las interdependencias de nuestro actos. Entiendo "nuestros" en el sentido amplio —no generalista— de habitantes humanos del planeta. Como dice Ailton Krenak (2020, p.20), el monstruo corporativo (devastador, explotador) no es un mito, tiene nombre, país, dirección y hasta cuenta bancaria; son los dueños de los capitales del mundo, golondrinas o materializados, que ganan fortunas a cada minuto desperdigando mega shoppings por el mundo o "planificación" ciudadana, léase, gentrificación. Diseminando el mismo modelo de progreso que luego legitimamos o somos incentivados a entender como bienestar en el mundo.

Es un bienestar sustentado en la dicotomía de estar o no estar dentro de un proceso civilizatorio capitalista. Se está dentro o fuera del juego, y estar del lado externo del muro es destinarse al destierro de las bienaventuranzas promul-

gadas por un orden que se establece discursivamente como unánime, sin dar lugar a otras voces. Y esa episteme dualista y dicotomizante, se presenta también como la única salida comprensiva del virus que nos sorprende por su vital movilidad y adaptación. No hay lugar para alternativas interpretativas. La pandemia anunciada por los medios, tal cual "crónica de una muerte anunciada", ha sido montada sobre la dicotomía. Eso puede no llamar la atención, porque estamos presenciando cada vez más fuerte esa lógica dual como forma informativa y que se disemina viralmente. Las brechas de clase y sociales, fueron directamente anuladas, como si un manto de silencio cubriera enfáticamente las vulnerabilizaciones provocadas por las decisiones políticas gubernamentales —puedo referirme especialmente aquí al caso uruguayo, pero se extiende a otros en la región. El virus fue aislado como eso: virus, y nada más. Lejos de entenderlo como un operador de sentido que permite comprender los tejidos sociales, como un actor social simbólico que interrumpe y resignifica en interdependencia con otros actores.

En otra instancia (RUSSI; SILVA, 2020), mencioné que no hemos entendimos aquello que Maturana y Varela (1998) nos proponían bajo el concepto de autopoiesis. Al necesitar dicotomizar para entender perdemos la potencia creativa, la potencia interpretativa que nos permite resignificaciones continuas, de manera virtuosa y no viciosa. Se presenta el desafío de ampliar la visión de lo que es un virus, no en el sentido biológico o carga viral que también es importante, sino en lo que es el juego desde y para el imaginario de enfermedad

pandémica, así como de salud. Son varias las mediaciones establecidas para que el virus actúe como operador de sentido del tejido social y al mismo tiempo la materialización por medio de los cuerpos. Pienso ahora en Colombia o India, en las estampas televisadas de aquellos cuerpos convertidos en cadáveres-y-fuego, donde la cosificación de los números es materializada también por esas imágenes de cadáveres apilados o dejados en la vía pública. Pienso en los sentidos de los signos de intensidad viva que encierran esos números de decesos, que se completan con esas imágenes mencionadas.

Cuestionarnos estas situaciones que muchas veces naturalizamos, normalizamos, es posicionarnos para entender el mundo desde algún espacio analítico crítico. Es lo que entiendo por *ethos*, la semiosfera desde la cual observamos construyendo al mundo y viceversa (LOTMAN, 1996). Por lo tanto, ¿cómo reflexionamos sobre la diferencia entre crecimiento y desarrollo? Al preguntarnos sobre eso, parece que tenemos una sensación de que se avanza, pero quedamos en el mismo lugar —una paradoja—, avanzar destruyendo estanca en el largo o corto plazo. Crecer no es desarrollar. Por ese motivo se piensa en la posibilidad de resistencia desde el decrecimiento,

> [e]l buen vivir se aproxima más al concepto de decrecimiento en su uso sustantivo, puesto que los otros usos definen posiciones que sería más adecuado describir como «alternativas de desarrollo», es decir, arreglos instrumentales que no cuestionan las ideas fundamentales como la necesidad de una industrialización, el mito del progreso o la dualidad que separa a

> la sociedad de la naturaleza. En comparación, el buen vivir en su uso sustantivo constituye una «alternativa al desarrollo» (ESCOBAR *apud* GUDYNAS, 2015, p.296).

El decrecimiento, puede ser la estrategia vital para no acelerar el fin del mundo, retomando nuevamente a Krenak (2020). Lo que tiene relación, como sociedad de riesgo, con la Democracia si nos detenemos a observar quiénes y desde dónde se toman las decisiones. Y esto está directamente relacionado con el acceso a la información y a qué tipo de información. Porque en una pandemia, lo que más se necesita es poder contar con informaciones que posibiliten la vivencia cotidiana y las respectivas proyecciones. Porque una ciudadanía sin información no es entendida como tal, es decir, para que haya ciudadanos y ciudadanas es necesario saber qué está sucediendo en la pandemia, por ejemplo. No reduciéndola a lo viral, biológico o a las muertes, sino haciendo más compleja la mirada ciudadana. Lo que se ha observado es una homogeneidad de voces, que ha dado lugar a que se exprese el sentido (signo dispar) de ciudadanía en busca de una comprensión más ajustada a las realidades cotidianas.

Para comprender el horror de las muertes en pandemia, y asimilarlas en su ajustada dimensión, debemos elevar la mirada y no despegarlas las decisiones de las políticas públicas de salud, políticas regionales de salud, de la atención primaria y también de la privatización de la salud, es decir, del neoliberalismo genocida. Las muertes no están aisladas de que el 70% de la población mundial está totalmente alienada del

mínimo ejercicio del ser (KRENAK, 2020). Los tremendos números de muertos, por su perplejidad, por momentos nos pusieron en estado de alienación.

Algo que fui notando en muchos de los informativos en el contexto nacional (Uruguay) e internacional, es que las muertes eran un número a secas, nada más de cantidades a ser apiladas en las tablas de las estadísticas. No había, salvo en muy pero muy raras excepciones, referencia alguna al contexto, género o clase social de esos cuerpos muertos *vs.* recuperados. Lo que reduce las posibilidades comprensivas de las afectaciones de lo local en lo global y viceversa, o de realizar una mirada más amplia y trazar un mapa de quiénes y de dónde eran los cuerpos que abultaban los números.

En la base de eso está la arraigada idea dicotómica de la humanidad como algo separado de la naturaleza. Y en ese sentido estamos en conexión global (globalizante, higienizante), pero no en vinculación compleja o, al decir de Krenak, en fricción social. La pandemia, a los ojos mediáticos o de los discursos políticos de los "líderes mundiales", como se autodenominó humildemente (sic), el actual presidente uruguayo, parece no haber entrado en esa premisa analítica (Antropoceno, humano como superior a los demás seres) de origen del desastre socioambiental que estamos viviendo. Pensar a la luz de la sociedad del riesgo, es caminar en ese sentido de saberes, o como dice Boaventura de Sousa Santos (2010), de la ecología de saberes que deben constituir-integrar nuestras experiencias cotidianas, nuestras decisiones simples y complejas.

La fobia, el miedo, el pánico, ganó terreno en el tejido propuesto desde las matrices globales de desarrollo y prosperidad. Y en ese sentido gana lugar y expresión, el pánico, el miedo y la paranoia apocalíptica. Y sabemos que esas tres experiencias son paralizantes al dejar la ciudadanía en un estado catatónico. La sociedad de riesgo, que propone la acción de reflexividad, pone sobre la mesa de discusión contra estos operadores de sentido (miedo, pánico, fobia…), la necesidad de diversidad en referencias informativas.

Con base en lo anterior, la cuestión es cómo pensar la pandemia desde un gran dialogo social, donde diferentes actores, políticos-sociales, sociedad civil… expusieran sus interpretaciones y sus desafíos analíticos, más allá de los protocolos sanitarios propuestos. No es casual que menciono ahora los ya expuestos hasta el hartazgo: ‘protocolos sanitarios’. Es con base y en referencia a lo que Morin presenta como inteligencia ciega, es decir, la superespecialización que es la especialización en un punto (lo biológico viral, en este caso), pero la ceguera en todo lo demás.

Podemos abrir otro flanco de reflexión si consideramos que,

> [e]n la fase de la sociedad de riesgo, el reconocimiento de la incalculabilidad de los peligros desencadenados con el despliegue técnico-industrial obliga a efectuar una autorreflexión sobre los fundamentos del contexto social y una revisión de las convenciones vigentes y de las estructuras básicas de racionalidad (BECK,1997b:212).

En ese sentido, la sociedad de riesgo es (o debe ser) una sociedad donde los asuntos tecnológicos se vuelven asuntos políticos centrales y que deben ser discutidos por todas/os como construcción de las democracias. Ponemos aquí el tema de la salud relacionado a los avances tecnológicos, que no solo son los laboratoriales. Todo giró ciegamente de manera planetaria en los laboratorios, hubo una invasión de imágenes de laboratorios y sus especialistas 24/7 dedicados--encerrados en sus respectivos laboratorios, especialmente en las empresas farmacéuticas privadas. Vivimos intensamente una higienización temática de lo que significa la salud pública y los compromisos de los respectivos gobiernos en ese campo de poder. El hecho de que en ciertos países se atrasara la compra de las vacunas, no haya respiradores, que aumenten exponencialmente los valores de todos los insumos directa e indirectamente relacionados al COVID-19, que se prohibieran a determinados Estados la compra de insumos o respiradores —como fue el caso de Brasil—, está muy legos de los genes del virus en cuestión. Si hoy paramos y nos preguntamos que sabemos de todo lo que sucedió y está sucediendo entorno a esta experiencia pandémica, no creo que tengamos muchas respuestas cuando miramos en sentido general de la población. Podemos entonces decir que estamos —hace ya tiempo— frente a un avance tecnológico anclado en la inteligencia ciega, y esto puede ser bien relacionado en lo Antropoceno dicho anteriormente. Tecnológico puede ser alterado por tecnocracia, para que sea mejor el ajuste conceptual de lo que se viene planteando en el texto.

A modo de ilustración. El COVID-19 no fue tratado desde la interdependencia de saberes, sino que fue estratégicamente pívot de lo biológico, laboratorial, medico, epidemiológico. Quedaron fuera del Banquete de Platón todos los demás saberes, por ejemplo, las socio-humanidades. Que simplemente fueron ignorados o higienizados, por no decir ninguneados[3] y excluidos. En Uruguay, desde el 13 de marzo 2020, el gobierno actual creo (con bombos y platillos) un grupo asesor honorario, denominado, GACH[4]. Hasta un cierto momento la luna de miel pandémica funciono bien. Pero, con el pasar de los días y frente a números no tan inspiradores como los primeros, en donde la población uruguaya se vio avasallada de conferencias de prensa desde la presidencia para narrar lo bien que iba el país y el ejemplo casi burlesco con relación a la región, la relación comenzó a mostrar sus rajaduras. ¿Qué pasó?, la potencia del signo no se detiene, el constante crecimiento de la semiosis es permanente. Entonces el signo virus-pandemia-Uruguay no se encuadra únicamente en lo viral, ya que es bastante más complejo que la compra de las vacunas, o la "libertad responsable" (caballo de batalla del discurso presidencial).

Así, el convidado inesperado de lo social-humano comenzó hacerse presente en los análisis y discursos del GACH, lo que no agradó para nada al Ejecutivo. Todo ocurría en paz

3 Menospreciar a una persona, no hacerle caso o no tomarla en consideración (DRAE *online*).

4 Grupo Asesor Científico Honorario, integrado por investigadores, amplia mayoría hombres y de las áreas llamadas duras de la ciencia, léase, ciencias biológicas, medicina, etc. El destaque mediático siempre fue hacia estos integrantes denominados indirectamente como "los científicos, o los verdaderos científicos", en la frontera con héroes a disposición del gobierno —o para utilizar l esfera interpretativa del *comic*—, bien podemos decir: del Comisionado Gordon.

hasta que se presentó lo indeseado, lo que se intentó, desde el blindaje mediático, mantener fuera: lo social y humano. El GACH incursionó, tardíamente, en cuestiones más sociales de cuño no biológico específicamente; y eso no gustó a las autoridades. El hecho de que Uruguay haya sido o es, en la región y el mundo, que menos inversión (gasto público) realizó para mitigar la crisis económica-social que sufre la población en pandemia. Al contrario, el gobierno uruguayo ahorró, y se enorgullece por eso, en momentos de crisis alimentaria y de desempleo por causa, especialmente, del momento de pandemia. A todo esto, el GACH ya no existe más, en pleno aumento de casos de pandemia, y literalmente, sí, literalmente salió por la puerta de atrás del Palacio de Gobierno. Más allá de que, paradójicamente, se le hiciera un pomposo homenaje por los servicios prestados a la patria. Pero no podemos confundir la máscara con el contenido. Es importante rescatar también que mágicamente con ese "sincero" homenaje se da por cerrada la pandemia. Es decir, como en un acto oficial de cierre de campaña, se da por terminada la lógica de pandemia. Los datos e informaciones de hoy nada se asemejan al tsunami que vivimos hasta hace pocos días. Un tsunami que nos deja nauseabundos y nos llenó de números hasta el hartazgo, de números, no de información que potencialice la ciudadanía. Vivimos tiempos que parecían salidos de la gran variedad fílmica-series, nada envidiamos a las películas sobre virus, pandemia, ataques extraterrestres, guerras virales, pandemia, estados de sitios, zombis… y para quedar fuera del

libreto, en el caso de Uruguay el gobierno de turno le puso el sello de The End o *il gran finale*.

¿Virus que democratiza?

¿Virus que democratiza? ¿no es exagerar una "*polis* viral"? las respuestas más ligeras no se han hecho esperar, mencionando que ahora todos somos iguales, que el mundo quedó igual porque la vulnerabilidad no distingue clase, ni nada de lo que se le parezca a oportunidades de sobrevivir o no. Parecería que, por algún acto de justicia divina, la igualdad llegó como en un sueño de una noche de verano, al decir *shakesperiano*, derrumbando todos los muros sociales o fronteras de clase. Casi como un acto de eugenesia positiva o de higienización de las brechas sociales, como anuncio del retorno de un paraíso que fue abandonado en el inicio de los tiempos de génesis.

Esa idea, o lógica interpretativa, que se fue planteando es una manera de marcar el fragmento entre el mundo anterior y el actual. Es anunciado a los cuatro vientos que ahora contamos con otra normalidad: la nueva. Entonces, olvídense de lo que éramos porque tenemos que ponernos en marcha para este nuevo mundo, esta 'buena nueva' que nos trae igualdad viral. Y desde esa perspectiva fueron tomadas muchas de las decisiones políticas en algunos de los países de América Latina, tomo como ilustración a Uruguay, ya mencionado en líneas anteriores. Cuando la lógica es de homogeneización de la sociedad, la matriz eugenésica se hace fuerte, porque la limpieza social comienza por el desconocimiento de las diferencias sociales, de clase y de las posibilidades de sobrevivencia a

un virus. La episteme de fragmentación actúa tornando absoluta las miradas, es decir, el mundo es igual a mi entorno más inmediato. El mundo no es otra cosa que aquello que puedo ver limitadamente entre mis anteojeras[5].

En ese sentido, no se puede ignorar que el COVID-19 para nada trajo como se delineó en muchos discursos: la democratización del mundo ("el virus no distingue sus 'victimas´'", "ahora sí, somos todos iguales", etc.). Por cierto, una falacia bastante insensata. Lo que sí mostró el virus es una cada vez más inmensa brecha entre clases sociales y las oportunidades de vivencia y sobrevivencia. Situaciones que son producto de las decisiones gubernamentales nacionales y también de las geopolíticas. Esto sucede cuando separamos la tecnología de lo social, es decir de la ciudadanía-democracia, y la relacionamos únicamente a la producción de riqueza, nos deparamos con la idea de que además de generar riqueza también producen riesgos.

Me gustaría avanzar sobre la necesidad, desde una visión capitalista de los cuerpos, de disponer de cuerpos para hablar de "la" muerte, o de una determinada forma de morir. La materialidad de la muerte sí se hace presente distinguiendo clases. Porque no es igual morir por falta o no de respiradores, como consecuencias de la política pública de salud. Al no abordar esa relación de muertes y brecha social, tenemos una caricatura o eufemismos de la muerte, una distorsión no muy clara de ser reconocible. Por eso el cadáver, como signo, toma

5 "Las anteojeras u orejeras son piezas que se colocan sobre los ojos de los caballos de tiro de modo que sólo vean el camino" frente a ellos, para evitar que se asusten o distraigan por su visión periférica". https://es.wikipedia.org/ 2021

fuerza en este escenario de los discursos mediáticos. El imaginario de la muerte, en ese sentido, tiene que ser incorporado en algo o alguna cosa, porque al mismo tiempo los rituales de pasaje, sea en la esfera que sea, no son permitidos y esa energía que es la muerte no está siendo correspondida como tal. Nos movemos entre la muerte que se despide o es despedida y los cadáveres que la (de)anuncian constantemente. Es decir, la pandemia informativa fue el vector más intenso en la propagación del imaginario de la plaga sin colocarla en interdependencia con otros operadores del tejido social.

El virus, como idea social, es necesariamente incorporado por determinadas materialidades para que sea visualmente comprendida, al igual que su antagonista, las vacunas. Hay una necesidad de materializar la vacuna, "el brazo en plena vacunación", es una mejor comprensión o una mejor materialización de lo que no se ve, en tiempos de tanta visualidad (RUSSI; SILVA, 2020). Pareciera ser más fuerte el espectáculo o lo espectacular del registro fotográfico, que la resistencia a la injusticia provocada por la brecha de acceso y oportunidades de algunos (muchos/as) ciudadanos/as.

En ese sentido, no podemos ignorar la actuación de los poderes de la (auto)vigilancia que relata hasta el mínimo detalle lo que hacemos, hicimos y haremos, más todavía en momentos de miedo. Lo lúdico de las imágenes en abundancia y la saturación como signo de nuestros días, saturación de información, de los números de fallecidos, es una saturación que no deja espacio para los ruidos constituyentes de la comunicación. De esa manera, se fortalece la episteme de lo

espectacular (que es fragmentadora) y la vigilancia en expansión que es acelerada en estos tiempos de pandemia no solo biológica.

Podemos ver las diversas opciones laborales en plataformas comunicativas, donde el trabajo ya entró al espacio íntimo, saltando por arriba del espacio privado. Al decir intimo hago referencia a que no dejamos tiempo fuera de la conexión, y la agenda de nuestras dinámicas y decisiones microfísicas pasan por la disposición piloteadas por el mercado de las demandas del teletrabajo.

Hay saturación de pantalla, de recuadro, de aristas e imágenes que se presentan como un centro de control que se naturaliza. Una homogeneidad dada por el *panoptismo* como acción agregada a la autovigilancia. El COVID-19 también proporcionó el incentivo ideal para tales acciones vigilantes y de control, que no es solo el hecho de estar frente a una pantalla, sino lo que significa estar frente a esa forma de conectividad. Una insoportable y tentadora situación de caverna. El aislamiento, que tanto se cuestionó en los primeros tiempos, prontamente fue siendo incorporado como episteme das interacciones sociales. Los cuerpos comienzan a abandonar ciertos espacios públicos de expresión.

Podemos enriquecer estas inferencias, al recordar las distopías vividas en la literatura y proyecciones futuristas como las de I. Assimov, J. Verne, A. Huxley, A. Radebaugh, H. Gernsback (RUSSI; SILVA, 2020). Somos masivamente observados, y al parecer eso acarrea el hecho de no importarse con lo privado, íntimo, público… todo se mezcla. La pregunta no es

¿qué estamos conociendo? sino ¿qué estamos comprendiendo en el marco de las estas interacciones?

Así, con base en Beck, podemos cuestionar el sentido construido de modernidad capitalista como siendo la única alternativa o chance de salir adelante. Parecería no existir otra forma que no sea la del crecimiento a todo costo, mismo que lleve a una autoeliminación colectiva global. Por lo tanto, a una muerte anunciada. Así, esa lógica de modernidad,

> [e]n varios grupos culturales y en continentes diversos va acompañada de nacionalismo, pobreza masiva, fundamentalismo religioso de facciones y fe diversas, crisis económicas, crisis ecológicas, posiblemente guerras y revoluciones, sin olvidar los estados de emergencia provocados por grandes accidentes catastróficos; es decir, el dinamismo conflictivo de la sociedad del riesgo en el sentido más estricto (BECK, 1997a, p.17).

Al escribir estas reflexiones, y pensar sobre la autoeliminación colectiva, no puedo dejar de retornar a la literatura y de concebir la resistencia propuesta por un grupo de jóvenes en Europa a mediados del s. XIV. Resistencia propuesta desde unas epistemologías poéticas, con base en la ironía y humor, me refiero a los relatos del "Decamerón" de Giovanni Bocaccio. Resistencias que saltan el muro, arremeten contra lo que nos encierra abriendo la imaginación en el confinamiento. Así los cuerpos jóvenes del Decamerón huyen de una plaga (peste bubónica) y se refugian en las afueras de la ciudad de Florencia. Pienso los 10 cuerpos, gestos narrativos, que en movimiento escurridizo vagan por las calles burlando la peste.

Y me hace pensar en las representaciones de la enfermedad, de la muerte, de los encierros, de las tensiones vividas luego de una abrupta interrupción de los contactos "no virtuales".

Entender el gesto narrativo de aquellos diez cuerpos, me lleva a colocar en jaque la reducción dualista que mediáticamente se ha dictaminado de la pandemia, reduciendo todo a: ¿usted está a favor o en contra?, parece que no habría otra posibilidad más allá de la inmediatez del determinismo dicotómico. Un juego analítico que exige complejidad frente a lo que estamos viviendo y que para nada es irreal, porque imaginamos sobre lo que fuimos, somos y seremos luego de todos estos acontecimientos. Ese cambio (pandemia) es tan grosero y exótico que podríamos hablar efectos de alucinaciones bruscas —apocalípticas. Alucinaciones que se mezclan con inferencias sobre lo que nos sucederá planetariamente por igual, siendo también una de las características de la sociedad de riesgo, donde lo local se hacer global. Es decir, se da por entendido que es para todos/as en el globo terrestre. Entonces cuando surgen cuestionamientos como ¿qué sucederá cuando esto pase?, parece que todo el mundo se está preguntando lo mismo, como forma de tener un conceso global.

Eso nos lleva a observar cómo los sentidos son puestos a circular con una aceleración atroz, global e inhumana (en escala no humana de tiempo y espacio, por ejemplo). Y si avanzamos un poco más por esta senda que venimos tejiendo, pongo sobre la mesa, la pregunta de: cómo entender la vitalidad de las interacciones si consideramos que el ambiente digital es anestésico de los signos. Dicho de otra manera, qué

sentidos son desplegados como transpiración de los signos de las interacciones restringidas a un espacio cuadrangular de las pantallas/plataformas.

Lo que se ha acelerado con la pandemia es una creciente tecnologización, lo que muchos consideraron o consideran actualmente como el "transhumanismo" (H+), un movimiento que tiene por objetivo transformar al extremo la condición humana. Eso quiere decir, la exigencia u obligación de optimizar las capacidades mentales y físicas a través de las tecnologías, esto es, superar los límites hasta la posibilidad de crear *cyborg* (RUSSI; SILVA, 2020). Donde la dimensión temporal sea nada más que un detalle anecdótico, porque no habrá (hay) posibilidad más allá de la concepción laboral de 24/7. No descartemos la medicalización de la sociedad para poder responder a esas exigencias que nos tornarán más productivos, y merecedores del premio al mérito o "empleado del mes". Con sus respectivas depresiones al no poder responder a la altura de esas exigencias que se implantan como normales y saludables. Utilidad productiva al máximo, con menos perdidas patronales, concretando aquel dicho de "más por menos" o aquel *just do it* (solo hazlo); no interesa el qué, pero solamente actúa, ejerce la mecánica, ejecuta… lo demás es una pérdida de tiempo, es improductivo, no olvidemos que "el tiempo es oro" —idea que se fortalece al pensar en plusvalía.

Una (auto)explotación es llevada con orgullo meritocrático. El confinamiento, como una olla a presión, construyo vivencias de vigilancia intensas donde el descanso fue conta-

minándose de culpa. El ámbito de la casa (en cualquier situación) fue despojado de su agrado y suplantado por el confinamiento productivo.

Nunca fue tan barato mantener empleados en determinados trabajos, donde el costo en determinados espacios laborales llegó a valores casi nulos (no hay gastos en los locales de trabajo), y al mismo tiempo aumentaron los gastos habitacionales para quien es empleado/a. Nuevamente nos encontramos delante de una brecha entre clases, que se expande en nombre de un beneficio "de salud" y que no es tal. En pocos países se optó por algunos beneficios esenciales a las o los empleados, como pagar gastos de luz, agua, etc., porque el confinamiento y el teletrabajo llevó a que los costos familiares tuvieran subas muy significativas. Esto es parte de la sociedad de riesgo, la ganancia de un lado no puede ser a costa de las pérdidas del otro.

Podemos pensar en tiempos de aceleraciones, un aceleramiento viral de esta vivencia y característica atribuida a una determinada evolución o progreso humano, donde la tecnología tiene un destaque opulento. Suntuosa es su visión sobre la eliminación de los límites humanos —transhumanismo—, como el rediseño del envejecimiento —según sus manifiestos de 1978 y 1999. Cómo podemos, desde los conceptos claves de la sociedad de riesgo, pensar la aceleración que se va construyendo en el cotidiano, como el control ilimitado de nuestras acciones y decisiones que entran en un algoritmo vivo. Un feliz control que es ejercido por nosotros mismos. En ese

sentido, ¿cómo construir otras posibilidades interpretativas en este contexto de riesgo?

En fin…

Quisiera dejar este texto, abriendo puntos suspensivos con una cuestión inspirada en Krenak (2020) y sus ideas vitales para demorar el fin del mundo, que pueden interactuar con lo que venimos desarrollando desde la sociedad de riesgo; ¿cómo resistir al objetivo de transformarnos en civilizados para poder integrar el club de la humanidad?…

Referencias

ASIMOV, I. **Cuentos completos 1**. Argentina: Sudamericana, 2019.

ASIMOV, I. **Cuentos completos 2**. Argentina: Sudamericana, 2019.

BECK, U. ¿Qué es la globalización? Falacias del globalismo, respuestas a laglobalización. Paidós: Barcelona, 1998a.

BECK, U. La reinvención de la política: hacia una teoría de la modernización reflexiva, In: **Modernización reflexiva**, Alianza Universidad: Madrid, 1997a.

BECK, U. Teoría de la sociedad del riesgo. In: BERIAIN, J., **Las consecuencias perversas de la modernidad**. Anthropos: Barcelona, 1997b.

BOCCACCIO, G. **El Decamerón**. Madrid: Alianza Editorial, 2016.

FOUCAULT, **Michel. Vigilar y castigar**. Madrid: Siglo XXI Editores, 1986.

GUDYNAS, Eduardo. Buen vivir. In: D'Alisa, G.; Demaria, F.; Kallis, G. **Decrecimiento. Un vocabulario para una nueva era**. Icaria: Barcelona, 2015, p. 295-299.

HUXLEY, A. **Un mundo feliz**. Colección Letras Populares. Madrid: Editorial Cátedra, 2013.

KRENAK, **Ailton. Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

LOTMAN, I. **La semiosfera I**. Semiótica de la culturay del texto. Ediciones Cátedra. Universitat de Valencia. España, 1996.

MATURANA, Humberto; VARELA, Francisco. **De máquinas y seres vivos. Autopoiesis: la organización de lo vivo**. Editorial Universitaria: Chile, 1998.

MAX-NEEF, Manfred. **La incertidumbre de la certeza y las posibilidades de lo incierto**. En: Primer Congreso Internacional de Creatividad. Conferencia en la ciudad de Bogotá, octubre 1991, p.1-10.

RUSSI, Pedro; SILVA, Armando. **La irrupción de los fantasmas en estos tiempos de pandemia.** Conversación alrededor de un café entre Armando Silva y Pedro Russi. CISECO (Centro Internacional de Semiótica y Comunicación), 2021, 15p. En Prensa. Con Base en https://www.youtube.com/watch?v=7PZ4T95qSH8 - 5 ago. 2020

SOUSA SANTOS, Boaventura de. **Descolonizar el saber, reinventar el poder**. Montevideo: Trilce, 2010.

Ansiedade em relação à morte, estratégias de regulação emocional e qualidade de vida entre adultos iranianos durante a pandemia Covid-19: um estudo transversal baseado em características demográficas

Masoud Asadi
Department of Psychology and Counseling
Arak University, Arak, Irã
Email: m-asadi@araku.ac.ir

Mohsen Nazarifar
Department of Psychology and Counseling
Arak University, Arak, Irã.
Email:m-nazarifar@araku.ac.ir

Mohammad Niroumand Sarvandani
School of Medicine
Shahroud Medical University, Shahroud, Irã
Email: m.niroumand@live.com

Introdução

Em dezembro de 2019, um surto viral foi relatado em Wuhan, China. A doença, denominada Covid-19 (ZHU; WEI; NIU, 2020), foi causada por um novo vírus (SARS--CoV-2) da família Coronaviridae. De acordo com as estatísticas mundiais do banco de dados Worldmeters, até meados de fevereiro de 2021, cerca de 100 milhões de pessoas haviam sido infectadas por essa doença. Entre elas, mais de 2 milhões perderam as suas vidas (WORLD METERS, 2021). A Orga-

nização Mundial da Saúde (OMS) identificou a doença como uma grande ameaça à saúde física e mental, uma vez que o surto de Covid-19 alterou a vida cotidiana das famílias. O vírus afetou especificamente o estilo de vida dos indivíduos e a doença tem causado ansiedade e diminuído a qualidade de vida dessas pessoas (ZHU et al., 2020).

A qualidade de vida é definida em um sentido social amplo e pelo próprio indivíduo, com base nas suas características genéticas e na sua experiência e compreensão mental do que é bom ou ruim. De acordo com a OMS, qualidade de vida é um conceito multidimensional que inclui as dimensões da saúde física, mental, social e espiritual dos indivíduos. Vários fatores a afetam, por isso é importante considerar essas variáveis ao avaliar a qualidade de vida dos indivíduos, planejando e gerenciando suas vidas (PAYOT e BARRINGTON, 2011). Pesquisas mostraram que houve diferenças significativas entre os domínios da qualidade de vida quanto ao gênero, ocupação, renda, escolaridade e atividades diárias (HAJIAN-TILAKI et al., 2017).

Pesquisas sobre os efeitos psicológicos na vida durante doenças infecciosas em vários grupos apontaram para os sintomas de transtorno de estresse pós-traumático (TEPT), confusão e raiva. Além disso, os estressores psicológicos criados incluem medo da doença, tédio, falta de infraestrutura, informações incorretas e insuficientes, desemprego, perdas econômicas, medo de prolongar a quarentena e incerteza no futuro (BROOKS et al., 2020). De acordo com os estudos, os pacientes com Covid-19 têm uma baixa capacidade de to-

lerância psicológica. Ainda, devido ao atual estado da doença no mundo, esses indivíduos estão altamente expostos a transtornos mentais como ansiedade, medo, depressão e pensamentos negativos (YAO; CHEN; XU, 2020). A ansiedade é um dos sintomas comuns em pacientes com distúrbios respiratórios crônicos, como a Covid, que afeta negativamente a saúde e a qualidade de vida por meio do enfraquecimento do sistema imunológico (ROY et. al., 2020). Nessas condições, as pessoas saudáveis têm medo de serem infectadas pelo novo coronavírus porque é quase desconhecido para elas. Devido à prevalência da doença e à ansiedade resultante, os indivíduos buscam mais informações para amenizar sua ansiedade, enquanto a ansiedade pode impedir que as pessoas distingam as informações certas das erradas. Assim, elas podem ser expostas a notícias falsas (ALIPOUR et. al., 2020).

Como todos podem entrar facilmente nas mídias sociais e divulgar seus conteúdos favoritos, é muito difícil identificar a validade das informações compartilhadas. Consequentemente, com o desenvolvimento dos meios de comunicação, o tipo de mídias sociais e a forma como os indivíduos as utilizam e confiam nelas tornaram-se considerações particularmente urgentes (UNDERWOOD et. al., 2015). Na verdade, as **mídia**s sociais desempenham um papel importante na vida das pessoas, uma vez que eventos de ansiedade estão relacionados a esse padrão de comportamento de consumo de mídia. Ou seja, em situações de ansiedade, as pessoas recorrem ao uso da Internet e das mídias sociais para administrar as condições emocionais e sociais (MUÑIZ-VELÁZQUEZ;

GÓMEZ-BAYA; LOZANO, 2021). No entanto, a ampla utilização da Internet e das mídias sociais é estudada como um dos fatores que agravam a ansiedade nessa situação. Estudos mostraram que houve uma relação significativa entre o uso das mídias sociais, ansiedade e insônia (NAEINIAN et al., 2020; DOOST; KHOJASTEH, 2019).

A publicação diária de estatísticas de mortalidade, a difusão de notícias verdadeiras e falsas, mortes de parentes devido ao novo coronavírus, a ambiguidade e a incapacidade de prever o comportamento do vírus estão entre os fatores que aumentam a ansiedade em relação à morte em indivíduos suscetíveis. Esse tipo de ansiedade **é uma resposta natural à morte; está associada a problemas físicos, ansiedade mental, fracas crenças religiosas, insatisfação com a vida e baixa qualidade de vida (**VENES, 2015). Na verdade, a ansiedade em relação à morte é um sentimento de pânico ou grande ansiedade que surge ao pensar no processo de morte ou no que acontece após a morte (SEMENOVA; STADTLANDER, 2016). A pesquisa sobre a ansiedade relacionada à morte surgiu de estudos psicológicos da morte e cresceu dramaticamente na década de 1980. De acordo com o modelo compreensivo de Templer, a angústia da morte começa quando se destaca a morte de uma pessoa ou ente querido, ou se observa a morte súbita de outra pessoa (SOLEIMANI, 2020). Belsky acredita que todos os indivíduos experimentam um grau de ansiedade em relação à morte em seu dia a dia, mas uma ampla gama de fatores como idade, gênero, religião, fatores culturais e sociais levam a vários graus

para que isso ocorra em diferentes pessoas (BELSKY, 1984). Zhang e Ma também mostraram os efeitos da ansiedade do novo coronavírus na saúde mental e na qualidade de vida dos indivíduos durante o surto da doença (ZHANG; MA, 2020).

Quando ocorrem doenças e situações estressantes, várias estratégias psicológicas são utilizadas pelas pessoas para lidar com a ansiedade. Essas estratégias também podem estar relacionadas à ansiedade da Covid-19. Uma das características mais interessantes do ser humano é sua capacidade de regular suas emoções em uma situação particular. Essa habilidade pode ser devido ao seu ajuste natural (REZAEI; KAKABRAEE; HOSSEINI, 2019). Garnefski e Kraaij consideram as estratégias de regulação da emoção como ações para adaptação a situações estressantes ou eventos infelizes. Eles acreditam que as pessoas usam estratégias adaptativas (positivas) e não adaptativas (negativas) para regular as emoções (SEYEDTABAEE et al., 2017). Eles descobriram que em todos os grupos que estudaram (ou seja, adolescentes, jovens e idosos), o uso de estratégias não adaptativas (negativas), ou seja, ruminação, catastrofização e auto culpa, estava diretamente relacionado aos sintomas de depressão, e inversamente relacionado à reavaliação positiva. Além disso, o efeito das estratégias de regulação da emoção foi o mesmo para homens e mulheres (GARNEFSKI e KRAAIJ, 2006).

A regulação da emoção, especialmente na reavaliação cognitiva, desempenha um papel importante nos transtornos de ansiedade. Compreender o poder de regulação da emoção em face do novo coronavírus é crucial, uma vez que ansie-

dade e depressão são reações psicológicas comuns ao vírus (RESTUBOG; OCAMPO; WANG, 2020). Mariani et al. concluíram que as estratégias de regulação da emoção positiva tiveram uma relação negativa com a ansiedade do novo coronavírus, e as estratégias de regulação da emoção negativa tiveram uma relação positiva e significativa com a ansiedade em relação ao coronavírus (MARIANI et al., 2021). Marsac et al. mostraram que existe uma relação positiva entre as estratégias de regulação da emoção cognitiva e a qualidade de vida (MARSAC et al, 2007).

A pandemia de Covid-19, com alta velocidade e imprevisibilidade sem precedentes, mudou a vida das pessoas em todo o mundo. Apesar de muitos esforços para controlá-la, o mundo está testemunhando mortes generalizadas, complicações físicas e psicológicas, desemprego generalizado e solidão devido à morte de entes queridos e às limitações do vírus (LEE et al, 2021). Estudos de campo e evidências de pesquisa indicaram um aumento da ansiedade, ansiedade em relação à morte e outros problemas psicológicos em vários setores da sociedade, especialmente aqueles infectados e seus parentes. Ao mesmo tempo, as estratégias adotadas pelos indivíduos para lidar psicologicamente com a ansiedade em relação ao coronavírus têm sido distintas nos diversos indivíduos e características demográficas. Isso destaca a necessidade de estudá-los para assistência psicológica às pessoas afetadas por essa doença, assim como por enfermidades semelhantes no futuro. O objetivo deste estudo foi examinar as características demográficas relacionadas à ansiedade em relação à morte,

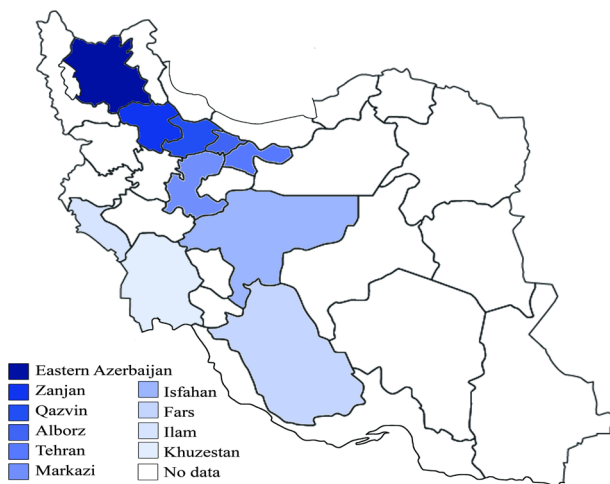
as estratégias psicológicas e a qualidade de vida da população adulta no Irã durante o surto de Covid-19.

Método

Esta pesquisa resultou de um estudo transversal aplicado. A população estatística incluiu indivíduos de 15-50 anos das províncias iranianas de Azerbaijão Oriental, Alborz, Isfahan, Ilam, Teerã, Khuzistão, Fars, Qazvin, Zanjan e Markazi (Figura 1). A amostra foi composta por 960 indivíduos selecionados pelo método de amostragem em bola de neve. Na verdade, 1.241 indivíduos participaram do estudo; entretanto, 281 indivíduos abandonaram a pesquisa por não preencherem os questionários. Por fim, foram analisados os dados de 960 indivíduos.

O presente estudo foi realizado em dez províncias do Irã, em março e abril de 2020, após o surto de Covid-19 (Figura 1). Considerando as restrições de viagens e o arranjo de um plano de distanciamento social inteligente no momento do estudo, questionários online foram usados para coletar os dados. Redes sociais como Telegram, WhatsApp e Instagram foram as principais plataformas de aplicação dos questionários. Os canais de informação das universidades nas 10 províncias estudadas, grupos científicos e grupos parceiros foram os canais mais importantes para compartilhar os links dos questionários. Além disso, alguns dos questionários foram compartilhados pelos participantes entre seus amigos e grupos por meio do método bola de neve. A análise dos dados foi realizada por meio de testes-t independentes, ANO-

VA de uma via, coeficiente de correlação de Pearson e regressão stepwise no software SPSS (versão 25).

Figura 1: As províncias do Irã de onde as amostras foram selecionadas com base na ansiedade em relação à morte, estratégias de regulação da emoção e qualidade de vida

Fonte: os autores

Instrumentos

1. *Questionário de informações demográficas:* esse questionário elaborado por pesquisadores inclui informações demográficas (ou seja, província e cidade de residência, idade, gênero, estado civil, ocupação, educação, histórico de doenças crônicas de um indivíduo e sua família, histórico de transtornos mentais e terapias relacionadas **à** Covid-19 em um indivíduo e sua família.

2. *Questionário de ansiedade em relação à morte:* esse questionário foi desenvolvido por Templer para medir a ansiedade em relação à morte. Tem sido amplamente utilizado em pesquisas. Inclui 15 itens verdadeiro-falso. A resposta "sim" é um sinal de ansiedade. As pontuações nesse questionário variam de zero a quinze, e uma pontuação alta (ou seja, acima de oito) indica um alto grau de ansiedade em relação à morte. Templer relatou o coeficiente de confiabilidade teste-reteste de 0.83 (TEMPLER, 1970). Millon e Davis (1996) relataram os coeficientes alfa de Cronbach para os três fatores obtidos pela análise fatorial e a versão italiana do questionário como 0.68, 0.49 e 0.60, respectivamente. Os estudos sobre a validade do questionário de ansiedade em relação à morte mostraram que esse questionário tinha uma validade aceitável (RAJABI e BOHRANI, 2001). A confiabilidade desse questionário estimada pelo método Kuder-Richardson foi de 0.78 no estudo presente.

3. *Questionário de regulação da emoção cognitiva (CERQ, na sigla em inglês):* esse questionário é um instrumento de 18 itens que mede as estratégias de regulação da emoção cognitiva em resposta a eventos estressantes e com risco de vida. Cada item é pontuado em uma escala de 1 (nunca) a 5 (sempre). As estratégias de regulação da emoção cognitiva no CERQ são classificadas em duas categorias gerais de estratégias adaptativas (positivas) e estratégias não adaptativas (negativas). Em linhas gerais, reorientação positiva, reavaliação positiva, aceitação e reorientação no planejamento são estratégias adaptativas, enquanto sentimentos de auto-culpa e de imputação de

culpa, foco no pensamento/ruminação e catastrofização **são estratégias não adaptativas. O mínimo e o máximo de cada subescala são 2 e 10, respectivamente. Além disso, escores mais altos em uma subescala indicam maior uso dessa estratégia cognitiva (17). Os coeficientes alfa de** Cronbach das subescalas variaram de 0.73 a 0.80, e os coeficientes de confiabilidade teste-reteste para as subescalas (após 5 meses) variaram de 0.41 a 0.59. O coeficiente de correlação desse questionário com o questionário de depressão foi de 0.38, e deste questionário e o questionário de ansiedade foi de 0.33 (GARNEFSKI e KRAAIJ, 2006). Hassani (2010) padronizou a versão persa da CERQ no contexto do Irã. Nesse estudo, a confiabilidade do questionário foi estimada por meio do método da consistência interna (com intervalo do alfa de Cronbach de 0.76 a 0.92) e do método teste-reteste (com intervalo de correlação de 0.51 a 0.77). A validade desse questionário foi relatada pela análise fatorial principal por meio da rotação Varimax e da correlação entre as subescalas (com intervalo de correlação de 0.32 a 0.67). A validade de critério desejável também foi relatada (HASSANI, 2010). Ainda, a confiabilidade desse questionário estimada por meio do coeficiente alfa de Cronbach foi de 0.72 no estudo presente.

4. *Questionário de qualidade de vida da OMS:* esse questionário de 36 itens inclui as sete subescalas de função física, distúrbio de função devido à saúde física, distúrbio de função devido à saúde emocional, energia/fadiga, bem-estar emocional, função social, dor e saúde geral. Cada item é classificado de 1 a 5. Montazeri confirmou sua validade e confiabilidade

no contexto do Irã (MONTAZERI et al., 2005). Ressalta-se que no presente estudo, de acordo com os seus objetivos, foi utilizado o escore global de qualidade de vida. No presente estudo, a confiabilidade desse questionário por meio do coeficiente alfa de Cronbach foi de 0.89.

Resultados

A Tabela 1 apresenta as características demográficas dos participantes, incluindo gênero, estado civil, idade, renda familiar, nível de escolaridade, histórico de doenças, ocupação e local de residência.

Tabela 1: Características demográficas dos participantes (n= 960)

Características demográficas		**Frequência (%)**
Gênero	Masculino	422 (44)
	Feminino	538 (56)
Estado civil	Casado(a)	586 (61)
	Solteiro(a)	374 (39)
Idade	15-25	317 (33)
	26-35	285 (29,7)
	36-45	238 (24,8)
	46-55	120 (12,5)
Renda familiar (em Rial iraniano, moeda do país)	Mais de 7 milhões	102 (10,6)
	5-7 milhões	155 (16,1)
	3-5 milhões	317 (33)
	2-3 milhões	386 (40,2)

Nível de escolaridade	Doutorado	41 (4,3)
	Mestrado	190 (19,8)
	Graduação	3 (37,8)
	Associate's degree (tecnólogo)	75 (7,8)
	Algum diploma de Ensino Superior	185 (19,3)
	Nenhum diploma de Ensino Superior	106 (11)
Histórico de doenças	Deficiências no sistema imunológico	19 (2)
	Doenças cardiovasculares	16 (1,7)
	Falta de ar	41 (4,3)
	Diabetes	23 (2,4)
	Sem histórico de doenças	861 (89,7)
Ocupação	Desempregado(a)	17 (1,8)
	Dona de casa	135 (14,1)
	Executivo(a)	117 (12,2)
	Militar	22 (2,3)
	Estudante*	236 (24,6)
	Profissionais da indústria e construção civil	71 (7,4)
	Profissionais da educação e pesquisa	272 (28,3)
	Profissionais da saúde	90 (9,4)
Local de residência	Províncias do sul**	507 (52,8)
	Províncias do centro***	187 (19,5)
	Províncias do oeste****	149 (15,5)
	Tehran e Alborz	117 (12,2)

*Observação: *estudante = estudante escolar ou universitário; **províncias do sul = Khuzestan e Ilam; ***províncias do centro = Isfahan, Fars e Markazi; ****províncias do oeste = Qazvin, Zanjan e Eastern Azerbaijan.*

Como se evidencia na Tabela 1, 56% dos participantes eram mulheres e 44% homens. Com relação ao estado civil, 39% eram solteiros e 61% casados. Em relação à idade, 33% estavam na faixa de 15 a 25 anos; 29,7% na faixa de 26 a 35 anos; 24,8% na faixa de 36 a 45 anos e 12,5% na faixa de 46 a 55 anos. Com relação à renda familiar mensal, em valores da moeda local, 10,6% da família ganhou mais de 7 milhões, 16,1% ganhou 5-7 milhões; 33% de 3 a 5 milhões e 40,2% de 2 a 3 milhões. Quanto ao nível de escolaridade, 4,3% dos respondentes tinham doutorado; 19,8% com mestrado; 37,8% com bacharelado; 7,8% com diploma de tecnólogo (*associate's degree*, em inglês) e 19,3% com outros diplomas de ensino superior. Em relação ao histórico de doenças, 2% dos participantes tinham defeitos no sistema imunológico; 1,7% tinham doenças cardiovasculares; 4,3% tinham falta de ar; 2,4% tinham diabetes e 89,7% não tinham histórico de doenças físicas. Quanto à ocupação dos participantes, 1,8% estava desempregado; 14,1% eram donas de casa; 12,2% eram empresários; 2,3% trabalhavam no exército; 24,6% eram estudantes; 7,4% estavam empregados na indústria e construção; 28,3% trabalhavam na área de ensino e pesquisa e 9,4% atuavam na rede de saúde.

A Tabela 2 apresenta a ansiedade em relação à morte induzida por Covid-19, considerando as características demográficas dos participantes.

Tabela 2: Ansiedade em relação à morte desencadeada pela Covid-19, de acordo com as características demográficas dos participantes.

Características demográficas		Média	Desvio padrão	S/N	P
Gênero	Feminino	7,40	3,79	5,23	<0,001
	Masculino	8,68	3,71		
Estado civil	Casado(a)	8,15	3,87	0,31	0,958
	Solteiro(a)	8,07	3,68		
Idade	15-25	7,46	3,83	2,62	0,049
	26-35	7,83	4,02		
	36-45	8,27	3,66		
	46-55	8,45	3,70		
Renda familiar (em Rial iraniano, moeda do país)	Mais de 7 milhões	7,23	3,73	5,21	<0,001
	5-7 milhões	7,82	3,84		
	3-5 milhões	7,89	3,75		
	2-3 milhões	8,66	3,77		
Nível de escolaridade	Doutorado	6,31	3,46	4,51	<0,001
	Mestrado	7,74	3,94		
	Graduação	8,03	3,85		
	Associate's degree (tecnólogo)	8,20	3,43		
	Algum diploma de Ensino Superior	9,04	3,51		
	Nenhum diploma de Ensino Superior	8,12	3,86		
Local de residência	Províncias do sul**	7,79	3,89	2,91	0,034
	Províncias do centro***	8,61	3,72		
	Províncias do oeste****	8,57	3,66		
	Tehran e Alborz	8.06	3.59		

*Observação: **províncias do sul = Khuzestan e Ilam; ***províncias do centro = Isfahan, Fars e Markazi; ****províncias do oeste = Qazvin, Zanjan e Eastern Azerbaijan.*

Como os resultados do teste-t independente na Tabela 2 mostram, durante o surto de Covid-19, a ansiedade em relação à morte foi mais prevalente entre as mulheres do que entre os homens. Ademais, não houve diferença significativa entre os participantes casados e solteiros em termos de ansiedade em relação à morte ($P < 0{,}05$). No entanto, os resultados da ANOVA unilateral mostraram que a ansiedade em relação à morte variou de acordo com a idade, renda familiar, nível de escolaridade e local de residência ($p < 0{,}05$). Na verdade, a ansiedade em relação à morte era maior em famílias com renda de 2 a 3 milhões por mês, na moeda local, do que em famílias com renda superior a 3 milhões. A ansiedade em relação à morte foi menor em participantes com doutorado do que outros níveis de ensino. A ansiedade em relação à morte dos participantes nas províncias do Sul (ou seja, Ilam e Khuzistão) era menor do que nas províncias do Centro e Oeste durante o surto de Covid-19.

A Tabela 3 evidencia a qualidade de vida durante a Covid-19, considerando as características demográficas dos participantes.

Tabela 3: Qualidade de vida durante a Covid-19, de acordo com as características demográficas dos participantes.

Características demográficas		Média	Desvio padrão	S/N	P
Gênero	Feminino	55,72	10,55	5,12	<0,001
	Masculino	52,12	10,98		
Estado civil	Casado(a)	54	10,88	1,05	0,958
	Solteiro(a)	53,24	11,01		
Idade	15-25	57,31	10,31	7,24	<0,001
	26-35	53,54	11,51		
	36-45	54,21	10,78		
	46-55	52,01	10,52		
Renda familiar (em Rial iraniano, moeda do país)	Mais de 7 milhões	54,02	10,24	5,08	0,002
	5-7 milhões	56,26	10,43		
	3-5 milhões	54,04	10,71		
	2-3 milhões	52,32	11,30		
Nível de escolaridade	Doutorado	60,46	9,79	5,56	<0,001
	Mestrado	55,64	10,64		
	Graduação	53,42	10,32		
	Associate's degree (tecnólogo)	53,64	9,11		
	Algum diploma de Ensino Superior	52,51	11,70		
	Nenhum diploma de Ensino Superior	50,73	12,19		
Local de residência	Províncias do Sul**	53,31	11,39	0,49	0,68
	Províncias do Centro***	53,99	10,31		
	Províncias do Oeste****	54,44	11,13		
	Tehran e Alborz	54,06	9,99		

*Observação: **províncias do Sul = Khuzestan e Ilam; ***províncias do Centro = Isfahan, Fars e Markazi; ****províncias do Oeste = Qazvin, Zanjan e Eastern Azerbaijan.*

Os resultados do teste-t independente (ver Tabela 3) mostraram que a qualidade de vida dos homens foi maior do que a das mulheres durante o surto de Covid-19. Não houve diferença significativa entre os participantes casados e solteiros em termos de qualidade de vida (P <0,05). No entanto, os resultados da ANOVA unilateral mostraram que a qualidade de vida variou quanto à idade, renda familiar mensal, nível de escolaridade e local de residência (p <0,05). Mais especificamente, os resultados do teste post hoc de LSD mostraram que a qualidade de vida das donas de casa com rendas de 5 a 7 milhões, moeda local, era maior do que a das donas de casa com rendas de 3 a 5 milhões e 2 a 3 milhões. Também não houve diferença significativa entre os participantes com renda mensal de 5 a 7 milhões e aqueles com renda de 7 milhões ou mais em termos de qualidade de vida (p = 0,11). Além disso, a qualidade de vida dos participantes na faixa etária de 46 a 55 anos foi superior à das demais faixas etárias. E a qualidade de vida dos participantes com título de doutor foi superior à dos participantes com outras titulações, e a qualidade de vida dos participantes com título de mestre foi superior à dos participantes com algum ou nenhum diploma de Ensino Superior. Finalmente, não houve diferença significativa entre os participantes nas províncias do sul, centro e oeste em termos de qualidade de vida (P <0,05). Além disso, as estratégias de regulação da emoção durante o COVID-19, considerando as características demográficas dos participantes, são apresentadas na Tabela 4.

Tabela 4: Estratégias de regulação emocional durante a Covid-19, de acordo com as característias demográficas dos participantes.

Características demográficas Média		**Estratégias não-adaptativas**				**Estratégias adaptativas**			
		Desvio padrão	**S/N**	**P**	**Média**	**Desvio padrão**	**S/N**	**P**	
Gênero	Masculino	14,71	3,76	-0,55	-0,58	41,58	7,34	1,56	0,59
	Feminino	14,85	3,85			40,82	7,64		
Estado civil	Casado(a)	14,87	3,76	0,88	0,38	41,19	7,58	0,21	0,83
	Solteiro(a)	14,65	3,88			41,09	7,41		
Idade	15-25	15,34	3,82	1,05	37	42,56	7,79	1,64	0,18
	26-35	14,63	3,59			40,82	7,55		
	36-45	14,81	3,89			40,96	7,64		
	46-55	14,69	3,88			41,04	7,24		
Renda familiar	Mais de 7 milhões	14,50	3,90	1,71	0,16	41,64	7,44	0,350	0,79
	5-7 milhões	14,23	3,41			40,81	7,27		
	3-5 milhões	14,94	3,53			41,32	6,97		
	2-3 milhões	14,96	4,12			41,02	8,06		
Nível de escolaridade	Doutorado	13,12	3,21	4,04	0,001	40,70	7,04	0,77	0,570
	Mestrado	14,29	3,58			41,43	7,58		
	Graduação	15,08	3,61			41,56	7,18		
	Associate's degree	14,52	3,69			40,90	7,40		
	Algum diploma de Ensino Superior	14,68	4,13			40,31	7,66		
	Nenhum diploma de Ensino Superior	15,70	4,25			41,09	8,48		

Local de residência	Províncias do sul**	15,05	3,95	1,97	0,12	40,69	7,84	1,54	0,20
	Províncias do centro***	14,50	3,63			40,98	7,55		
	Províncias do oeste****	14,27	3,72			41,65	6,70		
	Tehran e Alborz	14,74	3,55			42,19	7,07		

*Observação: **províncias do sul = Khuzestan e Ilam; ***províncias do centro = Isfahan, Fars e Markazi; ****províncias do oeste = Qazvin, Zanjan e Eastern Azerbaijan.*

Como os resultados do teste-t independente na Tabela 4 mostram, não houve diferença significativa entre as estratégias não adaptativas e adaptativas em termos de gênero, estado civil, idade, renda e local de residência durante o surto de COVID-19 (P <0,05). Os resultados da ANOVA unilateral mostraram que não houve diferenças significativas entre os participantes com diferentes níveis de escolaridade em termos de estratégias adaptativas. No entanto, houve diferenças significativas entre os participantes com níveis distintos de escolaridade em termos de estratégias não adaptativas (P <0,05). Na verdade, os resultados do teste post hoc LSD mostraram que as estratégias não adaptativas nos participantes com grau de doutorado foram menores do que aqueles com mestrado, algum ou nenhum diploma de ensino superior (p = 0,002). Da mesma forma, as estratégias não adaptativas dos participantes com mestrado foram menores do que aquelas com bacharelado, algum ou nenhum diploma de ensino superior (p = 0,02).

Ainda, a Tabela 5 mostra a média, o desvio padrão e o coeficiente de correlação das variáveis da pesquisa.

Tabela 5: Média, o desvio padrão e o coeficiente de correlação das variáveis da pesquisa.

Variável	**Média**	**Desvio padrão**	**1**	**2**	**3**	**4**
Estratégias adaptativas	41,15	7,51	1			
Estratégias não-adaptativas	14,79	3,81	0,15**	1		
Qualidade de vida	53,70	10,93	0,32**	-0,35**		
Ansiedade relacionada à morte	8,13	3,80	-0,17**	0,29**		1

*Observação: * p <0.05; ** p <0.01.*

Como fica evidente na Tabela 5, a ansiedade em relação à morte nos participantes estudados era alta, as estratégias adaptativas eram fortes, as estratégias não adaptativas eram fracas e a qualidade de vida era moderada. Os resultados do coeficiente de correlação de Pearson mostraram que a relação das estratégias adaptativas e da ansiedade em relação à morte com a qualidade de vida foi inversa; no entanto, houve uma relação direta entre estratégias não adaptativas e ansiedade em relação à morte (p <0,05).

Finalmente, os resultados da regressão stepwise na determinação das contribuições das estratégias de regulação da emoção cognitiva e da ansiedade da morte na qualidade de vida durante o surto de Covid-19 são apresentados na Tabela 6.

Tabela 6: Resultados da regressão stepwise para determinar as contribuições das estratégias de regulação emocional e da ansiedade relacionada à morte para a qualidade de vida durante a Covid-19.

Step	Variável	F	R^2	B	S.E	β	T	P
-	Constante	-	-	55,66	1,83	-	30,99	<0,001
1	Ansiedade de morte	382,63	0,28	-1,15	0,077	-0,40	-15,08	<0,001
2	Estratégias não-adaptativas	251,73	0,34	0,44	0,037	0,30	11,82	<0,001
3	Estratégias adaptativas	223,59	0,41	-0,80	0,076	-0,28	-10,49	<0,001

Os resultados da análise de regressão (ver Tabela 6) mostraram que a ansiedade relacionada à morte, as estratégias não adaptativas e as estratégias de regulação emocional adaptativa foram capazes de explicar 0.41 das mudanças na qualidade de vida dos participantes durante a Covid-19 em três etapas. Na verdade, os coeficientes de regressão das variáveis mostraram que a ansiedade relacionada à morte (B = -1,15, t = -15,08), estratégias não adaptativas (B = 0,44, t = 11,82) e estratégias adaptativas (B = -0,80, t = -10,49) poderia explicar significativamente a variação na qualidade de vida durante a Covid-19.

Discussão

Devido ao aumento do nível de ansiedade e outros problemas psicológicos durante a pandemia do novo coronavírus e diferentes estratégias adaptativas dos indivíduos, o presente estudo foi uma tentativa de investigar a ansiedade em relação à morte a partir de variáveis demográficas e estratégias psico-

lógicas e qualidade de vida em adultos no Irã durante o surto de Covid-19.

Os achados deste estudo mostraram que, durante a Covid-19, o nível de ansiedade relacionada à morte foi maior entre as mulheres, bem como entre os indivíduos com idades mais avançadas, menor renda e menor nível de escolaridade. A ansiedade relacionada à morte dos indivíduos das províncias do Sul era menor do que a das províncias do Centro e do Oeste. Esses achados estão de acordo com os resultados de alguns estudos (DOWD et al., 2020; MENZIES e MENZIES, 2020; ROBAH, 2017; DARADKEH e FOUAD MOSELHY, 2011; AZAIZA et al., 2010; ABDEL-KHALEK, 2005). Por exemplo, de acordo com um estudo que examinou médicos e enfermeiras de hospitais em Wuhan, China, durante a propagação da Covid-19, as mulheres em contato direto com pacientes infectados pelo vírus relataram taxas mais altas de sintomas de estresse e ansiedade do que os homens (LAI et al., 2020). Da mesma forma, Robah mostrou que as mulheres têm uma taxa maior de ansiedade relacionada à morte do que os homens. Na verdade, seu achado foi consistente com os da literatura sobre gênero e ansiedade relacionada à morte (ROBAH, 2017). A causa provável da diferença entre homens e mulheres em termos desse tipo de ansiedade pode ser as diferentes consequências da morte. As mulheres têm mais medo da vida curta e da decomposição do corpo após a morte. Além disso, as mulheres podem ser mais precisas e emocionais em sua percepção da morte. Portanto, elas têm medo da morte mais do que os homens (ROBAH, 2017). A

expressão dos sentimentos masculinos pode ser influenciada pelo processo de socialização, no qual não se espera que os homens expressem os sentimentos de ansiedade e insegurança em relação às mulheres. Expressar esses sentimentos pode ameaçar a imagem de um forte papel masculino. Portanto, os homens podem não estar dispostos a expressar esses sentimentos de forma alguma.

O presente estudo mostrou que os idosos experimentaram mais ansiedade em relação à morte durante a Covid. Essa descoberta é inconsistente com outros estudos que mostraram que pessoas mais jovens tinham maior ansiedade em relação à morte (KRAUSE; PARGAMENT; IRONSON, 2018). Essa diferença pode ser explicada por se referir à amostra participante dos estudos. Na verdade, a maioria das vítimas dessa doença são os idosos (DOWD et al., 2020).

Logo, os resultados do presente estudo mostraram que indivíduos com menor nível econômico e escolaridade apresentaram níveis mais elevados de ansiedade relacionada à morte. Azaiza et al. descobriram que havia uma relação entre nível de escolaridade e esse tipo de ansiedade. Assim, as pessoas não alfabetizadas e aqueles com baixa escolaridade experimentaram mais ansiedade relacionada à morte do que os indivíduos com escolaridade. A qualidade de vida em indivíduos com ensino superior também melhorou mais (AZAIZA et al., 2010). Nesse sentido, Missler acreditava que as pessoas que estavam em uma posição mais elevada em termos de *status* econômico, social e educacional eram menos propensas a sofrer de ansiedade relacionada à morte devido ao acesso a uma

estrutura melhor como boa alimentação, melhor moradia e, o mais importante, sistema de saúde (MISSLER et al., 2012). De fato, o baixo nível de escolaridade e de emprego estão entre os fatores que levam à situação econômica desfavorável e à ansiedade relacionada à morte (HASAN ZEHI, 2012). No entanto, indivíduos com níveis educacionais mais altos têm mais informações e facilidades para prevenir a doença e, devido a um número menor de preocupações econômicas e ocupacionais, são mais propensos a permanecer em condições seguras durante a quarentena.

Do mesmo modo, a baixa ansiedade em relação à morte em indivíduos que vivem nas províncias do Sul do que aqueles que vivem nas províncias do Oeste e Centro durante a pandemia da Covid-19 pode ser devido à prevalência muito mais baixa do vírus durante os primeiros meses da epidemia (março e abril de 2020), quando o estudo presente foi conduzido.

Verificou-se também que durante a pandemia, a qualidade de vida era maior tanto entre os homens quanto entre os indivíduos com mais idade, maior renda e maior escolaridade. Essa descoberta é consistente com o de vários estudos. Hajian-Tilaki et al. mostraram que o gênero feminino, a baixa escolaridade, a baixa renda familiar e o emprego precário estavam associados à baixa qualidade de vida (HAJIAN-TILAKI et. al, 2017). Da mesma forma, Montazeri et al. mostraram que a qualidade de vida de mulheres e idosos era mais inadequada em comparação com homens e jovens (MONTAZERI, 2005). Na verdade, em circunstâncias normais, os homens tendem a ter uma vida de melhor qualidade do que as

mulheres. Parece que as diferenças de gênero no declínio da qualidade de vida das mulheres estão relacionadas aos papéis de gênero, estrutura corporal, diferenças emocionais, dependência econômica e desigualdade social e cultural (HAJIAN-TILAKI et. al, 2017). Em condições de doenças e epidemias, eles elevam a vulnerabilidade das mulheres e reduzem a qualidade de vida.

Evidenciou-se neste estudo que não houve diferença significativa entre as estratégias não adaptativas e adaptativas durante a prevalência da Covid-19 em relação ao gênero, estado civil, idade, renda e local de residência. No entanto, tal diferença existia em termos de nível de educação, uma vez que indivíduos com mestrado e doutorado usaram estratégias menos não adaptativas do que aquelas com bacharelado, algum ou nenhum diploma de Ensino Superior. Pesquisas têm mostrado que estratégias não adaptativas de regulação emocional, incluindo sentimentos de culpa, ruminação e catastrofização, estão negativamente relacionadas ao desempenho acadêmico dos indivíduos, desejo de se desenvolver e satisfação psicológica (GARNEFSKI; BAAN; KRAAIJ, 2005).

O progresso também está relacionado à satisfação psicológica, que é um aspecto da saúde mental, no qual a pessoa desfruta de suas realizações e se torna mais adaptável aos fenômenos sociais. Pessoas bem-sucedidas e motivadas não estão envolvidas nas estratégias de regulação cognitiva e emocional que impedem seu crescimento e saúde mental a longo prazo (EESAZADEGAN; JENAABADI; SAADATMAND, 2010). De acordo com o exposto acima, indivíduos

com pós-graduação mantêm sua saúde mental por meio de estratégias menos não adaptativas durante a prevalência da Covid-19.

Ademais, este estudo mostrou que houve uma relação inversa entre ansiedade em relação à morte e qualidade de vida durante a Covid-19. A ansiedade em relação à morte também pode predizer e explicar a qualidade de vida durante a pandemia. Essa descoberta está de acordo com vários estudos. De acordo com o estudo de Ottu et al., a ansiedade em relação à morte correlacionou-se inversamente com a qualidade de vida e suas dimensões. Em outras palavras, quando essa ansiedade aumentou, a qualidade de vida e suas dimensões diminuíram (OTTU; ESSIEN; LAWAL, 2019). Os resultados de um estudo nos Estados Unidos também mostraram que houve uma correlação significativa entre as subescalas da ansiedade em relação à morte e as subescalas de qualidade de vida em cuidadores familiares (SHERMAN; NORMAN; MCSHERRY, 2010). Da mesma forma, um estudo qualitativo que investigou as consequências psicossociais da Covid-19 mostrou que suas consequências psicológicas (ou seja, ansiedade em relação à morte, depressão, medo, diminuição da atividade social, rejeição social e diminuição da comunicação efetiva com a família e a comunidade) gravemente reduziu a qualidade de vida dos indivíduos (ALIAKBARI et al., 2020). Parece que a epidemia, a quarentena, o contágio, a morte de parentes, a ambiguidade na forma de contágio e no tratamento e a disseminação de notícias contraditórias nas mídias sociais têm ameaçado a saúde mental e social das

pessoas. Elas acabariam por levar a um declínio na qualidade de vida. Sood mostrou que durante a Covid-19, informações incorretas nas mídias sociais, insegurança financeira, distância da família, solidão e incerteza da doença foram os fatores que anteciparam o rápido aumento do medo e da ansiedade entre os indivíduos (SOOD, 2020).

No entanto, nas condições de propagação de doenças infecciosas, as mídias sociais tornaram-se uma ferramenta importante para enfrentar o perigo e as crises. Estudos mostraram que o uso de mídias sociais estava associado à percepção de ameaça e autoeficácia, que por sua vez estavam associadas ao comportamento preventivo ao novo coronavírus (MAHMOOD et al., 2021). No entanto, Fathi e cols. mostraram que existe uma correlação significativa entre o alto uso de mídias sociais e a ansiedade em relação ao vírus, e essa significância tem um papel negativo na qualidade de vida. Eles também mostraram que o não uso ou o pouco uso de mídias sociais nessas situações sensíveis aumentaram a ansiedade associada à Covid-19 (FATHI et al., 2020).

Deve-se notar que, dado o uso generalizado das mídias sociais e o seu abuso, se o objetivo de usar o espaço virtual passar da recreação para a informação científica útil, a ansiedade relacionada ao coronavírus será reduzida.

Outra descoberta do estudo presente foi que houve uma relação inversa entre estratégias adaptativas e ansiedade em relação à morte, e uma relação direta entre estratégias não adaptativas e ansiedade em relação à morte durante a pandemia. Além disso, estratégias de regulação emocional cognitiva

(adaptativas e não adaptativas) podem antecipar e explicar a qualidade de vida dos indivíduos durante esse período. Esta descoberta pode ser explicada referindo-se ao fato de que as estratégias positivas (ou seja, estratégias adaptativas para lidar com eventos estressantes) melhoram a autoestima, as competências sociais etc. Em contraste, as estratégias negativas (ou seja, estratégias não adaptativas para lidar com eventos estressantes) causam estresse, depressão e outros danos psicológicos. As estratégias positivas têm uma relação positiva com a saúde e a qualidade de vida, e as estratégias negativas têm uma relação positiva com os sintomas físicos negativos, depressão e estresse (DIEDRICH et al., 2016). Na verdade, dado o papel do estresse e dos problemas emocionais no enfraquecimento do sistema imunológico e no contágio pela Covid-19, o uso de estratégias positivas (ou seja, reorientação positiva, avaliação positiva, aceitação e planejamento) e o não uso de estratégias negativas (ou seja, auto culpa, culpa alheia, ruminação e percepção catastrófica) levam a um maior controle do meio social, maior satisfação e melhor qualidade de vida.

Como a coleta de dados foi feita por meio de navegação na Internet devido à prevalência da Covid-19, o uso do método de amostragem aleatória foi limitado. Além disso, o presente estudo foi transversal no qual não foi possível controlar todas as variáveis intervenientes; os participantes podem ter sido afetados por condições fora do controle dos pesquisadores. Assim, sugere-se que novos estudos coletem os dados presencialmente (na condição não virtual) para que os pesquisadores possam observar o processo de preenchimento dos

questionários, e interagir com os participantes para incentivá-los e orientá-los a melhorar a precisão das respostas.

As descobertas deste estudo mostraram um aumento na ansiedade nas mulheres em relação à morte e uma diminuição na qualidade de vida durante a pandemia. Assim, as intervenções psicológicas são recomendadas para reduzir a ansiedade em relação à morte em mulheres, na população de meia-idade e nas famílias de baixa renda, e para reduzir estratégias de emoção não adaptativa em indivíduos com nível de escolaridade abaixo da graduação.

Os autores deste estudo agradecem todos os indivíduos que participaram e cooperaram na realização da pesquisa.

Referências

ABDEL-KHALEK, A. M. Death anxiety in clinical and non-clinical groups. **Death studies**, v. 29, n. 3, p. 251-259, 2005.

ALIAKBARI DEHKORDI, M. et al. Psychological consequences of patients with coronavirus (Covid-19): A Qualitative Study. **Iranian Journal of Health Psychology**, v. 2, n. 2, p. 9-20, 2020.

ALIPOUR, A. et al. Preliminary validation of the Corona Disease Anxiety Scale (CDAS) in the Iranian sample. **Quarterly Journal of Health Psychology**, v. 8, n. 32, p. 163-175, 2020.

AZAIZA, F. et al. Death and dying anxiety among elderly Arab Muslims in Israel. **Death studies**, v. 34, n. 4, p. 351-364, 2010.

BELSKY, J. **The psychology of aging**: Theory, research, and interventions: Brooks/Cole Pub. 1984. 352 p.

BROOKS, S. K. et al. The psychological impact of quarantine and how to reduce it: rapid review of the evidence. **The lancet**, v. 395, n. 10227, p. 912-920, 2020.

DARADKEH, F.; FOUAD MOSELHY, H. Death anxiety (Thanatophobia) among drug dependents in an Arabic psychiatric hospital. **The American journal of drug and alcohol abuse**, v. 37, n. 3, p. 184-188, 2011.

DIEDRICH, A. et al. Self-compassion enhances the efficacy of explicit cognitive reappraisal as an emotion regulation strategy in individuals with major depressive disorder. **Behaviour research and therapy**, v. 82, p. 1-10, 2016.

DOOST M. M.; KHOJASTEH S. Investigating the relationship between the use of social networks with self-confidence and mental health of faculty members and students of Payame Noor University in Kerman. **Iranian Journal Culture at the Islamic University**, 8(2): 251-72, 2019.

DOWD, J. B. et al. Demographic science aids in understanding the spread and fatality rates of Covid-19. **Proceedings of the National Academy of Sciences**, v. 117, n. 18, p. 9696-9698, 2020.

FATHI, A. et al. The Effect of the Way of Using Social Media on Health Promoting Behaviors and Covid-19-related Anxiety in Non-medical Students. **Journal of Inflammatory Disease**, v. 24, n. 2, p. 124-135, 2020.

GARNEFSKI, N.; BAAN, N.; KRAAIJ, V. Psychological distress and cognitive emotion regulation strategies among farmers who fell victim to the foot-and-mouth crisis. **Personality and individual differences**, v. 38, n. 6, p. 1317-1327, 2005.

GARNEFSKI, N.; KRAAIJ, V. Cognitive emotion regulation questionnaire–development of a short 18-item version (CERQ-short). **Personality and individual differences**, v. 41, n. 6, p. 1045-1053, 2006.

GARNEFSKI, N.; KRAAIJ, V. Relationships between cognitive emotion regulation strategies and depressive symptoms:

A comparative study of five specific samples. **Personality and Individual differences**, v. 40, n. 8, p. 1659-1669, 2006.

HAJIAN-TILAKI, K. et. al. Health related quality of life and its socio-demographic determinants among Iranian elderly people: a population based cross-sectional study. **Journal of Caring Sciences**, v. 6, n. 1, p. 39, 2017.

HASAN ZEHI, E. Prediction of death anxiety in elderly based on demographic characteristics and spiritual components. **Master of thesis, School of educational sciences and psychology, Shiraz University (In Persian)**, 2012.

HASSANI J. Psychiatric characteristics of cognitive emotion theory questionnaire. **Clinical Psychology**, 2010; 2: 84-73.

ISAZADEGAN, A. et. al. The Relationship between cognitive emotion regulation strategies, emotional creativity and academic performance with mental health in university students. **Journal of Educational Psychology Studies**, 2010; 7: 71-92.

KRAUSE, N. et al. Meaning in life moderates the relationship between sacred loss/desecration and health. **Journal for the scientific study of religion**, v. 57, n. 2, p. 365-376, 2018.

LAI, J. et al. Factors associated with mental health outcomes among health care workers exposed to coronavirus disease 2019. **JAMA network open**, v. 3, n. 3, p. e203976-e203976, 2020.

LEE, S. A. et. al. Mental health characteristics associated with dysfunctional coronavirus anxiety. **Psychological medicine**, v. 51, n. 8, p. 1403-1404, 2021.

MAHMOOD, Q. K. et al. Social Media Use, Self-Efficacy, Perceived Threat, and Preventive Behavior in Times of Covid-19: Results of a Cross-Sectional Study in Pakistan. **Frontiers in Psychology**, v. 12, p. 2354, 2021.

MAHMOOD Q. K. et al. Social media use, self-efficacy, perceived threat, and preventive behavior in times of Covid-19: results of a cross-sectional study in Pakistan. **Frontiers in Psychology**, 2021; 12:562042.

MARIANI, R. et al. The Impact of the Covid-19 Pandemic on Primary Emotional Systems and Emotional Regulation. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, v. 18, n. 11, p. 5742, 2021.

MARSAC M. et al. **Coping styles psychological function and quality of life children with asthma**. Childcare health dev, 2007; 33: 360-7.

MENZIES, R. E.; MENZIES, R. G. Death anxiety in the time of Covid-19: Theoretical explanations and clinical implications. **The Cognitive Behaviour Therapist**, v. 13, 2020.

MISSLER, M. et al. Exploring death anxiety among elderly people: A literature review and empirical investigation. **OMEGA-Journal of Death and Dying**, v. 64, n. 4, p. 357-379, 2012.

MONTAZERI, A. et al. **The Short Form Health Survey (SF-36):** translation and validation study of the Iranian version. Quality of life research, v. 14, n. 3, p. 875-882, 2005.

MUÑIZ-VELÁZQUEZ, J. A.; GÓMEZ-BAYA, D.; LOZANO D. J. Exploratory Study of the Relationship Between Happiness and the Rise of Media Consumption During Covid-19 Confinement. **Frontiers in Psychology**, v. 12, p. 1484, 2021.

NAEINIAN, M. R. et al. Use of internet and its relationship with mental health and life quality of high school students. **Clinical Psychology and Personality**, v. 14, n. 2, p. 103-113, 2020.

OTTU, I. F. A. et. al. Death anxiety from quality of life and emotional impact of event: a case study of proximate earwitnesses of Dana air crash in Nigeria. **Omega-Journal of Death and Dying**, v. 78, n. 4, p. 421-440, 2019.

PAYOT, A.; BARRINGTON, K. J. The quality of life of young children and infants with chronic medical problems: review of the literature. **Current problems in pediatric and adolescent health care**, v. 41, n. 4, p. 91-101, 2011.

RAJABI G. R., BOHRANI M. **Factor analysis of questions of death anxiety scale**. Journal of Psychology 2001; 20: 342-344.

RESTUBOG, S. L. D.; OCAMPO, A. C. G.; WANG, L. **Taking control amidst the chaos**: Emotion regulation during the Covid-19 pandemic. The Journal of Vocational Behavior, 2020.

REZAEI, S. V. K.; KAKABRAEE, K.; HOSSEINI, S. S. The Effectiveness of teaching Emotion Regulation skill based on dialectical behavioral therapy on Psychological Distress and Cognitive Flexibility Cardiovascular Patients. **Journal of Arak University of Medical Sciences,** 2019; 22: 98-111.

ROBAH, K. **Determinants of existential death anxiety: a cross-sectional survey study on the effect of age, gender and religious affiliation on death anxiety**. Trabalho de Conclusão de Curso. University of Twente, 2017.

ROY, D. et al. Study of knowledge, attitude, anxiety & perceived mental healthcare need in Indian population during Covid-19 pandemic. **Asian journal of psychiatry**, v. 51, p. 102083, 2020.

SEMENOVA, V.; STADTLANDER, L. Death anxiety, depression, and coping in family caregivers. **Journal of Social, Behavioral, and Health Sciences**, v. 10, n. 1, p. 5, 2016.

SEYEDTABAEE, R. et al. The role of coping strategies and cognitive emotion regulation in well-being of patients with cancer. **The Journal of Qazvin University of Medical Sciences**, v. 21, n. 2, p. 41-49, 2017.

SHERMAN, D. W. et. al. A comparison of death anxiety and quality of life of patients with advanced cancer or AIDS

and their family caregivers. **Journal of the Association of Nurses in AIDS Care**, v. 21, n. 2, p. 99-112, 2010.

SOLEIMANI, M. A. et al. **Death anxiety in patients with cancer**: A systematic review and meta-analysis. European Journal of Oncology Nursing, p. 101803, 2020.

SOOD, S. Psychological effects of the Coronavirus disease-2019 pandemic. **Research & Humanities in Medical Education**, v. 7, n. 11, p. 23-26, 2020.

TEMPLER, D. I. The construction and validation of a death anxiety scale. **The Journal of general psychology**, v. 82, n. 2, p. 165-177, 1970.

UNDERWOOD, M. et al. **Internet of things**: Toward smart networked systems and societies. Appl. Ontology, v. 10, n. 3-4, p. 355-365, 2015.

VENES D. **Taber's cyclopedic medical dictionary**: FA Davis; 2015.

WORLD METERS. Página inicial. Disponível em: https://www.worldometers.info/coronavirus/. Acessado em 2021.

YAO, H.; CHEN, J.; XU, Y. **Patients with mental health disorders in the Covid-19 epidemic**. 2020.

ZHANG, Y.; MA, Z. F. Impact of the Covid-19 pandemic on mental health and quality of life among local residents in Liaoning Province, China: A cross-sectional study. **International journal of environmental research and public health**, v. 17, n. 7, p. 2381, 2020.

ZHU, H.; WEI, L.; NIU, P. **The novel coronavirus outbreak in Wuhan, China**. Global Health Research and Policy, 2020.

ZHU, N. et al. China Novel Coronavirus Investigating and Research Team. **A novel coronavirus from patients with pneumonia in China, 2019**. N Engl J Med, v. 382, n. 8, p. 727-733, 2020.

Fixação de crenças em torno de desinformação no contexto da *infodemia*

Geane Carvalho Alzamora
Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social
Universidade Federal de Minas Gerais,
Belo Horizonte, MG, Brasil
E-mail: geanealzamora@ufmg.br

Introdução

A pandemia de Covid-19 evidenciou a centralidade das plataformas digitais nas mais variadas esferas da vida social, como trabalho, escola e família. De uma cultura das conexões (DIJCK, 2013; JENKINS, GREEN; FORD, 2013), caracterizada pelas práticas sociais de comunicação em rede, atingimos o patamar de uma sociedade de plataformas (DIJCK; POELL; WALL, 2018), na qual a conectividade se torna preponderante. De acordo com Dijck, Poell e Wall (2018), as plataformas não podem ser consideradas isoladamente, pois afetam-se mutuamente constituindo ecossistema de plataformas que permeia, em intensidade cada vez maior, as formas sociais contemporâneas.

Em dimensões técnica, social e comunicacional, a perspectiva integrada das plataformas preserva as especificidades de linguagem de cada ambiente midiático, mas assegura o necessário intercâmbio de ações entre um ambiente midiático e outro por meio de agenciamentos entre algoritmos, usuários

e dados. Esse processo pode ser associado à lógica comunicacional da dinâmica transmídia (GAMBARATO; ALZAMORA; TÁRCIA, 2020), na qual os processos de produção da informação são diluídos em conexões online/offline, a distribuição da informação é preferencialmente multiplataforma e as expansões de conteúdos são impulsionadas por algoritmos e ações coletivas em rede. A lógica comunicacional da dinâmica transmídia integra ampla variedade de ambientes midiáticos, conformando rede densa, tensa e diversa de perspectivas comunicacionais.

Ambientes midiáticos constituem formas disposicionais variadas que condicionam modos de agir e saber (ALZAMORA; ZILLER, D'ANDREA, 2018). Quando os processos interacionais que têm lugar em conexões digitais são regidos pela lógica comunicacional transmídia, os modos de agir e saber específicos de cada ambiente midiático se mesclam. Desse modo, interferem-se mutuamente, configurando formas próprias de apreensão social de grandes temas de interesse público, caso da pandemia de Covid-19. As disputas de sentidos em plataformas de mídias sociais sobre o tema, como controvérsias sobre tratamentos da nova doença, métodos de prevenção e vacinas, exemplificam os modos pelos quais as formas contemporâneas de comunicação incidem em um problema global, com tonalidades locais.

A pandemia foi declarada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 11 de março de 2020 e, desde então, a busca por informações sobre o tema cresceu exponencialmente no

mundo todo. A OMS classificou de *infodemia*[1] a circulação massiva de informações, verdadeiras e falsas, sobre a pandemia de Covid-19. No âmbito da *infodemia*, informações científicas sobre a pandemia se misturam a rumores e informações falsas ou distorcidas sobre o tema, desencadeando dinâmica transmídia de desinformação sobre Covid-19 (ALZAMORA; MENDES; RIBEIRO, 2021, no prelo). O problema é complexo porque envolve parâmetros questionáveis de confiabilidade que incidem na circulação de informações em rede sobre o tema. Diante disso, cabe perguntar: como a *infodemia* se propaga em conexões online/off-line e de que modo é possível enfrentar esse fenômeno emergente de comunicação?

Desinformação e *infodemia*

A natureza disforme, flexível e expansível da *infodemia* a destaca no âmbito da variedade temática da desinformação. Ainda que o universo semântico da desinformação seja amplo e suas especificidades empíricas sejam sempre mutáveis, o fenômeno da *infodemia* deve ser considerado como de particular importância nesse cenário, dada sua abrangência global com tonalidades locais.

O aspecto mais nocivo da *infodemia* é, sem dúvidas, sua capacidade de propagar desinformação em larga escala, afetando, assim, as possibilidades de enfrentamento social da pandemia de Covid-19. Mas, como diferenciar informação

1 <https://www.who.int/news/item/23-09-2020-managing-the-covid-19-infodemic-promoting-healthy-behaviours-and-mitigating-the-harm-from-misinformation-and-disinformation>. Acesso em 14 mai. 2021.

confiável de desinformação em contexto emergente de conhecimento, como é o caso da pandemia de Covid-19?

A produção, distribuição e circulação de notícias falsas não é um fenômeno recente (ALLCOTT; GENTZKOW, 2017), nem de fácil classificação, pois abrange miríade de manifestações informacionais que incluem, entre outros aspectos, manipulação de contexto informacional, fabricação de conexões entre eventos e produção de conteúdo enganoso (WARDLE; DERAKHSHAN, 2017). Mas, embora não seja tarefa simples caracterizar as dimensões conceituais e empíricas da desinformação, o termo pode abranger pelo menos três modalidades discursivas (WARDLE; DERAKHSHAN, 2017): informação falsa ou distorcida criada intencionalmente para provocar danos (*desinformation*); informação falsa ou distorcida criada sem intenção de causar danos (*misinformation)*; e informação baseada em dados da realidade, mas produzida para causar danos (*mal information*).

Ribeiro e Paes (2021, no prelo) consideram que as três modalidades discursivas se diferenciam pela intenção, mas devem ser prioritariamente consideradas conforme a capacidade que apresentam de promover disputas de sentidos em rede. Eles advertem que esse problema se relaciona intrinsecamente com o papel das crenças no entendimento social da verdade.

As recorrentes disputas de sentidos em torno de crenças relacionadas à pandemia de Covid-19 demonstram que a busca por informações sobre o tema nem sempre diz respeito ao interesse em obter esclarecimentos razoáveis à luz do co-

nhecimento científico, mas, sobretudo, ao acesso a informações que corroborem crenças afins relacionadas ao tema. Tal processo é impulsionado por algoritmos e por ações coletivas em rede, caracterizando dinâmica comunicacional transmídia de desinformação potencialmente danosa ao combate da pandemia.

O contexto comunicacional da *infodemia* evidencia, assim, a passagem definitiva da sociedade da informação (CASTELLS, 1999), na qual a sociedade em rede emerge como produto do avanço das tecnologias de comunicação no século 20, para a sociedade da desinformação (MARSHALL, 2017), caracterizada pela emergência das notícias falsas (*fake news*) no século 21 como fenômeno endêmico da sociedade contemporânea. Não haveria, portanto, ruptura entre sociedade da informação e sociedade da desinformação, mas tênue passagem entre um regime hegemônico a outro (ALZAMORA; RIBEIRO, MENDES, 2021, no prelo). Até o momento, a *infodemia* constitui o apogeu da sociedade da desinformação, dado seu alcance global com tonalidades locais.

É sob esse viés que compreendemos a desinformação como fenômeno comunicacional, social e cultural que caracteriza a *infodemia*. Longe de ser uma singularidade, uma exceção, a desinformação deve ser abordada como norma de conduta na contemporaneidade. Produto das formas de interação mediadas pelas plataformas de mídias sociais, a desinformação surge em várias facetas empíricas, normalmente delineadas pela lógica comunicacional da dinâmica transmídia, que abrange conexões online e offline. Nesse contexto

comunicacional, fragmentado e disperso, pouco interessa a verdade, pois o que está em disputa é a capacidade de criar vínculos sociais em torno de crenças comuns, ainda que tais crenças em nada contribuam para dizimar a pandemia de Covid-19.

Crença e verdade

A desinformação deriva de ação comunicacional sociotécnica, que integra mentes humanas e algorítmicas em objetivo comum (SALGADO; ALZAMORA; ZILLER, 2021), e sua propagação é pragmaticamente orientada, pois visa a formação de opinião como efeito prático da informação disseminada (ALZAMORA; ANDRADE, 2019). O engajamento social gerado em torno de crença comum, ainda que esta possa ser nitidamente falsa, é propulsor da dinâmica transmídia da desinformação.

Na perspectiva pragmática de Charles Sanders Peirce (1939-1914), a verdade é um ideal normativo que regula o aprimoramento da representação da realidade. Logo, realidade e verdade encontram-se continuamente em expansão pelas representações que envolvem. Para Peirce ([1877],1998), que é considerado o precursor do pragmatismo, o significado de qualquer conceito é a soma total de suas consequências práticas concebíveis. A consequência prática da verdade são as crenças que envolve e estas são perceptíveis através de hábitos ou regras de ação.

O pramatismo peirceano avalia a formação de hábitos em relação à fixação de crenças e ao ideal da verdade, as-

pectos muito relevantes na compreensão do engajamento social que impulsiona a circulação contemporânea de desinformação. Nessa abordagem, a concepção pragmática da verdade relaciona-se à concepção pragmática de semiose, ação de transformação contínua do signo, constituindo processo lógico de aprimoramento constante da significação (ALZAMORA, 2018).

O signo é uma entidade triádica que se estabelece em referência ao objeto que o determina com vistas a produzir um efeito, seu interpretante, que terá a natureza de outro signo. O interpretante representa o objeto pela mediação do signo (*representâmen*), em associação com signos adjacentes por experiência colateral, ou seja, por familiaridade prévia com o objeto denotado pelo signo (ALZAMORA; ANDRADE, 2019).

Nessa abordagem, o objeto corresponde à realidade, sempre expansível pelas representações que gera, e o interpretante remete à verdade, continuamente aprimorável em sua tentativa de representar a realidade. A semiose é sempre parcial e incompleta, o que torna o acoplamento entre realidade e verdade um ideal jamais plenamente alcançável. Logo, o que chamamos de verdade é sempre um traço imperfeito da realidade, alimentado por nossas crenças cotidianas, conforme nossos hábitos cotidianos de interpretação.

Para além da dimensão factual do processo de representação da realidade (parâmetro indicial), que é normalmente averiguado por agências de *fact checking*, o processo peirceano de representação da realidade apresenta também variedades

qualitativas, relacionadas à metáfora e à analogia (parâmetro icônico), e constitui uma regra de ação, um hábito de interpretação da realidade (parâmetro simbólico). Quanto mais um hábito de interpretação é arraigado, mais fortes são as crenças que o envolvem. Assim, o problema empírico da verdade pode ser averiguado pelo modo como as crenças se cristalizam e se expandem na sociedade, tornando-se preponderantes em uma dada arena discursiva.

Em "A fixação das crenças" ([1877], 1998), Peirce propôs quatro métodos para a fixação das crenças: tenacidade, autoridade, *a priori* e científico. Esses métodos são bastante úteis para averiguar como as crenças se propagam no âmbito da *infodemia*, configurando arena discursiva para disputas de sentidos em torno da pandemia de Covid-19.

No método da tenacidade, aferra-se obstinadamente às próprias crenças, de tal modo que se tende a ignorar evidências em contrário. No método da autoridade, a fixação da crença é coagida por uma instituição reguladora, como família, igreja, partido político etc. No método *a priori*, a crença é fixada ao se procurar aquelas crenças concordantes com a razão, ou seja, tende-se a acreditar naquilo que se assemelha às nossas crenças precedentes porque isso nos parece mais razoável. No método científico, as ideias são fixadas por evidências e estas se sobrepõem às nossas crenças. Este método, permanentemente aprimorável pela comunidade científica, prioriza as evidências em detrimento de velhas crenças (ALZAMORA, 2021).

Os quatros métodos coexistem na arena discursiva das disputas de sentidos em torno da pandemia de Covid-19. Tão mais amplo será o alcance de uma informação em dinâmica transmídia, quanto mais ela se aproximar das crenças dominantes na referida esfera discursiva. Logo, dada a estreita incidência do método científico na formulação social de crenças, métodos mais rudimentares de fixação de crenças, como tenacidade, autoridade e *a priori* tendem a prevalecer em disputas de sentidos relacionadas à *infodemia*.

A desinformação, portanto, se torna um fenômeno mais complexo à medida que é alimentada por métodos mais rudimentares de crença em conexões online/off-line. O fenômeno se torna especialmente complexo quando as crenças que fomentam a propagação da desinformação se tornam dominantes em plataformas de mídias sociais e, com isso, ampliam seu alcance social em dinâmica transmídia pela ação integrada de mentes humanas e algorítmicas. É o que ocorre no âmbito da *infodemia* relacionada à pandemia de Covid-19.

Implicações lógicas

Peirce concebeu o pragmatismo como uma aplicação especial da Ética, ciência normativa que investiga a natureza das ações em conformidade com as crenças que as delineiam. Ética pressupõe distinção entre o que é e não é admirável, por isso Peirce a baseou na Estética, ciência normativa que investiga a admirabilidade manifesta em qualidades de sentimento. Crenças, portanto, se baseiam em sentimentos e se propagam por meio de hábitos de ação, os quais são examinados no âm-

bito da Lógica, ou Semiótica, ciência normativa que investiga a linguagem e seus processos de significação (ALZAMORA, 2021).

A lógica comunicacional transmídia configura formas de ação em rede impulsionadas por crenças fundadas em qualidades de sentimento. Tais crenças se expandem transmidiaticamente em conformidade com as formas de saber e agir condicionadas pelas plataformas de mídias sociais. Por causa disso, a desinformação frequentemente utiliza recursos de linguagem próprios de plataformas de mídias sociais, como *memes,* textos nos quais imperam a ausência de fontes, o convite ao compartilhamento etc.

A dimensão ética desse processo lógico de comunicação é perceptível no curso da ação em rede, que assegura circulação ampliada à desinformação por meio das crenças que agencia. O fundamento estético de tal processo lógico, que fundamenta o curso ético da ação em rede, refere-se às qualidades de sentimento necessárias para gerar engajamento social e, consequentemente, impulsionar disputas de sentido em torno de crenças afins. Estas, por sua vez, conferem robustez à dinâmica transmídia da desinformação em conexões de plataformas de mídias sociais. Trata-se, como já dito, de um processo comunicacional eminentemente voltado para a formação de opinião como efeito prático da desinformação disseminada.

No âmbito da *infodemia*, a lógica comunicacional transmídia amplifica o alcance social de informações distorcidas, descontextualizadas, confusas ou intencionalmente falsas,

o que compromete sobremaneira o enfretamento social da pandemia. A *infodemia,* portanto, lida com crenças, não com uma pretensa visão purificada e inequívoca de verdade.

Os processos de fixação de crenças que impulsionam a *infodemia* são, via de regra, alheios ao método científico e mais afeitos a métodos rudimentares como tenacidade, autoridade e *a priori*. Sem a compreensão apurada dos processos dominantes de fixação das crenças, dificilmente será possível combater a desinformação crescente no contexto mais amplo da *infodemia*, relacionado à sociedade da desinformação e à sua lógica comunicacional dominante.

Considerações finais

A *infodemia* marca, até o momento, o apogeu da sociedade da desinformação. Trata-se de conteúdos díspares, contraditórios e confusos, intencionalmente falsos ou não, sobre a pandemia de Covid-19. Este é um tema de interesse global, com tonalidades locais, o que torna ainda mais complexo seu enfrentamento.

Os parâmetros frágeis de confiabibilidade e a variedade de informações que circulam globalmente em dinâmica comunicacional transmídia tornam o tema da pandemia alvo de disputas de sentidos em rede. O efeito prático da *infodemia* é a confusão em torno do tema e a consequente formação de opiniões díspares sobre ele, com base em crenças dominantes. Nesse contexto comunicacional, fragmentado e disperso, crenças variadas se sobrepõem umas às outras, condicionando o que se toma circunstancialmente como verdade.

Indagamos como a *infodemia* se propaga em conexões online/off-line e de que modo seria possível enfrentar esse fenômeno emergente de comunicação, que é também um problema social de grande envergadura. De modo complementar, indagamos como diferenciar informação confiável de desinformação em contexto emergente de conhecimento, como é o caso da pandemia de Covid-19.

Com base em pressupostos teóricos, metodológicos e conceituais derivados do pragmatismo e da semiótica de Charles Sanders Peirce (1839-1914), sugerimos que um caminho possível seria caracterizar as crenças predominantes em contextos de propagação da *infodemia,* buscando compreender, assim, a lógica comunicacional que impulsiona a circulação de informações díspares sobre o tema, o percurso ético da ação coletiva integrada em rede e as qualidades de sentimento que fundamentam o engajamento social.

Entretanto, os impactos da *infodemia* na sociedade só poderão ser adequadamente compreendidos à luz de variedade ampla de estudos a esse respeito. Por causa disso, a perspectiva teórica, metodológica e conceitual aqui apresentada demanda que outros estudos empíricos desvelem matizes mais sutis da infodemia. Com base em tal esforço coletivo de investigação, talvez seja possível encontrar métodos mais eficazes de enfrentamento não apenas da *infodemia*, mas da sociedade de desinformação, de modo mais amplo.

Referências

ALLCOTT, H.; GENTZKOW, M. Social media and fake news in the 2016 election. **Journal of Economic Perspectives**, vol. 13, number 2, Spring 2017, p. 211-236. Disponível em: <https://web.stanford.edu/~gentzkow/research/fakenews.pdf>. Acesso em: 25/02/2020.

ALZAMORA, Geane. **Sobre a imprecisão pragmática do termo pós-verdade**. Rede Brasileira de Pesquisadores em Semiótica Peirceana. 04 de Janeiro de 2021. Disponível em: < https://redeciep.wordpress.com/2021/01/04/sobre-a-imprecisao-pragmatica-do-termo-pos-verdade/. Acesso: 05 de Julho de 2021.

ALZAMORA, Geane. A Semiotic Approach to Transmedia Storytelling. In: Matthew Freeman, Renira Rampazzo Gambarato. (Org.). **The Routledge Companion to Transmedia Studies.** 1ed.New York: Routledge, 2018, v. 1, p. 435-462.

ALZAMORA, Geane; MENDES, Conrado; RIBEIRO, Daniel Melo. Apresentação.

ALZAMORA, Geane; MENDES, Conrado; RIBEIRO, Daniel Melo. (orgs). **Sociedade da desinformação e infodemia**. Belo Horizonte: FAIFCH Selo PPGCOM UFMG, 2021. No prelo.

ALZAMORA, Geane; ANDRADE, Luciana. A dinâmica transmídia de fake news conforme a concepção pragmática da verdade. **Matrizes**, v. 13, n.1, jan/abril 2019 – pp. 109-131. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/149592/152963>. Acesso: 05 de Julho de 2021.

ALZAMORA, Geane; ZILLER, Joana; D'ANDREA, Carlos. Mídia e dispositivo: uma aproximação. In: LEAL, Bruno; CARVALHO, Carlos Alberto; ALZAMORA, Geane (orgs). **Textualidades midiáticas**. Belo Horizonte: PPGCOM/UFMG, 2018, p. 59-82. Disponível em: https://www.selo-

ppgcom.fafich.ufmg.br/index.php/seloppgcom/catalog/download/1/1/2-1?inline=1. Acesso em: 01.Jul.2021.

BENNET, W. Lance & SEGERBERG, Alexandra (2012): The logic of connective action, Information, **Communication & Society**, 15:5, 739-768. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1080/1369118X.2012.670661

CASTELLS, Manuel**. A sociedade em rede.** São Paulo: Paz e Terra, 1999.

DIJCK, José. **The Culture of Conectivity**. New York: Oxford University Press, 2013.

DIJCK, José; POELL, Thomas Poell; WALL. **Platform Society**. New York: Oxford University Press, 2018.

GAMBARATO, Renira; ALZAMORA, Geane; TÁRCIA, Lorena. **Theory, Development, and Strategy in Transmedia Storytelling**. London & New York: Routledge, 2020.

JENKINS, Henry; GREEN, Joshua; FORD, Sam. **Cultura da conexão**: criando valor e significado por meio da mídia propagável . Trad.: São Paulo: Editora ALEPH, 2014.

MARSHALL, Jonathan Paul. Desinformation Societiy, Communication and Cosmopolitan Democracy. **Cosmopolitan Civil Societies Journal**, v. 9, n. 2, 2017, p. 1-21. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/318597794_Disinformation_Society_communication_and_cosmopolitan_democracy>. Acesso: 05 de Julho de 2021.

PEIRCE, Charles. **The Essential Peirce**: selected philosophical writings. Peirce Edition Project. Volume 2. Bloomington, IN: Indiana University Press, 1998.

RIBEIRO, Daniel M.; PAES, Fábio A. O. Verdade e crença sob a perspectiva do pragmatismo: contribuições para o debate sobre a desinformação científica. In: ALZAMORA,

Geane; MENDES, Conrado; RIBEIRO, Daniel Melo. Apresentação. ALZAMORA, Geane; MENDES, Conrado; RIBEIRO, Daniel Melo. (orgs). **Sociedade da desinformação e infodemia**. Belo Horizonte: FAIFCH Selo PPGCOM UFMG, 2021. No prelo.

SALGADO, Tiago; ALZAMORA, Geane; ZILLER, Geane. O sentido comunicacional da hifenização ator-rede. In: ALZAMORA, Geane; ZILLER, Joana; COUTINHO, Francisco (orgs). **Dossiê Bruno Latour**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2021.

WARDLE, C.; DERAKHSHAN, H. **Information disorder**: Toward an interdisciplinary framework for research and policy making. Council of Europe report, v. 27, 2017. Disponível em: <https://rm.coe.int/information-disorder-toward-an-interdisciplinary-framework-for-researc/168076277c.> Acesso em 05 de Julho de 2021.

Para além de fake news: os complexos processos desinformativos em tempos de pandemia

Ana Lúcia Medeiros
Doutora em Comunicação UnB/Université de Rennes-1
E-mail: analumbr@yahoo.com.br

Que movimentos são observáveis na atual sociedade em midiatização? Uma das características que se destacam nesse contexto é a presença das mídias digitais, ocupando lugar importante nos processos de interação, gerando dinâmicas surpreendentes. Outro traço que se identifica na sociedade contemporânea é a circulação de informações de conteúdo duvidoso, especialmente nas redes sociais. Neste capítulo, abordamos as tendências e desafios contemporâneos em torno dos processos desinformativos e como tais movimentos se entrecruzam com as discussões há muito levantadas por estudiosos sobre o conceito de *fake news*. Para melhor compreensão dos processos, observamos alguns episódios em circulação durante a pandemia da Covid-19 e como esses casos apontam elementos sobre esses processos que são próprios de uma sociedade em midiatização.

O ambiente é de controvérsias. As disputas de versões são objeto de análise de agências de monitoramento e de organizações que se pautam nos movimentos gerados nas redes sociais para tentar entender que conteúdos informativos são esses, como estão circulando, quais as principais estratégias de

disseminação por detrás deles, os tipos de assunto que repercutem mais. Nesse contexto, se estabelecem processos interacionais entre cidadãos, redes sociais e mídias tradicionais, em processos experimentais ou tentativos, como prefere Braga (2012).

Como compreender essas dinâmicas que se apresentam neste cenário em que a informação ocupa lugar central na preservação da vida? Informação cuja produção e circulação deixa de ser função exclusiva de profissionais do jornalismo, mas também de pessoas comuns ou grupos que têm interesse em difundir informações inverídicas.

Estudos sobre notícias de conteúdo duvidoso não são específicos dos tempos atuais. O que se observa, hoje, são tentativas de compreender e estabelecer tipologias que ampliem o debate sobre as informações postas em circulação, especialmente nas redes sociais, com forte impacto na sociedade.

Nesse sentido, agências de checagem de fatos a exemplo de "Agência Lupa", "Aos Fatos", "Projeto Comprova" e organizações como *First Draft* consideram que o termo *fake news* não atende à complexidade de uma problemática chamada desinformação, que está associada a conteúdos inverídicos com a intencionalidade de produzir e propagar informações falsas, equivocadas, descontextualizadas, gerando um complexo ambiente de desordem informacional, que envolve várias práticas de compartilhamento de conteúdo.

Sem desconsiderar a validade dos estudos sobre *fake news* que, nas palavras de Tandoc Lim e Ling, "têm consequências reais" (2017, p. 13, *apud* CARVALHO, 2019), dedicamos-nos

mais detalhadamente neste capítulo aos movimentos gerados na internet e às inquietações de pesquisadores, estudiosos e integrantes de agências de monitoramento sobre o que ocorre no ambiente comunicacional contemporâneo, com impactos no fluxo de informações jornalísticas.

A busca pelo conceito considera o contexto?

Em contraposição à perspectiva de que o termo *fake news* não atende à complexidade de um movimento tão dinâmico, há pesquisadores que se debruçam sobre a tentativa de conceituar *fake news*. É o caso de Edson Tandoc Jr., Zheng Wei Lim e Richard Ling (2018), que vêm estudando o termo desde o ano 2000, em Singapura e nos Estados Unidos. Eles compreendem as complexas dinâmicas contemporâneas, reconhecem as dificuldades em estabelecer uma tipologia que se adeque às demandas sociais de um fenômeno que deve levar em conta configurações emergentes específicas da comunicação, a exemplo da diluição de fronteiras entre gêneros e formatos midiáticos.

Tandoc, Lim e Ling reconhecem os desafios, mas avançaram nas tentativas de criar categorias que possibilitem uma compreensão de *fake news* como uma expressão que ultrapasse a percepção simplista que se trata de uma informação não verdadeira. A partir da análise de outros estudos nessa linha, e tendo como princípio que são conteúdos que têm como objeto histórias falsas/inventadas com formato que imita notícias tradicionais e que são propagados sobretudo em ambientes digitais, eles categorizaram seis tipos de *fake news,* com

a seguinte classificação: notícia como sátira; notícia como paródia; manipulação de fotos; propaganda e relações públicas; notícia como publicidade; e, por fim, notícia fabricada.

Entre outros estudiosos que também tentam conceituar o termo, Shu et al. (2017) excluem da classificação de *fake news* as sátiras, entendendo que elas não têm o propósito de enganar, mas de falsear pelo humor. Já Himma-Kadadas (2017) debruça-se sobre o mal uso de narrativas jornalísticas e componentes noticiosos nas guerras informativas. A apropriação indevida de elementos da notícia ocupa lugar central nas preocupações de Kovach & Rosenstiel (2007), pela ameaça ao caráter de credibilidade do jornalismo canônico. Ainda nessa linha de análise sobre o empréstimo indevido de elementos do jornalismo para o falseamento de narrativas, Shudson (2003) se preocupa com o mau uso da função social do jornalismo pela falsa propagação da informação.

As sistematizações feitas por estudiosos de *fake news*, na perspectiva do pesquisador Wilson Gomes (2021), devem ser valorizadas. Ele questiona a tendência que vem sendo adotada de se substituir o *termo fake news* por desinformação. Para Gomes (2021),

> olhar no micro para *fake news* ou para desinformação não possibilita ver o grande quadro que oferece a garantia das condições de efetividade para disseminação de falsificações e informações falsas (GOMES, 2021, sp).

Wilson Gomes compreende que, no contexto da pandemia da Covid-19, momento de significativa intensificação de

circulação de informações de conteúdo duvidoso, centrar-se em tipologias desvia o foco de um problema mais sério: o uso de falsas informações sanitárias que, além de matar democracias, mata pessoas, condições de vida, países, esperança, felicidade. Para o professor, não é a tipologia que está em jogo. Ele defende que informações incompletas com o objetivo de enganar tornam-se, com a pandemia, um problema central no atual estágio da humanidade.

Gomes entende que o referente de *fake news* é uma definição básica que atende à compreensão do que seja informação fabricada com base em parcialidade, distorções ou completa invenção com o fim de enganar ou confundir para conseguir levar as pessoas a tomar uma determinada posição, a agir de um determinado modo, segundo os interesses do fabricante da informação. E ressalta que, em um ambiente integrado, *fake news* não se limita apenas à informação falsa do ambiente digital. Embora seja predominantemente digital, mídias tradicionais como TV e rádio também disseminam informações não confiáveis.

Desinformação como fenômeno do ambiente comunicacional contemporâneo

Diante da discussão sobre os elementos que cercam o conceito de um termo que faz referência a um problema associado às consequências do uso de informações não fidedignas, adotamos como ponto de partida que desinformação é o conceito orientador do olhar que lançamos sobre esse fenômeno. Destacamos em um primeiro momento que, para

falar em falso, é necessário pressupor que existe um verdadeiro. Diante da complexidade do termo verdade, recorremos a Hannah Arendt (1967), que divide a verdade em dois tipos: racional e factual. A racional seria a verdade da ciência, da filosofia. Coercitiva e fundamentada em fatos e evidências, a verdade racional elimina a possiblidade de interpretação e opinião. Já a verdade factual se baseia em fatos e acontecimentos, o que possibilita a manifestação de opinião, porque os fatos são vivenciados por múltiplas pessoas com diferentes percepções e testemunhos. Nesse sentido, pode parecer que a verdade é algo completamente relativo, que não existe a verdade dos fatos porque ela é inatingível, mas Hannah Arendt diz que existe um elemento da realidade que não pode ser modificado. Pode-se ter opinião e interpretação até certo ponto, mas existe uma parte da realidade que é inegável.

Nessa perspectiva, a filósofa alemã defende que, para que se possa falar em opinião pública, é fundamental que as pessoas tenham acesso à verdade factual. Uma opinião pública que está dentro de um referencial comum. Se uma verdade digna de confiança e de credibilidade desaparece da vida pública, perde-se a única coisa que garante a estabilidade na variação dos assuntos. Para se manter uma estabilidade social mínima, mesmo que as opiniões e interpretações sejam variadas, segundo Arendt (1967), é necessário que haja um referencial de confiança. Para isso, é fundamental que exista compromisso ético na construção da informação para que a circulação de conteúdos informacionais atenda a esse caráter

que, como se pode observar, especialmente em ambiente de redes sociais, não acontece.

Atenta a esses movimentos que podem ser gerados na internet com a proliferação de conteúdos enganosos, a pesquisadora Cecília Almeida (2020) explica que:

> Há uma onda de desinformação, cada vez mais sofisticada e com finalidades políticas. Há uma grande vulnerabilidade da sociedade à circulação de conteúdos falsos. No Brasil, eles circulam especialmente por *Whatsapp*, aplicativo gratuito que funciona como uma das principais fontes de informações de inúmeras pessoas. Os usuários não se certificam se a informação que receberam é verdadeira, antes de compartilhá-las (ALMEIDA, 2020, online).

Com o mesmo posicionamento, a estudiosa de processos desinformativos Helena Martins (2020) ressalta a intencionalidade na produção e na propagação de informações falsas, equivocadas ou descontextualizadas para provocar uma crise comunicacional e, assim, obter ganhos econômicos e/ou políticos.

São muitos os casos observáveis em que a proliferação de informações inverídicas provoca transformações na sociedade. Convém lembrar como a propagação de sinais distorcidos da verdade (Allcott e Gentzkow, 2017, apud CARVALHO, 2019) adotada nas eleições norte-americanas de 2016, contribuiu para levar Donald Trump à presidência dos Estados Unidos, modelo que moveu a campanha eleitoral de Jair Bolsonaro nas eleições presidenciais de 2018 no Brasil, elegendo o político de extrema direita ao cargo público mais

importante do país. Apesar das diferenças entre Trump e Bolsonaro, os dois são políticos de ultradireita com alinhamento populista semelhante.

Uma das estratégias adotadas nas campanhas políticas que seguem essa linha é a utilização de agentes de desinformação, como *bots*, algoritmos automatizados comuns em redes sociais para distribuir mensagens, coletar dados, impulsionar e dar visibilidade a um determinado assunto. De difícil identificação e fácil engajamento, especialmente pela aproximação com o discurso humano, os *bots* são programados para confundir. Dados apontados pelos pesquisadores Bessi e Ferrara (2016, apud CARVALHO, 2020) revelam que foram descobertos 400 mil *bots* na discussão política sobre a eleição presidencial de 2016, nos Estados Unidos, sendo responsáveis por cerca de 3,8 milhões de *tweets*. Os autores da pesquisa explicam que *bots* sofisticados, de fácil engajamento dos humanos, são projetados para impulsionar sistemática e continuamente sua agenda, independentemente das circunstâncias.

Os desafios do jornalismo diante das ameaças da desinformação

O uso de *bots* e outras táticas adotadas pela indústria da desinformação evidencia a existência de um conflito entre a produção de conteúdos inverídicos e o jornalismo, pondo em xeque a credibilidade, compreendida por Berger (1996) como sendo "o capital do campo jornalístico". Trata-se de uma clara tentativa de deslegitimar a produção jornalística que, por sua vez, se pauta na realidade e tem como base o

compromisso com a verdade. Sob esse ângulo, reforçando os princípios deontológicos do jornalismo, Sandra Borden e Chad Tew, da Universidade de Western Virginia e da Universidade de Southern Indiana, entendem que a distinção entre jornalistas e seus imitadores é "moralmente significativa, uma vez que implica diferenças nos tipos de excelência que esses agentes morais seguem no seu trabalho" (BORDEN e TEW apud CARVALHO, 2019).

Os princípios deontológicos do jornalismo não eximem a imprensa de um legado de erros que contribuem para os processos desinformativos que fazem parte do ambiente digital na atualidade. Destacamos alguns tipos de erros cometidos por alguns veículos da mídia tradicional que contribuem para a crise informacional do momento: um título chamativo que não condiz com o conteúdo da informação; um acontecimento ou declaração que ganha destaque, vira manchete, mas foi tirado do contexto; um processo de abordagem tendenciosa por uma linha editorial que possa comprometer a estabilidade da verdade factual.

Com esses deslizes, o jornalismo torna-se vulnerável à indústria da desinformação. Mas o jornalismo vem reagindo a essas ameaças. Uma das formas que o jornalismo encontrou de se posicionar é a produção de editoriais que apontam claramente que a imprensa é fonte confiável de informação, por ter apuração e possuir o caráter de credibilidade.

A tentativa de alguns desses veículos de reverter essas práticas torna o processo difuso, porque a audiência já estava habituada a determinadas posturas de parcialidade jornalís-

tica adotadas por determinadas empresas. E, muitas vezes, sendo veículos de grande alcance, tornam a situação ainda mais complexa ao mudar a linha editorial em relação a fatos políticos de maior relevância.

Alguns episódios, vários movimentos

Um episódio ocorrido recentemente, no Brasil, mostra a tentativa do jornalismo da Rede Globo de Televisão de buscar modos de esclarecer informações de conteúdo duvidoso que circulam nas redes sociais, especialmente por Whatsapp. No dia 14 de janeiro de 2021, o apresentador do Jornal Nacional, William Bonner, adotou a estratégia de buscar aproximação com quem assiste ao telejornal. Didático, o apresentador apontou dados que mostravam a intenção de autoridades brasileiras em distorcer a realidade dos fatos com informações postadas nas redes, minimizando o número de casos de pessoas com Covid-19, no dia em que, segundo informações apuradas por um consórcio de imprensa, foi registrado o maior índice de contaminação no Brasil, desde o início da pandemia, em março de 2020.

Além da tentativa de trazer à tona elementos que legitimam as atividades do jornalismo na produção da notícia, este caso revela como a circulação de informações ganha movimentos de alimentação e retroalimentação de conteúdos, com a participação de usuários comentando o assunto a partir dos próprios referenciais. Em tom de desabafo sobre o cuidado que a imprensa tem na apuração dos fatos em contraposição à disseminação de informações de conteúdo duvidoso por

grupos que promovem a desinformação, o âncora do telejornal foi enfático e convincente para muitos cidadãos.

Rapidamente, o comentário ganhou repercussão e o nome de Bonner foi alçado ao Twitter como um dos temas mais comentados da rede social. A repercussão do comentário no Twitter ocupou espaço na mídia tradicional, como FolhaUol[1], às 21h14, ainda durante a exibição da edição do telejornal. O jornal online reproduziu comentários, com interação entre usuários, e postagem de novos *tweets*. E após o término da edição do telejornal daquela noite o processo interacional teve continuidade. Alguns internautas reproduziram o vídeo com comentário do âncora do Jornal Nacional, gerando novas postagens, intensificando os movimentos na rede.

Este episódio exemplifica como o jornalismo passa por transformações e como o digital provoca mudanças nos movimentos da circulação de informações, a partir de postagens de conteúdos nas redes por pessoas e grupos da sociedade.

Outro exemplo sobre o papel da imprensa em apontar a propagação de informações falsas sobre a pandemia é do jornal Correio Braziliense. Publicada em abril de 2021[2], a reportagem revelou que o momento mais letal da pandemia da Covid-19 representou também o período de menor popularidade de Jair Bolsonaro, desde que ele assumiu o Palácio do Planalto, em 2019. Em meio a esse cenário negativo para Bolsonaro, cresceu vertiginosamente a quantidade de interações

1 https://f5.folha.uol.com.br/televisao/2021/01/william-bonner-desabafa-no-jn-sobre--fake-news-estamos-esgrimando-com-loucos.shtml

2 https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2021/04/4916144-robos-entram-em-acao-para-ajudar-bolsonaro-diante-da-crise-sanitaria-brasileira.html//

no Twitter de perfis considerados inautênticos em favor do presidente. Números levantados pela plataforma Bot Sentinel, que analisa publicações feitas por robôs, e que alicerçam a reportagem do Correio Braziliense, revelam um crescimento de 273% no número de postagens com hashtags de apoio a Bolsonaro no período entre fevereiro e março de 2021. Um indicativo que aponta para a possibilidade de a atividade no Twitter a favor de Bolsonaro ter sido conduzida por perfis inautênticos é o erro de grafia em algumas *hashtags*. Outro dado que serve de base para revelar a ação dos robôs é o horário: as publicações foram feitas no intervalo entre 21h e 4h da madrugada, o que é próprio dessa prática. Apenas 23% das postagens aconteceram entre 10h e 17h.

Por fim, trazemos o exemplo da Rádio Paulo Freire, da Universidade Federal de Pernambuco, com programas jornalísticos que usam elementos de combate à desinformação como forma de conscientizar a população sobre medidas de prevenção à Covid-19. Além de uso do humor, da sátira e da paródia na produção dos episódios produzidos pela equipe de professores e alunos do curso de Comunicação da UFPE, são adotados recursos de interação com a comunidade, como o uso do aplicativo *Whatsapp* para envio de mensagens ao programa. A categoria Manda no Zap tem como principal característica a dinâmica interativa. O quadro A **Bodega do Seu Mané** mistura ficção e realidade para levar informações confiáveis para as pessoas, que recebem os episódios por *Whatsapp* e também são disponibilizados no *site* da Rádio Paulo Freire. Com interpretação bem-humorada,

os episódios utilizam traços culturais da região para maior interação e compreensibilidade das mensagens – adotam inclusive expressões da linguagem popular. Destacamos alguns exemplos de expressões utilizadas nos conteúdos dos episódios: "vixe, macho!"; "tu visse?"; "andei por lá, mas foi só de passagem". Essas expressões foram utilizadas nos conteúdos dos episódios **Efeitos Colaterais da Vacina**[3]**; Cuidado nas Filas dos Bancos; Cuidados nas Peladas; Cuidados com o Celular em Tempos de Covid, disponíveis em 2020 e 2021.**

O trabalho desenvolvido na Rádio Paulo Freire mostra a relevância de análises dos fluxos comunicacionais sobre a pandemia e o combate à desinformação para alertar a população sobre os riscos que a prática do espalhamento de informações falsas ou deturpadas traz à saúde ou mesmo à vida dos cidadãos. É nessa direção que age o projeto "Coronavírus em Xeque", cujo exemplo citamos anteriormente, com o trabalho desenvolvido na Rádio Paulo Freire, com a produção de interprogramas (*drops* em áudio de aproximadamente três minutos) contendo análises e orientações em torno das informações que circulam sobre a pandemia nas redes sociais, além da disponibilização de um *podcast* semanal, de artigos e relatórios.

A ação integra o projeto coletivo "Observatório de Mídias de Conteúdos Informativos sobre Covid-19", do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFPE. Trata-se de um projeto articulado que associa atividades de pesquisa,

---

3 https://sites.ufpe.br/rpf/2021/07/09/bodega-de-seu-mane/

especialmente com monitoramento e análise de redes sociais e de agências de checagem, e de extensão – o que contempla a participação da sociedade, especialmente de pessoas de comunidades da periferia da cidade do Recife e especialistas convidados para orientar a população sobre os riscos da pandemia. Gira em torno de três eixos: 1) análise de *fake news* em redes sociais digitais; 2) monitoramento das redes sociais digitais de órgãos públicos para avaliação de qualidade de informação; e 3) papel das mídias na orientação da população e tratamento da divulgação científica.

Tentativas de categorização dos processos desinformativos

Quem advoga contra o uso do termo *fake news* acredita tratar-se, justamente, de um termo que já foi instrumentalizado pela narrativa política, tendo se popularizado no contexto das eleições presidenciais dos Estados Unidos, em 2016, quando o então candidato Donald Trump chamou de *fake news* a imprensa que tinha algum posicionamento crítico em relação e ele, como o New York Times ou, em linhas gerais, tudo o que não estivesse associado ao canal conservador Fox News. As práticas adotadas por Trump vão de encontro ao que sustenta Arendt (1967) acerca da formação democrática da opinião pública ser fundamento essencial do regime democrático. Na perspectiva da filósofa alemã, para que o processo deliberativo ocorra a contento, devem estar disponíveis ao público informações sobre os fatos e eventos e uma di-

versidade de opiniões e pontos de vista sobre os temas de interesse da sociedade.

Nesse sentido, o *First Draft*, que serve de base para quem pesquisa a área de desinformação, define o termo como a produção de conteúdos falsos com a intenção de enganar pessoas, para fazer com que públicos acreditem numa determinada narrativa. Ou quando a informação é verdadeira, mas é tendenciosa e circula com a intenção de prejudicar alguém, destruir uma reputação. Para a diretora do *First Draft*, Claire Wardle (2019), a desordem da informação é complexa. Algumas delas podem ser descritas como poluição de informações de baixo nível – manchetes de *clickbait*, legendas desleixadas ou sátiras que enganam – mas algumas são sofisticadas e profundamente enganosas.

Na luta pelo combate à desinformação, com o objetivo de ajudar as pessoas a entender a complexidade desse ecossistema, o projeto *First Draft* apresenta sete subcategorias para a desinformação[4], com diferenças sutis entre uma e outra. Vejamos:

A primeira, paródia ou texto satírico, embora não tenha intenção de causar danos, tem potencial para enganar. À medida que o conteúdo é compartilhado, vai-se perdendo a conexão com a mensagem original e os usuários já não conseguem entendê-la como uma brincadeira. Um movimento próprio dos conteúdos *online*.

A segunda subcategoria é o conteúdo impostor. Um *site* que finge ser jornalístico, real, engana pessoas desatentas. Ele

4 https://firstdraftnews.org/wp-ontent/uploads/2019/10/Information_Disorder_Digital_AW.pdf?x76701

apresenta a marca, tudo aparentemente correto, o que caracteriza uma poderosa tática de enganação. Mas se o cidadão observar atentamente o URL, verá que a fonte não corresponde ao que aparenta ser. Ele engana porque finge que aquele conteúdo foi produzido por veículos que têm credibilidade.

A terceira subcategoria é a do conteúdo manipulado, que usa ferramentas de manipulação de imagem, por exemplo, para adulterar um conteúdo genuíno. As informações ou imagens legítimas são manipuladas com o intuito de enganar. Fotos ou vídeos são as imagens mais frequentemente adotadas.

Outro tipo de conteúdo classificado pelo First Draft, que também tem se tornado comum e é muito difícil de identificar, é aquele que parte da descontextualização de um fato verdadeiro, tirado do contexto para levar a uma conclusão falsa. Uma situação que se enquadra nessa subtipificação ocorre quando uma declaração real de uma pessoa pública é colocada de forma distorcida, fora do contexto. Às vezes, o elevado nível de qualidade do vídeo torna difícil provar que se trata de uma mentira.

A conexão falsa, quinta subcategoria, afeta mais diretamente o jornalismo, comprometendo o caráter de confiabilidade na informação. Ocorre quando manchetes, imagens ou legendas não suportam o conteúdo. Como parte do debate sobre desordem da informação, é necessário que a indústria de notícias reconheça seu próprio papel na criação de conteúdo que não atenda aos altos padrões exigidos por uma indústria agora atacada por vários lados. Isso ocorre, por exemplo, em títulos e chamadas que querem atrair a atenção, gerar cliques.

Elas não condizem com o que o material apurado mostra. É o chamado conteúdo "isca de clique". Uma prática há muito adotada em rádio, TV e jornal impresso, agências de notícias e que se intensifica com o estresse de informação *online*.

A subcategoria conteúdo incorreto trata do uso enganoso de informações para enquadrar uma situação ou um indivíduo. Reformula histórias nas manchetes, usa fragmentos de aspas para sustentar um determinado aspecto. Ao argumentar, todos são propensos a elaborar conteúdo que apoie o argumento geral.

E, por último, o conteúdo totalmente fabricado. Trata-se de um conteúdo excêntrico, que não tem relação com a verdade factual e que foi completamente criado para enganar pessoas. E aí é que aparece o que é chamado de *fake news* mais popularmente, que ficou no jargão. Um exemplo de conteúdo fabricado, no contexto da pandemia da Covid-19, é o movimento antivacina que espalha a ideia de que as vacinas fazem mal às pessoas.

O digital e as inovações possíveis

O que o digital traz de novo? Não há novidade na apropriação da mentira por parte de políticos; também não é novidade a produção de conteúdos falsos para enganar pessoas. Mas o elemento novo que o digital traz é a sofisticação dessa mentira. Especialmente pela multiplicação das vozes e das narrativas postas em circulação, provocando a necessidade de reinvenção do jornalismo. Se antes as vozes que circulavam eram as de autoridades, com direito à produção de enuncia-

dos de grande circulação, como a imprensa, as produções científicas, governos, agora, com o digital, existe a possibilidade de todas as pessoas que têm acesso à internet produzirem conteúdos. E mesmo fontes oficiais se apropriam do ambiente virtual para propagar informações inverídicas. Se os conteúdos postados nas redes forem bem produzidos, a amplificação é tamanha que pode ser equiparável a veículos de mídia tradicional.

Também o digital permite a fácil manipulação de conteúdos midiáticos. É possível manipular imagem e texto, gravar áudio, adulterar conteúdos reais. Uma técnica que tem se popularizado é o *deep fake*. Um exemplo, no Brasil, são os "*fakes* realistas" do jornalista, humorista e influenciador digital Bruno Sartori. Um dos recursos adotados por Sartori são imagens de políticos em cenas de novela dentro de outros contextos, para fazer piada. Trata-se de um sofisticado método de falseamento muito usado para combinar a fala a um vídeo preexistente. Bruno Sartori não tem a intenção de enganar. Ele diz que é sátira. E diz como faz. Recursos menos sofisticados também são adotados na manipulação de informações que circulam nas redes sociais. Um exemplo disso é a adulteração de títulos. Isso ocorre porque textos podem ser modificados nas redes sociais.

As características singulares dos aplicativos

Ao gerar movimentos, as redes sociais apresentam características específicas. O *Facebook* recomenda *posts* parecidos com aqueles que a pessoa mais interage, o *Youtube* propõe

vídeos parecidos com outros que o indivíduo já gostou. Um grupo de *Whatsapp* formado por familiares e amigos gera a tendência de o indivíduo ficar fechado nessas câmaras. Se a pessoa não sair pró-ativamente delas, acaba se submetendo a um tipo de mensagem que circula naquele ambiente, em torno daquilo que compreende como verdadeiro.

Assim, além das tentativas de organismos como o *First Daft* de compreender os processos desinformativos dos tempos atuais, o jornalismo busca se adaptar a esse ambiente marcado por disputas de versões e precisa, necessariamente, se reconfigurar a partir dos desdobramentos das informações postas em circulação na web. O jornalismo se vê obrigado a enfrentar a realidade a partir dos fatos postos em evidência na complexidade do mundo digital. Princípios básicos como credibilidade, objetividade e confiabilidade precisam se impor nesse universo, considerando as bases deontológicas da profissão, sem perder de vista as dinâmicas que são próprias das possibilidades oferecidas pelas mídias digitais e as relações que se estabelecem com os indivíduos em uma sociedade em midiatização, ambiente no qual o cidadão tem papel ativo e transformador em movimentos de consequências imprevisíveis.

Considerações

Os movimentos que se delineiam na sociedade em midiatização apresentam dinâmicas imprevisíveis, especialmente a partir dos processos interacionais que se estabelecem entre sociedade, mídias tradicionais e redes sociais. Essas relações

provocam transformações em vários campos. Neste capítulo, destacamos os movimentos gerados com a circulação de informações de conteúdo duvidoso e desdobramentos, com algumas implicações na vida das pessoas na sociedade.

Reconhecemos a relevância dos argumentos apresentados por quem estuda e defende o uso do termo *fake news* para definir o problema que se apresenta na sociedade a partir da difusão de informações não confiáveis. Identificamos várias contribuições dos autores, consideramos importante registrá-las neste capítulo, mas voltamos a atenção à tipologia apresentada por organizações e agências de monitoramento que adotam o termo desinformação para explicar um fenômeno contemporâneo associado aos movimentos de uma sociedade em midiatização marcada por processos experimentais e tentativos (Braga, 2012).

O recorte que fizemos foi a propagação de conteúdos duvidosos em processos desinfomativos durante a pandemia da Covid-19 e os riscos que essa prática traz à saúde (inclusive epistêmica) e à vida das pessoas na sociedade. Os episódios descritos e analisados revelam as dinâmicas geradas por esses movimentos na *internet* e o papel do jornalismo nesse processo.

Entre os resultados encontrados, observamos que programas jornalísticos buscam aproximação com cidadãos que, por sua vez, provocam movimentos nas redes. Essa dinâmica pôde ser observada no Jornal Nacional, da Rede Globo de Televisão, telejornal de horário nobre de grande alcance, que adotou táticas de aproximação com telespectadores. A

linguagem adotada pelo âncora surtiu efeito. Rapidamente, com o jornal ainda no ar, o jornalista foi um dos assuntos mais comentados no Twitter e jornais *online* reproduziram os comentários de usuários sobre o tema, gerando movimentos interacionais. Estratégias adotadas por professores e alunos de jornalismo em ambiente universitário também geram dinâmicas importantes. Nos dois espaços jornalísticos, registra-se a interação com telespectadores, radiouvintes, usuários. Cidadãos se manifestam pelas redes, em ações comandadas pelo jornalismo.

Estudos sobre notícias de conteúdo duvidoso não são próprios dos tempos atuais. O que se observa, hoje, são tentativas de tipologias que ampliam o debate sobre as informações postas em circulação, especialmente nas redes sociais, com forte impacto na sociedade. Nesse sentido, destacamos as ponderações do professor Wilson Gomes (2021) sobre as discussões que cercam o debate a respeito das buscas por uma conceituação do fenômeno e seguimos a sua perspectiva de que olhar no micro para *fake news* ou para desinformação não possibilita ver o grande quadro que oferece a garantia das condições de efetividade para disseminação de falsificações e informações falsas.

As reflexões do professor Wilson Gomes ampliam as perspectivas, alertam para os riscos que o uso indevido das comunicações provoca na sociedade. Prender-se a detalhes pode minimizar o potencial de destruição da circulação de informações de conteúdo não confiável, aspecto que os estudos sobre desinformação alertam. Inclusive com uso de so-

fisticados recursos tecnológicos na produção de vídeos, por exemplo. Ao mesmo tempo, dedicar atenção a detalhes pode desconsiderar a relevância de um aspecto há muito levantado por pesquisadores de *fake news*: o papel do jornalismo na apuração e difusão de informações verdadeiras, com credibilidade, seguindo preceitos deontológicos da profissão e sua responsabilidade social.

Referências

ALMEIDA, Cecília. https://open.spotify.com/episode/6El7A5dZWc89JIFwSuYuNU 20 a 24 de abril de 2020. Acesso em 30 abr. 2020.

ARENDT, Hannah [1967]. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2016.

BERGER, Christa. Em torno do discurso jornalístico. In: FAUSTO NETO (Org.). **O indivíduo e as mídias**. Rio de Janeiro: Diadorim, 1996.

BESSI, Alessandro; FERRARA, Emilio. **Social bots distort the 2016 U.S**. Presidential election online discussion. **First Monday**, v. 21, n. 11, 2016.

BRAGA, José Luiz**.** Uma teoria tentativa. **E-Compós,** v. 15, n. 3, 2012.

CARVALHO, Rafiza Luziani Varão Ribeiro. Notícias falsas ou propaganda?: Uma análise do estado da arte do conceito fake news. Questões Transversais – **Revista de Epistemologias da Comunicação** Vol. 7, nº 13, janeiro-junho/2019.

CARVALHO, Priscila Ramos. **Conexão informacional entre campanhas eleitorais**: análise de estratégias e postagens no Facebook/ Priscila Ramos Carvalho. Rio de Janeiro, 2020. 163 f.: il. Dissertação (mestrado).

GOMES, Wilson. Debate realizado pelo Sociocom. UFMG, 24/05/2021. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=F2EFFNOdQV0 acesso em 10 jul. 2021.

HIMMA-KADAKAS, Marju. Alternative facts and fake news entering journalistic content production cycle. **Cosmopolitan Civil Societies**: An Interdisciplinary Journal Vol 9 No 2 (2017). Acesso em 20 jul. 2021.

KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. **The Elements of Journalism**: what newspeople should know and the public should expect. 1ª ed. New York: Three Rivers Press, 2007. Disponível em https://bit.ly/37psig5. Acesso em 15 jun. 2020.

MARTINS, Helena. Desinformação e *fake news*: dos conceitos aos limites da intencionalidade na produção e circulação de conteúdos equivocados. **V Jornada de Pesquisa**. UFPB, 23 de junho de 2020.

SCHUDSON, Michael. **The Sociology of News.** New York: W.W. Norton & Company, Inc, 2003.

TANDOC JR., Edson.; LIM, Zeng Wei., LING, Richard. 2017. Defining "Fake News": A Typology of Scholarly Definitions. **Digital Journalism**, London, **6**(2):1-17, ago. 2020.

WARDLE, Claire. **Essential Guide to Understanding Information Disorder**. Disponível em: https://firstdraftnews.org/wp-content/uploads/2019/10/Information_Disorder_Digital_AW.pdf?x76701 acesso em 10 dez. 2019.

Material disponível em *sites*

Categoria Manda no Zap de programa de combate à desinformação da rádio Paulo Freire. Disponível em: https://sites.ufpe.br/rpf/category/manda-no-zap/. Acesso em 22 ago. 2021.

Categoria Manda no Zap , Quadro A bodega de Seu Mané, da Rádio Paulo Freire. Disponível em: https://sites.ufpe.br/rpf/2021/07/09/bodega-de-seu-mane/ . Acesso em 22 ago. 2021.

Circulação de informações no FolhaUol e no Twitter sobre posicionamento do âncora do Jornal Nacional no telejornal. Disponível em:

https://f5.folha.uol.com.br/televisao/2021/01/william-bonner-desabafa-no-jn-sobre-fake-news-estamos-esgrimando-com-loucos.shtml . Acesso em 14 jan. 2021.

Reportagem do correio Braziliense sobre uso de robôs. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2021/04/4916144-robos-entram-em-acao-para-ajudar-bolsonaro-diante-da-crise-sanitaria-brasileira.html . Acesso em 14 jan. 2021.

Portal Imprensa – Da Redação, sobre as sete subtificações de desinformação elaboradas pelo *First Draft*. Disponível em: https://portalimprensa.com.br/noticias/ultimas_noticias/82941/conheca+os+sete+tipos+de+desinformacao+segundo+o+guia+do+first+draft . Acesso em 10 jul. 2021.

O status social da pandemia de coronavírus na perspectiva dos meios de comunicação na sociedade iraniana

Azam Jafari Malvajerdi
Javan Student Research Centre
Ministry of Education, Tehran, Iran
E-mail: azam.jafari@yahoo.com

Masoud Khordechi
Behineh Gostar Knowledge-Based Company, Tehran, Iran
E-mail: behg.db@gmail.com

Introdução

A mídia desempenha papel importante na difusão da cultura, informando as pessoas em diferentes sociedades. Esta função única levou à formação de distintos tipos de mídia e à produção de diferentes conteúdos em nível mundial. A existência de milhares de redes de rádio, televisão, sites, jornais, revistas e redes sociais virtuais confirmam sua relevância. No Irã, o governo controla a grande maioria dos meios de comunicação, incluindo rádio, televisão e internet. Seus operadores renunciaram ao seu papel principal na promoção da cultura, informação ao público, fornecendo uma plataforma para o governo. Em realidade, ao contrário dos países livres, onde a mídia é um poderoso componente da sociedade civil e contribui para a construção da opinião pública, atuando na

responsabilização do governo, o oposto é verdadeiro. Propaganda, censura, falsificação de fatos e notícias contraditórias são abundantemente vistas no rádio e na televisão iranianas. Por isso, a sociedade não confia na mídia nacional e obtém a maior parte de dados, estatísticas e informações a partir da mídia gratuita e internacional. A importante contribuição midiática durante a pandemia não pode ser ignorada.

Por outro lado, em uma sociedade de riscos e perigos criados pelo homem, as relações sociais também mudam. Nela, os riscos, como a riqueza, são desigualmente distribuídos. Há um acúmulo de riqueza no topo, onde há nenhum ou muito pouco risco, enquanto que, na base, o acúmulo de risco acarreta em falta de riqueza e aumento da pobreza. Portanto, a qualidade de vida das pessoas torna-se mais desigual. Como resultado, as desigualdades de risco são equiparadas à desigualdade de classe e status (BECK, 1992). Exatamente por isso, o papel da mídia é fundamental para informar as pessoas.

Para entender melhor esta questão, é válido apontar que existem mais de 52 canais de TV no Irã, mais de 120 canais de rádio e dois canais de internet monodirecionais[1]. O público, em geral, acompanha a maioria dos programas, como noticiários e esportes. A chamada "mensagem da mídia nacional" tem mais de 50 milhões de telespectadores. Portanto, para esta comunidade de 50 milhões de pessoas, a dinâmica abrangente de compreensão, enfrentamento e combate a pandemias e educação científica tem um alto impacto. A liderança da comunidade, governo, organizações não governamentais

1 IRIB. Disponível em: http://www.irib.ir

e produtores de mídia influenciam individualmente a mídia e, consequentemente, as pessoas; o papel de cada um deles durante a pandemia de Covid-19 é resumido a seguir.

O papel da liderança do governo religioso durante a pandemia e seu impacto na mídia

A soberania no Irã está formada atualmente por meio de um governo religioso. Um governo que aceita certa autoridade religiosa na administração da sociedade é chamado de teocracia. Neste sistema, o governo e suas várias instituições estão comprometidos com os ensinamentos de uma religião em particular e estão preocupados com a religião nas regras, estabelecimento de leis, comportamento das pessoas, tipo de sustento e regulamentação das relações sociais[2].

Além disso, neste governo, baseado na tutela e no contínuo Imamato da constituição, o terreno para a concretização da liderança de um jurista integral prepara as condições para que o povo reconheça o líder, garantindo que as várias organizações não se desviem de seus deveres islâmicos originais. Por esta razão, a função da liderança é distinta das demais e de grande importância[3].

De acordo com a definição do Líder Supremo, o relevante papel da liderança é bastante claro, pois as pessoas são forçadas a obedecer ao comando, seja voluntariamente (pela autoridade religiosa) ou pela força (pela existência de um decreto governamental)[4].

2 Wikifeqh. Disponível em: http://wikifeqh.ir

3 De acordo com a Constituição da República Islâmica do Irã

4 Ver: www.tasnimnews.com

Um dos decretos emitidos recentemente prevê a proibição da entrada de vacinas estadunidenses e britânicas no país.

O papel do governo durante a pandemia e seu impacto na mídia

De acordo com o Artigo 29 da Constituição iraniana, o acesso à seguridade social – em termos de aposentadoria, desemprego, velhice, invalidez, falta de moradia em caso de acidente, necessidade de serviços de saúde e assistência médica na forma de seguro –, é um direito universal. Segundo a legislação vigente, o governo é obrigado a fornecer os serviços acima citados e apoio financeiro à população do país, financiados por meio de receitas públicas ou de participação pública. A partir deste princípio, o governo é obrigado a pagar todos os custos relacionados à pandemia e doenças pandêmicas, como a provocada pelo novo coronavírus. A mídia, em uma sociedade livre, tem como papel reforçar e explicar ao público esse compromisso do governo ao público. E o governo deve prestar contas às pessoas que sofrem com a epidemia. Mas, como já dissemos, a liderança individual impede a devida implementação da constituição e as ordens unilaterais impõem custos adicionais à sociedade.

O papel das organizações não governamentais

As ONGs podem desempenhar um papel importante na sociedade civil por meio de treinamentos diretos e indiretos para reduzir as restrições do governo e distribuir justiça social e negociação com os diversos níveis governamentais. No

entanto, devido às intervenções frequentes e ininterruptas do governo em organizações não governamentais, a eficácia desse grupo foi significativamente reduzida, de forma que mesmo ONGs ambientalmente ativas têm sofrido sanções. As organizações não governamentais estão, na prática, sob a influência do governo.

O papel dos produtores de TV

Produtores com habilidade e conhecimento transmitem a mensagem do governo e da liderança com alto impacto; esse tipo de propaganda está presente em toda a programação da mídia nacional (KHORDECHI et al., 2020; KHORDECHI, 2020).

Exemplos de alguns elementos encontrados no discurso da mídia nacional iraniana durante a pandemia de Covid-19:

1. Negação da existência do novo coronavírus no início da pandemia em Wuhan, China.
2. Promoção da pandemia e difusão da imunidade de rebanho a partir de fontes não científicas no momento em que a OMS deflagrou a epidemia.
3. Fazer a doença parecer insignificante e tão simples quanto um resfriado.
4. Apresentar estatísticas contraditórias sobre o número de pacientes e óbitos por dia.
5. Justificar a falta de apoio governamental ao povo e menosprezar o colapso dos pequenos negócios.

6. Promover a importância da receita do governo para a saúde da sociedade (ênfase na economia de resistência).
7. Organizar e divulgar notícias falsas sobre a situação em outros países.
8. Notícias falsas sobre a produção de vacinas.
9. Justificar as declarações do Líder Supremo a respeito da proibição da importação de vacinas americanas e britânicas para o Irã.

Desafios e limitações na mídia nacional

1. A mídia e o confronto popular com a propaganda do Estado: O governo informa o povo, como poder absoluto, mas como o povo não confia no governo o suficiente, a desconfiança ocorre mesmo quando a informação é feita corretamente (KHORDECHI, 2021).
2. A mídia e o inevitável confronto da nação com o governante autoritário: Esse confronto se dá em diversos âmbitos, como economia, desemprego, governo não planejado, falta de reconhecimento da sociedade e promulgação de leis contrárias à promoção social. A mídia deve ter uma abordagem justificável.
3. Desconfiança pública na mídia nacional: Devido ao histórico da mídia nacional na veiculação de notícias falsas e inúmeras mentiras para justificar a ineficiência do governo ou a parcialidade na cobertura noticiosa, a sociedade acaba por não confiar na mídia nacional,

e isso se tornou um desafio. Tornou-se uma forma séria de desobediência civil durante a pandemia.

4. A mídia e a comunidade religiosa: A mídia nacional tem um problema fundamental em justificar as recomendações da OMS para a sociedade. O clero promove suas crenças religiosas e, como resultado, a propaganda midiática de interesse público para erradicar a pandemia é desacreditada. Isso porque há de um lado as mensagens para prevenir a pandemia e, do outro, a continuidade dos comícios e várias cerimônias religiosas durante a quarentena.
5. Mídia e distribuição injusta de riqueza e justiça social: Em uma sociedade, existe o risco no topo da acumulação de riqueza e, na base, o acúmulo de risco e aumento da pobreza; por isso, a mídia enfrenta sérios desafios para lidar com as diferentes classes sociais.
6. A ineficácia dos comunicados veiculados pelo não cumprimento do distanciamento social no mercado de trabalho, devido à impossibilidade do fechamento total de empresas e todo tipo de negócios por falta de apoio governamental.
7. A mídia fica restrita no combate às máfias formadas em consequência da falta de remédios e vacinas.
8. Na sociedade de risco, as ONGs não se exerceram o seu papel devido ao regime autoritário e, como consequência, deixaram a mídia sem pressão durante a pandemia.

Considerações

Em um governo monopolista, a mídia enfrenta muitos desafios devido à necessidade de justificar seu comportamento ditatorial. Por outro lado, o governo explica suas ações e feitos por meio da mídia, direta ou indiretamente. O povo se depara com uma mídia parcial e partidária. Os produtores midiáticos estão divididos em dois grupos. Um que apenas propaga o desejo do regime de se justificar e é descreditado pela maioria da sociedade. Ao outro grupo, interessado no bem-estar da nação, não é permitido difundir conteúdo ao vivo, portanto são obrigados a recorrer a subjetividades, como nesse poema: "A arte foi comida por um mago honrado/O segredo da amizade foi mordido abertamente/Foi estendido às mãos do mal da corte/Você não disse a palavra de ninguém exceto em segredo"[5].

A mídia nacional é forçada a expressar as opiniões do governo em segredo e sátira. Perde totalmente a sua audiência e não consegue cumprir o papel social dos meios de comunicação. Enquanto isso, o povo se divide em dois grupos, a maioria se opõe e a minoria apoia a mídia ou o governo. É verdade que a mídia deveria ser a tribuna da sociedade, mas aqui no Irã ela é a tribuna do governo e todas as pressões sobre a sociedade devem ser justificadas. Nesse ínterim, a duplicidade aparece nas pessoas; não ouvem nem consideram o que veem na mídia, que é o início da bipolaridade. Profissionais que estão do lado da maioria das pessoas são lentamente demitidos.

Enquanto isso, o desafio da mídia é manter sua audiência e sua soberania como dever nacional, uma dicotomia irreconciliável. Inevitavelmente, as duas linhas paralelas que nunca

se cruzam estão completamente separadas. Enquanto isso, a representatividade do povo e da maioria silenciosa está aumentando dia a dia. As pessoas se voltam para o ciberespaço e ouvem rumores e notícias da mídia estrangeira. O desafio da mídia nacional, que é financiada pelo tesouro ou pelo próprio imposto, é mudar sua posição em seu dever inerente de beneficiar a maioria da sociedade, mas se engaja na propaganda midiática estatal.

A visão das pessoas sobre o que ouvem e veem na sociedade é totalmente diferente do que a mídia promove. O distanciamento entre mídia e sociedade aumenta exponencialmente. Por outro lado, como suas concessões e receitas provêm do financiamento público, sob enorme pressão, inevitavelmente a mídia acaba se tornando porta-voz do governo.

Referências

BECK, Ulrich. **Risk Society** – towards a new modernity. London: SAGE Publications Ltd, 1992.

KHORDECHI, M., et al., Investigation of the novel methods for control the coronavirus. In: I**nternational Research Journal of Modernization in Engineering Technology and Science**, Volume 2, Issue 7, July, 2020. KHORDECHI, M. Corona is a DNA Malware and Hacker: In: **International Journal of Statistics and Reliability Engineering**, Volume 3, Issue 6, November-December, 2020.

KHORDECHI, M., Corona Simulation with Electronic Hacker Circuits "Corona is Hand-Made and Hacks RNA Information". In: **International Journal of Statistics and Reliability Engineering**, Volume 4, Issue 4, July-Aug, 2021.

Semiótica humanitária: Jair Bolsonaro e a Covid-19

Roberto Chiachiri
Cátedra UNESCO/UMESP de Comunicação
Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, SP, Brasil
E-mail: archiachiri@gmail.com

E se somos Severinos iguais a tudo na vida,
Morremos de morte igual,
Mesma morte Severina:
Que é a morte de que se morre
De velhice antes dos trinta
De emboscada antes dos vinte
De fome um pouco por dia"
(Morte e Vida Severina)
João Cabral de Melo Neto.

O que se pretende com este capítulo é entregar à leitora e ao leitor, que se interessam por pesquisas mais atuais e temáticas humanitárias, uma reflexão sobre como as linguagens, base de nossa vida social, podem ajudar a construir uma comunicação mais responsável, mais empática, mais humana. Antes de qualquer coisa há de se comentar os termos e vocabulário que aqui serão utilizados. Para quem já teve contato prévio com a ciência da semiótica, com a qual se trabalhará neste capítulo, a tarefa fica mais fácil e mais alinhada à compreensão da proposta. Para aqueles que ainda não tiveram contato mais próximo, serão expostas breves introduções dos

três temas-chave que são apresentados neste capítulo. Trata--se, pois, da ciência semiótica, dos conceitos de alteridade, segundo Emmanuel Lévinas, e de humanitarismo. Daí, deve brotar a Semiótica Humanitária.

A semiótica ou ciência dos signos ou ainda ciência da interpretação das coisas é aquela que guia a forma de pensamento e ajuda a entender o ordenamento dos fenômenos que toca qualquer ser humano a todo e qualquer momento. Uma definição bastante elucidativa para semiótica é aquela que Winfried Nöth traz logo nas primeiras páginas do seu livro, *Panorama da semiótica: de Platão a Peirce*, publicado pela Anna Blume em 1998. Ele a define como "a ciência dos signos e dos processos significativos (semiose) na natureza e na cultura" (NÖTH, 1998, p.17). Acrescenta-se aqui a ciência que tem por objetivo o exame dos modos de constituição de todo e qualquer fenômeno como fenômeno de produção de significado.

A importância dos estudos da ciência semiótica pode ser pensada desde Platão e Aristóteles, que já investigavam a natureza dos signos e o seu processo significativo. Uma semiótica *avant la lettre*, uma doutrina dos signos. Um aprofundamento maior da história da semiótica pode ser visto na obra de Nöth, já citada. Atualmente, existem diversos estudiosos e pesquisadores nas mais diversas vertentes de linhas semióticas. Pode-se, no entanto, falar em três linhas que dão origem à semiótica moderna. Três fundamentos teóricos que sustentam as diversas correntes atuais. São elas, a semiótica de linha francesa ou de matriz saussuriana que, com base no

estruturalismo francês, define a língua como um sistema de signos que exprimem ideias no núcleo da vida social. Postulando esse conceito, Saussure[1] formula uma teoria geral do signo linguístico, batizada na época como Semiologia. Uma outra linha de semiótica é a de origem russa, com base no formalismo russo, denominada também semiótica da cultura. Esta, por sua vez, se interessa pelos processos de formação de sentido por meio dos mecanismos que reúnem cultura e suas mais diversas expressões. A terceira linha, e escolhida para fundamentar este capítulo, é a linha fenomenológica de Charles Sanders Peirce, a semiótica peirceana. A semiótica peirceana, diferentemente das outras linhas, que são consideradas semióticas especiais, pois atuam em um campo determinado, é uma semiótica geral. Ela não pleiteia um campo determinado de ação, visto que parte do estudo fenomenológico. É, pois, uma semiótica geral. Estuda o signo nas suas mais diversas formas e manifestações. Engloba qualquer coisa que se apresenta à percepção e à mente, ou seja, qualquer fenômeno.

Charles Sanders Peirce, filósofo estadunidense, formado em química em Harvard, tendo obtido a distinção *summa cum laude*, homem da ciência, que nela mergulhou em seus estudos da química, matemática, psicologia, física, geodésia, pedagogia, linguística e, sobretudo da filosofia, é considerado o pai da semiótica moderna. Nasceu em setembro de 1839 em Cambridge, Massachusetts, EUA e faleceu em 1914 em Mil-

1 Ferdinand de Saussure (1857-1913) foi um importante linguista suíço, estudioso das línguas indo-europeias, foi considerado o fundador da linguística como ciência moderna. https://www.ebiografia.com/ferdinand_de_saussure/. Acesso em 21/05/2021

ford, Pensilvânia, EUA. O ponto de união de todas as áreas em Peirce, na condição de cientista, era a Lógica.

Como já mencionado, a semiótica é a ciência dos signos, das linguagens, da interpretação das coisas, que se ocupa em estudar todo processo sígnico. É preciso também, expor aqui, ainda que de maneira bastante sintética, o que Peirce define como fenômeno. O que se entende por linguagem. O que se apresenta como signo.

Peirce define: "por fenômeno (*phaneron*) quero dizer o total coletivo de tudo o que está de alguma forma ou em qualquer sentido presente à mente, independentemente de corresponder ou não a qualquer coisa real." CP 1. 284, 1931.[2] Pois bem, entende-se com essa citação que, segundo Peirce, fenômeno é tudo aquilo, qualquer coisa que vem à percepção e à mente. Infere-se, então, que nos deparamos a todo momento com fenômenos. Tudo aquilo que está "manifesto, evidente, que está dado à vista, o que se mostra"[3]. E em seus estudos dos fenômenos, Peirce com sua fenomenologia ou, como preferia, *phaneroscopia*, tem como tarefa trazer luz às categorias mais gerais, elementares e universais de todo e qualquer fenômeno necessárias e suficientes para dar conta de toda a experiência humana. Três modos de ser que podem ser observados diretamente em elementos do que quer que esteja a qualquer momento diante da mente, de qualquer maneira. O ser de possibilidade qualitativa positiva, (qualidades)

2 CP corresponde aos Collected Papers (1931-1935). C. Hartshorne e P. Weiss (eds.), vols. 1-6 e (1958), A.W. Burks (ed.), vols. 7-8. Cambridge, MA: Harvard University Press. O primeiro número, depois da sigla, refere-se ao volume e os seguintes ao parágrafo.

3 RODRIGUES, Cassiano Terra. Peirce, Charles Sanders in: Tomo Teoria Geral e Filosofia do Direito, Ed.1, Abril de 2017. https://enciclopediajuridica.pucsp.br/verbete/58/edicao-1/peirce,-charles-sanders . Acesso em 25/05/2021

pura abstração, o ser de fato real, (objetos) existência, manifestação, ação e reação e o ser de lei que governará os fatos no futuro (mente), intelecto. Essas categorias foram denominadas por Peirce de primeiridade, secundidade e terceiridade, respectivamente. São elas que caracterizam os fenômenos existentes no universo da experiência. Embora sejam três, as categorias se apresentam em onipresença. O que pode haver, em algum momento, é a predominância de uma sobre a outra. A categorias fenomenológicas de Peirce possuem papel basilar na sustentação do seu conceito de signo. Pois bem, a terceiridade é a forma mais simples de signo. É o pensamento em signos. Efetivamente, em um artigo publicado em 1868-1869 no *Journal of Speculative Philosophy,* Peirce assevera que uma das quatro incapacidades reivindicadas pelo ser humano é a que "não temos o poder de pensar sem signos" (*We have no power of thinking without signs*). CP 5.265, 1934.

Signo

Peirce define signo como uma relação triádica em que o signo, sendo determinado pelo seu objeto, o representa sob certo aspecto, criando um interpretante[4], que também funciona como signo, em uma mente interpretadora. Portanto, quando se fala em signo, na realidade quer se falar em processo sígnico. Seguindo esse raciocínio, um signo é tudo aquilo, qualquer coisa que, de alguma forma, tenta representar seu objeto, desde que essa coisa encontre e afete uma mente interpretadora e nela crie um outro signo – interpretante do

4 Interpretante é o efeito do signo em uma mente interpretadora. Não a pessoa em si, mas o conjunto de pressupostos e percepções dessa mente.

primeiro signo. É certo que o signo não consegue representar o objeto na sua totalidade, se o fizesse, o signo seria o próprio objeto. No volume 2, parágrafo 228 dos *Collected Papers*,[5] Peirce pondera que o signo "Representa seu objeto não em todos os seus aspectos, mas com referência a um tipo de ideia que eu, por vezes, denominei fundamento do representâmen"[6] (CP 2.228). Um signo cria outro signo, que puxa um outro signo e assim *ad infinitum*. A esse movimento é dado o nome de semiose, ou seja, a ação do signo. É esse movimento o responsável pela geração de significados. Há de ressaltar que determinado significado não é necessariamente igual para todo intérprete. O significado vai depender da competência interpretativa e de acordo com a experiência, com o repertório do intérprete e do contexto em que o signo está inserido.

Linguagens

Sem linguagem não há comunicação. Sem comunicação não há vida social. Pode-se, então, entender linguagem como qualquer meio, qualquer recurso que é utilizado para se comunicar. Linguagem, portanto, é signo. É, pois, pela linguagem que o ser humano expressa seus pensamentos, coloca suas ideias, adquire e transmite conhecimentos, enseja promover significado às coisas. Nenhuma linguagem humana é ingênua.

---

5 Charles Sanders Peirce (1839-1914) também conhecido como o fundador do pragmatismo - a filosofia que avalia o significado do que dizemos pelas suas consequências práticas. Os seus escritos cobrem uma vasta gama de assuntos e a sua influência pode ser vista na ética, estética, lógica simbólica, religião, epistemologia e metafísica, e também em tópicos científicos. A maior parte dos trabalhos de Peirce foi inédita durante a sua vida e, quando da sua morte, várias centenas de manuscritos foram deixados à Universidade de Harvard. Os *Collected Papers* são uma coleção de oito volumes reunindo filosofia geral, lógica, pragmatismo, metafísica, ciência experimental, método científico e filosofia da mente. (grifos do autor)

6 Peirce denomina representâmen como um sinônimo de signo.

Nenhuma ação humana é neutra. O ser humano ao nascer já encontra as linguagens prontas, no entanto, o seu papel é contribuir para a evolução, o crescimento e a adequação dessas linguagens, isso o torna responsável pelos seus atos e por sua relação com a natureza e com o Outro. Compreender as urdiduras desses signos, procurar entendê-los e deles fazer bom uso, é a nossa tarefa diária. É como diz (HERDER, 1768, p.13 *apud* NÖTH, p.16, 1998):

> Existe um simbolismo comum para toda a humanidade - um grande tesouro no qual o conhecimento que pertence a toda a humanidade esta guardado. A maneira autentica de falar, da qual ainda não tenho conhecimento, é a chave para esse tesouro escondido. Quando a chave for conhecida, vai abrir o tesouro e trazer luzes para dentro dele, mostrando-nos, assim, os seus valores. Isto seria a semiótica que, agora, podemos entender nos registros de nossas enciclopédias filosóficas: o deciframento da alma humana através da linguagem.

A semiótica não anda sozinha

A semiótica, entretanto, não caminha sozinha. Tem por objetivo, como já foi postulado, o exame dos modos de constituição de todo e qualquer fenômeno como fenômeno de produção de significado. É uma ciência bastante teórica que, por apresentar esse caráter, necessita acoplar-se a qualquer outro domínio da ciência para poder exercer seu papel de desvendar os possíveis significados das linguagens, - o que os signos têm a dizer - naquele campo específico.

Para este capítulo e para o propósito do estudo, foi escolhido o campo das ciências da comunicação. Especificamente, como se verá mais adiante, o da comunicação humanitária.

Comunicação

Dominique Wolton (2006, p.228) pondera que "Comunicar é, portanto, entrar na problemática do Outro", e que também se configura no reconhecimento de que os seres são livres e iguais, e que só uma relação autêntica pode fundamentar suas trocas. E onde há o reconhecimento do Outro, lá vive a democracia. De fato, a comunicação pressupõe, grosso modo, pelo menos dois interlocutores. Comunicação não é escolha, é compartilhamento, é sobrevivência. É também provocar, despertar e interpretar significados. Portanto, deve-se penetrar nas relações humanas e tentar entender as urdiduras sígnicas, a malha sígnica que traça o processo e o movimento produtor de informação e de comunicação. A informação é mais próxima à mensagem e a comunicação à troca, à relação. Trocar, nesse caso, na relação humana, é buscar compreender no Outro a sua alteridade. Entender o Outro, conhecer as diferenças é o que constitui a diversidade.

Alteridade e empatia

Emmanuel Lévinas (2014) diz que nós temos responsabilidade total pelo Outro e, acrescenta, somos responsáveis pela responsabilidade do Outro. Responsável é substituir-se ao Outro. Ter uma relação de interdependência. Esse Outro é um Outro enquanto *rosto,* na concepção de Lévinas. Ribeiro

(p.55, 2015) explica sobre esse *rosto*: "Em sua face se apresenta o pobre, a viúva, o órfão e o estrangeiro. A miséria e a falta de proteção que figuram na face do Outro interpelam a subjetividade do sujeito. Trata-se do chamado para responder e se responsabilizar pelo Outro." Deixa-se de ficar "lado a lado" para ficar "face a face". Se o sofrimento do Outro não me afeta, se o Outro está reduzido a uma *totalidade*, fico impedido de ver seu *rosto*. De fato, o Outro não é invisível, o que ocorre, por vezes, é o Eu que não quer vê-lo. Este Eu que foge da condição do Outro, que resiste em compreender o Outro. Com isso, Lévinas nos leva ao conceito de Ética da alteridade. Ética esta em que a alteridade se preserva, sem, contudo, deixar de acolher o Outro em suas necessidades e em suas fragilidades. Ética que não requer contra partida, que não exige reciprocidade, que tem de se dar de uma maneira gratuita e não em condição de troca. Ética que não se exerce solitariamente. Complementa ainda que a primeira obrigação do Eu é "Não matarás". Interpreta-se aqui, da fala de Lévinas (2014), que matar não significa somente aniquilar, fazer com que o Outro desapareça. No âmbito linguístico significa que não se pode apagar o que o Outro diz, o que o Outro deseja, sua escolha política, não se pode apagar os anseios, os direitos do Outro. Não se pode apagar a capacidade cognitiva do Outro, a capacidade de ser, de existir, de se tornar, de se manifestar. A empatia, grosso modo, refere-se à capacidade de colocar-se no lugar do Outro e poder sentir o que o Outro está sentido, ou sente. Pode-se, então, dizer que alteridade e empatia traçam um mesmo caminho, no entanto, à alteridade

cabe entender que o Outro tem uma essência diferente do Eu e entender e respeitar essa diferença. Respeito pelo simples fato do Outro ser outra pessoa. Estar ciente da existência do Outro. Para concluir esse tópico, duas citações sobre o pensamento de Lévinas parecem bastante oportunas.

> ... o bem é a passagem ao outro, ou seja, uma maneira de relaxar minha tensão sobre o meu existir à guisa de cuidado consigo, no qual o existir de outrem me é mais importante que o meu. O bem é esse excedente de importância de outrem sobre mim, cuja possibilidade, na realidade, é a ruptura do ser pelo humano ou o bem no sentido ético do termo. (POIRIÉ, 2007, p.93 apud RIBEIRO, 2014, p. 77)

> ...o ser que se exprime impõe-se, mais precisamente apelando para mim da sua miséria e da sua nudez – da sua fome – sem que eu possa ser surdo ao seu apelo. De maneira que, na expressão o ser que se impõe não limita, mas promove a minha liberdade, suscitando a minha bondade. (LÉVINAS, 2000, p.179 apud RIBEIRO, 2014, p. 80).

Comunicação humanitária - humanismo e humanitarismo

Antes mesmo de abordar a comunicação humanitária, há de se entender o que vem a ser humanitarismo. Há também de se destacar Humanismo de Humanitarismo. Em poucas palavras, o Humanismo se preocupa com a busca do estudo, do entendimento e do aprimoramento do ser humano. O Humanitarismo, e aqui busca-se entender o termo no seu

sentido neutro, ou seja, sem fazer dele uso politiqueiro. Uso político, sim, no seu sentido lato de política como atuação na *polis* com e para ações de cidadania. Tem-se como Humanitarismo, também, uma ética em busca da promoção do bem-estar humano, que busca trazer alívio aos que estão em perigo imediato. Considerando que a humanidade é uma só, o Humanitarismo deve estar conexo aos valores de caridade, de solidariedade, filantropia, empatia entre os seres humanos que se encontram em estado de sofrimento. Vai além da caridade. Mais do que liberdade. É uma questão de justiça. Este capítulo considera a pandemia da COVID19 como um estado de sofrimento e por esta razão, nesses termos, a discussão sobre Humanitarismo faz todo sentido.

Comentado, mesmo que rapidamente, o que se entende por Humanismo e Humanitarismo, agora cabe dissertar um pouco sobre comunicação humanitária.

A comunicação humanitária busca entender as relações entre comunicação e causas humanitárias. Se traduz também em capacitar tecnicamente, colher e disseminar informações. Analisar dados com a finalidade de salvar vidas, aliviar o sofrimento e proteger a dignidade das populações afetadas por uma crise, seja ela qual for. Ainda na comunicação humanitária, com ênfase no jornalismo, Scott (2017) traz uma definição bastante interessante. Ele a conceitua da seguinte maneira: "...o foco humanitário refere-se, não ao conteúdo das notícias, mas às percepções dos jornalistas sobre o objetivo de seu trabalho ou às percepções de seu papel". Ou seja, não se resume apenas em comunicar um evento de desastre ou

de calamidade, mas sim, envolver-se com a causa, prestar sua solidariedade e exercer seu ofício com foco em informações que possam trazer auxílio, conforto àqueles que se encontram em estado de vulnerabilidade. Isso tudo pensando não somente no durante e pós desastre, como também em ações preventivas que a comunicação pode abranger. Daí a responsabilidade em se pensar a produção e o manejo de signos. Destarte, as preocupações semióticas tornam-se imperativas. As linguagens e as mídias contemporâneas requerem discutir e estudar a comunicação e o seu papel nas ações, nas pesquisas e na divulgação das causas humanitárias em tragédias e crises como a situação dos refugiados, desastres ambientais, migração, meio ambiente, guerra, extrema pobreza, fome, moradia, saneamento básico, saúde, crises sanitárias, moradores em situação de rua, violência, entre tantas outras, procurando apreender em que medida o processo comunicacional pode provocar ações práticas nos intérpretes. E, da mesma forma, entender a produção desses signos do humanitarismo e de que maneira a ciência semiótica pode estar mais presente nessa tarefa.

Cilene Victor, professora universitária, jornalista e pesquisadora no campo das questões humanitárias, em seu artigo *A migração venezuelana na perspectiva do Jornalismo Humanitário* (2020, p.89), lembra que em 2019, segundo o Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários (OCHA, na sigla em inglês), cerca de 132 milhões de pessoas estavam dependendo de assistência e proteção humanitária. Tomando ainda suas palavras no mesmo artigo, pode-

-se inferir que a falta de engajamento social e a omissão de órgãos governamentais levam a uma opacidade das causas e dos problemas que realmente atingem essa população. No caso da epidemia da Covid-19, embora o mundo inteiro esteja articulando-se para mitigar o sofrimento que essa crise sanitária vem causando, levando em consideração o desconhecimento inicial dessa nova doença, os desencontros de informação e de comunicação atingiram patamares jamais vistos, principalmente no Brasil. Essa pandemia ainda veio reforçar e evidenciar a abissal diferença que há entre as classes sociais. Trouxe à tona as mais cruéis feridas sociais. Trouxe visibilidade, não àquilo que se pretendia invisível, pois é impossível falar em invisibilidade quando se trata de seres humanos e suas condições, a fatos duros, amargos, tristes pelos quais a humanidade vem passando. Isto se agrava principalmente em países cuja pobreza atinge níveis inumanos, afirmação que é corroborada com o que Cilene Victor expõe abaixo:

> ... la mayoría concuerda en que la vulnerabilidad social no puede ser traducida como una simple consecuencia de la exposición a los peligros, sino como resultado de las condiciones de desigualdad social que preceden la ocurrencia de esos procesos. Y estas pueden estar relacionadas con factores como pobreza, edad, género o clase social (MENDES, 2016, apud VICTOR, 2019, p.169).

O Brasil atual, infelizmente, está no rol desses países. A situação no país se agrava ainda mais com o descaso e com as políticas públicas desastrosas que o estado vem adotando nos

últimos anos, fortemente, durante a pandemia da COVID-19. Citando novamente Cilene Victor (2020):

> E em certas partes do globo, inúmeras famílias estão preocupadas com o vírus e com a forma de obter acesso a alimentos, água potável e cuidados de saúde. Embora os seus endereços, rostos, etnias e condições sociais e econômicas sejam familiares aos meios de comunicação social, aos líderes mundiais e ao sistema da ONU, o seu sofrimento caiu num silêncio e numa invisibilidade embaraçosos (VICTOR, 2020, tradução do autor).

Notícias falaciosas, desinformações, *fake News* inundam o cotidiano comunicacional no Brasil. Recursos estes utilizados por autoridades governamentais e por uma horda de desajustados e negacionistas da ciência que vêm se multiplicando no país. Não cabe aqui discutir o motivo e a origem desses descalabros. Cabe, sim, ressaltar a importância de se compreender os manejos sígnicos que vêm sendo cosidos para impor certas "verdades" de um só lado. Daí discutir a importância do estudo semiótico das mensagens e tentar mostrar que para "verdades" não há só um lado, existem vários lados. Por esses motivos, recorre-se aqui à ciência das linguagens para interpretar essas desventuras tresloucadas lançadas pela a autoridade máxima do país. A análise de algumas de suas falas e atitudes tentando entender o que há de implícito nessas manifestações como exemplo de comunicação, nada, nada humanitária. Muito pelo contrário.

“E daí?”

As atitudes do atual presidente da república do Brasil durante a pandemia da COVID19, como as de não usar máscaras, causar aglomerações de pessoas, indicar medicamentos cientificamente comprovados não eficazes à “cura” ou à prevenção da doença, adicionados às suas falas, seu negacionismos quanto à própria pandemia e à ciência, são símbolos da falta de empatia e de respeito com o Outro.

Há aqueles, talvez mais ingênuos, mais otimistas ou ignorantes, que dizem que tais atitudes do presidente da república fazem parte de seu jeito de ser na tentativa de escusá-lo. Não pode haver “o seu jeito” quando o sujeito é representante de uma nação toda. As opiniões do mandatário maior da nação, na maioria das vezes infundadas, tendem a causar grandes danos públicos e, obviamente durante à pandemia da COVID19, sanitários. Hoje, o Brasil conta com mais de 500 mil mortes[7] e com mais de 18 milhões de infectados pelo novo corona vírus, sendo que, segundo um estudo efetuado pela unidade de inteligência do Congresso em Foco[8], “os estados que mais votaram em Jair Bolsonaro no primeiro turno das eleições presidenciais de 2018 são hoje os que apresentam as maiores taxas de mortalidade por Covid-19”. Pode-se inferir desse estudo como as questionáveis atitudes do presidente atingem seus seguidores.

Foram separadas algumas manifestações do presidente da República para que se possa tentar entender os signos por ele costurados.

Talvez a mais simbólica é a tão divulgada fala do presidente quando questionado pelos repórteres sobre o aumento significativo de mortes por Covid-19 no país, em 28 de abril de 2020, data que o número de mortes chegava a 5.083, já alarmantes à época.

— *"E daí? Lamento. Quer que eu faça o quê? Eu sou Messias, mas não faço milagre."*

A interrogativa "E daí", verbalizada pelo presidente pode causar, no mínimo, duas interpretações. Para seus fiéis seguidores, pode ser interpretada como uma forma de eximi-lo das consequências nefastas, transferindo toda responsabilidade somente ao vírus. Mas, por outro lado, o que mais forte fica expresso é a indiferença, a não empatia às famílias das vítimas. No entanto, essas desfeitas parecem inerentes ao presidente, uma pessoa que se mostra desprovida de qualquer sentimento positivo em relação ao Outro, beirando níveis patológicos. Talvez, por ser essa sua característica, a constância de verbalização de expressões grosseiras, a ele o "E daí" aparece como um signo corriqueiro que pode ser representado como uma ferramenta de defesa. Esse estado de, digamos, ira, a que se encontra o presidente, provocado pelas perguntas dos repórteres, demonstra o que está internalizado no sujeito Bolsonaro. Essa ira interna já é uma constante nele. Porém, não é uma manifestação ingênua, seus atos são signos pensados para provocar reações em determinados intérpretes. Não que deixe de provocar em outros, mas o alvo dessa mensagem são, principalmente, seus seguidores que, como uma onda energética, a replicarão, a farão crescer e se tornar símbolo

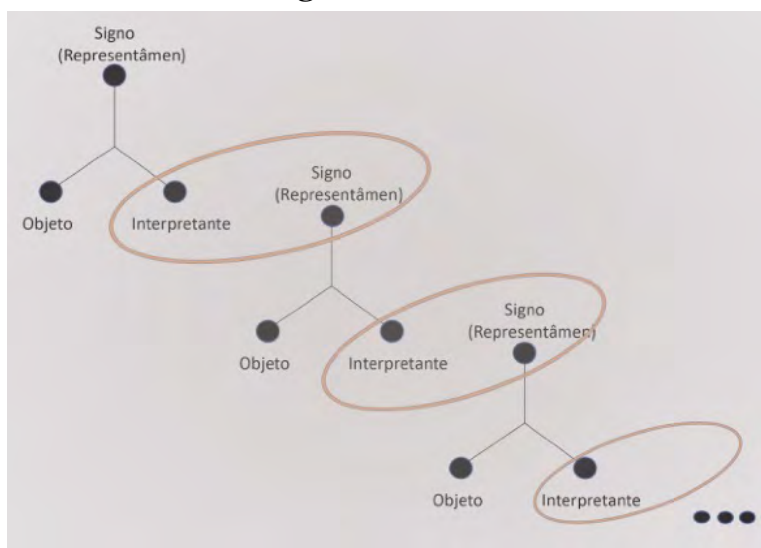
de uma verdade incontestável para eles. O perigo se faz nesse processo da banalização da força da expressão. Logo em seguida vem o "Lamento". Mostra-se aí um lamento vazio de seu significado próprio, não há lamentos nesse "Lamento". Não há sentimento nesse "Lamento". Pela tonalidade da voz e pela rapidez com que o presidente lança a expressão, nota-se a ausência da lástima, da compaixão. O presidente profere tal palavra para tentar amenizar a expressão precedente - o verdadeiro morde e assopra - mas, quando se vê o vídeo desse episódio[9], seu tom de voz e sua expressão facial não condizem em nada com o lamentar-se. Pura retórica.

"Quer que eu faça o quê?" Nesse momento, ele se dirige aos seguidores como se estivesse pedindo uma validação de sua atitude, ou melhor de sua não atitude. Mais uma tentativa de se eximir de uma responsabilidade, que é primordialmente dele. A frase se complementa com ironia. "*Eu sou Messias, mas não faço milagre"*. Aqui vem um jogo de palavras em que ele associa seu nome, sugerindo igualar-se, a "aquele prometido por Deus", em um flagrante apelo religioso, extremamente emocional em uma atitude egótica. Por outro lado, "mas não faço milagre", em um claro tom irônico, ironia pela qual se pretende aproximar-se, de maneira populista, de seus seguidores. Utiliza de jargões que provocam risos entre aqueles menos preparados, quiçá acomodados, em exercer um pensamento crítico. Uma comicidade desqualificada.

A linha da semiótica que aqui se pretende, como já explicitado, propõe que o signo se processa em uma relação triádica,

9 https://bit.ly/bolsonaroedai - vídeo do evento analisado

ou seja, a relação representâmen (fundamento do signo), objeto e interpretante. Relação esta que se realiza em um processo contínuo e *ad infinitum*, que pode ser ilustrado na figura 1 a seguir. A esse processo dá-se o nome de semiose, ação do signo. A teoria dos interpretantes de Peirce é um conjunto de conceitos por meios dos quais ocorrem os processos interpretativos. Pois é a criação de interpretantes em uma mente interpretadora, como já dito, que vai gerar interpretações bastante diversas dependendo da capacidade interpretativa dessa mente.

Figura 1: Semiose

Fonte: ALMEIDA e PESSOA DA SILVA, 2017[10]

Para Peirce, nossas crenças são normas para nossas ações. No entanto, não há nada de mais temeroso que uma crença cristalizada, inflexível. Estes casos desembocam em verdades absolutas, preconceitos, dogmatismos. Peirce ainda, em sua teoria pragmaticista (ele preferia este termo a pragmatista),

diz que para se desenvolver o conteúdo de uma ideia basta determinar o comportamento que ela é capaz de suscitar, nisso residindo a sua significação.

Ora, quando se afirma que as ações do ser humano não são ingênuas, são pensadas e articuladas, não se pode esquivar-se em entender que as falas e atitudes do presidente da República estão carregadas de recursos semióticos pensados para, nessas situações descritas acima, impor suas verdades a qualquer preço. Seus seguidores se regozijam com sua verborreia cáustica, a proliferação de seus vírus verbais faz sua plateia reagir exatamente, ou quase, como pretendido por ele, melhor dizendo, procura gerar em suas mentes interpretantes de fácil assimilação e de rápida e rasa interpretação. Causa alarde para atrair a mídia. Gera polêmicas afastando, assim, o verdadeiro objeto da questão, tentando embaralhar o significado de uma resposta que não quer dar, de um compromisso que não quer assumir.

A figura 2 a seguir é constituída por quatro frames do vídeo da fala de Bolsonaro, de onde veio a fala analisada, que possibilitam verificar visualmente os signos por ele manejados e a reação, ou seja, o efeito que esses signos podem ter causado em seus seguidores.

Figura 2: Frames

Frame 1

Frame 2

Frame 3

Frame 3

Fonte: O Globo, Youtube, 2020[11]

Analisando-se o frame 1, o distanciamento e o descaso são flagrantes na fisionomia forjada por Bolsonaro, quando é perguntado pelos repórteres. Um olhar de desinteresse como se quem já soubesse como iria responder a qualquer pergunta. Esse gesto sugere uma arrogância daquele que se acha superior a tudo e a qualquer pessoa. Um sujeito que acredita ser o dono da verdade. É nítida a reação de seus seguidores que, curiosos para saber o desfecho do ato, viram-se em direção à pergunta esperando a resposta “bombástica” de seu presidente, fato que já é lugar comum e previsível e que lhe dá palco e plateia para exercer sua encenação espetaculosa. O frame 2 sugere o instante de reflexão, pressupostamente já refletida, quando, no

frame 3, rebenta a cartada final, atraindo novamente os olhares de seus seguidores e deflagrando no desfecho esperado, frame 4, a reação de gozo manifestada nos rostos sorridentes de sua fiel audiência. Frisa-se aqui a palavra "fiel", pois os efeitos das atitudes e falas do presidente, signos de sua suposta verdade, atingem seus devotos seguidores a ponto de sua maioria não estar utilizando a máscara de proteção contra a propagação do novo coronavírus, o que contraria a orientação de autoridades sanitárias e, o mais grave, despreza e desacredita na ciência.

Muitas outras análises signicas se mostram pertinentes nesse signo maior que aqui foi apresentado. Pretendeu-se neste capítulo analisar o objeto de indignação às atitudes e falas de um mandatário de uma nação, representada por signos carregados de façanhas de interesses pessoais e politiqueiros. Pretendeu-se também mostrar que nessa tessitura sígnica trazida pelo presidente da República nada há de humanitário. O representante maior da nação representa a antítese do que se espera de um líder em tempos de crise sanitária, em tempos de crises humanitárias. Signos humanitários são aqueles que se traduzem em ações de cunho humano rumo ao bem comum, rumo ao *summum bonum,* rumo a uma sociedade mais justa, mais digna, mais fraterna. O presidente da República, agindo como sempre agiu, de forma truculenta, está muito mais para um ogro que para um líder de uma nação. O que lhe falta é entender os signos da alteridade, da empatia e do humanismo e assim, dar importância à existência do Outro, o que lhe parece tarefa impossível. O ganho em empenhar-se nos estudos semióticos, principalmente neste caso, em uma semiótica preocupada com

o humanitarismo, talvez seja a nossa sensibilização diante da fragilidade do Outro. Não somente, mas também, a pessoa em si, mas o conjunto de pressupostos traduzidos em signos que a humanidade deve aprender e apreender. Quem sabe as possíveis respostas venham na senda de uma semiótica humanitária.

Para que o capítulo não se torne enfadonho e repetitivo, algumas outras falas e atitudes do presidente da República do Brasil foram separadas como signo daquilo que vai contra a razoabilidade do bem-estar social, deixando-se aqui um exercício semiótico interpretativo para quem quiser aventurar-se no universo da ciência das linguagens.

Vamos a elas.

GRIPEZINHA – 20 de março de 2020 (desqualificar)

“Depois da facada, não vai ser uma gripezinha que vai me derrubar, não.

COVEIRO – 20 de abril de 2020 (uso de metáfora, desprezo)

Questionado pela **Folha** a respeito das mortes da quantidade de mortes que seria aceitáveis para defender medidas desaconselhadas por órgãos de saúde

“Eu não sou coveiro.”

LIVRE DESSE MAL 2 de abril de 2020 (analogia à oração, apelo à ordem divina, negação da ciência)

Em entrevista para a Rádio Jovem Pan

“A gente vai junto com pastores e religiosos anunciar para pedir um dia de jejum ao povo brasileiro em nome de que o Brasil fique livre desse mal o mais rápido possível.”

PAÍS DE MARICAS – 10 de novembro de 2020 (expressões preconceituosas, sexistas)

Ao defender medidas menos drásticas de isolamento social em evento para lançar políticas para impulsionar o turismo no Brasil

"Tudo agora é pandemia. Tem que acabar com esse negócio. Lamento os mortos, todos nós vamos morrer um dia. Não adianta fugir disso, fugir da realidade, tem que deixar de ser um país de maricas."

VITAMINA D – 31 de dezembro de 2020 (negar a ciência, indicar indevidamente uso de medicamento, interesse político)

"Isso é um abuso o que está acontecendo. Uma forma de blindar a Covid é a vitamina D. Então, você pega sol. E ficam dando ordem, igual a esse do governador de São Paulo, que não têm como ser cumprida".

Ao comentar sobre lockdowns, o presidente falou sobre vitamina D, mas não existe comprovação científica

EFEITOS DA MÁSCARA – 25 de fevereiro de 2021 (propagação de fake News)

Questionando a eficácia das máscaras embora o uso seja recomendado pela Organização Mundial da Saúde

" Começam a aparecer os efeitos colaterais das máscaras". "Eu tenho minha opinião sobre as máscaras, cada um tem a sua, mas a gente aguarda um estudo sobre isso feito por pessoas competentes"

A semiótica humanitária propõe, além de ficar na vigília das mensagens emitidas, tentar mostrar, sobretudo aos profissionais de comunicação que, criando e lendo os signos com mais acuidade e nitidez, a mensagem pode gerar atitudes de mais responsabilidade, de mais preocupação com o Outro, de mais humanidade. Pensar em uma semiótica humanitária é estar comprometido com o humanismo. É respeitar a alteridade e praticar a empatia. Considera-se também que o signo pode ser utilizado para fins diversos. Pode-se usar o signo para mentir, para enganar, para ludibriar. A realidade, no entanto, insiste, resiste. A verdade, uma hora ou outra, aparece e vem com toda sua força, arrebentando portões.

Reivindica-se aqui uma semiótica em que os signos possam ser pensados humanística e humanitariamente. Assim sendo, a contribuição dessa ciência com a humanidade é a de servir como anteparo para ações malfazejas e de abrir caminho para uma compreensão maior do papel do ser humano como agente multiplicador da boa fé.

A tarefa é árdua, mas não impraticável.

Referências

FOLHA DE S.PAULO. Relembre o que Bolsonaro já disse sobre a pandemia, de gripezinha e país de maricas a frescura e mimimi. 5 março de 2021. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=4HFbUzzpUoE. Acesso em: 25/06/2021.

LÉVINAS, Emmanuel. **Violência do rosto**. Trad. MOREIRA, Fernandes Soares, São Paulo, Ed. Loyola, 2014.

NÖTH, Winfried. **Panorama da semiótica**: de Platão a Peirce. São Paulo, Anna Blume, 1998.

O GLOBO. Bolsonaro diz "E daí?" e depois troca acusações com Doria sobre Covid-19. YouTube, 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=4HFbUzzpUoE. Acesso em: 28/06/2021.

PEIRCE, Charles Sanders. **Collected Papers** (1931-35), C. Hartshorne e P. Wiess (eds.), vols. 1-6 e (1958), A,W. Burks (ed), vols. 7-8. Cambridge, MA: Harvard University Press.

RIBEIRO, Luciana Martins. **A subjetividade do outro**: Ética da responsabilidade em Emmanuel Lévinas. São Paulo, Ideias & Letras, 2015.

RODRIGUES, Cassiano Terra. **Tomo Teoria Geral e Filosofia do Direito.** In: Enciclopédia Jurídica da PUCSP, Edição 1, abril de 2017.

SANTAELLA, Lucia. **Semiótica aplicada**. São Paulo, Thomson, 2002.

SCOTT, M. **What makes news humanitarian?** The dilemmas of reporting on suffering. In: Public Media Alliance. Maio de 2017. Disponível em: https://www.publicmediaalliance.org/what-makes-news-humanitarian/>. Acesso em: 25/05/2021. Texto original: "... the humanitarian focus refers, not to the content of news, but to journalists'perceptions of the purpose of their work, or their role perceptions."

VICTOR, Cilene. **Periodismo y riesgos de desastres**: um passo más allá de la tragédia anunciada in: Periodismos y desastres: Múltiples miradas. Madrid, Realización editorial: Sònia Poch, 2019.

_______________. **COVID19, risk communication and the crucial role of community leaders** in: KATOIKOS – Globalisation on human terms, Bruxelas, 2020.

WOLTON, Dominique. **Como salvar a comunicação**. Trad. DRESCH, Vanise Pereira. São Paulo, Paulus, 2006

A invisibilidade midiática da África na pandemia da Covid-19 Uma análise em perspectivas etnomidialógica, decolonial e necropolítica

Ricardo Alexino Ferreira
Programa Interdisciplinar de Pós-Graduação Humanidades, Direitos e outras Legitimidades
Escola de Comunicação e Artes (ECA)
Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil
E-mail: alexino@usp.br

Continente quase invisível

Em 2019, fui ministrar duas disciplinas no curso de Pós-graduação em Educação na Universidade Lueji A'Nkonde, em Dundo, na Província Lunda Norte, em Angola. Não era o meu primeiro contato com um país africano. Já tinha desenvolvido antes pesquisa e ministrado curso na cidade de Praia, no insular país Cabo Verde.

Nos dois países colonizados por Portugal e com independências recentes, acontecidas nos anos 1975, observei que os efeitos coloniais são marcantes. Os colonizadores deixaram em suas ex-colônias profundas marcas e graves problemas sociais, políticos e econômicos quando foram embora. Angola, muito mais do que Cabo Verde, vivenciou, depois da partida dos portugueses, décadas de guerras civis entre dois movimentos de guerrilha anticolonial: o comunista Movimento

Popular de Libertação de Angola (MPLA) e a anticomunista União Nacional para a Independência Total de Angola (Unita). Os sangrentos confrontos angolanos somente cessaram em 2002, tendo um saldo de mais de 500 mil mortos e a migração interna de mais de um milhão de pessoas que fugiam da guerra para lugares mais seguros dentro do próprio país. Os efeitos da guerra em Angola são visíveis até hoje. Cabo Verde também teve guerra por independência, que aconteceu de fato em Guiné-Bissau.

Durante a minha estada em Angola, em contato com os pós-graduandos e outros professores angolanos, percebi que eu conhecia muito pouco daquele país e, também, que as versões para a própria história de Angola contadas por angolanos não eram únicas. Em uma banca de seleção de docentes, em que eu participei como avaliador, um dos professores candidatos disse que ele concordava com o conselho de Portugal aos angolanos para que esquecessem o passado e mirassem o futuro.

Esse tipo de fala me deixou meio boquiaberto e indignado, pois para mim era exatamente o contrário: os angolanos deveriam olhar para o passado e exigir reparações de Portugal para o presente e futuro. Não me esquivei de dizer ao professor que para o colonizador que matou, roubou, estuprou, usurpou e fez atos inequívocos, era muito fácil dizer para toda uma nação esquecer o passado e pensar apenas no futuro. Percebi que Cabo Verde e Angola, por exemplo, mantêm uma relação de muito respeito e submissão à Portugal, sem exigências efetivas de reparações. E esse comportamento

interfere muito no modo como esses países se ressignificam e se reconstroem.

Apesar de ter tido mais contatos com caboverdianos e angolanos em atividades acadêmicas, vale lembrar que os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (Palop) são Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe. Em pesquisa preliminar, percebo que as suas histórias com Portugal são muito semelhantes à de Cabo Verde e Angola: vivem até hoje os reflexos românticos da colonização portuguesa.

Um outro aspecto que percebi em minhas vivências acadêmicas com Cabo Verde e Angola, mas também tenho pesquisado os demais países que compõem os Palop, é que eles conhecem e admiram o Brasil, principalmente pelo seu aspecto cultural, muito mais que o Brasil os admire e os conheça. A relação do Brasil com os povos africanos é muito distante e marcada por estereótipos e preconceitos.

Aliás, na mídia ou nas escolas brasileiras, a África, que possui 54 países independentes, é uma incógnita. O exuberante continente africano que "tem cerca de 30 milhões de quilômetros quadrados, cobrindo 20,3% da área total da terra firme do planeta e sendo o segundo continente mais populoso da Terra (atrás da Ásia), com cerca de um bilhão de pessoas"[1], é subestimado no Brasil.

Ao se falar em África, no imaginário de muitos brasileiros, ou, por vezes, em lapsos de reportagens jornalísticas, é tido como um país e não continente. O termo África reporta

1 África: https://www.ufrgs.br/tesauros/index.php/thesa/c/20317/106/

a um não-lugar marcado pela natureza em seu estado bruto e pessoas em condições primitivas, incapacitadas de produção tecnológica ou sem conhecimentos sofisticados. Tais reduções vão definir todo o continente, visto como um lugar em que é possível apenas fazer safaris, ver animais exóticos e marcado pela pobreza.

Tal redução leva a um distanciamento significativo, por parte da mídia brasileira, dos 54 países africanos e, até mesmo, dos que compõem os Palop, que têm aproximação linguística e deveriam ser considerados países-irmãos. Pouquíssimos veículos de jornalismo têm correspondentes jornalistas no continente africano. Mesmo em universidades, que desenvolvem pesquisas científicas relevantes, poucas são as que têm formalização de intercâmbios com países africanos.

Dentro desse cenário, a África pouco tem sido colocada como informação plausível nos critérios de noticiabilidade como valor-notícia ou agendamento na comunicação midiática. Quando é colocada como informação, a angulação está em situações de risco, envolvendo fenômenos climáticos ou algum atentado terrorista, como os que vêm acontecendo no norte de Moçambique, promovidos pelo Estado Islâmico[2]. E mesmo assim, o enfoque se dá mais na brutalidade do ato ou por aspectos "fantasmagóricos", em que as informações são generalizadas, muitas vezes, sem o uso de imagens, principalmente quando veiculadas na televisão. O aprofundamento dos fenômenos em si fica em segundo plano e muitas vezes sequer são comentados.

O continente africano somente se torna foco de atenção real quando é considerado uma ameaça para os países europeus e norte-americanos. É o caso da epidemia provocada pelo vírus Ebola, que assustou os europeus e norte-americanos, nos anos 1990. Nesse caso, as notícias sobre a África eram constantes e colocavam o continente como um território ameaçador.

Ao menosprezar os 54 países africanos como se fossem apenas um, um monolito, comete-se um erro extremamente grave; é uniformizar aquilo que é impossível de ser uniformizado, considerando diferenças marcantes entre o Norte da África; a África Ocidental; a África Central; a África Oriental e a África Meridional.

Tal tentativa constante de invisibilidade ou negação da pluralidade africana por parte dos países europeus ou norte-americanos leva a pensar que existe um projeto de tentativa de apagamento. Aquilo que Achille Mbembe chama de necropolítica. Segundo ele, "necropolítica reside em grande medida, no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer" (Mbembre, 2018, p. 5).

E uma necropolítica que tem tido efeitos visíveis. Ao analisar os Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) de todos os países do mundo, o continente africano vem detendo durante décadas as piores posições do ranking. Dos 33 países mais pobres do mundo, 28 são africanos, envolvendo baixo desenvolvimento econômico, elevadas taxas de analfa-

betismo e mortalidade infantil, além de doenças como a Aids e a malária, que contribuem para esse cenário.[3]

Mesmo assim, os baixos Índices de Desenvolvimento Humano de países africanos são reforçados pela mídia brasileira não como tentativa de reverter, através da informação, o processo de miserabilidade econômica do continente. Quando o assunto IDH é tratado pela mídia, é para reforçar o estereótipo de irreversibilidade da situação da África pela incompetência dos africanos de reversão da sua própria situação. A mídia apenas visibiliza tal miséria em um não-lugar, chamado África e tomado por gente preta. Análises aprofundadas e individualizadas dos 54 países e regiões africanas passam ao largo das notícias.

Esse critério de noticiabilidade da imprensa brasileira para abordar os países africanos se reflete na forma como se noticia a Covid-19 na África. Os modelos de valores-notícia (SILVA, 2010), mencionados por Galtung e Ruge (1965), permitem entender esse fenômeno. Em seus modelos, eles colocam que é possível observar que fatores sociais, econômicos e culturais interferem no agendamento da informação, pois ela vai ser escalonada de acordo com o impacto (amplitude, frequência, negatividade e clareza); de acordo com a empatia que se tem com a audiência (personalização, referência a países de elite, referência a pessoas que integram a elite) e de acordo com o pragmatismo da cobertura midiática.

3 ONU News: Perspectiva Global Reportagens Humanas. https://news.un.org/pt/tags/indice-de-desenvolvimento-humano?page=1

Como não fazem parte de países de elite ou do contexto do Norte global, os países africanos são vistos como uma coisa só, reforçados pelo estereótipo negro de povos escravizados e perdedores históricos. Os baixos IDHs reforçam esse tipo de construção identitária e existe uma negação de que esses países possam desenvolver ciência à altura da tradição científica eurocentrada ou mesmo possam sair da situação econômico-social em que se encontram. Esse tipo de perspectiva acaba sendo naturalizada nos agendamentos midiáticos, que veem a África como o não-lugar, em que se perpetuam doenças e misérias. No caso, o interesse pelo continente se dá muito mais pelas doenças pandêmicas que eles possam provocar aos países ricos do que pelas doenças que os países ricos possam provocar a eles.

Assim, nos anos 1990 se falou muito mais do Ebola quando os primeiros casos chegaram aos países ricos vindos de países africanos, do que a Covid-19 vinda dos países ricos para os países africanos. Uma relação bastante desigual, mas possível de ser interpretada à luz de Galtung e Ruge, nos estudos dos valores-notícia.

Colonialidade, descolonialidade e decolonialidade na percepção midiática da África

Ao observar a imprensa brasileira, pode-se entender os seus *modi operandi* tendendo à permanência da colonialidade, em detrimento à descolonialidade ou à decolonialidade. Isso é um ponto importante para o entendimento do comportamento da imprensa e os seus critérios de noticiabilidade nas

coberturas jornalísticas sobre países africanos e as constantes tentativas de invisibilização da Covid-19 na África.

Iniciando uma análise da segunda metade do século 19, quando os jornais começam a ter características que vão ser embrionárias da imprensa do século 20, é possível observar como o pensamento colonial formou o pensamento jornalístico brasileiro.

Os jornais tinham como agendamentos na segunda metade do século 19 os debates sobre a manutenção do sistema imperialista e a mudança para o sistema republicano. Debates que envolviam várias outras temáticas, como a escravização, escravizados, pensamentos elitistas contra as questões populares, o eurocentrismo, dentre outros elementos que marcariam e muito o inconsciente coletivo brasileiro.

Abaixo, um trecho de artigo publicado no jornal Província de São Paulo, do século 19, em que é possível captar o imaginário da elite brasileira sobre o "barbarismo africano", em que a África é tida como um local selvagem, distante dos ideais da civilização europeia:

> Uma ceia africana. Haveria cinco meses Sr. Baltre se perdeu *n'uma* selva da África. Sobreveio a noite... e descobriu uma espécie de casebre que entrou. Havia *alli* uma preta velha a qual por *signaes* fez compreender que queria comer. Aterrada, a velha tirou uns ovos ... e já ia *prepara-los* quando avistou pendurados no *tecto* e enfiados *n'uma* vara umas *cousas* pretas que lhe pareciam comestíveis. *Apezar* dos suplícios da velha, tomou-lhe e acrescentou com eles a fritada. Acabada a suculenta refeição, entrou o dono da choça:

> - Miserável estrangeiro, gritou ele em *mao inglez*, *devorastez* os meus troféus de guerra!
>
> - Que troféu?
>
> - Os que ali tinha dependurado no *tecto* e que eram as orelhas dos guerreiros que tinha vencido e morto!... (Jornal *Província de São Paulo*) (SCHWARCZ, 1987, pág. 115]

Vários outros artigos publicados nos jornais da segunda metade do século 19 sobre a África como local de selvageria, feitiços e canibalismos, apontavam a possibilidade, quase impossível, de conseguir civilizar alguns africanos, como é o caso do artigo abaixo:

> O rei da Uganca. Mtsea, rei da Uganca, a quem Spike o explorador africano encontrou no estado de perfeita selvageria e a quem Satanley deixou quase christão, está aprendendo a ler e escrever inglez e com muitos desejos de estudar geografia, botânica e mineralogia...” (província de São Paulo, 89 de junho de 1878) (Schwarcz, 1987, pág. 116)

Esse imaginário de uma África não civilizada é marcado em todo o discurso da imprensa da segunda metade do século 19. No século 20, apesar de menos estereotipada, a África é noticiada e construída pela imprensa como um local de estranheza e reduzida apenas à sua fauna e flora, a seus recursos minerais e à excentricidade de seu povo, destacando muito mais o seu corpo negro do que o seu intelecto.

Portanto, o apagamento da África como continente e como produtor de ciência ou conhecimento é algo que ainda

povoa o imaginário de jornalistas. Isso elucida o porquê de ser pouco importante agendar os países africanos como nações e muitas delas em sistemas democráticos, republicanos e produtoras de conhecimento.

Percebe-se que a imprensa brasileira ainda nutre um pensamento colonialista sobre a África, em que as pessoas que povoam os países desse continente são vistas muito mais como ex-escravizadas do que cidadãs.

Os jornalistas brasileiros ainda não têm feito uso apropriado das epistemologias da descolonialidade no campo midiático, em que há toda uma crítica das persistências colonialistas na contemporaneidade e nos conteúdos produzidos.

Frequentemente, as matérias jornalísticas ainda se prendem a conteúdos que reforçam o pensamento colonialista, mesmo em outras pautas que não as voltadas para a África. Por exemplo, ao abordar as manifestações trabalhistas, muitas vezes a imprensa brasileira tende a criminalizar os movimentos sociais. Imaginemos uma greve de motoristas de ônibus em uma grande capital, como São Paulo. A maioria dos títulos dá ênfase ao transtorno que a greve provoca na cidade, elaborando chamadas como "Milhões a pé por causa de greve de motoristas de ônibus". Poucas manchetes dão ênfase na legitimação do movimento como, por exemplo, "Motoristas fazem greve por melhores salários".

Esse pensamento persistente em muitas produções jornalísticas, o de que os movimentos sociais provocam transtornos, pode ser resgatado das construções ideológicas do período colonialista em que todos os movimentos sociais brasileiros foram

chamados de "revolta"; "rebelião"; "inconfidências" e tantos outros substantivos (com naturezas adjetivas) criminalizadores.

Assim, ao tentar entender o porquê de os países africanos serem inferiorizados ou apagados e invisibilizados na imprensa brasileira, seria importante trazer como conteúdo interdisciplinar a Psicologia Analítica de Jung, quando aborda o inconsciente coletivo como elemento de diretrizes de comportamentos sociais e coletivos. Os quase 400 anos de escravização no Brasil trouxeram elementos que formatam e constituem o imaginário de todo um povo, em que a cor da pele e os traços fenotípicos colocam cada segmento em local específico, em uma organização estratégica. E esses comportamentos vão sendo naturalizados.

Por esse motivo, a abordagem da inferiorização impede pensar os povos negros como sendo produtores de conhecimento e de ciência, considerando que as suas expressões mais relevantes devem ficar na representação do corpo, seja no sentido do trabalho, como na expressão cultural; mas nunca esses povos africanos são vistos por suas capacidades intelectuais.

Um exemplo disso é o trabalho de Solange Martins Couceiro de Lima e Maria Aparecida Baccega no artigo *Manipulação e construção da identidade da África negra na imprensa brasileira (BACCEGA e LIMA, 1993/1994)*, em que as autoras analisam o tratamento que a imprensa dá aos jogadores africanos, de Camarões, que apresentavam boa atuação, durante o Campeonato do Mundo de Futebol, em 1990.

> Alguns temas afloram deste universo pesquisado. O primeiro deles é o que toca as questões das relações

> entre a animalidade e a humanidade. Em várias matérias, o time de Camarões é cognominado de "leões indomáveis" ou "leões africanos" (...) Ao considerar surpreendente a trajetória do time africano, usa-se uma colocação muito difundida na cultura brasileira: a de considerar o time africano uma "zebra". A zebra é aquele resultado considerado logicamente impossível de ocorrer numa partida esportiva. Assim, os títulos dos jornais proclamam "Inglaterra acerta o pé e derruba a zebra" ou "Zebras não resistem à tradição dos campeões mundiais" (BACCEGA, e LIMA, 1993/1994, pág. 159)

Etnomidialogia: decolonialidade midiática

Para reversão da forma como a mídia brasileira vem tratando o continente africano, baseio-me em mudanças na forma de se fazer o jornalismo brasileiro. É preciso que o jornalismo brasileiro deixe de ser apenas pragmático para se tornar uma práxis.

Em minha tese de livre-docência (FERREIRA, 2011), defendida na ECA-USP, em 2011, propus novas construções epistemológicas do jornalismo em interseção com as ciências das diversidades, o que permitiu o desenvolvimento da práxis jornalística e a sua transversalidade com a decolonialidade, em que o foco de abordagem também estaria no Sul global e não apenas no Norte global, com novos sujeitos-narradores e novas percepções de realidades. A esta construção epistemológica dei o nome de Etnomidialogia.

A aplicação desta epistemologia se deu na elaboração e desenvolvimento da pesquisa desenvolvida com apoio da

Fapesp e da Pró-reitoria de Pesquisa da Universidade de São Paulo, que tinha como objetivo resgatar a intelectualidade de caboverdianos em diferentes áreas do conhecimento.[4] Seria a aplicação dos paradigmas da descolonialidade[5] e da decolonialidade[6] em perspectivas etnomidialógicas que substituiriam a hegemonia do pensamento do Norte global pelo Sul global.

Durante o tempo em que estive em Cabo Verde, entrevistei 34 intelectuais que destacaram os principais elementos contemporâneos do país, envolvendo a cultura, a economia, a ciência, a política, a educação, dentre outros elementos. O principal enfoque da pesquisa foi o de pensar países africanos, no caso Cabo Verde, não apenas pelo viés da miséria, mas pela intelectualidade do país, usando como recurso metodológico a entrevista semidirigida filmada. A pesquisa teve como proposta romper a coisificação de africanos.[7]

À guisa de considerações finais

Considero que o jornalismo brasileiro ainda possui muitos dos resquícios do pensamento colonialista, o que interfere sobremaneira na abordagem de muitos fenômenos. Tais abordagens ficam prejudicadas pelo pensamento colonial, que compromete a percepção do trabalho (marcada pela he-

4 FAPESP. Etnomidialogia: método do livro-reportagem-multimidiático-memória no resgate de histórias biográficas de indivíduos pertencentes a grupos sócio-acêntricos https://bv.fapesp.br/pt/auxilios/30646/etnomidialogia-metodo-do-livro-reportagem-multimidiatico-memoria-no-resgate-de-historias-biograficas/

5 Ao citar descolonialidades faço referência aos autores Stuart Hall, dos Estudos Culturais e Frantz Fanon, como pensadores importantes para o entendimento desse campo epistemológico.

6 No campo da decolonialidade, cito o sociólogo peruano Aníbal Quijano, que vai trazer conceituações importantes para "sul global" e decolonialidades.

7 Televisão De Cabo Verde (TVC). Entrevista com Ricardo Alexino Ferreira. https://youtu.be/nWfAVPOkeIg . Praia (Cabo Verde): TVC, 2012.

rança escravocrata), dos movimentos sociais (criminalizados em toda a história colonial brasileira e tidos como rebeliões, revoltas e inconfidências), das ciências (ainda presas ao paradigma Positivista) e dos grupos das diversidades (ainda vistos como não-cidadãos e sem direitos plenos).

No ir e vir das informações, em determinados momentos, a imprensa brasileira rompe com alguns desses modelos, mas acaba voltando para o seu lugar de fala, marcado pelos interesses empresariais, neoliberais e na composição quase hegemonicamente constituída por profissionais não-negros e eurocentrados, o que contribui muito na construção de identidades forjadas.

As informações escassas da Covid-19 no continente africano são frutos não apenas desse momento, mas de toda uma trajetória histórica em que os resquícios do pensamento colonial ainda estão presentes no imaginário contemporâneo brasileiro. Bem como aquilo que Achille Mbembe vai chamar de necrofilia, que é o apagamento e a morte daqueles que estão à margem da historiografia e das narrativas.

As rupturas coloniais podem ser feitas por novas construções epistemológicas advindas de paradigmas descoloniais, decoloniais e etnomidialógicos. Cada um representando uma etapa de desconstrução. A descolonialidade remete à identificação e à denunciação dos resquícios coloniais; a decolonialidade aponta a necessidade de novas narrativas por novos sujeitos e por neo-cidadãos. Em relação à Etnomidialogia, ela é um campo epistemológico que permite criar epistemologias da comunicação midiática em suas práxis e epistemologias.

Referências

BACCEGA, Maria Aparecida; LIMA, Solange Martins Couceiro de. Manipulação e construção da identidade da África negra na imprensa brasileira. **África:** Revista do Centro de Estudos Africanos. USP. São Paulo, 16-17 (1): 157-164, 1993/1994.

FERREIRA, Ricardo Alexino. **Os critérios de noticiabilidade da mídia impressa na cobertura de grupos sócio--acêntricos em abordagem etnomidialógica.** São Paulo: ECA-USP. Tese de Livre-docência. 2011.

FERREIRA, Ricardo Alexino. **Etnomidialogia:** método do livro-reportagem-multimidiático-memória no resgate de histórias biográficas de indivíduos pertencentes a grupos sócio--acêntricos Fapesp, 2012. Disponível em: https://bv.fapesp.br/pt/auxilios/30646/etnomidialogia-metodo-do-livro-reportagem-multimidiatico-memoria-no-resgate-de-historias-biograficas/

GALTUNG, Johan; RUGE, Mari Holmboe. **The structure of foreign news:** the presentation of the Congo, Cuba and Cyprus crises in four Norwegian newspapers. Journal of Internacional Peace Research, n.1, 1965.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica:** biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. São Paulo: n-1 Edições, 2018.

O GLOBO. Doze pessoas foram decapitadas em ataque terrorista reivindicado pelo Estado Islâmico em Moçambique. **O Globo**. Disponível em: https://oglobo.globo.com/mundo/doze-pessoas-foram-decapitadas-em-ataque-terrorista-reivindicado-pelo-estado-islamico-em-mocambique-24961542.

ONU NEWS. Perspectiva Global Reportagens Humanas. **ONU NEWS.** Disponível em: https://news.un.org/pt/tags/indice-de-desenvolvimento-humano?page=1

PNUD. Ranking IDH Global. **PNUD**. Disponível em: https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/rankings/idh-global.html.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Retrato em branco e negro**: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX. São Paulo: Cia. das Letras, 1987.

SILVA, Marcos Paulo da. Como os acontecimentos se tornam notícia: Uma revisão do conceito de noticiabilidade a partir das contribuições discursivas. **Estudos em Jornalismo e Mídia**. Ano VII. Número 1. Janeiro a Junho de 2010. Disponível em: http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo

TVC. Televisão de Cabo Verde. Entrevista com Ricardo Alexino Ferreira. Praia (Cabo Verde): **TVC**, 2012. Disponível em: https://youtu.be/nWfAVPOkeIg .

A cobertura da Covid-19 e a solução do Jornalismo de Paz

Steven Youngblood
Center for Peace Journalism
Park University, Parkville, Missouri, EUA
E-mail: steve.youngblood@park.edu

Entre os incalculáveis impactos da Covid-19, está a maneira como o vírus expôs as fragilidades, as divisões e as disparidades nas sociedades mundo afora. Sistemas de saúde quebrados e inadequados foram escancarados ao mundo. As diferenças entre aqueles que têm e os que não têm foram ressaltadas de mil maneiras, começando com o quanto crianças economicamente privilegiadas tiveram acesso à educação online enquanto as pertencentes às famílias de baixa renda ficaram para trás nos seus estudos.

Da mesma maneira, a pandemia revelou uma série de deficiências nas práticas das mídias sociais e da imprensa tradicional, demonstrando as consequências, às vezes graves, do jornalismo tratado como negócio.

Neste capítulo, vamos examinar a cobertura do Covid-19 nas mídias sociais e na imprensa tradicional e seus impactos. Mais adiante apresentaremos um mapa para uma melhor cobertura da pandemia e de outros traumas: o Jornalismo de Paz.

Parte I - Covid-19 e mídia

A Cobertura

Inúmeros estudos acadêmicos que tratam da cobertura midiática da Covid-19 estão sendo elaborados. Dados preliminares de vários documentos já prontos colocam luz em vários padrões.

Geralmente, as coberturas mundiais podem ser vistas em diversos quadros dominantes - saúde pública, proteção pessoal, política e consequências econômicas.

Esse perfil de cobertura, de acordo com a prevalente "teoria do enquadramento", tem vital importância.

> Na sua essência, a Teoria do Enquadramento sugere que a maneira como algo é apresentado ao público (chamado de "quadro") influencia as escolhas que as pessoas fazem em relação à assimilação de informação. Quadros são abstrações que funcionam para organizar ou estruturar o significado da mensagem. O uso mais comum de quadros é no formato que se transmite a informação. Acredita-se que isso influencia a percepção das notícias por parte do público, e isso funciona como um segundo nível de definição de agenda – eles não apenas dizem ao público o que pensar (teoria da definição de agenda), mas também como pensar (segundo nível de definição de agenda, Teoria do Enquadramento). (MCT, online, 2021).

A cobertura da Covid-19, então, tem dito ao público sobre quais aspectos da pandemia se deve pensar e como se deve considerar a pandemia em si.

> Há muitos estudos analisando os noticiários sobre a Covid-19 em todo o mundo. Um estudo dos pesquisadores Margrit Betke e Lei Guo da Universidade de Boston se debruçou sobre notícias na China, Coreia do Sul, Estados Unidos e Reino Unido. Este estudo mostrou que notícias nesses países foram moldadas a partir de estudo científico, de trabalhadores da linha de frente da saúde e de surtos nacionais e globais. No entanto, nos quatro países, os pesquisadores notaram uma mudança de viés para consequências econômicas locais e internacionais e para o colapso financeiro da pandemia – tópicos que têm sido o foco nesses quatro países. (COLAROSSI, 2020).

Além dos tópicos óbvios da cobertura da Covid-19, demonstrados pelo estudo da Universidade de Boston, pesquisadores analisaram o tom das notícias da pandemia na grande mídia e nas matérias de televisão, e os compararam com o conteúdo internacional e de revistas científicas. Os dados apontam a alarmante negatividade da grande mídia dos Estados Unidos:

> Por exemplo, 90% dos artigos da grande mídia estadunidense sobre a reabertura das escolas foram negativos, em oposição a apenas 56% da mídia em língua inglesa de outros países. Notícias sobre o crescimento da COVID-19 superaram as notícias sobre queda de casos em uma fatoração de 5.5 – até mesmo durante o período no qual os novos casos estavam diminuindo, de acordo com um estudo divulgado pela *National Bureau of Economic Research*." (GOLDSTEIN, 2020).

E por que esta negatividade? Os autores do estudo não souberam responder. Eles afirmaram que o fato não estava

relacionado a partidarismo. A *Fox News* teve o mesmo tom negativo que a *CNN*, por exemplo. Uma segunda explicação possível, a que dizia que a pandemia atingiu os EUA mais do que outros países, também foi contestada pelos pesquisadores. O coautor Bruce Sacerdote "considerou essa explicação falha, apontando que, com a vacinação, os avanços foram os mesmos do resto do mundo, e mesmo assim, a cobertura nos Estados Unidos foi bem mais negativa" (GOLDSTEIN, 2020).

Esses estudos provêm informações boas e básicas sobre o tom e parte do conteúdo dos noticiários sobre a Covid-19. O que falta na discussão, no entanto, são duas características essenciais – *misinformation*, que faz parte da "infodemia", e a cobertura politizada e polarizada.

A Infodemia

Misinformation, desinformação e propaganda sobre a pandemia têm sido chamadas de "Infodemia" pelos críticos da mídia e por observadores. É claro que esses tipos de má informação não se originaram com a pandemia. Contudo, de acordo com muitos observadores da mídia, a pandemia tem destacado a extensão do fenômeno bem como os danos que essas informações podem causar.

Primeiramente, vamos definir cada termo. De acordo com a Universidade Wayne State, a propaganda é "a propagação sistemática de informações e ideias por uma parte interessada, especificamente, de maneira tendenciosa (expressando ou intencionando a promoção de causa ou ponto de vista

particular, especialmente controverso), para encorajar ou intuir uma determinada atitude ou resposta." A desinformação, em contrapartida, está "intencionalmente disseminando informações falsas. Isso pode ser ainda mais forte quando vem de fontes midiáticas. Ela é feita para manipular o público tanto pelo descrédito de informações conflitantes como pelo apoio a conclusões falsas. Uma tática comum é misturar a verdade com conclusões falsas e mentiras". Por fim, misinformation é "a ação de informar de maneira errônea ou incorreta. É uma informação falsa ou imprecisa, que é espalhada sem intenção, o que é um contraste direto com a desinformação, que é um ato de enganar o público e convencê-lo de algo. A desinformação é intencionalmente enganosa, a misinformation, não" (WSU, online, 2021).

Tanto na cobertura tradicional da pandemia como nas mídias sociais, todos esses três tipos de má informação estão presentes em todo o mundo.

Por exemplo, na região do Oriente Médio e Norte da África (*Middle East-North Africa*, MENA), rumores falsos circularam nas mídias sociais e na imprensa tradicional, dizendo que o Emir do Catar e sua esposa tinham sido infectados pelo vírus e que o governo do país tinha permitido que turcos e iranianos levassem o vírus para o emirado. (BULOS, 2020).

A má informação na região do MENA tem provado ser mortal. De acordo com um relatório,

"No Irã, centenas de pessoas morreram por intoxicação de álcool após consumirem metanol baseado em misinformation, que alegava ser esta a cura para o vírus. No Egito, rumo-

res de que a hidroxicloroquina era eficaz contra o Covid-19 motivaram muitas pessoas a comprarem esse medicamento sem orientação médica, causando escassez para pacientes que, de fato, precisavam de tratamento" (TARAWNAH, 2020).

Além da região do MENA, a infodemia "se configura como um grave problema de saúde pública", de acordo com os pesquisadores Salman Bin Naeem e Rubina Bhatti. Em um estudo conjunto, eles citam a pesquisa da Fundação Bruno Kessler, na Itália, que mostrou que, em todos os dias de março de 2020, à medida que a pandemia avançava, houve uma média de 46.000 novas postagens no Twitter ligadas a informações enganosas sobre a pandemia (Hollowood & Mostrous, 2020). Padrões similares puderam ser vistos no Reino Unido, onde uma pesquisa de 2020 da Ofcom[1] indicou que 46% dos adultos do Reino Unido relataram ter sido expostos a conteúdo enganoso sobre a crise na internet. A pesquisa ainda apontou que 40% dos adultos acharam "difícil saber o que era falso e o que era verdadeiro sobre o vírus". (NAEEM e BHATTI, 2020).

Nos Estados Unidos, os pesquisadores do Pew Center perguntaram aos estadunidenses acerca das notícias falsas sobre a Covid-19. A pesquisa, conduzida no início da pandemia, concluiu que 48% dos entrevistados tinham visto notícias inventadas sobre o surto. Apenas 20% dos participantes disseram não ter se deparado com *fake news*, enquanto 32%

1 Agência Reguladora Independente para as Indústrias de Comunicações do Reino Unido (nota da tradução).

disseram que não tinham visto "muita *fake news*" (DEANE; PARKER; GRAMLICH, 2021).

No Brasil, o jornalista Philipp Lichterbeck escreveu que as notícias falsas são "uma prática diária". Lichterbeck cita dois exemplos de brasileiros, um apoiador do presidente Jair Bolsonaro e um opositor: "(a opositora de Bolsonaro) Lanna Carmo nunca acreditaria que o coronavírus é um plano chinês contra o Ocidente, enquanto (a apoiadora de Bolsonaro), Carolina A., acredita nisso. De acordo com fontes oficiais, 85% das dúvidas que o Ministério da Saúde do Brasil recebe sobre o coronavírus são baseadas em *fake news* e boatos." (LICTERBECK, 2021).

Cobertura polarizada e partidarizada

Em todo o mundo, as más informações sobre a Covid-19 podem ser atribuídas a políticos e seus *minions* da mídia, que tentam filtrar a pandemia através de suas lentes partidárias, em geral, colocando o público em perigo a serviço de ideologias políticas.

O que motiva políticos e seus aduladores a disseminar informações erradas sobre a Covid-19? A teoria do agendamento, frequentemente utilizada nos estudos sobre comunicação, proporciona uma explicação. A teoria diz que a mídia de massa determina os assuntos que devem preocupar a opinião pública (sobre o que pensar) ao invés de considerar o que as pessoas realmente acham de determinado tópico (o que pensar). A teoria afirma que a mídia estabelece uma agenda por meio da cobertura jornalística e que o assunto

mais abordado se torna o tema sobre o qual a opinião pública discute, debate e exige soluções (LUMEN, 2021). Defensores da teoria poderiam usá-la para explicar o porquê políticos instrumentalizam a mídia para montar uma agenda favorável. Nesse caso, uma forma de fazer isso foi tirar o foco da crise real (e as respostas deficientes dos governos para a pandemia) e engajar a mídia em debates sobre falsas curas e no suposto oportunismo político da oposição.

Exemplos disso podem ser encontrados tanto no Brasil como nos Estados Unidos. Um estudo analisou as semelhanças entre os apoiadores de políticos de direita como Donald Trump, nos EUA, e de Jair Bolsonaro, no Brasil.

> Os resultados de nosso estudo têm importante implicações em políticas públicas. Estudos atuais nos EUA e no Brasil têm mostrado que distritos com grande apoio a Trump e a Bolsonaro, respectivamente, têm curvas epidemiológicas mais íngremes para a infecção do Covid-19 (AIZENMAN et al., 2020; MARIANI et al., 2020; ALLCOTT et al., 2020). Nossa pesquisa mostra que isto está de acordo com as mensagens do governo que fizeram da Covid-19 um assunto de cunho partidário. Em um momento no qual a percepção dos riscos para a saúde é crítica para administrar a pandemia de maneira exitosa, as descobertas deste artigo deveriam ser de interesse para profissionais da saúde e especialistas em comunicação (CALVO e VENTURA, 2020).

Talvez o epicentro da cobertura politizada e politizadora nos EUA em 2020 foi o próprio país. Muitos pes-

quisadores como P. Sol Hart, Sedona Chinn e Stuart Soroka observaram:

> A cobertura dos jornais impressos é altamente politizada, a cobertura de notícias de rede um pouco menos, e ambas são bastante polarizadas. Concluímos que políticos saem mais nos jornais do que cientistas, enquanto políticos e cientistas são igualmente mostrados nas redes. Entendemos que o alto grau de politização e polarização na cobertura do Covid-19 pode ter contribuído para a polarização das medidas nos Estados Unidos (HART; SOROKA; CHIN, 2020, online)

As linhas de debates da mídia partidária foram delineadas pelas palavras e posições do então presidente Donald Trump. Em 2020, escrevi no blog *Peace Journalism Insights*: "Se Trump se posiciona a favor de algo, seus apoiadores na mídia se alinham com ele, dando suporte à sua posição e atacando a mídia liberal. Os opositores de Trump também são bem rápidos em apontar falta de lógica nas posições tomadas pelo presidente e por seus apoiadores midiáticos" (YOUNGBLOOD, 2020).

Um exemplo clássico de partidarismo da mídia foi a disputa em relação à hidroxicloroquina, droga antimalárica repetida e falsamente definida por Trump como cura para o Covid. De acordo com o *Media Matters*, um observatório da mídia liberal, "Trump exitosamente transformou (entre 4 e 6 de abril de 2020) coletivas de imprensa sobre o coronavírus em propaganda comercial sobre os méritos da hidroxicloroquina. Durante a coletiva de 4 de abril, Trump disse: 'O

que temos a perder? Usem o medicamento". Em 14 de abril, Trump perguntou a pacientes recuperados da Covid, "Você tomou a hidroxicloroquina?' e 'Por que você tomou a hidroxicloroquina? Você viu na televisão?' (*Politico*, 20 de abril). O artigo do *The Politico* mostra que as menções de Trump sobre a hidroxicloroquina diminuíram depois da coletiva de 14 de abril (YOUNGBLOOD, 2020).

A mídia conservadora apoiou e reportou de maneira extensa a recomendação mal informada do presidente. Uma simples busca no Google por notícias sobre "a hidroxicloroquina e foxnews.com" em 20 de abril achava até 2.680 resultados, com "manchetes que dizem tudo", como "Dakota do Sul implementa ensaio clínico de hidroxicloroquina" em todo o estado, "Barr diz que a mídia está em *jihad* contra a hidroxicloroquina" e "Legislador democrata de Michigan descreve como o estímulo de Trump sobre a hidroxicloroquina salvou sua vida". A busca de fato achou um ponto fora da curva da *Fox*: "A hidroxicloroquina não elimina o vírus, mas alivia sintomas" (YOUNGBLOOD, 2020).

Além disso, durante a período de duas semanas entre 23 de março e 6 de abril, apresentadores e convidados da Fox promoveram a hidroxicloroquina cerca de 300 vezes. Dessas quase 300 menções, a grande maioria veio de quatro programas da *Fox*: *The Ingraham An*gle (84 menções promocionais), *Fox & Friends* (76), *Hannity* (53), e *Tucker Carlson Tonight* (22). A personalidade de TV Dr. Mehmet Oz tem sido um dos maiores promotores da hidroxicloroquina na *Fox*. De acordo com os dados do Media Matters, Oz teve, pelo menos, 23

aparições na programação da *Fox News,* entre os dias 12 de março e 7 de abril, para discutir a hidroxicloroquina (YOUNGBLOOD, 2020).

Uma narrativa diferente apareceu na mídia liberal, que atacou Trump e seus aduladores da *Fox* devido à promoção irresponsável de uma cura inexistente.

> A *CNN* definiu: "O presidente Trump está errado em muitos aspectos sobre os estudos da hidroxicloroquina. Aqui estão os fatos". A matéria perguntou: "A hidroxicloroquina *é* segura para os pacientes com coronavírus? Trump diz que sim. Os médicos dizem que a droga pode ter sérios efeitos colaterais. Trump faz parecer que a hidroxicloroquina *é inofensiva.* 'A droga não vai matar você,' ele diz em uma coletiva em 1 de abril, uma das muitas vezes que ele repetiu tal ideia." Uma busca parecida no Google feita em 20 de abril mostrou 106.000 resultados para a pesquisa "Trump errado hidroxicloroquina". Matérias encontradas nessa busca incluem fontes como o *Washington Post* ("Como a falsa esperança espalhada sobre a hidroxicloroquina tratar a Covid-19" e "A verdadeira razão de Trump ser obcecado pela hidroxicloroquina"), o *New York Times* (Ignorando a opinião dos especialistas, Trump mais uma vez promove o uso a hidroxicloroquina"), e o *The Guardian* ("Como uma droga não comprovada se tornou o milagre da cura de Trump") (YOUNGBLOOD, 2020, online).

A disputa partidária sobre hidroxicloroquina reflete batalhas semelhantes sobre a velocidade e eficácia de respostas do governo à Covid-19, a proibição de viagens à China, disponibilidade de testagem e equipamentos de proteção pes-

soal, e a conveniência de uma rápida reabertura econômica. A tabela a seguir traz um retrato dessas narrativas partidárias divergentes.

Tabela 1: Mídia e Covid-19: cobertura partidária

Mídia pró-Trump	Mídia anti-Trump
Inicialmente: minimizou?	Inicialmente: exagerou?
Resposta do governo: acertada a restrição de viagens da China	Resposta do governo: testagem insuficiente
Promoção de "curas" criadas pelo Trump (hidroxicloroquina)	"Curas" minimizadas/irreais ou "curas" perigosas
Necessidade de distanciamento social vista como exagerada	Distanciamento social vista como essencial
Ênfase no impacto econômico	Ênfase no impacto humano
Protestos contra o lockdown: patriotas	Protesto contra lockdown: tolo e irresponsável
Estatísticas: foco no número de testes	Estatísticas: mortes, leitos de UTI

Fonte: o autor, 2021

No meu blog *Peace Journalism Insights*, concluí um artigo sobre a cobertura polarizada escrevendo: "A cobertura partidária do vírus pode resultar em vantagens políticas a curto prazo, mas de nenhuma maneira serve à sociedade a longo prazo. Esse tipo de reportagem polariza ainda mais a opinião pública, nos segrega em tribos armadas com informações enganosas ou incompletas, e faz com o compromisso com os assuntos, até mesmo como a Covid-19, sejam aparentemente impossibilitados. A Covid-19 deveria ter proporcionado aos EUA a opor-

tunidade de se unificar, mas, ao invés disso, graças em grande parte à mídia partidária e aos políticos que elas representam, a pandemia é apenas mais um sintoma do "nós *versus* eles", doença que infecta nossa sociedade" (YOUNGBLOOD, 2020).

O papel das mídias sociais

A tóxica mistura entre *misinformation* e desinformação e a polarização estimulada pela mídia tem sido amplificada pelas mídias sociais.

Revisando a literatura sobre a cobertura brasileira da pandemia, o consenso é de que Bolsonaro e seus apoiadores utilizaram veículos conservadores, e mais notadamente as mídias sociais, para disseminar suas narrativas. Pesquisadores Batista Nunez e Frederico Pereira escreveram:

> O presidente desafiou um cartel existente da grande mídia de massa no Brasil e usou as mídias sociais para espalhar sua mensagem entre seus apoiadores. Uma vez que o ambiente online dá aos usuários mais liberdade para escolher o conteúdo das notícias, comparado à TV e ao rádio, os apoiadores do presidente conseguiram evitar a cobertura mais uniforme da grande mídia focada na saúde, e recorreram às fontes online. Usando dados de três pesquisas online coletadas em diferentes estágios da pandemia no Brasil (março, abril e junho), mostramos que a queda na preocupação e apoio às políticas, bem como a polarização política, foram mais mencionadas ao longo do tempo entre os entrevistados que dependiam de fontes da internet para consumo de notícias (PEREIRA; NUNES, 2021, online).

Outro país inundado com informação falsa nas mídias sociais e na internet foi a Índia. A BBC afirma que "fontes confiáveis de notícias são frequentemente abafadas por informações virtuais *não checada*s". Em julho de 2020, uma equipe de pesquisadores da BBC analisou 1.447 checagem de fatos em cinco *websites* da Índia e descobriu que a maioria dos fatos falsos checados, 58%, era sobre o coronavírus. Muitos deles estavam relacionados a falsas curas, rumores de lockdown e teorias da conspiração. Falsas alegações também foram amplamente difundidas na Índia, afirmando que consumir alimentos vegetarianos poderia evitar a infecção pelo coronavírus (MENON, 2020).

Padrões semelhantes de *misinformation* nas mídias sociais e uso do Covid-19 como arma podem também ser vistos nos EUA. Um estudo do National Institutes of Health mostrou que as mídias sociais minaram a resposta dos EUA à pandemia.

> Usando uma pesquisa online auto-administrada durante a pandemia de Covid-19, o estudo obteve 483 respostas úteis e, após o teste, conclui que, incluindo todas, a propagação de misinformation nas mídias sociais prejudicou as respostas individuais à Covid-19. Particularmente, a avaliação da credibilidade das *misinformation* fortemente prevê respostas individuais à Covid-19, com influências positivas, e crenças religiosas erradas, assim como crenças de conspiração e crenças gerais em misinformation vêm em seguida e influenciam negativamente. As conclusões e recomendações gerais vão ajudar o público, em geral, a ser mais cuidadoso em relação a informações falsas

> e a respectiva autoridade de um país, em particular, para iniciar medidas apropriadas de segurança em relação às desastrosas informações falsas para proteger a saúde pública de ser explorada (BARUA; BARUA; AKTAR; KABIR; LI, 2020, online).

Uma segunda pesquisa feita em 2020 pela The Reboot Foundation também indicou que as mídias sociais desempenharam um grande papel na promoção de mitos sobre a Covid-19. O estudo foi intitulado "Tornando-se viral: Como a Mídia Social está Piorando a Propagação do Coronavírus". Diz o artigo:

> A contenção do vírus depende de ações individuais baseadas em informações factuais e de credibilidade. Mas a "infodemia" em torno do vírus pode interferir nos esforços do público estadunidense para acessar conteúdo confiável, particularmente nas mídias sociais. Parte do conteúdo pode deixar o público indiferente à pandemia ou com muita confiança em relação a seu conhecimento sobre o vírus. [O estudo] descobriu que 25% dos *tweets* relacionados ao vírus continham informação errada. Outros 17% dos *tweets* espalhavam informações não verificadas, de acordo com o estudo (BOUYGUES, 2020, online).

Impacto nas audiências

Alguns modelos teóricos podem ser usados para explicar como as mídias sociais e a imprensa tradicional têm impactado o público que recebe informações sobre a Covid-19.

Segundo a Teoria do Cultivo, espectadores que assistem TV com muita frequência estão mais susceptíveis às mensa-

gens midiáticas e mais propensos a acreditar que tais mensagens sejam válidas. A pesquisa do cultivo estuda os efeitos da mídia. Os "teóricos do cultivo" postulam que assistir TV pode ter impactos de longo prazo sobre o público. Seu foco principal se concentra nos efeitos nas atitudes do espectador, em oposição a comportamentos criados (MCT, 2021). Aplicada de maneira relevante às reportagens sobre a Covid-19, a Teoria do Cultivo proporia que a exposição prolongada aos programas televisivos impactou a atitude da audiência em relação à pandemia, e que, as atitudes dos consumidores foram delineadas pela mídia consumida (conservadora ou liberal), assim como a sofisticação do espectador (educação midiática?)

A Teoria do Enquadramento também pode ajudar a explicar os impactos da cobertura de Covid-19 no público.

> Em essência, a Teoria do Enquadramento sugere que a forma como algo é apresentado ao público (chamado de "o enquadramento") influencia as escolhas que as pessoas fazem sobre como processar a informação. Enquadramentos são abstrações que funcionam para organizar ou estruturar o significado das mensagens. Acredita-se que a mídia influencie a percepção das notícias pelo público. Desta maneira, as mensagens da mídia podem ser interpretadas como uma forma de segundo nível de agenda-setting – elas não apenas dizem ao público o que pensar (teoria do agendamento), mas também como pensar (segundo nível da agenda, Teoria do Enquadramento) (MCT, 2021, online).

Então, tanto pelo aspecto quantitativo da cobertura sobre a hidroxicloroquina, por exemplo, quanto pelo tom bajulador, a Fox News e outras mídias conservadoras nos EUA definiram o enquadramento para sua audiência. Esse enquadramento indicou ao público o que pensar sobre a hidroxicloroquina – e, implicitamente, o que não pensar sobre o desastroso manejo da administração Trump sobre a pandemia.

O estudo da relação entre a cobertura da mídia tradicional e a mídias sociais e as atitudes e comportamentos sociais durante a pandemia mal começou. Contudo, conclusões preliminares indicam impactos significativos sobre a audiência, como previsto pelas teorias de cultivo e de enquadramento.

No Paquistão, por exemplo, uma pesquisa realizada em outubro pelo Instituto Gallup mostrou que 55% dos paquistaneses duvidaram que o vírus fosse real. Segundo o estudo, 46% das pessoas acharam que a pandemia era uma conspiração (REHMAN, 2020).

No Brasil, não foi surpresa que o partidarismo alimentado por Bolsonaro impactou o público e impulsionou as narrativas partidárias promovidas pela mídia sobre a pandemia. De acordo com o estudo:

> A escalada da negação explícita da gravidade do surto durante o fim de março afetou a percepção da população durante a pandemia ao longo do tempo. Ajzenman *et al.* (2020) usam dados da localização dos telefones celulares para mostrar que a conformidade com o distanciamento social diminuiu significativamente mais para o final de março, especialmente em localidades com mais apoio ao Presidente. Cal-

> vo e Ventura (2020) mostram que as mensagens das mídias sociais tiveram o potencial de moldar visões sobre a Covid-19. Finalmente, Storopoli *et al.* (2020) usam os dados da pesquisa original para mostrar que, enquanto a confiança na mídia está positivamente associada à vontade dos brasileiros de se engajarem em um comportamento preventivo em relação ao surto, a confiança no governo federal mostra relação contrária (PEREIRA; NUNES, 2021, online).

A cobertura partidária e polarizada da pandemia também impactou a população nos EUA, de acordo com pesquisa feita pelos institutos Gallup e Pew Rearch. Ambas as pesquisas mostram que os republicanos (conservadores) eram muito menos propensos a considerar a gravidade dos riscos impostos pelo coronavírus se comparados aos democratas (liberais).

Uma pesquisa do Gallup, de março de 2020, concluiu que os democratas estavam consideravelmente mais preocupados com o vírus do que os republicanos; muito menos confiantes na capacidade governo federal para lidar com a situação; e mais propensos a acreditar que o vírus teria um impacto negativo sobre a economia mundial. Além disso, os trabalhadores que se identificavam ou se inclinavam mais para o Partido Democrata tinham mais probabilidade de dizer que o vírus teria um impacto sobre o seu trabalho (NEWPORT, 2020).

Já o estudo do Pew Research, de março de 2020, concluiu que 83% dos republicanos que "consumiam apenas mídia destinada a espectadores de direita" acreditavam que a mídia tinha exagerado os riscos do vírus. Apenas 53% dos democratas que consumiam somente mídia de orientação mais à esquerda pen-

savam o mesmo. O Pew divulgou ainda que 79% das pessoas que afirmaram assistir a Fox News acreditavam que a mídia tinha "exagerado nos riscos do vírus". Apenas 59% dos republicanos entrevistados disseram que a mídia se saiu "muito bem" ou "relativamente bem" a cobertura da pandemia. Em contraste, 80% dos democratas acreditavam que a mídia desempenhando um bom papel (MITCHELL e OLIPHANT, 2020).

Os efeitos residuais da cobertura partidária e polarizada podem ser vistos em 2021 na forma de resistência à vacina. Pesquisas mostram que há uma ampla diferença entre aqueles que já tomaram ou vão tomar a vacina contra a Covid-19 e aqueles que não se vacinarão. De acordo com o *Pew Research Center*, "as diferenças partidárias que têm marcado as opiniões sobre a pandemia ficam refletidas na intenção de se vacinar. Os democratas são agora 27% mais propensos que os republicanos a dizer que planejam receber ou que já receberam a vacina (83% a 56%). Essa diferença é maior que aquela vista em diversos períodos ao longo de 2020 (FUNK e TYSON, 2021).

Parte II - Melhorando a cobertura da imprensa tradicional e das mídias sociais sobre a Covid-19

Jornalismo de paz

Dada essa mistura cáustica de propaganda influenciada pela política, pela desinformação e pela *misinformation*, pelo sensacionalismo e pelas reportagens frequentemente imprecisas e enganosas, fica claro que o jornalismo deve melhorar. Uma forma de melhor servir ao público em tempos de trau-

ma e crise, como a da Covid-19, é praticando o jornalismo de paz.

O jornalismo de paz é um conceito criado pelo professor norueguês dr. Johan Galtung no "início dos anos 1960", de acordo com uma entrevista com dr. Galtung, que também é amplamente reconhecido como o pai de estudos acadêmicos sobre a paz. O dr. Galtung disse que criou o termo porque acreditava que "os jornalistas têm que aprender a escrever sobre paz e questões estruturais básicas, e a focar nas pessoas comuns." O professor disse que foi encorajado a desenvolver o termo, em parte, devido a um estudo realizado nos anos 1960 que mostrou que notícias estrangeiras eram muito negativas; incluíam um ator (uma pessoa má); e destacavam principalmente as elites e seus países (ocidentais) (GALTUNG, 2015).

O trabalho do dr. Galtung tem sido ampliado e expandido ao longo dos anos por muitos acadêmicos e profissionais, principalmente o Dr. Jake Lynch e Annabel McGoldrick. Em seu seminal trabalho *Peace Journalism* (2005), eles definem a prática como "quando editores e repórteres fazem escolhas – do que cobrir e como cobrir – que criam oportunidades para a sociedade em geral considerar e valorizar respostas não violentas ao conflito". A definição é que o jornalismo de paz aplica "*insights* da análise e transformação dos conflitos" em práticas jornalísticas de equilíbrio, justiça e precisão (LYNCH; MCGOLDRICK, 2005).

O Centro Global de Jornalismo de Paz da Park University, em Parkville, Missouri, tem expandido a definição de

Lynch e McGoldrick. O centro define o jornalismo de paz como quando "os editores e repórteres fazem escolhas que melhoram as possibilidades de paz. Essas escolhas, incluindo como enquadrar as histórias e cuidadosamente escolher quais palavras serão usadas, criam uma atmosfera propícia à paz e de apoio às iniciativas de paz e aos pacificadores, sem comprometer os princípios do bom jornalismo. O jornalismo de paz dá voz aos pacificadores, ao mesmo tempo que torna as iniciativas de paz e as soluções não violentas mais visíveis e viáveis (DAHMEN e HOPKINSON, 2021).

No meu livro *Peace Journalism Principles and Practices*, aponto 10 características do jornalismo de paz, baseado em 17 princípios definidos por Lynch e McGoldrick.

Características de jornalismo de paz:

1. O jornalismo de paz é proativo, ao examinar as causas do conflito, procurando formas de encorajar o diálogo antes que a violência ocorra e ao explora soluções.
2. O jornalismo de paz reconhece um terreno comum entre as partes e rejeita reportagens que simplificam "nós *versus* eles" e "mocinhos versus bandidos".
3. Repórteres de paz rejeitam propaganda de qualquer fonte, e, ao invés disso, procuram fatos de quaisquer tipos de fontes.
4. O jornalismo de paz é equilibrado, ao cobrir problema/sofrimento/proposta de paz de todos os lados de um conflito.

5. O jornalismo de paz dá voz a quem não tem, ao invés de cobrir apenas para e sobre as elites e aqueles que estão no poder.
6. Os jornalistas de paz fornecem profundidade e contexto, ao invés de relatos superficiais e sensacionalistas de violência e conflito.
7. Os jornalistas de paz consideram as consequências de suas matérias.
8. Os jornalistas de paz cuidadosamente escolhem e analisam as palavras que usam, entendendo que termos selecionados sem cuidado são frequentemente inflamados.
9. Os jornalistas de paz selecionam cuidadosamente as imagens que usam, entendendo que podem representar um evento de forma errônea, e exacerbar uma situação já extrema, e vitimizar novamente aqueles que têm sofrido.
10. Os jornalistas de paz oferecem contra narrativas que derrubam estereótipos, mitos e percepções falsas criadas ou perpetuadas pela mídia (YOUNGBLOOD, 2015).

Dois princípios críticos do jornalismo de paz são a escolha de palavras e o enquadramento. Jornalismo de paz ensina jornalistas a rejeitar linguagem inflamada, sensacionalista, demonizadora ou vitimizadora. Esse vocabulário negativo inclui termos como "ladrão", "criminoso", "bandido", "mentiroso", "terrorista", "mal" e "racista"; e linguagem vitimizadora como "indefeso", "patético", "trágico", "desamparado";

e linguagem sensacionalista como "mártir", "sangrento", "massacre", "brutal", "tragédia", "atrocidade", "genocídio", "matança" e "inimigo".

O jornalismo de paz também discute como as matérias deveriam ser enquadradas. A narrativa da mídia tradicional costuma ser superficial, não contextualiza e reforça estereótipos, ao mesmo tempo que dá voz apenas às elites e àqueles que advogam para a violência. A narrativa tradicional enquadra as histórias apenas como problemas, sem discussão de soluções. O enquadramento tradicional, como ilustram os exemplos a seguir, indicam uma óbvia inclinação ou parcialidade e se baseiam no sensacionalismo.

Aqui está um exemplo de enquadramento tradicional, como ilustrado por esse artigo do New York Post.

> "Desonrado, xerife é atormentado pelo fracasso no tiroteio em escola da Flórida".
> O desonrado assistente de xerife da Flórida, que ficou do lado de fora da Marjory Stoneman Douglas High School, enquanto um assassino agia pelos corredores, está, desde o massacre, há 90 dias, pensando o motivo de ter falhado em salvar vidas, de acordo com uma reportagem.
> Desde o ataque no Dia dos Namorados na escola Parkland – onde 17 pessoas foram mortas e outras 17 ficaram feridas – Peterson perdeu seu emprego na delegacia do condado de Broward, tem sido chamado de "Covarde de Broward" na mídia local, e está sendo processado por um pai cuja filha morreu no tiroteio.
> De acordo com o jornal, ele agora passa a maior parte de seus dias escondido no duplex que divide com sua namorada, e que é monitorado com um sensor

> de movimento e tem um lençol cobrindo a porta da frente. Ele segue repassando cada minuto do tiroteio. Ele já reviu as gravações, leu os depoimentos das testemunhas, e estudou muitas páginas de documentos, tentando entender o que aconteceu. Até o dia do tiroteio, o oficial encarregado de segurança escolar tinha apenas se ocupado de procurar celulares roubados, confiscar maconha de alunos e separar brigas ocasionais...
> Peterson também já tinha ido a conferências sobre tiroteios em escolas, tido aulas sobre confronto com atiradores e dado cursos de confinamento para professores – mas naquele momento ele não soube o que fazer (LAPIN, 2018, online). (texto editado pelo autor apenas por causa do tamanho)

Trata-se de uma matéria tradicional e sensacionalista. O texto usa linguagem incendiária ("massacre", "desonrado", "covarde", "agia pelos corredores", etc.). O oficial é retratado da pior maneira possível ("escondido"), impugnando seus motivos e suas qualificações ("tinha apenas se ocupado de procurar celulares roubados"). A matéria não oferece uma explicação para as suas ações. E ainda oferece pouco valor para o leitor, além da revolta contra o oficial, que é essencialmente julgado e condenado pelo artigo.

Aqui está uma versão diferente para o mesmo acontecimento, editado com informações do artigo do Post e outro do USA Today.

Matéria de jornalismo de paz:

> "Oficial questiona suas ações em tiroteio em escola da Flórida"

> O oficial da Flórida que estava em serviço na Marjory Stoneman Douglas High School durante o tiroteio está, nesses 90 dias desde o ocorrido, questionando suas ações, segundo uma reportagem. Afirma-se que Peterson se manteve do lado de fora da escola enquanto o tiroteio ocorria lá dentro. Desde o evento no Dia dos Namorados na escola de Parkland, onde 17 pessoas foram mortas e outras 17 ficaram feridas, Peterson perdeu seu emprego na delegacia do condado de Broward e tem sofrido com um processo movido por um pai cuja filha morreu no tiroteio. De acordo com a matéria, ele tem passado a maior parte de seus dias no duplex onde vive com a namorada, repassando todo o evento. Ele reviu as imagens de segurança, leu os relatos das testemunhas e estudou dezenas de páginas de documentos.
> Antes dos acontecimentos, Peterson tinha participado de conferências sobre tiroteio, participado de aula sobre confronto ativo, e dado treinamento sobre confinamento para professores. O advogado de Peterson, Joseph DiRuzzo, disse que seu cliente tem sido bode expiatório do que aconteceu na escola. O professor de Sociologia da Universidade de Vanderbit Jonathan Metzl diz que focar nas ações de uma pessoa aumenta o risco de tirarmos a atenção de algo muito maior, problemas sistemáticos que impactam tiroteios em massa (DAHMEN e HOPKINSON, 2021).

Notemos a diferença entre esta matéria, a começar pela manchete. A linguagem incendiária desapareceu, assim como o tom acusatório e ofensivo. O "questionando suas ações" continua, mas sem sensacionalismo. Ele oferece uma abordagem equilibrada, junto com uma perspectiva alternativa

("bode expiatório"). A informação sobre o passado de Peterson ainda aparece, mas sem o comentário "ele não sabia como reagir".

Aplicando os princípios do Jornalismo de Paz na pandemia

A conexão entre o jornalismo de paz e uma melhor cobertura da pandemia, ou qualquer outro trauma de similar magnitude, é clara. Repórteres podem fazer esta conexão por si mesmos ao questionar: o que o público precisa saber para se proteger? Há uma linha que não poderia ser cruzada entre divulgar informação necessária e fomentar histeria? Pode haver uma cobertura com muito foco na tragédia de forma a, desnecessariamente, revitimizar as famílias afetadas? Qual é o papel do jornalismo, se houver, na promoção de medidas de mitigação e da vacina? Qual é o papel do jornalismo, se houver, em desbancar informações ruins nas mídias sociais?

Com estas perguntas em mente, a lista seguinte oferece algumas ideias para jornalistas sobre como aprimorar suas reportagens sobre a pandemia usando os princípios do jornalismo de paz.

Reportagens sobre o Covid-19 usando princípios do Jornalismo de Paz

1. Sempre considere o impacto de suas matérias. Não piore, gratuitamente, as coisas para as pessoas, as personagens de suas histórias, ou para o público em geral.
2. Precisão é de suma importância. Rumores podem ser dramáticos e exagerados. Perigos podem ser subnoti-

ficados ou desprezados. Os fatos podem ser evasivos em tempos de crise. Uma citação errada de uma vítima pode ser traumática, enquanto uma citação errada de um especialista pode ser fatal. Cheque várias vezes os fatos com especialistas (virologistas, epidemiologistas). Lembre-se: políticos não são especialistas. Além disso, não presuma que todos os médicos são especialistas em vírus desse tipo ou em resposta à saúde pública. Cheque as credenciais de todos os "especialistas".

3. Jornalistas devem cuidadosamente selecionar as imagens que usam, entendendo que elas podem interpretar um evento de forma errônea, exacerbar uma situação que já é terrível, e vitimizar outra vez aqueles que já estão traumatizados. Por exemplo: foi necessário usar imagens das piras funerárias na Índia na primavera de 2021? Aquelas imagens foram necessárias para o público compreender a situação ou elas foram meramente sensacionalistas para vender mais jornais e gerar cliques?
4. Não se apresse em culpar e considere os impactos que as matérias sobre "culpa" podem provocar nas vítimas e no público. Após a pandemia, os jornalistas devem estimular discussões sobre medidas preventivas e de mitigação (sem advogar para nenhuma solução).
5. Não incomode as vítimas e suas famílias. O código de conduta do Sindicato Nacional de Jornalistas

(Reino Unido) diz que o jornalista "não deve invadir a vida particular das pessoas, nem as suas angústias, sofrimento e lutos, a menos que seja algo justificado por algum interesse público. Seja honesto e claro com o que você está fazendo. Identifique-se (NUJ, online, 2021).

6. Evite linguagem inflamada que piore o trauma da pandemia. Nunca embeleze as matérias.
7. Pesquise sobre tratamentos, curas e vacinas, de forma que você saiba o que já foi feito e possa contestar narrativas (por exemplo, vacinas são perigosas, a hidroxicloroquina é uma cura viável, o distanciamento social é necessário).
8. Quando fizerem matérias sobre a pandemia, os jornalistas devem dar voz aos vulneráveis, marginalizados em suas sociedades – minorias, os pobres, os sem-teto, os prisioneiros, os imigrantes, entre outros. Como sabemos, esses grupos têm sido impactados de maneira desproporcional pelo vírus, tanto em termos de infecção como em relação ao impacto econômico da pandemia
9. Jornalistas devem rejeitar coberturas estereotipadas e preconceituosas e, em vez disso, oferecer contranarrativas sobre o impacto da pandemia, sobre os que recusam vacina, trabalhadores da saúde, empresas e negócios devastados etc.
10. Jornalistas devem explicar ao seu público a natureza inconstante do conhecimento científico sobre o ví-

rus, a vacina, as medidas preventivas e terapêuticas etc. As melhores práticas, como o uso de máscaras, foram da desaprovação à obrigatoriedade, confundindo muitos cidadãos. Jornalistas precisam ajudar a opinião pública a melhor entender os processos científicos. Ajustes das recomendações de saúde pública são rotineiramente feitos à medida que se acumulam mais dados, por exemplo. Esses ajustes provam que o sistema está funcionando, em vez de dizer que são dos cientistas.

Desenvolvido com informações do Guia para Reportagem de Traumas do Centro Dart (*Dart Center Journalism Trauma Reporting Handbook*), (BRAYNE, 2007) do Código de Conduta de Jornalistas do Sindicato Nacional de Irlanda do Norte (*the Northern Ireland National Union of Journalists Code of Conduct*) (NUJ, online, 2021) e dos princípios de jornalismo de paz (YOUNGBLOOD, 2015).

Considerações

Com relação à cobertura sobre a pandemia, o jornalismo tem agido de forma mista. A mídia responsável e diligente tem disseminado informações vitais, em contrapartida, de maneira compassiva, mostra heróis da saúde e os bravos sobreviventes da Covid-19. No entanto, do lado mais sombrio, muitos veículos, especialmente os partidários e as mídias sociais, têm servido a políticos com interesses escusos e espalham *misinformation* e propaganda, independentemente dos custos.

As consequências da "Infodemia" têm sido terríveis. Em 2020, centenas de milhares (milhões?) acreditavam que o vírus era um boato ou talvez que a ameaça fosse muito exagerada. Em 2021, essas mesmas pessoas, intoxicadas pela *misinformation* recusam a vacina e continuam a apoiar políticas e políticos que minam as iniciativas de saúde pública. Em termos de vidas perdidas, um estudo de agosto de 2020 da Revista Americana de Medicina Tropical (*American Journal of Tropical Medicine*) afirmou que pelo menos 800 pessoas morreram e que 5.800 estavam hospitalizadas por causa de *misinformation*. Muitas delas morreram ao ingerirem medicamentos de cura falsa (metanol, grandes doses de vitaminas etc.) (COLEMAN, 2020). Este estudo cobriu apenas os primeiros seis meses da pandemia, de março a agosto de 2020. Embora não seja estritamente científico fazê-lo, é instrutivo imaginar o que seria dos números caso o estudo incluísse outros 12 meses (de setembro de 2020 a agosto de 2021). Se fizermos isso, os 18 meses da pandemia totalizariam alarmantes 2,400 mortes e 17.400 hospitalizações devido a *misinformation*.

Um segundo estudo sobre o impacto da *misinformation* também foi revelador.

Uma equipe da BBC que acompanhou misfinormation sobre o novo coronavírus encontrou ligações com assaltos, incêndios e mortes… Os efeitos se espalharam pelo mundo … Os engenheiros das telecomunicações têm sido ameaçados e atacados e torres de telefonia têm sido queimadas nos Reino Unido e em outros países – tudo por causa de teorias da conspiração.... No Arizona, um casal se enganou achando

que uma garrafa de produto para limpeza de aquário continha um medicamento preventivo... No Irã, as autoridades dizem que centenas morreram de intoxicação por álcool depois de rumores sobre cura. O total seria de 796 mortes no fim de abril, segundo Kambiz Soltaninejad, um oficial da Organização de Medicina Legal do Irã, que disse que foi tudo resultado de *fake news* nas mídias sociais (SPORING, 2020).

O mundo pode nunca saber quantos morreram por pensarem que o vírus era um boato ou que seus riscos eram exagerados ou pela rejeição às prevenções ao vírus; ou quantos morreram ou adoeceram pela crença de que a vacina era ineficiente, perigosa ou desnecessária.

Ao considerar como uma questão de vida ou morte, os jornalistas devem adotar o jornalismo de paz e a oportunidade que ele oferece de profissionalizar a cobertura sobre Covid-19. Jornalistas que usam os princípios do jornalismo de paz servem melhor suas comunidades e exercem melhor suas profissões durante e depois da pandemia.

Referências

BARUA, Zapan et al. Effects of misinformation on COVID-19 individual responses and recommendations for resilience of disastrous consequences of misinformation. **Elsevier Public Health Emergency Collection**. Disponível em <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC7373041/>. Acessado em: 21 jul. 2020.

BOUYGUES, Helen Lee. **How Social Media Is Making the Spread of the Coronavirus Worse**. Reboot Foundation, 2020. Disponível em: <https://reboot-foundation.org/going-viral/>.

BRAYNE, Mark. **Trauma and Journalism**. Dart Center, online, 2007. Disponível em: https://dartcenter.org/sites/default/files/DCE_JournoTraumaHandbook.pdf

BULOS, Nabih. Coronavirus becomes a weapon of disinformation in Middle East battle for influence. **Los Angeles Times**. Disponível em: <https://www.latimes.com/world-nation/story/2020-04-08/coronavirus-becomes-new-front-in-middle-east-battle-for-influence>. Acessado em: 8 abr. 2020.

CALVO, Ernesto; VENTURA, Tiago. Will I get COVID-19? Partisanship, Social Media Frames, and Perceptions of Health Risk in Brazil. **Latin American Politics and Society presentation**, 2020. Disponível em: https://www.cambridge.org/core/journals/latin-american-politics-and-society/article/abs/will-i-get-covid19-partisanship-social-media-frames-and-perceptions-of-health-risk-in-brazil/496B0EE199D8079AC6B9467BCF0EB08C. Acessado em: 31 out. 2020.

COLAROSSI, Jessica. Comparing how media around the world frame Coronavirus news. **The Brink**, 2020. Disponível em <http://www.bu.edu/articles/2020/comparing-how-media-around-the-world-frames-coronavirus-news>. Acessado em: 25 jun. 2020.

COLEMAN, Alistar. Hundreds dead from Covid misinformation, 2020. **BBC Channel**. Disponível em <https://www.bbc.com/news/world-53755067>. Acessado em: 12 ago. 2020.

DAHMEN, Nicole Smith; HOPKINSON, Karen McIntyre. **Reporting Beyond the Problem:** From Civic Journalism to Solutions Journalism. New York: Lang, 2021.

DEANE, Claudia; PARKER, Kim; GRAMLICH, John. A year of U.S. public opinion on the Coronavirus, 2021. **Pew Research Center**. Disponível em <https://www.pewresearch.org/2021/03/05/a-year-of-u-s-public-opinion-on-the-coronavirus-pandemic/>. Acessado em: 5 mar. 2021.

FUNK, Cary; TYSON, Alec. Growing Share of Americans Say They Plan to Get a COVID-19 Vaccine – or Already Have. **Pew Research Center**. Disponível em:<https://www.pewresearch.org/science/2021/03/05/growing-share-of-americans-say-they--plan-to-get-a-covid-19- vaccine--or-already-have/>. Acessado em: 5 mar. 2021.

GALTUNG, Johan. **Interview by Steven Youngblood**. Virginia, 11 de novembro de 2015.

GOLDSTEIN, Steve. U.S. media is far more pessimistic in covering the coronavirus pandemic than anyone else. **Market Watch**. Disponível em <https://www.marketwatch.com/story/when-it--comes-to-coronavirus-u-s-media-coverage-is-far-more-negative--than-elsewhere-university-researchers-conclude-11606156163>. Acessado em: 24 nov. 2020.

HART, Sol; SOROKA, Stuart; CHINN, Sedona. Politicization and Polarization in COVID-19 News Coverage. **Science Communication**. Disponível em <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC7447862/>. Acessado em: 25 ago. 2020.

LAPIN, Tamir. Disgraced deputy haunted by failure at Florida school. **New York Post**, 4 June 2018. Disponível em <https://nypost.com/2018/06/04/disgraced-deputy-haunted-by-failure-a-t-florida-school-shooting/>.

LICTERBECK, Phillip. Right or left, nothing in between. **DW Akademie.** Disponível em <https://www.dw.com/en/right-or--left-with-nothing-in-between/a-56951180>. Acessado em: 22 mar. 2021.

LYNCH, Jake; MCGOLDRICK, Annabel. **Peace Journalism**. Stroud UK: Hawthorne, 2005.

LUMEN LEARNING. **Media Effects Theories**. Disponível em https://courses.lumenlearning.com/suny-massmedia/chapter/2-2-media-effects-theories/. Acessado em: 30 jun. 2021.

MASS COMMUNICATION THEORY. **Framing Theory**. Disponível em <https://masscommtheory.com/theory-overviews/framing-theory>. Acessado em: 29 jun. 2021.

MASS COMMUNICATION THEORY. **Cultivation Theory**. Disponível em <https://masscommtheory.com/theory-overviews/cultivation-theory/>. Acessado em: 29 jun. 2021.

MENON, Shruti. Coronavirus: The human cost of fake news in India. **BBC Channel**. Disponível em <https://www.bbc.com/news/world-asia-india-53165436>. Acessado em: 1 jul. 2020.

MITCHELL, Amy; OLIPHANT, J. Baxter. Within party, media diet makes a difference in thoughts and perceptions about Covid-19. **Pew Research Center**. Disponível em <https://www.journalism.org/2020/03/18/within-party-media-diet-makes-a-difference-in-thoughts-and-perceptions-about-covid-19/>. Acessado em: 18 mar. 2020.

NAEEM, Salman Bin; BHATTI, Rubina. The Covid□19 'infodemic': a new front for information professionals. **Wiley Emergency Public Health Collection**. Disponível em <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC7323420/>. Acessado em: 13 jun. 2020.

NATIONAL UNION OF JOURNALISTS (NUJ). **Code of Conduct**. Disponível em <https://www.nuj.org.uk/about-us/rules-and-guidance/code-of-conduct.html>. Acessado em: 30 jun. 2021.

NEWPORT, Frank. 10 Key Findings: Public Opinion on Coronavirus. **Gallup News.** Disponível em <https://news.gallup.com/opinion/polling-matters/296681/ten-key-findings-public-opinion-coronavirus.aspx>. Acessado em: 20 mar. 2020.

PEREIRA, Frederico; NUNES, Felipe. Media Choice and the Polarization of Public Opinion About Covid-19 in Brazil. **Revista Latinoamericana de Opinión Pública.** Disponível em <https://

revistas.usal.es/index.php/1852-9003/article/view/23681>. Acessado em: 19 jan. 2021.

REHMAN, Zahir ur. A Covid 19 surge and conspiracy theories roil Pakistan. **New York Times.** Disponível em https://www.nytimes.com/2020/12/19/world/asia/pakistan-coronavirus.html. Acessado em: 19 dez. 2020.

SPORING, Marianna.Coronavirus: The human cost of virus misinformation. **BBC Channel**. Disponível em <https://www.bbc.com/news/stories-52731624>. Acessado em: 27 mai. 2020.

TARAWNAH, Naseem. MENA region battles the Infodemic. **Global Freedom of Expression.** Disponível em <https://globalfreedomofexpression.columbia.edu/publications/mena-region-battles-the-infodemic-from-fake-news-to-hashtag-washing--in-the-regions-ongoing-information-wars/>. Acessado em: 15 set. 2020.

WAYNE STATE UNIVERSITY (WSU). **Propaganda, Misinformation, Disinformation & Fact Finding Resources**. Disponível em <https://guides.lib.wayne.edu/c.php?g=401320&p=2729574>. Acessado em: 30 jun. 2021.

YOUNGBLOOD, Steven. **Partisan media fuel partisan Covid-19 coverage**. Peace Journalism Insights. Disponível em: http://stevenyoungblood.blogspot.com/search?q=if+trump+comes+out+in+favor Acessado em: 22 abr. 2020.

YOUNGBLOOD, Steven. **Peace Journalism Principles and Practices**. New York: Routledge, 2015.

Jornalistas e a lesão moral na pandemia - comunicação de riscos antes do jornalismo humanitário e de paz

Cilene Victor
Programa de Pós-Graduação em Comunicação
Universidade Metodista de São Paulo (UMESP), SBC, SP, Brasil
Faculdade Paulus de Comunicação (FAPCOM)
E-mail: cilene.victor@metodista.br

Introdução

Quando o assunto é a violência contra jornalistas e outros profissionais da mídia, cujas estatísticas seguem ascendentes, muitos tendem a associá-la diretamente à agressão física, como assassinato, prisão, tortura e sequestro. Em diversos países, inclusive em regimes democráticos, outras formas de violência contra repórteres, fotógrafos e cinegrafistas não só coexistem com a física, como têm se tornado parte do cotidiano desses profissionais, alcançando um nível embaraçoso de normalidade. Assédio, humilhação, difamação e descredibilização dos jornalistas e de seus veículos são alguns tipos de violência cometidos, em boa parte, por agentes do Estado, como veremos mais adiante nos levantamentos feitos pelo Committee to Protect Journalists (CPJ) e outras instituições.

Além da violência, há os danos psicológicos e os dilemas morais que têm acometido jornalistas na cobertura de tragédias humanitárias e seus desdobramentos. Há mais de

20 anos, Anthony Feinstein, psiquiatra sul-africano e professor de Psiquiatria da Universidade de Toronto, tem pesquisado sobre traumas e o bem-estar emocional de jornalistas em atividade de campo. Inicialmente, Feinstein investigava os profissionais de imprensa com atuação na linha de frente das guerras, conflitos armados, violência generalizada, incluindo o narcotráfico, ou em regimes fechados. O pesquisador identificou que os jornalistas, nesses cenários, estavam tão suscetíveis ao desenvolvimento de transtorno de estresse pós-traumático (TEPT ou PTSD, na sigla em inglês), depressão e outras condições de saúde mental, quanto os trabalhadores humanitários, militares e outros agentes em campo.

Mais tarde, em 2015, Feinstein iniciou outra linha de investigação, com foco nos repórteres que cobriam a questão migratória na Europa, identificando, como vamos discutir adiante, a predominância de relatos e queixas relacionadas ao fenômeno conhecido como *moral injury*[1] (lesão moral). Feinstein, em entrevista à veterana de guerra Janine di Giovanni (FEINSTEIN apud GIOVANNI, 2020), define *moral injury* como *wound on the soul (*ferida na alma), ou *bruise on the soul* (hematoma na alma), fazendo uso das palavras do jornalista David Wood (2015).

Esse entendimento de que jornalistas fora dos *fronts* de guerra também podem desenvolver TEPT, depressão ou lesão moral, quando testemunham o sofrimento humano em larga escala, foi crucial para a investigação e os alertas sobre

1 No contexto das pesquisas de Feinstein, a palavra *injury* pode ser traduzida como "ferida", mas optei pelo uso de "lesão" para diferenciá-la de *wound.* Assim, o capítulo trata *moral injury* como lesão moral – que poderia ser também "ferimento moral", e *wound on the soul* como "ferida na alma", uma ferida aberta e profunda.

a cobertura da Covid-19. Isso contribuiu para que centros de pesquisa, universidades e entidades de classe identificassem a pandemia como mais um dos cenários de riscos aos profissionais da mídia, não apenas associados à contaminação. Entre as iniciativas nesse campo está novamente o trabalho do professor Feinstein, dessa vez em parceria com Meera Selva, do Instituto Reuters para o Estudo de Jornalismo, que será apresentado neste capítulo.

Somado a esses estudos, os próprios jornalistas, sobretudo os da nova geração, passaram a falar abertamente sobre os seus limites emocionais e psicológicos na cobertura da pandemia. Entre eles, destaca-se a jovem repórter Olivia Messer, autora do artigo *The Covid reporters are not okay. Extremely not okay* (Os repórteres cobrindo a Covid não estão bem. Não estão nada bem, na tradução livre da autora), que teve uma grande repercussão e garantiu certa visibilidade ao tema.

Observa-se, assim, que simplificar ou associar as tragédias humanitárias exclusivamente a guerras, conflitos armados e desastres de grandes proporções impede que outros cenários sejam percebidos e reconhecidos como de riscos à saúde mental e ao bem-estar emocional dos profissionais da mídia. Agora, em várias partes do mundo, jornalistas estão diante das tragédias trazidas ou intensificadas pela pandemia da Covid-19 e, como mostram os estudos, a maioria não estava preparada, nem foi treinada para lidar com esse tipo de cobertura.

Neste contexto, o presente capítulo tem o objetivo de identificar como a comunicação de riscos pode contribuir para descortinar a violência contra jornalistas, seja ela física,

psicológica ou moral, na cobertura da Covid-19 no Brasil, ampliando com isso o conhecimento e a discussão necessárias para o enfrentamento do problema. O jornalista é a prioridade, o alvo desses estudos e esforços para gerenciar os riscos aos quais estão expostos durante a cobertura da pandemia e dos seus desdobramentos. No entanto, não há como dissociar o jornalista do seu papel de guardião dos direitos humanos e civis. Significa dizer que proteger os profissionais de mídia e preservar a sua integridade física e moral é, também, proteger as populações colocadas em situação de maior vulnerabilidade, cujo sofrimento tem sido retirado da opacidade e do silêncio político, em especial, pelos jornalistas.

Este capítulo tem ainda o propósito de acentuar que a comunicação de riscos, com foco nas ameaças e riscos aos jornalistas, é condição primária para garantir a prática de uma cobertura amparada nos preceitos do jornalismo humanitário e de paz, ou seja, a comunicação de riscos precede essa prática.

A violência mensurada - risco visível

Durante a realização da Primeira Cúpula Mundial Humanitária da ONU (WHS, na sigla em inglês), sediada em Istambul, Turquia, em 2016, uma sessão especial foi dedicada à segurança dos profissionais da mídia, jornalistas, repórteres, editores, fotógrafos e cinegrafistas com atuação na cobertura de crises humanitárias, trabalhando como correspondentes, enviados especiais, *stringers* ou freelancers, locais ou estrangeiros (VICTOR, 2020).

Com participação de líderes de governos, agências da ONU, organizações não-governamentais e os próprios jornalistas, em sua maioria os que já estavam cobrindo o WHS, a sessão, coordenada por Irina Bokova, à época diretora-geral da Unesco, foi norteada pelas estatísticas e relatos de violência contra jornalistas durante o exercício da profissão e os seus impactos sobre uma imprensa livre e independente. Uma preocupação voltada tanto para a integridade física e moral dos jornalistas, quanto para a continuidade do seu trabalho de ajudar a aliviar o sofrimento humano durante e depois dessas tragédias, contribuindo para prevenir, mitigar e reduzir seus impactos. Na reunião especial, também foi abordada a importância de padrões profissionais e éticos nessa área, traduzidos na ideia de jornalismo de qualidade, atento à importância da verificação de fontes de informação, uma questão delicada em vários cenários, sobretudo os de guerras e conflitos (UN, 2016).

Durante a sessão, foi demandado aos Estados membros da ONU a criação de mecanismos que garantissem a proteção local, visando monitorar as ameaças contra jornalistas e pôr fim à impunidade desses crimes. Às empresas de mídia, a demanda foi em relação à oferta de treinamento e recursos necessários para praticar a profissão com segurança" (UN, 2016).

Dois anos mais tarde, em 2018, a Unesco lançou o Observatório de Jornalistas Assassinados, um banco de dados que reúne informação desde 1993 sobre as investigações ju-

diciais de cada assassinato, com o propósito de denunciar e combater a impunidade crônica desses crimes.

Essa iniciativa está alinhada com o papel da Unesco de garantir o monitoramento do progresso e efetividade do Objetivo 16 da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, adotada por todos os Estados membros da ONU, em setembro de 2015. O ODS 16 - Paz, Justiça e Instituições Fortes visa "promover sociedades pacíficas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis" (UNESCO, 2015, online). A ênfase está na meta 16.10, que visa "assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais" (UNESCO, 2015, online), especialmente no seu indicador: 16.10.1 "Número de casos verificados de assassinatos, sequestros, desaparecimentos forçados, detenções arbitrárias e tortura de jornalistas, pessoal de mídia, sindicalistas e defensores dos direitos humanos nos últimos 12 meses" (UNESCO, 2015, online).

Apesar dos protocolos, agendas e compromissos internacionais e locais, a violência contra jornalistas tem sido uma ameaça constante. Segundo o relatório do Observatório da Unesco, *Intensified Attacks, New Defences*, entre 2014 e 2018, foram registrados 495 assassinatos de jornalistas em todo o mundo – um aumento de 18% em relação ao período anterior, 2009 a 2013. A América Latina e o Caribe responderam por 127 mortes, ou um quarto do total. Só o México teve 53

assassinatos, contra 54 na Síria, em guerra desde 2011. No mesmo período, o Brasil registrou 23 assassinados de jornalistas (UNESCO 2019).

De acordo com dados da Unesco (2020), entre 2018 e 2019, foram assassinados 156 jornalistas, a maioria deles, 89, em países que não estavam em guerra ou em conflito armado. Apesar de ter havido uma queda no número de assassinatos em 2019, 57, o menor em uma década, outras formas de violência contra jornalistas, mulheres, em especial, têm crescido, como perseguição e assédio. A predominância dos assassinatos em países sem guerras ou conflitos armados revela que a cobertura de política, corrupção e crimes tem sido mais perigosa do que a de guerras. Do total de 57 assassinatos, 22 foram registrados na América Latina e Caribe, 15 na Ásia-Pacífico e 10 nos países árabes (UNESCO, 2020).

Já com base nos dados do Comitê para a Proteção de Jornalistas (CPJ, na sigla em inglês) e considerando outros períodos, entre 1992 e 2021 foram mortos 2105 profissionais da mídia, dos quais 1533 com os motivos de suas mortes confirmadas. O banco de dados permite cruzar algumas informações, como o tipo de morte, se o profissional era estrangeiro ou local, o gênero, se era fixo do veículo ou freelance e o tipo de cobertura. Do total de 1.533, cujos motivos das mortes foram checados, 312 morreram em fogo cruzado, 186 em atribuições perigosas e 911 assassinados, dos quais 171 em cobertura dos direitos humanos (CPJ, 2021).

Um fato curioso nas estatísticas é que os jornalistas locais são os mais expostos à violência. Do total de 1533 mor-

tes com motivos confirmados, 1.278 eram jornalistas locais, contra 167 estrangeiros. O que se repete também em relação às prisões. Em 2020, 274 jornalistas foram presos, 267 deles eram locais e apenas 7 estrangeiros.

Com foco na realidade brasileira, os dados da última edição do Relatório da Violência contra Jornalistas e Liberdade de Imprensa no Brasil, publicado pela Federação Nacional de Jornalistas (FENAJ), apontam que em 2020 foram registrados 428 casos de ataques contra jornalistas, o que corresponde a um aumento de 105,77% em relação a 2019, quando foram registrados 208 casos. Segundo a entidade, 2020 foi o ano mais violento para a imprensa desde a década de 1990, quando ela iniciou essa série histórica (FENAJ, 2020).

Ainda segundo o relatório, dos 428 ataques, o presidente da República, Jair Bolsonaro, foi o principal agressor, com 175 casos, o que equivale a 40,89% do total. Na sequência, estão os servidores públicos, incluindo dirigentes da Empresa Brasileira de Comunicação (EBC), com 86 casos (20,09%), políticos, 39 (9,11%), internautas, 21 (4,91), populares, com18 casos (4,21), juízes/procuradores/promotores, com 17 (3,97%). A polícia e manifestantes foram reesposáveis, cada um, por 14 casos (3,27%). Entre outros agressores estão empresários da comunicação, hackers e seguranças. Os traficantes foram responsáveis por 1 caso registrado (0,23%). O documento acentua que as agressões e ameaças são face a face ou virtuais, podendo ser física, moral, emocional e psicológica. Ainda com base no relatório da FENAJ, foram registrados 2 assassinatos, 32 casos de agressão física, 76 casos de

agressões verbais e ataques virtuais, 85 casos de censura e 152 de descredibilização da imprensa (FENAJ, 2020).

Com o objetivo de contribuir para a implementação na América Latina do ODS 16 da Agenda 2030, Paz, Justiça e Instituições Fortes, com ênfase na meta 16.10 e no indicador 16.10.1, que visa verificar ao longo de cada 12 meses os casos de violência não apenas contra jornalistas, mas também de sindicalistas e defensores dos direitos humanos, a Voces del Sur (VdS), uma iniciativa regional criada em 2017, monitora as violações às liberdades de expressão em 13 países da região: Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Cuba, Equador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Peru, Uruguai, Venezuela. O monitoramento é resultado do trabalho em parceria com instituições dos países-alvo, como a Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji). No último levantamento da Voces del Sur, a pandemia da Covid-19 foi identificada como mais um fator de riscos aos jornalistas latino-americanos, somado ao aumento do populismo e das ameaças da desinformação. A edição 2020 do relatório Autoritarismo, Desinformação e Precariedade na América Latina, chamado Relatório Sombra, em inglês, português e espanhol, foi preparada para fomentar as discussões acerca da implementação do indicador 16.10.1 durante o Fórum Político de Alto Nível sobre Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, realizado entre 6 e 15 de julho de 2021, em Nova York, cuja missão é o acompanhamento e a revisão da Agenda 2030 (VdS, 2020).

Importante salientar que Relatório Sombra tem como alvo as violações contra jornalistas, ou seja, não se estende a sindicalistas e ativistas dos direitos humanos. Um dos destaques da edição de 2020 foi o número de mortes de jornalistas em decorrência da Covid-19, com o Peru com o maior número, 108, seguido do Brasil, com 93, e o México, com 69. Somado às mortes, o documento registrou um total de 3350 alertas, termo usado para se referir aos casos de violações devidamente verificados pela VdS e as instituições parceiras de cada um dos países-alvo. Segundo o estudo (VdS, 2020), ainda que a Covid-19 tenha incidido na redução total dos alertas, pode-se afirmar que houve aumento da gravidade da violência contra os profissionais da mídia, dividida em 12 indicadores, como pode ser verificado na Figura 1. Em dois países, Peru e Brasil, houve piora das liberdades fundamentais. No caso brasileiro, os alertas aumentaram 222%, com o pior índice de agressões e ataques (489%), processos judiciais, criminais e cíveis (388%) e detenções arbitrárias (200%)

Figura 1: Números de violações verificadas por indicador em 2020

Número de alertas por indicador em 2020	
INDICADOR VdS	**2020**
Uso abusivo do poder estatal	138
Agressões e ataques	1630
Detenção arbitrária	279
Processos judiciais criminais e civis	200
Desaparecimento forçado	4
Restrições na Internet	376
Sequestro	14
Assassinato	17
Normas contrárias aos parâmetros internacionais	13
Restrições de acesso à informação	279
Discurso estigmatizante	397
Tortura	3
TOTAL	**3350**

Fonte: VdS, 2020

Desse total de violações, os governos foram os perpetradores de 59% dos casos, ou seja, "considerando que o Estado tem o papel de garantir e proteger a liberdade de expressão, a liberdade de imprensa, o acesso à informação, a segurança e a proteção dos jornalistas, essa tendência representa uma con-

tradição e um grande obstáculo para a melhoria da situação dessas liberdades fundamentais na região" (VdS, 2020, p. 22), como mostra a Figura 2. No Brasil, o Estado foi responsável por 74% de todos os alertas. "Políticos e autoridades do judiciário seguem o exemplo do presidente, usando os tribunais para silenciar jornalistas; os processos judiciais criminais e civis contra a mídia e jornalistas aumentaram de 8 para 39 casos em 2020, ou 388%" (VdS, 2020, p. 41).

Figura 2: Classificação dos autores das violações por país em 2020

Autores das violações por país em 2020					
País	Estatal	Não estatal	Criminosos[4]	Não disponível e não identificado[5]	Total
Argentina	30	9	0	9	48
Bolívia	15	66	0	36	117
Brasil	312	92	0	15	419
Colômbia	199	87	79	134	499
Cuba	328	6	0	10	344
Equador	69	44	0	16	129
Guatemala	6	0	0	106	112
Honduras	76	9	0	32	117
México	349	167	39	137	692
Nicarágua	204	46	1	31	282
Peru	29	20	0	8	57
Uruguai	9	14	0	1	24
Venezuela	352	116	4	38	510
TOTAL	1978	676	123	573	3350
%	59%	20%	4%	17%	100%

Fonte: VdS, 2020

Dos traumas psicológicos à proteção aos jornalistas

Além da violência que tem resultado em assassinato, prisão e tortura, assédio moral e sexual e atos de descredibilização de jornalistas e veículos de imprensa, esses profissionais estão expostos a outros riscos, podendo apresentar quadros de depressão, transtorno de estresse pós-traumático (TEPT) e ferida moral. O manual de Repórteres sem *Fronteiras, Saftey Guide for Journalists – a handbook for reporters in high-risk environments*, é um dos documentos mais completos sobre a atenção que os jornalistas precisam tomar durante a cobertura de tragédias humanitárias, como guerras, conflitos armados, desastres, pandemia e epidemia (RWB, 2016). Lançado quatro anos antes da pandemia, em fevereiro de 2016, o manual nos dá elementos para pensar na complexidade da cobertura da Covid-19 e dos seus desdobramentos, incluindo a segurança física e emocional dos jornalistas diante da crise humanitária que se estabeleceu ou foi intensificada com a pandemia, como é o caso do Brasil.

Dividido em seis capítulos, o guia aborda desde questões básicas, como a elaboração de uma checklist com os itens fundamentais para uma cobertura nessas áreas, como documentos de identidade profissional, equipamentos de proteção, como óculos, capacete e colete à prova de bala, segurança da família, sobretudo para os jornalistas locais, hospedagem, comportamentos de segurança e uma série de alertas sobre os riscos de violência contra as mulheres jornalistas. O capítulo 3 sugere caminhos para que o jornalista se mantenha seguro durante missões nessas áreas, com dicas de precauções em

zonas de guerra, ataques a bomba e emboscadas, multidões, manifestações e motins, violência sexual, sequestro, e orientações para atuar em cenários de desastres e epidemias, exemplificado com o caso do Ebola, em 2014, na África Ocidental. No capítulo 5, dedicado às melhores práticas, o manual destaca a crescente violência contra os profissionais de mídia e o quanto isso passa a demandar ainda mais proteção por parte das empresas de comunicação, oferecendo treinamento compulsório, material de seguranças, guarda-costas e, quando possível, limitando ou evitando viagens para os lugares com maior pico de violência (RWB, 2016). Como evidenciado nas estatísticas de morte e prisão desses profissionais, é importante acentuar que os jornalistas locais são os mais expostos aos riscos da violência física e psicológica.

O guia menciona que independentemente dos esforços internacionais, os grandes veículos, como AFP, Reuters e BBC, já asseguravam que tanto os jornalistas contratados, quanto os *stringers*, um freelance que frequentemente colabora com um dado veículo, seguiam os procedimentos de segurança, incluindo atenção ao gerenciamento dos riscos, treinamento, supervisão, compartilhamento de informações de segurança e conscientização em relação ao transtorno de estresse pós-traumático (TEPT). Segundo Feinstein, Osmann e Patel (2018), de acordo com o DSM-5 (Manual do Mental Disorders, edição 5), o PTSD é um distúrbio que pode surgir em pessoas expostas ao que chamaram de ameaças avassaladoras. Os sintomas são entendidos em quatro categorias, in-

trusão, esquiva, alterações negativas da cognição e do humor e alterações de excitação e da reatividade.

No último item do capítulo 5 do manual, *Managing Psychological Trauma* (Gerenciando o Trauma Psicológico, na tradução livre), o tema do TEPT está presente e lembrado como uma questão ainda rodeada de tabus e de constrangimento para os jornalistas, embora esforços têm sido feitos para encorajar os profissionais a buscarem ajuda psicológica "se uma história parecer particularmente angustiante" (RWB, 2016, p. 83).

O capítulo 6 Treating Physical and Psychological Wounds (Tratando os Ferimentos Físicos e Psicológicos, na tradução livre) apresenta um conjunto de orientações para os profissionais que tenham sofrido algum acidente, assim como para detectar e gerenciar traumas psicológicos que podem afetar jornalistas trabalhando em áreas de conflito ou de emergências humanitárias. O capítulo começa com uma série de orientações sobre como proceder ao sofrer um acidente, a ida a hospital até os riscos de ser infectados por doenças. O item 10 desse capítulo "Psychological trauma: managing traumatic stress" (Trauma psicológico: gerenciando estresse traumático, na tradução livre) foi elaborado pelo Dart Center for Journalists Trauma, que tem ajudado jornalistas com estresse traumático.

> Jornalistas em áreas de alto risco abordam histórias que envolvem luto, violações e perdas pessoais profundas. Os próprios repórteres podem testemunhar a morte ou serem alvo de ataques. A consciência do potencial impacto psicológico de um trauma é crucial

> para que o jornalista realize uma cobertura eficaz e independente. Não reconhecer ou detectar o estresse traumático pode comprometer a consciência de segurança do repórter ou corroer a capacidade de julgamento profissional - em casos extremos, pode levar ao descarrilamento de sua carreira. Alguns conhecimentos básicos podem aumentar a resiliência, assim como algumas informações valiosas sobre a experiência de fontes em pautas que envolvem situações traumáticas (RWB, 2016, p. 92, tradução da autora).

O manual explica que os profissionais da área de saúde mental classificam um incidente como traumático quando alguém experimenta ou testemunha uma morte ou sua ameaça, uma lesão grave ou outras ameaças à integridade física, provocando com isso um medo intenso e a sensação de desamparo e horror. No caso dos jornalistas, importante lembrar que eles frequentemente testemunham ações e acontecimentos que transgridem a sua própria bússola moral, como vamos ver nos estudos de Feinstein. E ao testemunharem os horrores das guerras, dos desastres, das epidemias e, agora, da pandemia, os jornalistas vão apresentar "reações ao trauma que estão enraizadas na biologia da sobrevivência" (RWB, 2016, p. 93), que é quando o cérebro libera alguns hormônios, como adrenalina, e alguns comportamentos são registrados, como o aumento do estado de alerta; respostas de luta e fuga, como frequência cardíaca elevada, boca seca, perda de controle do intestino; entorpecimento e dissociação; emoção elevada (RWB, 2016).

O manual explica que essas reações são consideradas normais para situações de anormalidade e podem ajudar

o jornalista a sobreviver, uma vez que o estado de alerta é considerado fundamental para cenários em que há violência e outras ameaças à vida. Observa-se que mesmo quando já está de volta à sua segurança, o jornalista ainda apresenta essas reações, o que pode indicar uma lesão psicológica. Ainda como lembra o manual, a situação dos jornalistas locais, que já vivem a ameaça contínua no lugar onde fazem suas reportagens, dificulta a classificação do que seria um período de segurança e as reações nesse período (RWB, 2016).

Ao abordar a relação trauma e jornalistas, o manual chama a atenção para uma ideia muito comum que reproduz um entendimento equivocado sobre o preparo dos repórteres para lidar com essas situações: "a maioria dos profissionais da mídia mostra notável resiliência para enfrentar situações de horror" (RWB, 2016, p. 94, tradução da autora). O documento menciona os estudos recentes sobre a vulnerabilidade dos jornalistas a lesões emocionais, assim como ocorre com soldados, bombeiros e outros trabalhadores na linha de frente de tragédias, incluindo as humanitárias. E no caso dos jornalistas, a exposição repetida ao horror, no lugar de proteger, de torná-lo resiliente, pode aumentar a probabilidade da angústia, desenvolvendo com isso problemas de concentração, dificuldade para dormir, episódios de raiva, entorpecimento e isolamento social. "A boa notícia é que o TEPT responde bem ao tratamento e estudos revelam que a resiliência pode ser potencializada por uma série de medidas de autocuidado" (RWB, 2016, p. 94, tradução da autora).

Em outro manual, o da Internews - Center for Innovation & Learning, Reporting on Humanitarian Crises – *Manual for Trainers* & *Journalists and an Introduction for Humanitarian Workers*, de 2014, a seção III, *Jornalists in the Field – Dealing with Trauma, Safety and Security* (Jornalistas em Campo – Lidando com Trauma, Proteção e Segurança, na tradução livre), tem o propósito de ajudar os jornalistas na cobertura de crises, dando ênfase ao estresse, trauma e à segurança. O interessante da abordagem é que ela se dá em duas vias, uma focada na interação dos jornalistas com indivíduos ou comunidades que enfrentaram situações traumáticas, e outra focada em como os próprios jornalistas devem entender e lidar com os traumas e o estresse que os acometem, sugerindo os seguintes pontos-chave (INTERNEWS, 2014):

- Reconheça sintomas comuns de estresse e trauma nas comunidades e indivíduos afetados;
- Compreenda como reportagens e relatos positivos podem ajudar as comunidades a se recuperar, assim como relatos pobres, incompletos e insensíveis podem exacerbar os danos;
- Seja capaz de implementar práticas jornalísticas que respeitem a dignidade da comunidade, apoiem a recuperação e evitem infligir traumas secundários;
- Compreenda que o trauma e o estresse que o acometem devem ser levados a sério, reconhecendo as prováveis causas;
- Reconheça sinais comuns de trauma em você mesmo ou nos colegas;
- Compreenda estratégias e processos que podem ajudar a evitar traumas e estresse ou apoiar a recu-

peração quando isso ocorrer, tanto para você mesmo, quanto para os seus colegas;

- Compreenda as medidas concretas que os meios de comunicação podem tomar para melhor apoiar sua própria equipe ao relatar eventos e assuntos traumáticos.

Em formato de curso, o guia da Internews traz uma série de exercícios nas diversas áreas abordadas, incluindo a questão dos traumas. Os dois manuais mencionados, do Repórteres sem Fronteiras e da Internews, usam a palavra trauma e estresse na maioria das vezes dissociados da sigla TEPT – transtorno do estresse pós-traumático, que caracteriza um quadro de saúde mental.

Um dos estudos mais robustos sobre TEPT foi realizado pelo psiquiatra sul-africano Anthony Feinstein, considerado o primeiro especialista a estudar a fundo a saúde mental e o bem-estar de jornalistas com atuação em cenários de guerras, conflitos e grandes desastres, identificando que assim como soldados e trabalhadores humanitários, os jornalistas também estavam suscetíveis ao desenvolvimento de depressão e TEPT.

Era 1999, quando Feinstein recebeu em sua clínica no Canadá uma correspondente com larga experiência na cobertura de conflitos na África Oriental. A jornalista contou que ao longo do tempo passou a se sentir angustiada emocionalmente e acabou tendo um colapso, o que a obrigou a retornar para o Canadá e buscar tratamento. Segundo Feinstein, ela apresentava um quadro de transtorno de estresse pós-traumático (TEPT). Ainda de acordo com o psiquiatra, ao per-

guntar à repórter da linha de frente por qual razão ela não havia procurado ajuda antes nem comunicado os seus editores, ela disse não ter contado nada com medo de não ser mais enviada a campo, o que acabaria com sua carreira como correspondente cobrindo conflitos. Ao pedir à sua equipe que pesquisasse em periódicos científicos sobre bem-estar emocional e traumas em jornalistas, Feinstein ficou surpreso ao saber que não havia nenhum estudo a respeito (FEINSTEIN, 2020). De 1999 para cá, o psiquiatra passou a se dedicar ao tema e se tornou a principal referência no assunto.

Feinstein, Osmann e Patel (2018) realizaram uma retrospectiva de 18 anos da análise dos sintomas do transtorno de estresse pós-traumático nos jornalistas na linha de frente de cobertura de guerras e conflitos. O estudo teve como objetivo identificar a frequência e a intensidade do TEPT em jornalistas cobrindo conflitos. Para isso, foi feita uma revisão dos dados coletados ao longo de 18 anos, envolvendo 684 jornalistas que cobriram conflitos, como 11 de Setembro, guerra do Iraque, guerra às drogas no México, guerra na Síria, violência eleitoral no Quênia e ações terroristas do Al-Shabab, e a questão migratória atual na Europa.

O estudo oferece vários achados importantes, sobretudo o ciclo de vida da memória desses eventos para os jornalistas, mas também a questão do impacto nos profissionais locais que, diferentemente de colegas enviados à cobertura de conflitos ou guerras, continuam no lugar onde o TEPT foi desencadeado. Cenário parecido com o da pandemia da Covid-19, coberta pelos jornalistas que depois de testemu-

nharem o sofrimento em larga escala voltam para suas casas na mesma cidade, estado e país onde o Estado não foi capaz de evitar tal sofrimento.

As pesquisas de Feinstein sobre TEPT em jornalistas que cobriram conflitos, guerras, migração, violência generalizada e outras tragédias humanitárias contribuíram para um dos avanços mais importantes no estudo sobre o impacto desse tipo de cobertura nos profissionais da mídia e atualmente foram transportados para o entendimento de como a pandemia tem impactado o trabalho desse grupo. Esses achados de Feinstein não foram diretamente transportados para o entendimento do bem-estar mental dos jornalistas na linha de frente da Covid-19. Antes, porém, uma outra linha de investigação foi fundamental para compreender que não apenas em cenários de guerras e conflitos os jornalistas, assim como militares e trabalhadores humanitários em campo, podem ter o comprometimento de seu bem-estar emocional e psicológico.

Em 2015, Feinstein iniciou essa outra linha de investigação, desta vez com foco nos repórteres que cobriam a questão migratória na Europa. Embora esses profissionais não estivessem em zonas de guerras ou conflitos, eles estavam diante do sofrimento humano em larga escala e se viam impotentes para alterar aquela realidade. Essa experiência resultou no estudo *The Emotional Toll on Journalists Covering the Refugee Crisis*, coordenado por Feinstein e Hanna Storm (2017), com apoio do Instituto Reuters para o Estudo de Jornalismo. Entre as principais constatações, o documento, lançado em 2017, identificou a predominância de relatos e queixas relacionadas

ao fenômeno conhecido como *moral injury*[2] (lesão moral), definido por Feinstein (2020) como *wound on the soul* (ferida na alma) ou *bruise on the soul* (hematoma na alma), fazendo uso das palavras do jornalista David Wood (2015).

Como resultado desse estudo, o artigo emblemático *Jornalists covering the refugee and migration crisis are affected by moral injury no PTSD* (Jornalistas na cobertura da crise migratória são afetados por lesão moral, não por TEPT, na tradução livre desta autora), de Feinstein, Pavisian e Storm (2018), buscou analisar de maneira descritiva a saúde emocional de jornalistas na cobertura dos refugiados na Europa, com participação de 114 jornalistas, de nove empresas de mídia, realizada em 2016, coincidindo com os cinco anos da guerra na Síria e o aumento do fluxo migratório para o continente europeu. Os pesquisadores observaram sintomas de TEPT, depressão e *moral injury*, que é considerada "um dano causado à consciência ou à bússola moral de uma pessoa quando ela comete, testemunha ou deixa de prevenir atos que transgridem seus próprios valores morais e éticos ou os seus códigos de conduta" (FEINSTEIN, PAVISIAN e STORM, 2018, p. 1)

Importante salientar que *moral injury* não é um assunto novo, tendo sido explorado em estudos sobre os impactos emocionais das guerras e dos conflitos em veteranos que atuaram em campo. Com foco no trabalho dos jornalistas, é a pesquisa de Feinstein que vai alertar sobre mais esses riscos aos profissionais de mídia, quando estão na cobertura de

2 No contexto das pesquisas de Feinstein, a palavra *injury* pode ser traduzida como "ferida", mas optei pelo uso de "lesão" para diferenciá-la de *wound*. Assim, o capítulo trata *moral injury* como lesão moral – que poderia ser também "ferimento moral", e *wound on the soul* como "ferida na alma", uma ferida aberta e profunda.

assuntos que, como observamos, desnuda a violação generalizada dos direitos humanos, o que não é exclusivo aos cenários das guerras, como podemos observar com a cobertura da Covid-19. Em junho de 2020, Feinstein, Osmann e Selva iniciaram uma pesquisa com uma amostra de 73 jornalistas, de organizações internacionais de imprensa, com foco nas condições de trabalho e no estado emocional desses profissionais. Com retorno de 63% das respostas, o estudo revelou que 70% dos respondentes disseram ter experimentado algum tipo de sofrimento psicológico (OSMANN, FEINSTEIN e SELVA, 2021).

Confundida com o TEPT, que é classificado como uma condição de saúde mental, a ferida moral se caracteriza sobretudo pelo sentimento de vergonha e fracasso que acomete as testemunhas de episódios que transgrediram a ética e a moral e, na sua essência, infringem sofrimento ao outro. E essas transgressões não estão apenas nos fronts de guerras, mas no ciclo de vida desses conflitos violentos. Entre as fases desse ciclo, interminável para a maioria das vítimas, está a insegurança alimentar no Brasil, por exemplo, que já atinge metade da população e, no seu estágio mais severo, que configura a fome, tem impactado a vida de 19 milhões de pessoas (REDE PENSSAN, 2021).

Além da divulgação dos dados de pesquisas como essa de Feinstein, Osmann e Selva, os próprios jornalistas começaram a falar abertamente sobre o assunto. Em maio de 2021, a jovem repórter Olivia Messer escreveu o artigo *The Covid reporters are not okay. Extremely not okay* (Os repórteres cobrin-

do a Covid não estão bem. Não estão nada bem, na tradução livre). Publicado em uma plataforma voltada a profissionais da mídia, o subtítulo do texto de Messer (2021) foi ainda mais direto ao dizer que uma indústria despreparada, referindo-se à mídia, estaria perdendo uma geração de jornalistas para o desespero, o trauma e a lesão moral. A repórter, que pediu demissão do jornal The Daily Beast por perceber que não conseguiria mais continuar cobrindo a Covid-19, evidenciou que a sua situação não era um caso isolado, mencionando outros jornalistas que tomaram a mesma decisão de parar as atividades durante a pandemia.

Messer menciona o trabalho de outro estudioso na área, Bruce Shapiro, diretor executivo do Dart Center for Journalism and Trauma e professor adjunto da Faculdade de Jornalismo da Universidade de Columbia, Estados Unidos. Shapiro tem investigado traumas em jornalistas e reconhece o jornalismo como um terreno fértil para a lesão moral. Em entrevista a Messer, Shapiro menciona que a pandemia ampliou as fontes de estresse, como o medo, as incertezas e as tensões e que os repórteres cobrindo a Covid-19 estão na linha de frente, muito perto da perda, da dor e do sofrimento dos pacientes, assim como de toda a realidade vivida nesse cenário. Messer lembra que cobrir a Covid requer uma proximidade tanto com o custo humano individual, quanto com as ramificações da pandemia em toda a sociedade, aumentando a carga psíquica, como alertado por Shapiro.

Representando uma nova geração de jornalistas, Messer e o seu artigo chamaram a atenção para o assunto. Nas pala-

vras de Shapiro, que tem visto um reconhecimento crescente dos jornalistas em relação a trauma, isso "foi impulsionado por uma geração mais jovem de repórteres que estão reconhecendo os impactos sobre eles, que são mais alfabetizados sobre trauma e têm menos estigma para pedir ajuda" (SHAPIRO apud MESSER, 2021, online).

Comunicação de riscos - antes do jornalismo humanitário e de paz

Ao final de cada ano, o Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários (OCHA), agência da ONU responsável pelas ações de enfrentamento das crises humanitárias espalhadas pelo mundo, publica o relatório *GHO - Global Humanitarian Overview*, com as projeções do ano seguinte. O relatório de 2021 alerta que a pandemia de Covid-19 desencadeou a maior recessão desde os anos 1930, com o aumento da pobreza extrema pela primeira vez em 22 anos, cujos impactos são mais intensos sobre mulheres e jovens de 15 a 29 anos. Para o ano em questão, a estimativa é de 235,4 milhões de pessoas necessitadas, 159.9 milhões delas consideradas população-alvo da assistência humanitária, demandando cerca de 35.1 bilhões de dólares. O documento acentua que a pandemia da Covid-19, doença provocada pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2), tornou ainda mais difícil a vida dos grupos que já viviam em situação de maior vulnerabilidade, como as mulheres, crianças, pessoas com deficiência, idosos e aqueles que demandavam cuidados com a saúde mental (OCHA, 2021).

Em 2019, segundo dados do World Data Lab, 664,7 milhões de pessoas viviam na extrema pobreza, subindo para 746,3 milhões em 2020, primeiro ano da pandemia. A projeção é que em 2022 mais da metade dessa população na extrema pobreza estará vivendo em "Estados frágeis", classificado pelo Banco Mundial como "países com alto nível de fragilidade social e institucional" (WDL, 2021, online). Segundo o IBGE (2020), de 2018 para 2019 a pobreza no Brasil caiu de 25,3% para 24,7% da população, mas a extrema pobreza se manteve e atingiu 6,5% da população no mesmo período, afetando mais da metade dos nordestinos e 39,8% das mulheres pretas ou pardas, índices que fazem o país ser o nono mais desigual do mundo (IBGE, 2020). Um estudo da Fundação Getulio Vargas, coordenado pelo pesquisador Daniel Duque, mostra que a pobreza piorou no país com a pandemia, com a subida da extrema pobreza em 18 unidades federativas (DUQUE, 2021). No Panorama Social de América Latina, de 2020, a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL, 2020) mostra que na América Latina, apesar das medidas emergenciais de proteção social durante a pandemia, a "pobreza e a pobreza extrema alcançaram em 2020 níveis não vistos nos últimos 12 e 20 anos, respectivamente, bem como a piora dos índices de desigualdade na região e nas taxas de ocupação e participação no mercado de trabalho" (CEPAL, 2020, p. 28).

A insegurança alimentar, muitas vezes associada a cenários de guerras, conflitos e outras emergências e crises humanitárias, voltou a fazer parte da realidade da população brasileira. Segundo dados do Inquérito Nacional sobre Inse-

gurança Alimentar em Contexto de Covid, referentes ao final de 2020, 55,2% das famílias brasileiras, mais de 116,8 milhões de pessoas, tinham enfrentado algum grau de insegurança alimentar e 9%, aproximadamente 19 milhões, se viram diante da fome (REDE PENSSAN, 2021).

Somado a esse cenário de fome, pobreza, extrema pobreza e desemprego, potencializado pela pandemia, estão os próprios impactos diretos da Covid-19 sobre a saúde da população, os hospitais super lotados, as mortes na fila por leitos de UTI (MANZANO e SILVA, 2021) e a crise no fornecimento de oxigênio nos hospitais do Amazonas, em janeiro de 2021 (G1, 2021). Esse é o pano de fundo da tragédia humanitária no Brasil que os profissionais da mídia, sem treinamento nesse tipo de cobertura, passaram a acompanhar.

Jornalistas em todo o mundo, e especificamente no Brasil, onde o tema da lesão moral não foi ainda levantado publicamente, vêm testemunhando transgressões morais, na acepção de Feinstein. Muitas cenas materializam o que o pesquisador chamou de descompasso moral: geladeiras vazias, filas da fome, com milhares de pessoas enfileiradas, por horas, em busca de uma cesta básica ou de um marmitex. Somado a isso, o jornalista ainda enfrenta o dilema de ferir a dignidade da pessoa humana ao escancarar o sofrimento das pessoas diante da fome e de outras humilhações.

Nos últimos anos, tenho estudado o jornalismo humanitário, fundamentado nas pesquisas de Martin Scott, Mel Bunce e Kate Wright, considerados os pioneiros nesse campo de estudo ainda recente, e observado sua relação direta com o

jornalismo de paz, mais antigo, que tem em Johan Galtung sua maior referência, seguido por David Lynch, Dov Shinar, Wilhelm Kempf e Steven Youngblood, um dos autores convidados para este livro. No escopo do grupo de pesquisa Jornalismo Humanitário e Media Interventions, do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Metodista de São Paulo, temos investigado o perfil da cobertura jornalística sobre tragédias humanitárias, cruzando os estudos do campo do jornalismo humanitário e de paz com conceitos e teorias que têm nos auxiliados no entendimento do perfil dessa cobertura. Entre os pontos principais de análise estão os critérios de noticiabilidade, histórica e culturalmente adotados na imprensa ocidental, o pânico moral, na acepção de Bauman (2017), o sofrimento distante, em Boltanski (1999), e a fadiga da compaixão, em Moeller (1999)

Outra base importante para os nossos estudos tem sido a série de relatórios anuais da Care International, Suffering in Silence, sobre as crises humanitárias mais subestimadas pela imprensa. E, novamente, voltamos aos esforços para entender o que levaria os profissionais da mídia a fechar os olhos para algumas causas, grupos e regiões do mundo. Não há dúvidas da importância de analisar a cobertura da imprensa sobre acontecimentos que violam os direitos humanos em larga escala, visando identificar os preceitos do jornalismo humanitário, traduzido por Scott, Bunce e Wright (2018) como uma prática que aproxima o jornalista do seu compromisso com uma ética humanitária. Devemos observar, no entanto, as causas dos achados em nossas pesquisas, deslocando as

perguntas que têm norteado o nosso trabalho. Poderíamos mudar a pergunta "Como a mídia tem coberto as tragédias humanitárias?" para "Por que os jornalistas estão cobrindo desta forma as tragédias humanitárias?", tendo como ponto de partida o cenário das crises humanitárias da pandemia da Covid-19 e os impactos diretos no bem-estar emocional e psicológico desses profissionais.

O grupo de Scott acrescenta que o jornalismo humanitário representa a união de boas práticas jornalísticas com os princípios do humanitarismo (SCOTT, BUNCE e WRIGHT, 2018). Para isso, é preciso conferir protagonismo aos que estão no centro dessa crise humanitária, um recurso indispensável para a construção de uma opinião pública lúcida, pensante, atuante e sensível ao desenvolvimento da compreensão e da solidariedade em escala planetária (VICTOR, 2016, p. 53). Para fazer isso, o jornalista tem de estar mais próximo das pessoas em necessidade, portanto, na condição de testemunhar de perto o sofrimento.

É nesse contexto que tenho iniciado um estudo sobre a importância de considerarmos a comunicação de riscos, com foco na proteção aos jornalistas, como a etapa zero, aquela que precede a prática do jornalismo humanitário e de paz. Em 1986, mesmo ano de lançamento do livro Sociedade de Riscos, de Ulrich Beck, a comunicação de riscos foi o tema central do evento O papel do governo na Comunicação de Riscos à Saúde, promovido pela Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos (EPA, na sigla em inglês) e pela Fundação Nacional de Ciência (COVELLO e MCCALLUM, 1989). Segundo a defi-

nição de 1989 do National Research Council, a comunicação de riscos pode ser compreendida como:

> um processo interativo de troca de informação e opiniões entre indivíduos, grupos e instituições. Ele envolve múltiplas mensagens sobre a natureza do risco e mensagens não estritamente sobre riscos que expressem preocupações, opiniões ou reações às mensagens de riscos ou a planos legais e institucionais de gerenciamento de riscos (STERN, FINEBERG, 1996, p.27).

Um dos pioneiros no estudo, Peter Sandman (2009) concebeu quatro paradigmas para uma melhor compreensão da comunicação de riscos:

> Riscos elevados versus apatia: às vezes as pessoas estão apáticas diante de um risco sério e precisam ser alertadas.
>
> Riscos baixos versus preocupação elevada: às vezes as pessoas estão incomodadas diante de um risco pequeno e precisam ser tranquilizadas.
>
> Riscos elevados e preocupação elevada: às vezes as pessoas estão inco- modadas diante de um risco sério e precisam ser guiadas.
>
> Riscos baixos versus apatia: às vezes as pessoas estão apáticas diante de um risco pequeno e não precisam de atenção.

No contexto da discussão que proponho, estamos diante do primeiro paradigma apontado por Sandman, ou seja, embora os riscos aos profissionais da mídia sejam elevados, como observamos ao longo deste capítulo, as pessoas e as

instituições competentes estão apáticas e precisam de um alerta. Não há dúvidas de que a segurança do jornalista, o seu bem-estar e a sua vida, neste contexto, sejam a prioridade dos estudos que resultaram nos relatórios mencionados até aqui. Um passo adiante, no entanto, evidencia que precisamos, no caso específico do Brasil, promover o debate sobre os riscos aos quais os jornalistas estão expostos e como as ameaças a esses profissionais podem afetar, em cadeia, o seu papel de guardião dos direitos humanos e civis das populações em necessidade, evitando a opacidade midiática e política desse sofrimento (VICTOR e GUERRA, 2018).

O que une o jornalismo humanitário ao de paz é o "como", em detrimento ao "que", acentuando que mais importante "do que cobrir" as tragédias humanitárias ou as guerras e os conflitos armados é "como cobrir" tais acontecimentos, reduzindo o risco de o jornalismo perpetuar a violação dos direitos humanos que ele visa denunciar (VICTOR, 2020) ou de ampliar os conflitos por meio de uma cobertura polarizada (GALTUNG, 1998). O jornalismo humanitário se encontra com o jornalismo de paz no entendimento de que a "paz é baseada em reciprocidade, a qual se baseia em igualdade – igualdade de direitos e de dignidade" (GALTUNG, 2006, p. 140).

Assim, torna-se crucial gerenciar os riscos aos jornalistas, observando desde a sua segurança física, psicológica à emocional. E não há gerenciamento de riscos sem a comunicação de riscos, considerada condição primária para descortinar os riscos que, embora elevados, tendem a ser subestimados, inclu-

sive pelos próprios profissionais da mídia. Como no caso da jornalista atendida por Feinstein, em 1999, que não havia aberto o problema com receio de perder seu emprego ou algumas missões, atribuições em campo. Esses riscos também têm sido subestimados pelas entidades de classe, academia e pelo Estado, como vimos, o principal perpetrador da violência contra os jornalistas no Brasil e em outras partes do mundo.

Desde o início da pandemia, os jornalistas têm coberto a humilhação de milhões de brasileiros (o que?), mas as abordagens (como?) têm sobreposto a piedade à luta política. Segundo Arendt (1988, p. 97), pela "lógica perversa da piedade, a miséria legitima a mesma dissimetria de poder que a gerou", do mesmo modo que "o dano que a compaixão introduziu nas revoluções modernas, com as tentativas de melhorar o quinhão dos infelizes, ao invés de estabelecer justiça para todos (ARENDT, 1987, p. 22). Segundo Decca (2005, p. 111), a cura da humilhação "apenas será possível pelo total reconhecimento dos direitos da vítima e pela sua redenção, isto é, sofrerá a penalização aquele que impetrou a humilhação".

Uma cobertura capaz de descortinar a humilhação, sem cair no apelo à piedade, demanda jornalistas bem treinados, conscientizados e bem informados dos riscos desse tipo de pauta. É preciso iniciar um debate público e amplo sobre os riscos de testemunhar o sofrimento humano em larga escala, papel-chave da comunicação de riscos. Assim, os jornalistas estarão cientes, informados e em condições para acompanhar o ciclo de vida das tragédias humanitárias po-

tencializadas pela pandemia, inibindo a opacidade política de tais acontecimentos.

Considerações

Meu primeiro estudo experimentando a aproximação da comunicação de riscos com o jornalismo humanitário e de paz, cujos apontamentos preliminares apresento neste capítulo, tem sido desenvolvido no escopo do grupo de pesquisa Jornalismo Humanitário e Media Interventions, e no diálogo com pesquisadores brasileiros e estrangeiros no campo do estudo de jornalistas e traumas.

Devo acentuar, no entanto, que a minha percepção da urgência de estudos nessa área no Brasil se deu ainda no primeiro semestre de 2020, quando convidei um ex-aluno de jornalismo e um dos profissionais mais competentes de sua geração para conversar com uma turma de Jornalismo. O tema era a cobertura diária da Covid-19. Durante a conversa com os estudantes, o repórter, que à época atuava em uma grande emissora de Rádio, mencionou um episódio que o havia tocado profundamente – teria sido uma ferida em sua alma? Ele relatou uma entrevista que havia feito com um diretor de escola que, obrigado a buscar o material presencialmente no colégio, acabou se contaminando e, no entendimento daquele professor, havia levado a Covid para dentro de casa e contaminado a esposa. O entrevistado, aos prantos, como narrou o repórter, se sentia culpado pelo falecimento da esposa. O jornalista, ainda muito jovem, disse que aquele havia sido, sem dúvida, um dos momentos mais delicados e impactantes de

sua carreira. De lá para cá, esse repórter e tantos outros seguiram cobrindo o sofrimento humano e, como mencionado anteriormente, sem treinamento ou preparo para lidar com situações que, nas palavras de Feinstein, transgridem a nossa bússola moral.

No escopo de uma pesquisa internacional, tenho observado como os hematomas na alma dos jornalistas podem impactar o bem-estar desses profissionais e, como num efeito dominó, comprometer a prática do jornalismo humanitário e de paz – considerada uma das condições primárias para reduzir o sofrimento humano que temos testemunhado, sobretudo durante a pandemia.

A comunicação de riscos deve chegar antes, garantindo que essa temática seja amplamente discutida nos veículos de imprensa, nas entidades de classe, nas escolas de jornalismo e pela comunidade científica, em abordagens multi e transdisciplinares. Ainda que a lesão moral não seja identificada como uma condição de saúde mental, ela tem sido reconhecida como um componente que pode piorar o transtorno do estresse pós-traumático (TEPT), como apontado nos estudos de Feinstein.

Uma leitura atenta do Objetivo 16 da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável – Paz, Justiça e Instituições Fortes ajuda a compreender a estreita relação entre a urgência de gerenciar os riscos aos jornalistas e a construção da paz e da justiça. É preciso descortinar todas as formas de violência contra os profissionais da mídia e o seu ciclo de vida

– uma atribuição que resgata a essência da comunicação de riscos, como pensada 35 anos atrás.

Referências

ARENDT, H. **Homens em tempos sombrios**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

ARENDT, H. **Da revolução**. São Paulo: Ática, 1988.

BAUMAN, Z. **Estranhos à nossa porta**. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

BOLTANSKI, L. **Distant suffering**: Morality, media and politics. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

CEPAL - COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE. **Panorama Social de América Latina 2020**. Santiago, CEPAL, 2021.

COVELLO, V.T., MCCALLUM, D.B. **Effective risk communication**. New York: Plenum Press, 1989.

CPJ – COMMITTEE TO PROTECT JOURNALISTS. Explore all CPJ data. CPJ, 2021. Disponível em: https://cpj.org/data/. Acesso em: 20/maio/2021.

DECCA, E. S. de. A humilhação: ação ou sentimento? In: MARSON, I; NAXARA, M. (org.). **Sobre a humilhação: sentimentos, gestos, palavras**. Uberlândia: EDUFU, 2005.

DUQUE, D. Pobreza e desigualdade aumentam de novo: PNAD Covid mostrou impacto do Auxílio Emergencial nos indicadores sociais 2020. In: FGV IBRE – Instituto Brasileiro de Economia, 23/12/2020. Disponível em: https://blogdoibre.fgv.br/posts/pobreza-e-desigualdade-aumentam-de-novo-pnad-covid-mostrou-impacto-do-auxilio-emergencial-nos. Acesso em: 12/junho/2021

FENAJ – FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS. Violência contra jornalistas e liberdade de imprensa no Brasil. Relatório 2020. **FENAJ.** Brasília: FENAJ, 2020. Disponível em: https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2021/01/relatorio_fenaj_2020.pdf

FEINSTEIN, A; SELVA, M. Journalists under pressure – the emotional tool of covering crises. Webinar. Reuters Institut and University of Oxford, 27 May 2020. Disponível em: https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/calendar/journalists-under-pressure-emotional-toll-covering-crises. Acesso em: 14/julho/2021.

FEINSTEIN, A.; OSMANN, J.; PATEL, V. The psychological wellbeing of Iranian journalists: a descriptive study. **The Canadian Journal of Psychatrie**. 2018.

FEINSTEIN, A.y, PAVISIAN, B.; STORM, H. Jornalists covering the refugee and migration crisis are affected by moral injury no PTSD. **Journal of the Royal Society of Medicine Open**, 2018.

FEINSTEIN, A.; STORM, H. **The Emotional Toll on Journalists Covering the Refugee Crisis**. Reuters Institute for the Study of Journalism. July, 2017.

G1. Crise do oxigênio: um mês após colapso em hospitais, Manaus ainda depende de doações do insumo. **G1**. 14/02/2021. Disponível em: https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2021/02/14/crise-do-oxigenio-um-mes-apos-colapso-em-hospitais-manaus-ainda-depende-de-doacoes-do-insumo.ghtml. Acesso em 24/ maio/ 2021.

GALTUNG, J. Peace Journalism: What, Why, Who, How, When, Where, paperpresented at the workshop 'What are Journalists for?', **TRANSCEND**, Taplow Court, UK, 3–6 September. 1998.

GALTUNG, J. **Transcender e transformar**: uma introdução ao trabalho de conflito. São Paulo: Palas Athena, 2006.

GIOVANNI, J. di. On moral injury. Can a new diagnosis help heal our souls? In. **Harpers Magazine**. August 2020. New York: Harper's Magazine Foundation, 2020. Disponível em: https://harpers.org/archive/2020/08/on-moral-injury-ptsd/. Acesso em: 24 de maio/2021

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS. Síntese de Indicadores Sociais: em 2019, proporção de pobres cai para 24,7% e extrema pobreza se mantém em 6,5% da população. **Agência IBGE Notícias**. Brasil, IBGE, 2020. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/. Acesso em: 22/05/2021

INTERNEWS. Center for Innovation & Learning, Reporting on Humanitarian Crises – **Manual for Trainers & Journalists and an Introduction for Humanitarian Workers**. Internews, 2014.

MANZANO, F.; DA SILVA, C. R.. Mortes na fila por um leito de UTI, falta de insumos e funerárias sem férias: os sinais do colapso na saúde brasileira. **G1**, 20/03/2021. Disponível em: https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2021/03/20/mortes-na-fila-por-um-leito-de-uti-falta-de-insumos-e-funerarias-sem-ferias-os-sinais-do-colapso-na-saude-brasileira.ghtml. Acesso em 4/maio/ 2021.

MESSER, O. The Covid Reporters are not okay. Extremely not okay. An underprepared industry is losing a generation of journalists to despair, trauma, and moral injury as they cover the story of a lifetime. In. **Study Hall**. May 6, 2021. Disponível em: https://studyhall.xyz/the-reporters-are-not-okay-extremely-not-okay/. Acesso em: 28/junho/2021

MOELLER, S. **Compassion Fatigue**: how the media sell disease, famine, war and death. New York: Routledge, 1999.

OCHA. UNITED NATIONS OFFICE FOR THE COORDINATION OF HUMANITARIAN AFFAIRS. Global Humanitarian Overview, 2021. **OCHA**, 2021. Disponível em: https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/GHO2021_EN.pdf. Acesso em: 22/maio/2021

OSMANN J; SELVA, M; FEINSTEIN, A. How have journalists been affected psychologically by their coverage of the COVID-19 pandemic? A descriptive study of two international news organisations. **BMJ** Open, 202.

RWB. Repórteres sem Fronteiras. Saftey Guide for Journalists – a handbook for reporters in high-risk. **RWB**, 2016.

SANDMAN, P.M. Trust the public with more of the truth: what I learned in 40 years in risk communication. Oct. 20, 2009. In: **The Peter Sandman Risk Communication Website**. Disponível em: http://www.psandman.com/articles/berreth.htm. Acesso em: 23 de junho de 2015.

SCOTT, M; BUNCE, M; WRIGHT, K. 2018. **The state of Humanitarian Journalism**. Norwich, England: University of East Anglia. Disponível em: <http://humanitarian- journalism.net/wpcontent/uploads/2018/10/7_Humanitarian-News-Report.pdf>.

STERN, P. FINEBERG, H. **Understanding Risk** – informing decision in a democratic society. Washington: National Academy Press, 1996.

UNESCO. Intensified Attacks, New Defences. Developments in the Fight to Protect Journalists and End Impunity. **Unesco**, 2019. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000371487/PDF/371487eng.pdf.multi. Acesso em: 23/maio/2021

UNESCO. Director-General Report on the Safety of Journalists and the Danger of Impunity 2020. In: **Intergovernamental Council of the International Programme for the**

Development of Communication, 32nd, Paris, 2020. Disponível em: https://en.unesco.org/programme/ipdc. Acesso em: 23/maio/2021.

UN [UNITED NATIONS]. Protecting Journalist and Promoting Independent Reporting in Crisis Situations. **Special Session Summary**. World Humanitarian Summit, Istanbul, 23-24 May, 2016.

VICTOR, Cilene. A migração venezuelana na perspectiva do jornalismo humanitário. In: FARIAS, Luiz Alberto; LEMOS, Else; REBECHI, Claudia Nociolini. **Opinião pública, comunicação e organizações.** Convergências e perspectivas contemporâneas. São Paulo: Abrapcorp, 2020.

VICTOR, Cilene. **Crise humanitária e os refugiados da guerra e do clima:** dos protocolos internacionais às narrativas jornalísticas. **Líbero** (FACASPER), v.19, n.37, p.45-62, 2016.

VICTOR, Cilene; GUERRA Willis. (2018). Crise humanitária, entre a invisibilidade e a cacofonia digital. In: SANTAELLA, Lucia (Org.). **Cacofonia nas redes**. São Paulo: EDUC, 2018.

VOCES DEL SUR. Jornalismo em tempos de Covid-19. Autoritarismo, desinformação e precariedade na América Latina no ano de 2020. Voces del Sur, 2020. Disponível em: https://vocesdelsurunidas.org. Acesso em: 21/junho/2021.

WOOD, David; MONTORIO, John. Moral injury. In: **Dart Center for Journalism & Trauma** – A Project of Columbia Journalism School. April 9, 2015. Disponível em: https://dartcenter.org/content/moral-injury. Acesso em: 11/junho/2021.

WDL - WORLD DATA LAB. Making Everyone Count. World Data Lab, 2021. Disponível em: https://worlddata.io/. Acesso em: 18/junho/2021.

Jornalismo, fontes científicas e controvérsias na fabricação das incertezas

Márcia Franz Amaral
Programa de Pós-Graduação em Comunicação
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Santa Maria, RS, Brasil
E-mail: marciafranz.amaral@gmail.com

Elise Azambuja Souza
Programa de Pós-Graduação em Comunicação
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Santa Maria, RS, Brasil
E-mail: elise.as@hotmail.com

A sociedade do risco e das incertezas

Desde 2020, quando o mundo foi surpreendido pelo avanço do Sars-CoV-2, vírus causador da COVID-19, o jornalismo protagoniza um papel fundamental reconfigurando continuamente este acontecimento em *looping* e em sucessivas *breaking news*. Passamos, nos termos de Ulrich Beck (2006; 2010), a vivenciar uma sociedade catastrófica, conectada, em descontrole, com distribuição social dos riscos e com grande explosividade política, que se tornou "um laboratório sem nenhum responsável pelos resultados do experimento" (BECK, 2006, p. 8). Frente à consciência da impossibilidade de controle dos riscos, passamos a fabricar incertezas, e o estado de exceção a que se referiu Beck (2010), numa conceituação

abstrata da sociedade de risco, passou a ser vivenciado quase como normalidade.

A pandemia pode ser caracterizada como um acontecimento de "atualidade constante" que permanece atual pelas expectativas que desperta e pelas consequências que produz (FONTCUBERTA, 1993, p. 25). Ao inserir uma descontinuidade abrupta na vida social, o aparecimento do novo coronavírus em humanos é um acontecimento dotado de saliências e pregnâncias (QUÉRÉ, 2005). Esta experiência pública compartilhada tem uma dimensão global e fez emergir novas formas de ser e estar no mundo. "Há coisas que acontecem e que julgávamos impossíveis de acontecer, porque excediam o pensável ou o nosso sentido do possível", como afirma Quéré (2005, p. 63), e os campos de possíveis abertos pela pandemia evidenciam esta questão e iluminam uma série de campos problemáticos de várias ordens, entre os quais se inclui a relação da cobertura jornalística com as informações vindas do campo científico.

Levando em conta que um acontecimento não possui uma carga intrínseca de sentidos mas, ao contrário, "esta vem (é dada) das práticas que o configuram e dos discursos que o nomeiam" (FRANÇA, 2011, p. 66), é no processo de individualização, que se faz no enredamento entre sua publicização e recepção pública (QUÉRÉ, 2011), que o acontecimento tem seu poder de afetação e revelação evidenciados. O discurso jornalístico integra o trabalho de individualização de um acontecimento, processo que determina aquilo que o particulariza, o insere em quadros de referência, constrói

seu sentido compartilhado e o dota de coerência interna. No acontecimento em questão, o prolongamento e a gravidade da crise dificultam o que se denomina de fase de normalização, não no sentido de tratar o acontecimento enquanto um fenômeno normal, mas sim de uma redução da contingência pela sua identificação e descrição (BABO, 2020).

Como organizador de sentidos que tenta restabelecer a ordem através da tessitura de uma narrativa que ordena o caos (FRANÇA, 2012), o jornalismo tem seus próprios rituais de como reconhecer o que é notícia, como apurar a informação e como narrá-la. Este acontecimento limite tensiona o jornalismo em todos os seus processos ao atuar na urgência da informação imediata e na antecipação de riscos. A cobertura de riscos não é usual na rotina produtiva jornalística, pois estes são entendidos como uma precipitação aos acontecimentos e, portanto, uma "não notícia". Dar conta de fatos potenciais e que não se concretizaram ainda não integra as finalidades do jornalismo, no entanto, no desenrolar da pandemia, os riscos associados a ela ganharam valor-notícia potencial, entendido por Guerra (2012, p. 48) como um "conjunto de expectativas ainda não exploradas junto à audiência". O jornalismo precisou estar "à frente do tempo" numa tensão contínua em que milhões de vidas estavam em perigo.

As "quebras de rotina" certamente geraram também mudanças nos contratos de comunicação (CHARAUDEAU, 2013), já que a divulgação de informações que estão no plano das possibilidades e/ou provisoriedades e que podem ser modificadas a qualquer momento passa a fazer parte do "acor-

do" entre o jornalismo e o público. A pandemia radicalizou a aceleração do tempo já constitutiva da atividade jornalística, e a cobertura de incertezas e riscos em tempo real colocou o jornalismo em posições titubeantes. Este processo envolveu instabilidades na apuração dos acontecimentos (agravadas com o *home office* dos jornalistas) e a impossibilidade de narrativas assertivas e propositivas, especialmente por parte das fontes científicas. Talvez seja possível afirmar que o tempo da ciência e o tempo do jornalismo em alguns momentos andaram ineditamente compassados.

O risco, normalmente invisibilizado, precisou ser construído publicamente a partir de um processo complexo que envolveu vários agentes sociais e múltiplas perspectivas, mas dependeu, fundamentalmente, de fontes científicas, embora elas tenham sido desafiadas permanentemente pela conjuntura de incertezas, pela urgência imposta pelo acontecimento e pela forte atuação de forças políticas alimentadas por grande fluxo de desinformação nas redes sociais.

Para Bosco e Di Giulio (2015), os riscos "são definidos tanto por meio de consenso quanto de modo arbitrário, segundo a conveniência conjuntural de interesses". Há os que "produzem definições de risco e aqueles que as consomem" (BECK, 2010, p. 56) e, portanto, surgem disputas definitórias "em torno da extensão, do grau e da urgência do risco" e o jornalismo participa desse processo. Esses riscos também se constituem em "oportunidades de mercado" e o jornalismo, construído no imbricamento de lógicas paradoxais compostas, de um lado, pelos valores da profissão e, de outro, pelos

mecanismos de geração de cliques e audiência, pressões econômicas e políticas, atua atravessado tanto pela visada de informação quanto pela visada de captação (CHARAUDEAU, 2013)[1]. Assim, concomitantemente à necessidade de produção de informações contínuas sobre a pandemia por questões sanitárias, também houve a estratégia mercadológica e política de manter um jornalismo aberto a algumas controvérsias que tensionaram os aportes da ciência sobre a pandemia para agradar parte da população e o governo, alinhados com vertentes negacionistas[2].

A pandemia no Brasil se constitui num acontecimento ainda mais complexo, tendo em vista que a narrativa sobre ela não se descola da afronta permanente do governo a todas as recomendações da Organização Mundial da Saúde e às boas práticas científicas. O surto de coronavírus exacerbou problemas de várias ordens no país e fez emergir vulnerabilidades e desigualdades sociais anteriormente invisibilizadas numa "expressão radical do neoliberalismo no campo da saúde" baseada na imunização massiva por contágio (VENTURA e BUENO, 2021).

Neste trabalho, refletimos sobre como o jornalismo constrói o enfrentamento ao risco, sobretudo as incertezas e as controvérsias, com foco na maneira como maneja as fon-

1 Charaudeau (2013) defende que o contrato de comunicação midiática se faz na tensão entre duas visadas, a de informação tem o intuito de fazer saber, reportando os fatos do mundo e esclarecendo suas causas e consequências e a de captação, que tem a finalidade de fazer sentir, baseada no apelo emocional da informação.

2 A CEO da CNN Renata Afonso, ao assumir em final de maio de 2021, mesmo defendendo a verdade e jornalismo "isento", refere-se à continuidade de "colaboradores" como Caio Copolla e Alexandre Garcia na emissora, pois eles "promovem um debate de alto nível e deverão ser mantidos por darem voz a uma fatia da população que se sente representada por suas análises mais conservadoras (CASTRO e PERLINTE, 2021).

tes científicas. Estamos cientes da complexidade do tema e não adentramos à sociologia da ciência, optamos por fazer nossas reflexões, ainda incipientes, desde a prática jornalística. Em primeiro lugar, vamos falar sobre a relação do jornalismo com a ciência e as fontes científicas diante de tal cenário, relação esta que possui contornos complexos por si só e passa por algumas subversões nesse contexto específico em que jornalismo e ciência trabalham deslocados de seus procedimentos habituais. Em segundo lugar, vamos discutir as questões ritualísticas do jornalismo que contribuem para a construção de controvérsias sob a égide de questões como o *fairness*, apelidado de forma pejorativa por *doisladismo*, para então, em um terceiro momento, abrir a reflexão sobre os limites e potencialidades da atuação jornalística diante de um cenário de riscos e incertezas e sobre quais controvérsias seriam legítimas na contramão do contexto de incertezas já imposto pela situação em curso.

As fontes científicas e as incertezas sobre o novo coronavírus

A metáfora "fonte" tem significado um "lugar" (pessoas, instituições ou documentos) onde o jornalista se abastece de informações num movimento unilateral. Entretanto, neste sentido, "fonte" seria uma metáfora desgastada (NEVEU, 2006; LEAL E CARVALHO, 2015), pois as fontes são ou representam agentes interessados, que falam desde um determinado lugar e, por vezes, são bastante ativas no campo de disputas pelos sentidos dos acontecimentos. Leal e Carvalho

(2015, p. 617) propõem o termo "agente" para fazer referência aos novos tipos de informantes que estão "presentes nos processos e narrativas jornalísticas sobre acontecimentos diversos a partir da dinâmica de disputas de sentido em torno do que (e como) é narrado, propondo pontos de vista que revelam visões sociais de mundo diversas". Para os autores, os "agentes" atuam de maneira distinta e não-linear na cadeia noticiosa, apresentando poderes também distintos, podendo ter tido a iniciativa ou terem sido capturados pelo processo noticioso. De qualquer uma das formas, atribuem sentidos aos acontecimentos ativamente, o que reforça a necessidade de análise cuidadosa de seus pontos de vista. Ademais, o entendimento sobre esses agentes "requer acionar a perspectiva das disputas de sentido em jogo, dinâmica que tende ao infinito, e, portanto, sempre acionando novos agentes interessados em matizar os acontecimentos narrados" (LEAL; CARVALHO, 2015, p. 618).

Tanto o jornalista escolhe as fontes ou agentes sociais cujas manifestações vão subsidiar o enquadramento pretendido na matéria, quanto as fontes procuram os jornalistas e defendem seus pontos de vista por intermédio de várias estratégias. Refletimos sobretudo a partir das fontes científicas, agentes sociais que detêm um conjunto de conhecimentos especializados e competências específicas e costumam ter muita credibilidade no campo jornalístico. Na escolha destas fontes por parte dos jornalistas, sobressaem critérios como a produtividade científica, o reconhecimento dos pares, a vinculação institucional, suas ações sistemáticas de divulgação científica,

o grau de engajamento delas no tema, a viabilidade de acesso a cada uma e também sua competência para comunicar.

O conhecimento científico, composto por avanços, contradições e contestações, teses e antíteses, costuma ser representado na mídia como algo acabado e sem contradições, numa noção de "ciência pronta" (LATOUR, 2000). Entretanto, a ciência está sempre em construção e lida permanentemente com as incertezas, mas costuma publicizar suas pesquisas a partir de um determinado grau de certeza. No caso da pandemia, os cientistas, deslocados de seus ritmos e rituais padrão, foram impelidos a revelar seus bastidores, processos e métodos e a relatar os seus "*works in progress*". O conhecimento sobre o novo vírus era impossível de ser consolidado em poucos meses e os cientistas foram paulatinamente apontando para algumas certezas pontuais e, concomitantemente, ocupando mais espaço na mídia. Algumas iniciativas no âmbito das redes sociais inclusive ressaltaram este processo, como foi o caso do instituto privado de fomento à ciência Serrapilheira, que criou a hashtag #cientistatrabalhando, que reunia relatos dos bastidores do trabalho e envolveu inclusive uma campanha pela cedência de colunas jornalísticas para cientistas.

A relação do jornalismo com a ciência, que exige cuidado proporcional à seriedade do tema, ainda é composta por outros atravessamentos. Há que ponderar que questões científicas são também questões sociais e construídas historicamente e, portanto, podem ser instrumentos de poder e de dominação. Dessa forma, devem ser conectadas com o social e deba-

tidas também por diferentes dimensões da esfera pública. As matérias sobre ciência podem e devem conter informações e advertências sobre os limites das pesquisas e descobertas em questão. Desta maneira, trazemos um debate que se localiza na sutil discussão sobre confiar na ciência em caso de crise, mesmo sabendo que ela também é provisória e também se constitui num discurso. Ademais, diferentes pontos de vista e incertezas são constitutivos da ciência que, afinal, não se baseia em dogmas, mas neste caso em especial esteve no comando da depuração de informações que podiam envolver a vida e a morte de centenas de milhares de pessoas.

Aliás, muitos agentes científicos passaram a ser bastante ativos midiaticamente. Houve várias iniciativas dos centros de pesquisa e tecnologia e universidades, bem como de cientistas e especialistas em sistematização de informações especializadas para o público em geral ou para a imprensa. Muitos cientistas abriram mão da mediação jornalística e tornaram-se também divulgadores científicos, especialmente no *Twitter* — em que o número de divulgadores dobrou em um ano (MALINI, 2021) e os picos de engajamento coincidem com o agravamento dos números da pandemia no país (GELAPE et. al., 2021) — e no *YouTube*. Outros cientistas passaram a ser fontes jornalísticas frequentes e até se consagraram como comentaristas e colunistas dos meios de comunicação e das redes sociais. Muitas assessorias de imprensa de governos, hospitais, instituições de pesquisa e de ensino tornam-se peças chave na produção de informações essenciais. A sociedade passou a conviver com notícias sobre os bastidores de

instituições como o Instituto Butantan e a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Pesquisadoras como Margareth Dalcolmo, pneumologista e pesquisadora da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (Ensp/Fiocruz), tornaram-se personagens constantes na mídia. Órgãos como a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) tiveram seus bastidores e reuniões cobertos ao vivo. Algumas organizações não governamentais, como o Instituto Questão de Ciência, voltado para a defesa do uso de evidência científica nas políticas públicas, lançado em 2018, tiveram também bastante protagonismo e criaram produtos como o programa Diário da Peste no *YouTube*. A microbiologista Natalia Pasternak, ligada ao Instituto, constituiu-se em fonte frequente para o jornalismo. O biólogo e doutor em virologia Átila Iamarino, que já tinha um canal no *YouTube* denominado Nerdologia, ao passar a tratar exclusivamente da pandemia ganhou milhões de seguidores em seus vídeos.

Epidemiologistas, virologistas, microbiologistas e médicos da linha de frente passaram a delinear e a enquadrar o acontecimento e a contribuir com efeitos sobretudo de saber e de descrição/veracidade[3] (CHARAUDEAU, 2013). Jornalistas especializados em ciência também foram decisivos em projetos como a Bori, agência criada poucos dias antes da eclosão da pandemia, que disponibilizou aos jornalistas ca-

---

3 Para Charaudeau (2013) o valor do dito se dá, para a instância midiática, com base em um efeitos valorativos. O efeito de saber ocorre "quando a declaração emana de um locutor que tem uma posição de autoridade pelo saber. E o caso da palavra de análise produzida por locutores especialistas de um domínio particular" (CHARAUDEAU, 2013, p. 169) e o efeito de descrição/veracidade está em relação ao efeito de testemunho, já que "a declaração relatada se reveste de um caráter de veracidade por ter como única finalidade descrever a realidade tal como foi vista e ouvida" (CHARAUDEAU, 2013, p. 169).

dastrados tanto um banco de pesquisadores que poderiam se tornar fontes, como de artigos científicos.

Em muitos momentos, as incertezas sobre o novo coronavírus extravasaram o campo científico e respingaram na narrativa jornalística. Especialmente no início da pandemia, os cientistas, aos quais costumeiramente se associavam verbos introdutores de informação, tais como "explicar", "assegurar" e "concluir", mesmo fornecedores do enquadramento inicial de boa parte das matérias, passaram a ter suas declarações subordinadas a verbos que revelavam incertezas.

Parte do conhecimento produzido circulou via *preprints*, publicação de trabalhos científicos em andamento antes que eles fossem efetivamente avaliados por pares em uma revista científica. Iniciativas como estas foram novidade para os jornalistas em geral que tiveram de se dedicar ao jornalismo científico sem ter a devida formação ou experiência para isso. Algumas matérias utilizaram estes trabalhos de maneira equivocada. Alves e Pernisa Junior (2020) analisaram notícias do portal jornalístico *Folha/Uol* extraídas total ou parcialmente da plataforma Medrxiv, considerada a principal da área médica, que divulga artigos científicos ainda sem revisão por pares. Somente 38% das matérias jornalísticas deixaram claro que os estudos não passaram por revisão de pares e em nenhuma vez esta informação estava no título. Ressaltam também a importância dos títulos na circulação das informações e o desconhecimento do público sobre o que seria a revisão por pares. Segundo os autores, os títulos "produzem um efeito de evidência para quem não prossegue a leitura da matéria" (AL-

VES; PERNISA JUNIOR, 2020. p. 16) E, em muitos casos, são notícias bloqueadas para os não assinantes que, portanto, vão circular muito apenas pelo título.

Por outro lado, o processo de incertezas científicas ocasionado pela urgência da pandemia também ficou exposto, ao passo que mesmo artigos publicados em periódicos renomados foram posteriormente questionados, aquecendo os debates sobre a credibilidade da área científica. Foi o caso de um artigo publicado na revista *The Lancet* sobre o maior risco de morte em pacientes com COVID-19 tratados com o uso da hidroxicloroquina, que chegou a ser utilizado como parâmetro para a ordem da Organização Mundial da Saúde de paralisar os estudos com a medicação e acabou sendo anulado depois de sofrer questionamentos por uma investigação do jornal britânico *The Guardian,* a qual deu início a um processo de escrutínio científico mais profundo (WATANABE, 2020).

Depois de publicar uma correção do estudo ainda mantendo sua validade e, mais adiante, emitir uma "expressão de preocupação", a revista acabou removendo o artigo e se retratando por sua publicação. As investigações que levaram à descoberta das incongruências no banco de dados que deu origem à pesquisa foram iniciadas por um veículo de comunicação. O que por um lado poderia representar uma subversão de lógica do jornalismo científico operada diante de um cenário incerto e urgente, por outro, reforça a importância e necessidade do jornalismo investigativo e dos fatos que traz à tona a partir de sua atuação.

O desconhecimento sobre os padrões de avaliação de pesquisas científicas que explicam os reais motivos para a anulação da publicação, que além de apresentar dados incongruentes não utilizou métodos considerados "padrão-ouro"[4], contribui para a construção e disseminação de discursos interessados que nada contribuem para o esclarecimento da população. No Brasil, onde o debate sobre a eficácia do ativo no tratamento de pacientes infectados e mesmo seu uso de forma preventiva ganhou espaço em razão das manifestações favoráveis de membros do Governo Federal, a retratação sobre a pesquisa foi utilizada como forma de contestar o trabalho da ciência e defender o uso da medicação. Diante disso, destacou-se o trabalho investigativo e até mesmo instrumental do jornalismo em outras iniciativas, como o da *Agência Lupa* de *fact-checking* que demonstrou, através do levantamento de outros estudos publicados sobre o uso da hidroxicloroquina, que a anulação do estudo publicado na *The Lancet* não é prova de que a medicação poderia ser considerada eficaz (AFONSO, 2021).

Questões como essas direcionam para a discussão sobre o efeito de evidência dos discursos. Para Alves e Pernisa Junior (2020, p. 16), tal efeito integra os discursos tomados como verdadeiros pelo jornalismo e é próprio de qualquer formulação simbólica, mas é ideológico porque as condições de produção deste discurso, sua historicidade e as relações

4 São consideradas padrão-ouro em evidência científica as pesquisas que utilizam como método os ensaios clínicos randomizados, duplo-cego e controlados. Em todos os casos, a amostra utilizada passa por certo tipo de seleção e controle. A pesquisa publicada pelo *The Lancet* tratava-se de estudo observacional, ou seja, foram analisados dados de pacientes tratados anteriormente.

de poder que o cercam ficam apagadas. Há uma "relação de sobreposição entre verdade jornalística e verdade científica". Poderíamos acrescentar que neste acontecimento em especial houve também uma sobreposição de incertezas científicas e incertezas jornalísticas.

Fairness, equilíbrio e controvérsias na abordagem das questões científicas

Para Stocking (2005), os jornalistas podem tanto ser acusados de fazer com que as afirmações científicas pareçam mais consistentes e seguras como podem ser acusados de fazerem a ciência parecer mais incerta do que ela é. No cenário de incertezas da pandemia, muitas matérias buscaram ser plurais. O princípio conhecido como *fairness*, que consiste em "ouvir os dois lados", integra os procedimentos da prática jornalística, pois está ligado aos ideais de objetividade, credibilidade, equidistância, equilíbrio e neutralidade (SPONHOLZ, 2009). Trata-se de uma prática que pode ser importante, por exemplo, em notícias que apresentam duas posições políticas diferentes, mas que precisa ser questionada durante uma cobertura em tempo real de um desastre nas dimensões como o que vivemos atualmente. Para Sponholz (2009, p. 31), mesmo que o "*fairness* possa servir como uma estratégia para averiguar se uma informação é correta, [...] trata-se de uma alternativa limitada, já que declarações contraditórias não contribuem necessariamente para uma aproximação da realidade".

A visão do jornalismo como "cão de guarda" que fareja incongruências e as denuncia está na base do exercício éti-

co e investigativo da profissão, no entanto, também alimenta a ideia de que é necessário sempre dar conta de dois polos sobre qualquer pauta e esbarra no fato de que nem todas as questões são passíveis de polarização. Para Garcia (2020, n.p.), a proliferação da ideia de que cada questão tem dois lados que merecem a mesma atenção tem ajudado a "sustentar atitudes racistas, anticientíficas e antidemocráticas no Brasil".

Para Tuchman (2016), a objetividade trata-se de um ritual estratégico definidor de alguns procedimentos operacionais que escudam o trabalho jornalístico, entre eles: a construção do texto a partir de uma ordem hierárquica apropriada, o "uso judicioso das aspas", como forma de sinalizar a quem pertence aquela opinião, de fornecer provas suplementares ou mesmo de questionar termos usados pelas fontes, além da apresentação de versões conflitantes e de fatos que comprovem tais versões. Deste último procedimento, depreendemos que não basta ao jornalismo apresentar versões opostas em relação a um acontecimento sem que existam fatos que possam comprová-las.

Manuais tradicionais do campo jornalístico, como é o caso do Manual da Folha de S.Paulo, preveem que a boa reportagem exige cruzamento de informações, ou seja, exige ouvir a versão sobre o mesmo fato de outras fontes independentes. O recurso é recomendado tanto para comprovar a veracidade de uma notícia quanto para enriquecer a reportagem com aspectos não formulados pela fonte original (MANUAL, 2013, p. 26):

> as práticas de cruzar informações e de ouvir o outro lado baseiam-se nos conceitos de que todo fato

> comporta mais de uma versão e de que o julgamento desse fato não compete ao jornalista, mas ao leitor" e que essas práticas permitem ao jornalista não endossar 'versões interessadas, que visem a manipulação da opinião pública, nem o erro que possa ser cometido por pessoas, instituições, empresas ou grupos' (MANUAL DA REDAÇÃO, 2013, p. 27).

Entretanto, a Folha de S.Paulo distingue o grau de confiabilidade de suas fontes e propõe procedimentos diversos em relação a elas. Uma fonte tipo zero prescinde de cruzamento, como, por exemplo, instituições de credibilidade e, provavelmente, nesta tipologia podem ser enquadradas algumas instituições de pesquisa e alguns cientistas. Uma fonte do tipo um é aquela que tem "histórico de confiabilidade" e fala com "conhecimento de causa" e sem "interesses imediatos" na divulgação da informação. Nestes casos, o cruzamento é recomendável, mas até pode ser publicado sem checagem com outra fonte. A fonte tipo dois não tem "histórico de confiabilidade" e deve ser cruzada com mais uma fonte, e as fontes do tipo três são de menor confiabilidade, têm interesses em jogo e devem funcionar apenas como "ponto de partida" para a matéria ou ainda ser usadas em colunas de bastidores.

Na cobertura em tempo real que ocorreu em compasso com a pandemia, as informações gotejavam e a apuração jornalística tradicional era impossível em alguns momentos. Se o trabalho jornalístico já se escuda em procedimentos habituais de forma rotineira, é um movimento esperado que, em um momento de crise, essa necessidade de escoramento em estratégias de objetividade seja ampliada. Na presença de riscos

ameaçadores e de uma avalanche de incertezas e dúvidas sobre onde buscar respostas, o ritual de apresentar versões conflitantes e deixar para que o leitor forme sua opinião pode parecer a saída, mas é preciso questionar se o momento permite tal resposta do jornalismo. Diante das incertezas, a tentativa de não se responsabilizar pode esbarrar no caminho oposto e se tornar a responsabilidade por deixar espaço para confusão social e negação de questões já consolidadas pela ciência.

Em meio ao acontecimento que já é urgente, a concorrência com as redes sociais *online* também obriga o jornalismo a falar de imediato, descompassando ainda mais o tempo de checagem. Novos temas e referências surgem a todo momento, podendo fazer com que fontes consideradas credíveis passem a ser questionadas, assim como fontes não tão seguras ou relevantes para a discussão de interesse público ganhem espaço equiparado com as primeiras.

Problematizamos então a prática jornalística de se obrigar a forjar uma narrativa de dois lados e, por vezes, de somar também à prática do *fairness,* a busca do equilíbrio e da equivalência, dando o mesmo espaço e importância para os diferentes pontos de vista. Muitas vezes, o discurso dos cientistas foi colocado em suspeita ao ser tensionado com o discurso de outras fontes, cuja base era a opinião ou determinados interesses. Outras tantas vezes, ambos os discursos foram colocados no mesmo nível de importância. Este procedimento alimentou incertezas desnecessárias em meio à crise.

No caso da eclosão de um desastre, talvez seja necessário manter a noção do jornalismo como um sistema perito que

"garante a validação [...] da crença na eficácia de outros sistemas" (MIGUEL, 1999, p. 205), até porque o cidadão não tem condições de comprovar o que está acontecendo somente com sua experiência imediata e o jornalismo é uma das instâncias organizadoras da experiência social e coletiva que pode legitimar o conhecimento científico como aliado em momentos de crise.

Além disso, se entendermos o jornalismo como um discurso pelo qual circulam, se produzem e se interpretam sentidos, processo que é protagonizado por sujeitos e no qual interferem condições de produção específicas (MACHADO, 2006), ainda outras camadas de problematização são expostas, já que todo discurso se produz a partir de bases sociais e históricas estruturantes. Nos estudos que se debruçam sobre o jornalismo a partir da perspectiva do discurso, há muito se discute sobre a distinção entre pluralidade e polifonia. Em síntese, a primeira, representada pela diversidade de personagens em uma narrativa, não é garantia de que se chegue à segunda, a presença de vozes sociais distintas e imiscíveis[5] na narrativa, gerando o que Leal e Carvalho (2015) chamam de "ingenuidade teórica".

Essa questão chama o jornalismo para se preocupar com aquilo que extrapola os procedimentos rituais. Em casos específicos de desastres, que apresentam muitas especificidades, vemos que a consulta a fontes diversas se constitui como um "ritual estratégico de polifonia" (AMARAL; SOUZA; RA-

5 Bakhtin (2010) define polifonia como a presença de consciências independentes e imiscíveis que se combinam em uma unidade de acontecimento. O conceito foi posteriormente sistematizado por autores como Oswald Ducrot e é muito utilizado no campo dos estudos do discurso.

MOS, 2020). Se ouvir fontes situadas em diferentes lugares sociais não é sinônimo de abarcar perspectivas sociais distintas e não garante polifonia ao discurso, a apresentação de dois ou mais pontos de vista sem o devido equilíbrio argumentativo também não pode ser vista como uma forma de alcançá-la.

Numa cobertura sobre acontecimentos ordinários, um cientista até aparece em matérias convivendo com outras perspectivas, iniciativas por vezes motivadas pela necessidade de questionar o lugar institucional destas fontes especializadas, de desvelar os interesses das instituições científicas em jogo ou, ainda, em matérias mais aprofundadas, para debater soluções diversas para um problema.

Em casos extraordinários, a questão não é tão simples. Para Silva (2017), muitas vezes a manufatura das incertezas acerca do que já é consenso científico tem como intenção criar dúvida na opinião pública, sugerindo para a população que tal debate científico não está encerrado. O debate público sobre a ciência é legítimo, mas se estamos em um momento de extrema gravidade e o próprio campo científico já filtrou algumas informações e já tem um horizonte comum partilhado, talvez não caiba ao jornalismo desenterrá-las e ofertá-las ao julgamento do senso comum, a menos que isso integre uma matéria investigativa ou diga respeito a um jornalismo mais especializado. Em momentos em que a produção jornalística envolve crises e a sobrevivência das pessoas e de seus entornos, talvez as incertezas científicas devam ficar mais restritas ao próprio campo científico.

O próprio campo jornalístico se debateu neste período em algumas reflexões e autocríticas. Geneva Overholser (apud ZACARIAS, 2020), jornalista do The New York Times e do The Washington Post, defende o fim de uma objetividade utópica que apresenta ao leitor uma realidade em preto-e-branco. Afirma que esta prática gera nas pessoas a ideia de que não há em quem acreditar, afinal, o falso equilíbrio desnorteia as pessoas.

A jornalista Fabiana Moraes (MORAES, 2020) criticou o *doisladismo* com base em uma matéria da Folha de S. Paulo intitulada "Guerra entre '*cloroquiners*' e '*quarenteners*[6]' que, segundo ela, reinventa polarização na pandemia" numa lógica em que o jornal estaria "no meio, no 'equilíbrio', esse lugar mítico que a imprensa tomou como seu". Para ela, a matéria cria a ideia de uma polarização e justapõe quem defende distanciamento social e *lockdown* com quem defende o uso da cloroquina.

Os contornos da pandemia obrigaram o jornalismo a esse processo autocrítico de forma simultânea à crítica do público, autorizando-se a questionar publicamente questões muito enraizadas em sua prática. Em editorial[7] sobre a marca de meio milhão de mortes por Covid no Brasil, William Bonner, âncora do telejornal de maior referência do país, o Jornal Nacional, expõe esse debate afirmando que

> [...] tudo tem vários ângulos e todos devem ser sempre acolhidos para discussão. Mas há exceções. Quando estão em perigo coisas tão importantes como o direito à saúde, por exemplo. Ou o direito de viver numa democracia. Em casos assim, não há dois lados.

É preciso ponderar que se o negacionismo científico existe e toma proporções tão avassaladoras no discurso que circula socialmente, principalmente em redes sociais *online*, em redes de desinformação e até mesmo nas falas de membros do governo, sendo reproduzido por parcelas da população, é papel do jornalismo dar conta de sua existência. "Registrar a história e construir memória" está entre doze finalidades do jornalismo definidas por Reginato (2019, p. 223) com base em um estudo em que analisa a percepção de veículos, jornalistas e leitores, os três sujeitos envolvidos no contrato de comunicação jornalística. Compreendemos que o jornalismo é desafiado a relatar a existência do negacionismo científico, no entanto, diante das condições de produção que se apresentam, é bastante tênue a linha que distingue a ação de narrar e de fortalecer essas questões.

Por mais que seja difícil não balançar sobre esta linha, não se pode perder de vista que informar de modo qualificado e defender o cidadão também estão entre as finalidades do jornalismo (REGINATO, 2019, p. 223). O relato da existência de posições negacionistas não implica em colocá-las em condições de igualdade com posições baseadas na ciência, principalmente quando os desdobramentos destas questões podem colocar vidas em risco.

Que controvérsias são legítimas no desenrolar de um desastre?

Primeiramente, é preciso lembrar que se existe controvérsia é porque, conforme Latour (2005), a disputa não está estabilizada. Uma controvérsia no jornalismo existe porque há um tema problemático sobre o qual não há acordo, há agentes sociais dispostos a defenderem seus pontos de vistas, mas há, sobretudo, jornalistas que consideraram este tema digno de ser debatido e seus debatedores dignos de serem convocados.

Para Sponholz (2010), uma controvérsia pode ter várias funções, como reforçar regras sociais e morais, levar a processos de aprendizado coletivo sobre pontos de vistas diferentes e articular grupos sociais. Diz a autora que as controvérsias podem ser conduzidas de diferentes formas: privada (sem a participação do público), pública (com a participação do público) ou midiática (com a participação do público por meio da mídia). Entretanto, "nem todo o conflito sobre o qual a mídia noticia é uma controvérsia". Para ela, há diferenças nas controvérsias geradas pelo jornalismo, que são baseadas no singular, na notícia do dia. Além do mais, o jornalismo nem sempre precisa se envolver nas controvérsias científicas. Acrescenta ainda que muitas vezes as controvérsias midiáticas não se configuram em um debate entre duas posições, mas servem sobretudo para gerar audiências e muitas vezes quem sai em vantagem é o entrevistado que tem mais competência comunicativa. Sponholz (2020) argumenta que muitas vezes

o jornalismo realiza uma problematização reacionária, pois nem todo questionamento é crítico.

Esse tipo de problematização aponta para a perda de uma base comum. Para se problematizar, deve haver uma base comum e não devemos questionar o que já está estabelecido como um aprendizado coletivo. Assim, para que a troca de argumento seja produtiva, tem que haver um horizonte comum. Sponholz nos fornece importantes elementos para refletirmos sobre as controvérsias:

> a) Pautar uma declaração ou um comportamento polêmico significa dizer que eles são relevantes;
>
> b) Discutir o conteúdo das declarações de uma fonte, ou seja, ouvir prós e contras significa legitimar o seu ponto de vista;
>
> c) Levantar e "citar" as possíveis soluções para o problema significa estabelecer as soluções possíveis e excluir outras;
>
> d) Ignorar uma fonte aponta para a sua irrelevância. Neste caso, não importa se a fonte não foi ouvida por motivos políticos ou por questões de rotina, como, por exemplo, a dificuldade de localizar alguém que pudesse representar tal grupo ou tal posição;
>
> e) Ouvir uma fonte significa consequentemente torná-la relevante e, via de regra, nomeá-la como porta-voz de um grupo, ainda que isto não corresponda à sua representatividade social [...] (SPONHOLZ, 2010, p. 169)

Com referência aos dois primeiros itens enumerados, a estratégia de promoção de incertezas mais conhecida foi a

criada pela indústria do tabaco, que consistia na circulação de dúvidas entre a correlação do uso do cigarro com o risco de câncer. Para Yamashita (2021), o uso de falsas equivalências para criar dúvidas é uma das estratégias dos negacionistas inauguradas nas descobertas das relações entre o fumo e o câncer de pulmão, em que cientistas que davam suporte à indústria do fumo recebiam o mesmo espaço que os demais na imprensa americana. O mesmo pode acontecer no debate sobre os impactos das mudanças climáticas em que alguns cientistas financiados por empresas interessadas em manter a controvérsia acabam tendo bastante espaço na mídia.

Assim, alguns outros rituais deveriam ser somados às práticas jornalísticas e o primeiro deles é avaliar se o fato é controverso, se a controvérsia é pertinente socialmente em tal momento ou coloca vidas em risco e, ainda, se os "lados" em questão são de fato equivalentes. No caso de a controvérsia merecer ser tornada pública, como posicioná-la na cobertura jornalística? Trazemos, então, alguns exemplos seguidos de elementos que podem nortear a prática jornalística neste quesito.

Por exemplo, numa matéria sobre o risco de coágulos sanguíneos, tema de muitas notícias acerca de vacinas como a da AstraZeneca, alguns meios jornalísticos optaram por trazer a controvérsia, que era de ordem científica, publicamente. Compararam os riscos utilizando informações entre os cientistas (portanto entre pares), afirmando que o risco de coágulos com a vacina é de 4 casos em 1 milhão de vacinas, enquanto o risco com o uso de pílulas por mulheres é de 1200

casos em um milhão e 165 mil em um milhão de casos com a COVID-19. Depreende-se de exemplos como este que a **informação científica deve ser contraposta com informação científica.**

Gomes (2021) lembra de um caso ocorrido na chamada CPI da pandemia em que houve um consenso entre os senadores "de que é preciso ouvir os cientistas de um lado e do outro. Falou-se até em ouvir médicos de direita e de esquerda, equitativamente, como se em questão não estivesse a verdade científica, mas a opinião política". Em casos como este, cabe ao jornalismo cobrir o acontecimento, mas já fazer as ponderações necessárias de que, como afirma Gomes (2021), "em ciência, quando há dois lados, e frequentemente há muito mais que dois, do outro lado está outro cientista, não um militante". Trazemos este exemplo para acionar a ideia de que **informação científica não deve ser contraposta com opinião.**

Um outro caso a ser lembrado foi quando o presidente Jair Bolsonaro afirmou que o Brasil não chegaria ao nível dos Estados Unidos em números de contaminados. Disse ele: "o brasileiro tem que ser estudado. Ele não pega nada. Você vê o cara pulando em esgoto ali, sai, mergulha, tá certo? E não acontece nada com ele." Alguns veículos publicaram a matéria sem controvérsias, como foi o caso da IstoÉ[8], e outros trouxeram a controvérsia no corpo da mesma matéria, como

8 BRASILEIRO PULA em esgoto e não acontece nada", diz Bolsonaro em alusão ao coronavírus. **IstoÉ**, 27 mar. 2020. Disponível em: https://istoe.com.br/brasileiro-pula-em-esgoto-e-nao-acontece-nada-diz-bolsonaro-em-alusao-ao-coronavirus/. Acesso em: 27 mar. 2020.

foi caso do UOL[9]. Outro exemplo é a matéria da BBC News intitulada "Covid: Por que ciência diz que ficar em casa reduz transmissão, ao contrário de tuíte de Eduardo Bolsonaro"[10]. São episódios que nos trazem a noção de que **opinião deve ser contraposta com informação científica.**

Como afirma Latour com base em Pestre (2020, p. 33):

> [...] nenhum conhecimento comprovado sustenta-se sozinho. Os fatos só ganham corpo quando, para sustentá-los, existe uma cultura comum, instituições nas quais se pode confiar, uma vida pública relativamente decente, uma imprensa confiável na medida do possível.

Para o autor, a ausência desse mundo comum compartilhado, que tende a ser dissolvido pela pós-política, é o que está enlouquecendo a sociedade. Se, para ele, os fatos são apenas cordeiros frente aos lobos, é preciso que todo fato esteja "instalado numa paisagem, sustentado pelos costumes de pensamento. São necessários instrumentos e instituições" (BECK, 2019).

Dessa forma, em um mundo comum compartilhado, a produção de certezas deve advir do fato de que, mesmo que a ciência tenha suas próprias incertezas, trata-se de uma forma de conhecimento com grau de confiabilidade e estabilidade na produção de conhecimento. Inspirados em Spo-

---

9 BOLSONARO: BRASILEIRO tem que ser estudado. Pula no esgoto e nada acontece. **Uol**, 26 mar. 2020. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/03/26/bolsonaro-brasileiro-tem-que-ser-estudado-cai-no-esgoto-e-nada-acontece.htm. Acesso em 27 mar. 2020.

10 COVID: Por que ciência diz que ficar em casa reduz transmissão, ao contrário de tuíte de Eduardo Bolsonaro. **BBC News**, 13 abr. 2021. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/geral-56733366. Acesso em: 13 abr. 2021.

nholz (2010), ressaltamos que em vários tipos de crise só há uma posição legítima e, acrescentamos, cabe ao jornalismo avaliar permanentemente o impacto sobre a construção da incerteza ao apostar numa controvérsia, sob pena de trazer à tona e fazer circular posições que já não se sustentam mais cientificamente.

Considerações finais

Voltando a Beck, o autor sugere uma "cultura de incerteza", uma "prontidão para uma conversa aberta para abordar o risco" em uma "comunidade democrática onde assumimos as responsabilidades conjuntamente" (BECK, 2006, p. 12). É evidente que uma sociedade múltipla e diversa não constrói e nem expõe ideias e opiniões de forma consensual, a organização dessa questão deve ser reflexo do que é considerado sensato em um mundo comum compartilhado, composto por formas de produção e circulação do conhecimento estáveis e confiáveis.

Em uma sociedade democrática, o jornalismo é por onde devem circular as questões sociais relevantes e as informações importantes à manutenção do bem-estar social e da democracia a partir de um olhar crítico para a ciência. O jornalismo tem a função de expor os conflitos diante dos quais a sociedade se encontra, mas também apresentar pistas para a estabilização dos sentidos em cenários catastróficos. Assim, talvez possamos refletir sobre limites a serem impostos às controvérsias midiáticas, pois esta problematização não pode ser reacionária no sentido de abandonar um horizonte

comum partilhado e dar lugar a concepções retrógradas, anacrônicas e anticientíficas.

Os múltiplos pontos de vista numa matéria devem vir precedidos da análise de como melhor problematizar o tema e também da avaliação sobre a simetria de fontes, prática nada simples se considerarmos que há cientistas de diferente competências e de primeira e segunda linha (STOCKING, 2005) e, ainda, outros agentes sociais que tentam se impor como tais, como foi o caso de alguns médicos brasileiros e do Conselho Federal de Medicina que defenderam o uso da Cloroquina para combater a COVID-19, por exemplo.

As controvérsias públicas envolvendo a ciência são necessárias, entretanto faz-se necessário também maior especialização dos jornalistas para criar competência de como narrá-las, sobretudo durante uma catástrofe global, sob pena de jogar para a população um nível de incerteza que desconstrói o mínimo conhecimento comprovado sobre o tema.

No "durante" de um desastre, muitas vezes não resta outra saída ao jornalismo senão ter pontos de apego temporário ao discurso científico mesmo considerando que os fatos científicos também são socialmente construídos e que a produção científica é passível de questionamento e vigilância, sobretudo no sentido de apontar a ação de lobbies e de *think tanks*[11].

No caso brasileiro, em algumas vezes, o jornalismo enfrentou o embate com redes de desinformação e negacionismo sem dar destaque a elas ou relatou posições negacionistas já enredadas em importantes contrapontos. Outras

11 Organizações que influenciam o processo de elaboração de políticas públicas.

vezes, alçou à relevância perigosas controvérsias em nome de seus rituais de objetividade e do aumento da audiência. A fabricação das incertezas na sociedade de risco e durante um desastre se dá em várias camadas e instâncias e para que o jornalismo participe da ordenação do caos gerado por um acontecimento catastrófico, tendo como horizonte partilhado a redução de riscos, há que escrutinar as incertezas e estabelecer rituais para narrá-las (ou não).

Referências

AFONSO, Nathália. #Verificamos: Artigo removido da revista The Lancet não prova eficácia da hidroxicloroquina contra Covid-19. Agência Lupa, 25 jan. 2021. Disponível em:

https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2021/01/25/verificamos-hidroxicloroquina-lancet/. Acesso em: 23 mai. 2021.

ALVES, Wedencley; PERNISA JUNIOR, Carlos. Comunicação, circulação e velocidade: o tempo da informação na mídia e da ciência. **Comunicação & Inovação**, São Caetano do Sul, v. 21, n. 47, p. 7-21, 2020.

AMARAL, Márcia Franz; SOUZA, Elise Azambuja; RAMOS, Julia Capovilla Luz. Os sentidos do desastre em Mariana: campos problemáticos e polifonia na cobertura do portal Estado de Minas. **E-Compós**, [s. l.], v. 23, 2020. Disponível em: https://www.e-compos.org.br/e-compos/article/view/1919. Acesso em: 8 abr. 2020.

BABO, Isabel. Do acontecimento inesperado à situação prolongada. *In*: FRANÇA, Vera (org.). **Diário da Quarentena**: a pandemia de COVID-19 como acontecimento. Belo Horizonte: Fafich/Selo PPGCOM/UFMG, 2020, p. 23-38.

BAKHTIN, Mikhail. **Problemas da poética de Dostoiévsky**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

BECK, Ulrich. Incertezas fabricadas. [Entrevista]. IHU ONLINE, São Leopoldo, 22 mai. 2006. Disponível em: http://www.ihuonline.unisinos.br/media/pdf/IHUOnlineEdicao181.pdf. Acesso em: 4 abr. 2021.

BECK, Ulrich. **Sociedade de risco**: rumo a uma outra modernidade. São Paulo: Ed. 34, 2010.

BOSCO, Estevão; DI GIULIO, Gabriela. Ulrich Beck: considerações sobre sua contribuição para os estudos em ambiente e sociedade e desafios. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. XVIII, n. 2, p. 149-160, abr.-jun. 2015.

CASTRO, Daniel; PERLINTE, Gabriel. Para CEO da CNN, Alexandre Garcia e Coppolla constroem debate de alto nível. **Notícias da TV**. 4 abr. 2021. Disponível em: https://noticiasdatv.uol.com.br/noticia/televisao/para-ceo-da-cnn-alexandre-garcia-coppolla-constroem-debate-de-alto-nivel-58727. Acesso em; 4 abr. 2021.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das Mídias**. São Paulo: Contexto, 2013.

CRUZ, Izabela. Como o exercício da 'liberdade' afeta a coletividade na pandemia. **Nexo**. 10 abr. 2021. Disponível em: https://www.nexojornal.com.br/expresso/2021/04/10/Como-o-exerc%C3%ADcio-da-%E2%80%98liberdade%E2%80%99-afeta-a-coletividade-na-pandemia?utm_medium=Social&utm_campaign=Echobox&utm_source=Facebook&fbclid=IwAR2VarIoxI4W0yKekLM58KiUZypWKGiaU-sMF-6tg6hfgzccxR86jd9_aXY#Echobox=1618096513. Acesso em: 10 abr. 2021

FONTCUBERTA, Mar de. **La noticia**: pistas para percibir el mundo. Barcelona: Paidós, 1993.

FRANÇA, Vera. O acontecimento para além do acontecimento: uma ferramenta heurística. In: FRANÇA, Vera Re-

gina Veiga; OLIVEIRA, Luciana de (Org.). **Acontecimento**: reverberações. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

FRANÇA, Vera. O crime e o trabalho de individuação do acontecimento no espaço midiático. **Caleidoscópio**, Lisboa, v. 10, p. 59-72, 2011.

GARCIA, Raphael Tsavkko. 'Jornalismo dos dois lados' no Brasil dá credibilidade a narrativas nocivas. **IJNet**. 28 nov. 2020. Disponível em https://ijnet.org/pt-br/story/jornalismo-dos-dois-lados-no-brasil-d%C3%A1-credibilidade-narrativas-nocivas?fbclid=IwAR3cb258GTzYkPYvl5lTXQMWbojpc0geyX4ob3riDVbgWgalBWg2CmGqUHI. Acesso em 23 mai. 2021.

GELAPE, Lucas; ORRICO, Alexandre; ALMEIDA, Rodolfo; SPAGNUOLO. Em meio ao caos, ciência brasileira floresce no twitter: Análise do Núcleo mostra que picos de engajamento nas contas dos principais divulgadores de ciência no Brasil coincidem com o agravamento da pandemia. **Núcleo Jornalismo**, 11 mar. 2021. Disponível em: https://nucleo.jor.br/redes/2021-03-11-ciencia-dispara-twitter-divulgadores. Acesso em: 23 mai. 2021

GOMES, Wilson. Médico não é cientista! A batalha da cloroquina chega à CPI. **Cult**. 7 mai. 2021. Disponível em: https://revistacult.uol.com.br/home/batalha-da-cloroquina-chega-cpi/. Acesso em: 23 mai. 2021

GUERRA, Josenildo Luiz. Uma discussão sobre o conceito de valor-notícia. *In*: SILVA, Gislene; SILVA, Marcos Paulo; FERNANDES, Mario Luiz (orgs.). **Critérios de noticiabilidade**: problemas conceituais e aplicações. Florianópolis: Insular, 2012, p. 39-50.

LATOUR, Bruno. Bruno Latour: "O sentimento de perder o mundo, agora, é coletivo. [Entrevista concedida] Marc Bassets. **El País**, 31 mar. 2019. Disponível em: ht-

tps://brasil.elpais.com/brasil/2019/03/29/internacional/1553888812_652680.html. Acesso em: 1 abr. 2021

LATOUR, Bruno. **Ciência em Ação**: Como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. São Paulo: Editora Unesp, 1997.

LATOUR, Bruno. **Onde aterrar?** Como se orientar politicamente no Antropoceno. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

LEAL, Bruno e CARVALHO, Carlos Alberto. De fontes a agentes jornalísticos: a crítica de uma metáfora morta. **Intexto**, Porto Alegre, n. 34, p. 606-622, set./dez. 2015.

MACHADO, Marcia Benetti. Jornalismo e perspectivas de enunciação: uma abordagem metodológica. **Intexto**, Porto Alegre, v.1, n.14, p. 1-11, jan./jun. 2006.

MALINI, Fabio. Após um ano de pandemia, rede de divulgadores científicos dobra no Twitter BR. **Labic**, Vitória, 19 mai. 2021. Disponível em: http://www.labic.net/blog/em-um-ano-rede-de-divulgadores-cientificos-dobra-no-twitter/?fbclid=IwAR0iTtKzuZcocT0jgB3roZpynwMjsCLpMF5A0LC0nwC3Xg4b0LNAhxQalm0. Acesso em: 23 mai. 2021.

MANUAL DA REDAÇÃO: Folha de S.Paulo. 19ª ed. São Paulo: Publifolha, 2013.

MIGUEL, Luís Felipe. O Jornalismo como sistema perito. **Tempo social**, São Paulo, v. 1, n. 11, p. 197-28, 1999.

MORAES, Fabiana. Fabiana Moraes: "Toda prática jornalística é posicionada e ideológica". [Entrevista concedida] Dairan Paul. Observatório da Imprensa, ed. 1089, 26 mai. 2020. Disponível em: http://www.observatoriodaimprensa.com.br/entrevista/fabiana-moraes-toda-pratica-jornalistica-e-posicionada-e-ideologica/. Acesso em: 23 mai. 2021.

NEVEU, Érik. **Sociologia do jornalismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

QUÉRÉ, Louis. A individualização do acontecimento no quadro da experiência pública. **Caleidoscópio**: Revista de Comunicação e Cultura, Lisboa, v. 10, p. 13-37, 2011.

QUÉRÉ, Louis. Entre o facto e sentido: a dualidade do acontecimento. **Trajectos**: Revista de Comunicação, Cultura e Educação, Lisboa, n. 6, p. 59-75, 2005.

REGINATO, Gisele Dotto. **As finalidades do jornalismo**. Florianópolis: Insular, 2019

SILVA, Daniel Reis. **Relações Públicas, ciência e opinião: lógicas de influência na produção de (in) certezas**. 2017. Tese (Doutorado em Comunicação Social) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

SPONHOLZ, Liriam. A problematização reacionária como desafio para o jornalismo (Aula inaugural do Curso de Jornalismo). Goiânia, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=y5d2h0tgoWM&t=3059s. Acesso em: 4 abr. 2021.

SPONHOLZ, Liriam. **Jornalismo, conhecimento e objetividade**: além do espelho e das construções. Florianópolis: Insular, 2009.

SPONHOLZ, LIRIAM. O papel do jornalismo nas controvérsias. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. 7, n. 1, 2010. Disponível em:

http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/11601. Acesso em: 14 jul. 2016.

STOCKING, S. H. Como os jornalistas lidam com as incertezas científicas. *In*: MASSARANI L; TURNEY J; MOREI-

RA I. C. (org). **Terra Incógnita**: a interface entre ciência e público. Rio de Janeiro: Vieira & Lent, 2005.

VENTURA, Deisy de Freitas Lima; BUENO, Flavia Thedim Costa. De lider a pária de la salud global: Brasil como laboratório del "liberalismo epidemiológico" ante la Covid-19. **Foro Internacional**, v. LXI, n. 2, p. 427-467, abr./jun. 2021

TUCHMAN, Gaye. A objetividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objetividade dos jornalistas. In: TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo**: Questões, teorias e "estórias". Florianópolis: Insular. 2016. p. 111-132

WATANABE, Phillippe. The Lancet faz retratação de estudo que apontava maior risco de morte associada à hidroxicloroquina. **Folha De S.Paulo**, 4. jun. 2020. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/06/the-lancet-retrata-estudo-que-apontava-maior-risco-de-morte-associado-a-hidroxicloroquina.shtml. Acesso em: 1 jun. 2021.

YAMASHITA, Marcelo. Mercadores da dúvida. O uso de falsas equivalências para criar dúvidas é uma das matrizes para negacionistas. **Unesp**, 1 fev. 2021. Disponível em: https://www2.unesp.br/portal#!/noticia/36281/mercadores-da-duvida. Acesso em 17 jun. 2021.

ZACARIAS, Bruno Daminello. A utopia do "doisladismo" e o "novo velho" modo de defender a democracia. **Orbis Media Review**, 7 out. 2020. Disponível em: https://orbismedia.org/utopia-imparcialidade-democracia/. Acesso em: 17 jun. 2021

Complexidade versus pós-verdade na pandemia
Um chamado à razoabilidade

Kalynka Cruz-Stefani
Faculdade de Comunicação
Universidade Federal do Pará, Belém, PA, Brasil
E-mail: kalynka@ufpa.br

O presente capítulo aborda uma discussão teórica que visa trazer à luz possíveis "remédios" para os problemas causados pelas pós-verdades geradas por *fake news*. Cabe enfatizar que estas falsas notícias têm alcançado diretamente as populações brasileiras originais e quilombolas, populações estas que vêm sendo atingidas agressivamente pelas *fake news* desde a ascensão do presidente eleito em 2018, o que se agravou ainda mais durante a pandemia da Covid-19. Tais populações, antes afastadas das tecnologias, viram-se subitamente imersas nas redes sociais com o avanço do 4G, da internet e da própria necessidade de se conectar durante a pandemia. Parece-nos que a balança tem pesado negativamente no que se refere ao que as novas tecnologias trouxeram para essas populações. Não se trata obviamente de uma problemática reservada exclusivamente a essas populações; entretanto, como veremos logo a seguir, estas têm sido atingidas de maneira específica durante os anos de 2020 e 2021. Este trabalho também pretende apresentar-se como uma carta-convite àqueles que se preocupam com a razoabilidade no mundo.

O exercício do pensamento complexo nessa "nova" sociedade digital urge. Não nos faltam exemplos da manipulação, da barbárie e das mazelas com as quais nos confrontamos no ciberespaço. Não se trata de uma abordagem negativista sobre o tema, pois sabemos que o ciberespaço vive constantes momentos de homeostase, ora adoecendo, ora se equilibrando. Porém, ao tomarmos emprestada a triste metáfora do adoecimento, podemos afirmar que nossa sociedade hoje vive uma fase aguda, envenenada pela cacofonia da mentira e do ódio, automedicando-se com a pós-verdade e as bolhas informacionais. Parece-nos que o tratamento não é mágico, nem curto, mas sim, contínuo. Somente a complexidade é que pode nos devolver a razoabilidade. Um recente relatório da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab) e do Instituto de Pesquisa da Amazônia (Ipam)[1] mostra que a taxa de mortalidade pela Covid-19 entre os indígenas da Amazônia Legal é 150% mais alta do que a média nacional, uma vez que eles sofrem em um sistema onde falta estrutura de saúde e sobram fragilidades. Além disso, o fato é ainda acentuado quando essas populações são também contaminadas pelas *fake news* sobre a pandemia, a vacina e o tratamento precoce. O problema é real e tem sido objeto de interesse de várias instituições que atendem tais populações. A Fundação Amazônia Sustentável (FAS)[2], por exemplo, teve de desenvolver material informativo para conscientizar a população indígena e reforçar a mensagem de que a vacina salva

1 Disponível em: https://ipam.org.br/bibliotecas/under-reporting-of-covid-19-cases-among-indigenous-peoples-in-brazil-a-new-expression-of-old-inequalities/. Acesso em: 03/05/2021

2 Disponível em: https://fas-amazonia.org. Acesso em: 03/05/2021

vidas. O mesmo ocorre com algumas comunidades quilombolas. Segundo relato da Abrasco (Associação Brasileira de Saúde Coletiva), durante o processo de cadastramento para a vacinação, voluntários das associações locais foram de casa em casa fazer o cadastro, porém se depararam com uma elevada quantidade de pessoas que simplesmente se recusavam a dar informações para serem vacinadas. O motivo? A desinformação causada pelas *fake news*. Em recente documento, a Abrasco (2021) relata que o mesmo tem acontecido em muitas áreas indígenas pelo país, fato este que nós mesmos temos acompanhado em pesquisa ainda em desenvolvimento.

Este capítulo visa discutir, portanto, possíveis soluções a esse problema por meio da criação de estratégias de fomento à complexidade. Nesse sentido, cabe ressaltar que vivemos a polarização da pós-verdade, alimentada pela cacofonia na internet, bem como por bolhas sociais, *fake news*, linchamentos e cancelamentos virtuais. Faz-se necessário, então, fomentar a reestruturação das maneiras de lidar com essa nova realidade, nesse mundo digital e digitalizado, indo na contramão desses tipos de processos depreciativos e segregadores ou, ao menos, reconhecê-los e tentar desacelerá-los. Estamos diante de um desafio mundial multidisciplinar. É a partir da crítica a esse modo de compreensão linear que prevalece não apenas nas redes, mas que se potencializa no ciberespaço, que surge a nossa proposta de uma Agência de Fomento ao Pensamento Complexo.

Segundo Morin (2011), os contextos culturais devem ser reconhecidos para que possamos "compreender os pensa-

mentos e os atos dos indivíduos oriundos de diferentes culturas" (p.115). Assim, o pensamento complexo traz à tona a urgência não apenas da religação, mas, principalmente, do reconhecimento da "missão antropoética-política" dos tempos atuais, qual seja, "realizar a unidade planetária na diversidade" (MORIN, 2002, p. 165). Por meio de tal reconhecimento e do exercício da religação, pode-se fazer valer a compreensão e a solidariedade; desde que, o que é claro, haja uma "disposição subjetiva" para tanto. O contrário nos impossibilita um olhar generoso sobre o Outro, as diferenças, e os contextos que nada mais são que "[...] estruturas enraizadas indelevelmente no espírito humano" (MORIN, 2002, p. 110). Desse modo, a incompreensão fomenta o ódio, o desprezo, a desumanização, a redução da alteridade a um erro ou a um contrário ordinário. No ciberespaço, especialmente, pode-se enxergar o modo como ações desagregadoras fomentam o desligamento da comunidade que, por sua vez, reage proporcionalmente, abastecendo um ciclo que só pode ser rompido pelo conjunto da ética para a vida. Aqui, deparamo-nos com mais uma lição do pensamento complexo.

A complexa biologia do conhecimento sugere que "a vida só pode auto-organizar-se com o conhecimento. A vida só é viável e passível de ser vivida com conhecimento, nascer é conhecer". Ainda, e de modo definitivo, "conhecer é primariamente computar" (MORIN, 1999, p. 58). Isso é, precisamente, importante. Partindo de noções como "cômputo", "auto-computação", "auto-organização", "auto-eco--organização" e processos biológicos do conhecimento, de-

vemos nos ocupar com o centro da atividade computante; no homem, o cérebro. Trata-se de um "[...] mega computador [...] que computa as intercomputações das regiões cerebrais" (MORIN, 1999, p. 66). Na complexidade, o cérebro precisa ser lido desde um binômio estruturante, cérebro/espírito, muito embora a cultura ocidental tenha trabalhado obstinadamente para a cisão entre as duas matrizes do sujeito.

O cérebro, com suas ligações químicas e operações neuronais, seria capaz de "detectar o espírito"; não o produz, mas o identifica (MORIN, 1999, p. 81). Sem a subjetividade ofertada pelo espírito, o cérebro é delirante, repetidor de um racionalismo cego. Sem a objetividade, a materialidade e o espírito sofreriam os efeitos de uma espiral alucinatória. Já o cérebro/espírito, de acordo com Morin e baseando-se em estudos da biologia, abriga dois hemisférios e dois sexos. Tal dualidade constituinte determina a especialização das realizações cognitivas dos tipos abstrato/concreto; masculino/feminino; explicação/compreensão; linearidade/globalidade; entre outras "ao mesmo tempo, diferentes e idênticas", singulares umas em relação às outras e equipotenciais, complementares. Diversas não apenas no que diz respeito às particularidades individuais, mas, inclusive, desde as ações que determinam a "sexualização dos hemisférios" (MORIN, 1999, pp. 96-103). Tais ações são estimuladas de diferentes maneiras nos indivíduos a partir de sobredeterminações culturais e familiares, por exemplo, que tendem a privilegiar certos aspectos em detrimento dos demais, o que tende a promover um conhecimento deficitário. Contudo, "uma sobredeterminação cultural que favorece

a complementaridade tende a favorecer a abertura da inteligência e o enriquecimento do conhecimento nos dois sexos" (MORIN, 1999, p. 102). "O espírito dos filósofos necessita do cérebro destes; o universo sem espírito e sem consciência dos cientistas necessita do espírito e da consciência destes" (MORIN, 1999, p. 82). Manipulando a estrutura bioquímica do cérebro, manipula-se também a estrutura do espírito; pode-se afetar profundamente a percepção do espírito, mutilar a consciência, provocar dores ou alucinações. Assim, "aprendemos cada vez mais que os estados psicológicos dependem estreitamente da falta ou do excesso deste ou daquele complexo molecular (desse modo, a depressão corresponderia a uma redução da serotonina no cérebro)" (MORIN, 1999, p. 82). Contudo, não podemos conceber semelhante relação como mera causalidade. Antes, devemos manter o princípio complexo da dialógica no horizonte e nos lembrar de que há, no espírito, um relativo grau de autonomia, "pois o produto pode retroagir sobre o produtor e o efeito sobre a causa. Tudo isso indica [. . .] uma causalidade circular" (MORIN, 1999, p. 83). O espírito nasce como emergência do cérebro, mas o cérebro, por sua vez, necessita do espírito para se constituir enquanto tal - ainda que o espírito, jovem na escala da evolução em relação ao cérebro, também dependa do cérebro para emergir.

A cultura, terceira entidade da tríade, responde pelo processo de hominização do conhecimento; o que permitirá ao homem tornar-se reflexivo, cogitante, ao longo do processo evolutivo (MORIN, 1999, p. 88). O cogito é resultado do en-

contro entre a computação e sua capacidade de, no sujeito, fazê-lo meditar sobre si mesmo, atingir a consciência, acessar ideias, dominar linguagens e tornar-se, em alguma medida, apercebido de si "[...] a linguagem e a ideia transformam o cômputo em cogito e estes são inseparáveis" (MORIN, 1999, p. 88, grifos nossos). O espírito, como "emergência própria do desenvolvimento cerebral do homo sapiens, [...] nas condições culturais de aprendizagem e de comunicação ligadas à linguagem humana" (MORIN, 1999, p. 89), inscrito no circuito recursivo, dialógico, fundamental à complexidade, retroage sobre si, sobre suas produções e sobre as condições em que é produzido, alimentando seu próprio desenvolvimento, tal qual esperado dos complexos auto-eco-organizados.

O conhecimento do conhecimento - que nos permitiu traçar caminho que atravessa também a antropologia e a biologia - revela-nos a beleza dos grandes empreendimentos históricos, científicos e das descobertas feitas pelo cérebro/espírito humanos. Aponta, de igual modo, para contradições, erros, ilusões, cegueiras e delírios engendrados pelo mesmo humano. O cérebro computante, cogitante, abstrato, subjetivo e egocêntrico tende ao desequilíbrio, principalmente, em função das sobredeterminações culturais. Apega-se com facilidade, o cérebro, a crenças e mitos, reproduzindo o que nos aparece como traços de animalidade, rastros filogenéticos (MORIN, 1998, p. 104) que o transformam em um pêndulo, movendo-se de lá para cá, de cá para lá, do sapiens ao *demens*, do *demens* ao *ludens* e assim por diante.

Lançado o problema engendrado por erros e ilusões, desde a perspectiva da etologia do conhecimento, chegamos, por fim, a uma questão crucial que cerca e anima a busca do ser humano pela verdade e pela interpretação dos fatos: a angiogênese. Trata-se de uma pulsão cognitiva que catapulta o indivíduo na direção de temas idiossincráticos, carregados do nascimento para a vida adulta, alimentados ou alterados pelo imprinting cultural (MORIN, 1999, p. 144). Assim, a tríade cognitiva — viés de confirmação/dissonância cognitiva/raciocínio motivado — "[...] aciona automática e necessariamente a resposta tranquilizadora (desejada) que 'faz bem' ou mesmo favorece um gozo psíquico próximo do gozo físico" (MORIN, 1999, p. 145). Trata-se de uma colocação fundamental para a construção do conhecimento do conhecimento apresentado por Morin. Logo, se a questão ansiogênica se inscreve na construção do conhecimento de forma tão sólida, torna-se evidente a necessidade de uma abordagem complexa das estruturas que mantêm em pé as sociedades humanas. A obsessão cognitiva nos remete ao problema do egoísmo do espírito cogitante, conforme afirmado anteriormente. Por sua vez, a dimensão afetiva do sujeito pode, em circunstâncias específicas, sobretudo aquelas em que não há vigilância da razão sobre o Eros, operar o desligamento, fomentando a ilusão e a tirania. O sentimento de verdade (MORIN, 1999, pp. 145-146) deverá nos colocar diante de uma dupla posse existencial, por assim dizer, a do possuidor e a do apossado; a do indivíduo que detém a exata medida das coisas e a daquele que sofre objeção das coisas elas mesmas.

Ainda segundo o autor (MORIN, 1999, p. 146), o "sentimento de verdade/certeza comporta o sentimento de evidência" que, inconteste, apropria-se do indivíduo e se dá na medida de suas obsessões cognitivas. Tal evidência ilumina dois aspectos pelo menos: o primeiro recupera as noções implicadas em termos como prova, experimentação, verificação empírica e lógica, ao passo que o segundo é dogmático, da experiência individual, subjetivo, da experiência com o sagrado.

> [...] O amante da verdade deve desconfiar do que o faz gozar psiquicamente e buscar a verdade para além do princípio do prazer. Deve analisar a sua idiossincrasia intelectual e o significado das suas obsessões cognitivas; deve tentar elucidar as suas próprias questões ansiogênicas e suas próprias respostas calmantes. A necessidade de autoanálise, que englobaria, mas ultrapassaria a investigação psicanalítica, impõe-se para cada um [...] (MORIN, 1999, p. 151).

Por fim, retomamos a ideia de que o conhecimento é mesmo um ecossistema auto-eco-organizado que exige condições específicas para a manutenção do seu equilíbrio e para que os indivíduos partícipes não sejam deglutidos por ideias de natureza egoísta e fomentadoras do desligamento, como intolerância, inépcia, ignorância, cacofonia, manipulação e bolhas de isolamento ideológico. A história está atulhada de episódios que atestam a perda de razoabilidade. Confrontos que exterminam etnias ou grupos sociais, por exemplo, são registrados desde muito. Regimes totalitários, cujo ponto de saída e chegada é a supressão das liberdades individuais, representam o ponto de culminância do ato de violência contra

qualquer conduta ética que faça incluir o bem comum. Um homem desumanizado, destituído da sua condição individual e social, é prova inconteste do fracasso da espécie. Um único homem desumanizado é um Homem Desumanizado; o que quer dizer, pontualmente, que enquanto houver ações de submissão contra um, estamos todos em risco. Assim, ainda que a perda de razoabilidade surja, em qualquer circunstância, como o meio para um fim, ela é, em todo caso, um extravio coletivo do conhecimento que nos quer todos juntos. Processos impostos ou conduzidos por coletividades - linchamentos, vandalismos, comunicações violentas, agressões virtuais ou *off-line* - repercutem uma espécie de desrazão em grupo, de grandes proporções, volumosa, abissal, decisiva. A moral rasa, redutora, nada complexa, obedece a códigos binários; ou, como quer Morin (2005, p. 145), "[...] uma dupla posse existencial: apropriação da verdade ('eu tenho a verdade') e a possessão pela verdade ('pertenço à verdade'); ambas as posses ligam-se em um ciclo que as alimenta". A dupla perspectiva do que é verdadeiro deixa, portanto, de ser um bem comum para atar-se à imagem e à semelhança do possuidor, do proprietário.

No ciberespaço os "deslocamentos" e "rupturas", termos empregados por Morin (2011), estão diretamente relacionados à luta entre uma (nova) ética humanizadora ou um humanismo renovado e a ética deontológica e cristã. As éticas, posto serem mesmo no plural, fazem derivar, qualquer caso, ações correspondentes. Movimentos opositores, contrários, lançam mão do emprego abusivo da força para extirparem

seu espelho e condenarem a si mesmos. "A maior ilusão ética é crer que se obedece à mais alta exigência ética quando, na verdade, se está agindo pelo mal e pela mentira" (MORIN, 2011, p. 55). E agir "pelo mal" e "pela mentira" é agir em nome da ruína. O escritor português Valter Hugo Mãe, em seu A Desumanização, alcança alguma coisa que me parece definitiva.

> O inferno não são os outros, pequena Halla. Eles são o paraíso, porque um homem sozinho é apenas um animal. A humanidade começa nos que te rodeiam, e não exatamente em ti. Ser-se pessoa implica a tua mãe, as nossas pessoas, um desconhecido ou a sua expectativa. Sem ninguém no presente nem no futuro, o indivíduo pensa tão sem razão quanto pensam os peixes (MÃE, 2014, p. 12).

Toda perda de razoabilidade gera um desligamento. Toda perda de razoabilidade é gerada por um desligamento. A ênfase é necessária, pois esforços de religação devem ser nossa única alternativa, conforme uma das hipóteses com a qual trabalhamos. Dizer "bom dia" para qualquer um que nos atravesse o caminho ou manter-se firme diante de uma injustiça presenciada, os atos humanizadores se tornaram desimportantes, porque midiaticamente invisíveis, para alcançar a grandeza espetacular da empatia virtual.

Edgar Morin e Paulo Freire, para citar apenas dois dos nossos interlocutores, anteviram uma série de problemas que evoluíram para a atual crise do ciberespaço. Propuseram soluções quando ainda sequer imaginávamos nossas vidas digitais.

Se ouvidos mais atentamente, quem sabe hoje, na Internet, relações outras que não as assistidas? Não sabemos, mas agora já o caos que nos joga de um lado a outro faz referência aos problemas apontados. Educar para religar, educar para libertar das amarras, dos preconceitos, do ódio, da subserviência, da dominação e do desejo de dominar. Muito já se discutiu sobre a importância da reforma do pensamento, da educação nas escolas e do necessário rompimento com a racionalidade simplificadora em favor do pensamento complexo. Esta é, sem dúvida, a primeira das saídas a ser reconhecida. Vem daí todo o trabalho desenvolvido no mundo desde a difusão da Teoria da Complexidade. Senso comum, a reforma do pensamento deve começar pelo desenho de uma nova instituição de ensino que congregue os saberes já disponíveis e inclua novos — uma escola que não separe o que é inseparável, que não ignore a multiplicidade e a diversidade. É o que Morin propõe, aliás, assim como a revisão dos nossos valores, das nossas relações com a família e da nossa participação no bioma planetário. Se somos premidos pela gravidade do agora, então, além de depositarmos alguma expectativa no futuro, por meio da educação de base, devemos também buscar soluções para o hoje, junto daqueles que estão em condições de agir para frear o desligamento. Do lugar onde estamos, a primeira picada aberta nos mostra sempre o mesmo cume da montanha: a universidade. Sem nenhuma surpresa, Morin já escrevia o seguinte:

> A universidade é conservadora, regeneradora, geradora. Conserva, memoriza, integra, ritualiza um patri-

> mônio cognitivo; regenera-o pelo reexame, atualizando- o, transmitindo-o; gera saber e cultura que entram nessa herança. A esse título, a universidade tem uma missão e uma função transecular que, via presente, vai do passado para o futuro; missão transnacional que guardou a despeito da tendência ao fechamento nacionalista das nações modernas. E dispõe de uma autonomia que lhe permite realizar essa missão (MORIN, 2003, p.31).

De fato, é dela que ouvimos os clamores e as ações efetivas ocupadas com o combate da desumanização no ciberespaço. É preciso mais, porém. Aplacar o ódio, a pós-verdade e todo tipo de manipulação e desligamento por meio de projetos multidisciplinares que afetem a Universidade e seu entorno. Do lugar que nos cabe, vemos com clareza, por exemplo, a necessidade de uma reforma do ensino nos cursos de comunicação, para que o estudante se entenda como fenomenologista e como um dos responsáveis no combate de problemas que sua/nossa própria categoria ajuda a alimentar. Trata-se não apenas de familiarizar o corpo discente — e docente — com as novas mídias, mas garantir o ensino transversal de todas as nuances implicadas em um mesmo tema. Filosofia, psicologia social, sociologia, inteligência artificial, robótica e outras deveriam ter importância análoga às Teorias da Comunicação e àquelas matérias consideradas "práticas". Discutir mudanças curriculares como enfrentamento da pós-verdade e do ódio no ciberespaço deve ser assunto para um desdobramento mais vagaroso. Isso que aqui incluímos é apenas um lembrete dos mais cruciais. À parte a reforma, ca-

berá debatermos outras maneiras de fomento ao pensamento complexo. Entendemos, considerando o aporte teórico acima exposto (brevemente), que as agências de *fact-checking*, por exemplo, são insuficientes para, sozinhas, contestarem a pós-verdade e as notícias falsas que compõem o fluxo da cacofonia na web. Pois, se há uma crise da verdade - e, no ciberespaço, é construído todo um percurso de reforço das crenças, endossando a reprodução de falsos conteúdos - as agências de *fact-checking* tanto perdem força quanto têm seu trabalho ignorado pelo jornalismo tradicional. Tais agências, de fato, combatem notícias falsas, muito embora sejam incapazes de lidar com a pós-verdade. Nesse sentido, como lidar com a pós-verdade?

Há poucas respostas para a pergunta acima. Na conta que nos cabe, o fomento ao pensamento complexo é a primeira e mais acertada das respostas. Durante nossa pesquisa de Doutorado, pudemos assistir uma experiência bastante curiosa. Em sala de aula e com anuência dos alunos, na Universidade Federal do Pará (UFPA), conduzimos uma investigação para a disciplina, sob minha responsabilidade docente, intitulada "Laboratório de Comunicação Digital e Novas Mídias". Tratou-se de um laboratório de experimentação mista que reuniu exercícios práticos e estudos teóricos ocupados com a solução de problemas identificados no ciberespaço.

O projeto experimental da disciplina teve como objetivo facilitar o debate sobre a relevância do pensamento complexo para fora do ambiente acadêmico. Foram analisadas as notícias falsas divulgadas na internet e investigados os efeitos

gerados por tais conteúdos enganosos. Batizado de Agência Afluentes, convidamos o leitor a construir um ponto de vista crítico por meio da conexão de múltiplas áreas de conhecimento. Dentre os exercícios experimentais desenvolvidos na Afluentes, dedicamos atenção para a interpretação dos processos disparados pela disseminação de notícias manipuladas. Lançamos mão do caso do artista Wagner Schwartz, que performou nu no Museu de Arte Moderna de São Paulo (MAM). A Agência discutiu os impactos causados pelas notícias falsas criadas sobre a performance de Schwartz, ouviu especialistas sobre o assunto e fez um corajoso exercício de compilação de pontos de vista e caminhos cognitivos percorridos tanto pelas vítimas quanto pelos próprios neo-haters (CRUZ-STEFANI, 2020), assim como a mecânica de manipulação dos *haters* formadores de opinião.

A agência dedicou-se a elaborar conteúdo que oferecesse suporte para a detecção de notícias falsas na internet. Seja por meio do fomento à complexidade e ao desenvolvimento do pensamento crítico, seja pela difusão de orientações simples para a investigação de possíveis notícias falsas. De modo sucinto, dizemos, a Afluentes propunha-se a combater a disseminação das notícias enganosas, seguindo a série de recomendações proposta por várias instituições, entre elas a da Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias (IFLA) de combate às notícias falsas. Considerados conteúdo e formato inovadores, a agência propôs a compreensão dos contextos em que é tecida a trama social, bem como o papel de cada um de nós, fios do mesmo enredo.

Ao longo do projeto, os alunos se aprofundaram no trabalho das agências de checagem, desvelando fatos e dados importantes, especialmente com relação aos métodos e à produção de conteúdo daqueles novos veículos jornalísticos. Mas, acima de tudo, para além das ações mecanicistas (mas necessárias) como identificar falsas notícias etc, os alunos foram impulsionados a exercer o seu senso crítico, a sua criatividade, a enfrentar os seus próprios preconceitos e os dos outros, a tentar compreender os contextos, a tentar detectar falhas de comunicação e armadilhas de pensamento. Trata-se de um exercício que nunca está terminado, mas vemos aí certamente uma mudança de mentalidade, capaz de reforçar uma postura evolutiva, consciente do desafio da complexidade. O resultado visível do experimento em sala - após convidar estes cerca de 30 jovens a debater, durante quatro meses, a complexidade e os processos de desligamento no ciberespaço - foi revelado nos trabalhos finais da disciplina, assim como nas falas ainda mais críticas e nos olhares cuidadosos e humanizadores sobre o outro.

Por tratar-se de um projeto não financiado, sua conclusão coincidiu com o término da disciplina. Enquanto, naquele pequeno espaço de sala de aula, lutávamos para que aquele coletivo de 30 alunos compreendesse conceitos e práticas relacionados aos problemas no ciberespaço, por outro lado, entendemos que a missão é, ao mesmo tempo, individual e coletiva. Se todos nós, educadores, devemos tomar como missão o combate ao desligamento, atuando onde nos cabe, às salas de aula e aos laboratórios de pesquisa, por outro, so-

zinhos estaremos sempre lutando contra uma força quase invencível, que nós mesmos, ironicamente, ajudamos a criar. Portanto, é preciso mais que educar, conscientizar, mobilizar: é preciso que contemos com o resto da sociedade. O problema que enfrentamos vai além da boa vontade e da falta de conhecimento. Trata-se de lidar com interesses diversos, lidar com a intencionalidade, lidar com aqueles que se aproveitam da ignorância. E, para isso, defendemos que - além de educar as pessoas para que entendam a dinâmica do ciberespaço e como isto afeta suas vidas - faz-se necessário aumentar e estruturar ações de vigilância, registro e regulamentação. Nenhuma dessas ações funcionará sozinha de forma efetiva. É preciso que pensemos em um novo ciberespaço. Para além de questões como *fake news*, pós-verdade, *hate-speech*, *haters* e neo-*haters* - as quais não se reduz o desligamento no ciberespaço, esteja claro - apresentamos evidências por meio de pesquisas anteriormente realizadas, notadamente a que inspirou este trabalho, a nossa tese de Doutorado (2020), de que apenas um comportamento vigilante, autorregulador e comprometido pode ajudar na busca de razoabilidade no ciberespaço.

Conforme já dissemos, as agências de *fact-checking*, mesmo que se esforcem a emprestar certa complexidade às suas metodologias de checagem de fatos, possuem limitações ligadas à própria natureza desse exercício; por isso, acreditamos na viabilidade de um aparelho que busque o fomento do pensamento complexo, invertendo o processo que determina o que é verdade ou mentira, pois, de que nos adianta afirmar que algo é falso quando, na verdade, a pós-verdade já cria

uma barreira cognitiva que vai induzir aqueles que estejam envoltos em suas próprias crenças a descredenciar a voz de quem os tenta alertar para aquele fato específico. É em função disso que, neste trabalho, defendemos a criação de uma agência (do latim *agentia*[3]) no sentido não impositivo, não individual, mas coletivo, que vise impulsionar o exercício crítico sem impor correção, mas, sim, esclarecimento sobre todos os mecanismos que nos levam todos - nós e os outros - a crer, propagar, estimular o ódio e a desinformação que permeiam o ciberespaço. Trata-se, então, da criação de uma agência que tenha caráter multi-institucional e, neste momento, este capítulo chega onde subjetivamente pretendia chegar: tornar-se um convite a todo pesquisador que tenha interesse na construção de um mundo razoável.

Mas, trata-se do quê, afinal?

Trata-se de uma pesquisa-ação. Propomos que sejam associadas teoria e ação, ou seja: de modo participativo, devemos nos apropriar o ainda mais do contexto da nossa problemática, bem como nos organizar de forma colaborativa no intuito de buscar soluções junto aos atores envolvidos. Pesquisa e interação norteiam nossa proposta de solução/ remédio, interligando, em um loop espiral de auto renovação, aprendizado - interação - aprendizado. Acreditamos que a pesquisa-ação, tão popularizada no exercício do magistério por aquele que é também um de nossos autores-guia, Paulo

3 **Agência** (do latim *agentia*), em sentido filosófico, é a capacidade de um agente intervir no mundo.

Freire, surge neste trabalho como complemento natural ao nosso primeiro suporte teórico, a Teoria da Complexidade, sendo agregada em nosso segundo suporte teórico que é a semiótica cognitiva. Afirmamos, com isso, que a pesquisa-ação - ao considerarmos a espiral auto-reflexiva lewiniana - constitui-se como uma representação do *continuum*, o que evidencia que a pesquisa-ação está dentro da lógica da semiótica. Ora, nesse sentido, seguiremos, portanto, um fluxo que será retroalimentado com a nossa interação tanto com os usuários observados no ciberespaço, quanto com aqueles que participarem de nossas oficinas e outros produtos pensados dentro dessas "agências", pluralizamos porque esta proposta não pretende se esgotar nela mesma, ao contrário. Os produtos visam refletir os princípios, complementares e interdependentes, do pensamento fundado na complexidade, quais sejam: princípio sistêmico ou organizacional; princípio "hologramático", princípio do anel retroativo; princípio do anel recursivo; princípio da auto-eco-organização; princípio dialógico; e princípio da reintrodução daquele que conhece em todo conhecimento.

A partir da pesquisa teórica e da análise de outras iniciativas, tais como as de agências como a Lupa, Aos Fatos, Projeto Comprova e outras, pretendemos desvelar os métodos e a produção de conteúdo dos observados; com base nessa análise, falsearemos nossa hipótese de que agências de *fact-checking* e instrumentos similares não podem atingir sozinhos o nosso objetivo principal que é o de estimular o pensamento crítico, apesar de ter un *faible* potencial de contribuição.

Em um contexto social onde indivíduos substituem o diálogo pela aniquilação, ainda que simbólica, do outro, visto como inimigo por não comungar de suas crenças, imersos no trinômio da pós-verdade (dissonância cognitiva, raciocínio motivado e viés de confirmação) sugerimos que, a partir da compreensão teórica, elaboremos produtos estratégicos que contribuam para ressignificar o ciberespaço enquanto um espaço de inteligência coletiva, pela valorização do único meio possível para tanto, o processo cognitivo humano (Lévy, 1999). Somente assim, acreditamos, obteremos uma cartografia e/ou análise das ferramentas que hoje combatem as campanhas de ódio e mentira no ciberespaço, estimulando o surgimento de um modelo de fomento ao pensamento complexo no ciberespaço e, consequentemente, aumentando a criticidade dos públicos atingidos pelas campanhas de ódio e desinformação, prioritariamente quilombolas e outras comunidades em situação de vulnerabilidade, afetadas por campanhas de desinformação que atingem efetivamente a vida em comunidade. O impacto revela-se ainda imensurável, mas, com o sentimento gregário, buscamos aqui, neste capítulo, acolher todos aqueles que pensam como nós.

Referências

CRUZ-STEFANI, K. **L'amour complexe** : pour une éthique de la reliance à l'ère digitale. Sociologie. École des Hautes Études en Sciences Sociales Paris, 2020. Français.

______.Cacofonia e polifonia na web vs a materialização multidimensional do fenômeno. In: SANTAELLA, L. (org.).

CACOFONIA NAS REDES. São Paulo: Educ, 2018. cap. 4, p. 47 – 62. ISBN 978-85-283-0615-6.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.

MÃE, Valter Hugo. A desumanização. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

MORIN, EDGAR. Vers une théorie de la reliance généralisée. In: BOLLE DE BAL, Marcel (Ed.). **Voyage au cœur des sciences humaines**, de la reliance (Tome 1 ed., Vol. 1, pp. 315 – 326). Paris: Editions L'Harmattan, 1996.

MORIN, EDGAR. **O método 1**. Portugal: Publicações Europa-América, 1997.

________________. **O método 4**. Porto Alegre: Sulina, 1998.

________________. **O método 2** (2a ed.). Portugal: Publicações Europa-América, 1999.

________________. **O Método 5** (5a ed.). Porto Alegre: Sulina, 2002b.

________________. **O problema epistemológico da complexidade**. Portugal: Publicações Europa-América LDA, 2002c.

________________. Da necessidade de um pensamento complexo. In: MARTINS, Francisco Menezes & DA SILVA, Juremir Machado. (Eds.). **Para navegar no século XXI/21**: tecnologias do imaginário e cibercultura (3ª ed., pp. 13 – 36). Porto Alegre: EDIPUCRS/Sulina, 2003.

________________. **O método 3** (3ª ed.). Porto Alegre: Sulina, 2005a.

________________. **O método 6** (5ª ed.). Porto Alegre: Sulina, 2005b.

________________. **A cabeça feita**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

________________. **Introdução ao Pensamento Complexo** (5ª ed.). Porto Alegre: Sulina, 2015.

MORIN, EDGAR; CIURANA, Emílio Roger & MOTTA, Raúl Domingo. **Educar na era planetária** (2ª ed.). São Paulo: Cortez, 2007a.

MORIN, EDGAR; CIURANA, Emílio Roger & MOTTA, Raúl Domingo. **Educar na era planetária o pensamento complexo como método de aprendizagem pelo erro e incerteza humana** (2a ed.). São Paulo: Cortez, 2007b.

MORIN, EDGAR, & Moigne, J. L. **A inteligência da complexidade**. São Paulo: Peirópolis, 2000.

A pandemia e a sociedade de risco na mira da Intercom: análise dos artigos do congresso nacional 2020

Arquimedes Pessoni
Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS), SCS, SP, Brasil
E-mail: redecomsaude@gmail.com

Thiago Passaro
Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, SP, Brasil
E-mail: passaro.thiago@gmail.com

Comunicação de risco

O conceito de comunicação de risco foi citado por Sauer e De Oliveira Neto (1999, p.1), como "processo interativo de troca de informações e opiniões entre os indivíduos, grupos e/ou instituições a respeito da natureza, magnitude, significância e/ou controle de um dado risco". Os autores lembravam, já em 1999, que a comunicação de risco era um processo em evolução e que se dava de forma eficaz como uma arte e habilidades complexas que requerem conhecimento, treinamento e práticas substanciais. Esse foi mais uma vez o cenário vivido pelo mundo a partir de 2020, quando foi deflagrada a pandemia do novo coronavírus. Desde então, a comunicação foi uma das primeiras formas de prevenção encontradas pelos governos enquanto os cientistas procuravam por soluções nos laboratórios de pesquisa.

Castiel, já em 2003, dava algumas dicas aos jornalistas, *players* importantes na cobertura e produção de comunicação de risco, de como realizar uma boa reportagem. Para o autor (2003, p.165), o importante era:

> 1) credibilidade das fontes - aspectos relativos ao reconhecimento da formação e produção dos cientistas; 2) informação acerca da adequação de procedimentos e métodos de pesquisa e da opinião de outros profissionais do campo sobre esse tema (métodos); 3) existência de avanços importantes (*breakthrough*) nos achados e conclusões; 4) significação dos achados – se são preliminares, se discordam do conhecimento hegemônico, se são baseados em amostras representativas, se os cientistas só encontraram associação estatística, se houve generalização de modelos animais para humanos; 5) comunicação de riscos – em termos de risco absoluto ou relativo, possibilidade de comparações com outros aspectos, grau de biossegurança envolvido; 6) antecipação de impacto – ansiedade ou otimismo passíveis de serem gerados no público receptor e importantes advertências devidamente ressaltadas incluídas.

Em 2007, Rangel-S ratifica o conceito anterior ao apresentar uma nova definição de comunicação de risco, entendida como "o intercâmbio interativo de informações e opiniões sobre os riscos entre as pessoas encarregadas da avaliação dos riscos e do gerenciamento dos riscos, os consumidores e outras partes interessadas". Para a autora, na sociedade de risco, a consciência determina o ser, de modo que o acontecimento – como no caso da pandemia da Covid-19 – o acontecimento

ganha significado político. Rangel-S lembra que "a catástrofe emerge com um potencial político, implicando na reorganização do poder e da autoridade" (RANGEL-S, 2007, p.1377).

Janes e Marques (2013) explicam que o conceito de risco na sociedade está cada vez mais ligados a fenômenos naturais ou provocados pela ação humana. Segundo os autores, "risco é um termo bastante abrangente e de significado variados, mas que, hoje, costuma ser utilizado em quase todas as áreas, embora seja um termo mais consolidado nas de economia e saúde, podendo referir-se a probabilidades de risco ou como metáfora de perigo" (JANES e MARQUES, 2013, p.1207).

Rodrigues (2016) acredita que a história da comunicação de risco remonta ao final da segunda guerra mundial. Para a autora, "a expressão 'comunicação de risco' disseminou-se com a tragédia na usina nuclear de Chernobyl (Ucrânia), em 26 de abril de 1986, porque houve dificuldade na transmissão oficial das informações técnicas para a população" (RODRIGUES, 2016, p.2). Citando Stern e Finenberg (1996), Victor (2015, p.9) explica mais sobre o conceito de comunicação de risco:

> (...) conceituação de comunicação de riscos adotada pelo *National Research Council* desde 1989: um processo interativo de troca de informação e opiniões entre indivíduos, grupos e instituições. Ele envolve múltiplas mensagens sobre a natureza do risco e mensagens não estritamente sobre riscos que expressem preocupações, opiniões ou reações às mensagens de riscos ou a planos legais e institucionais de gerenciamento de riscos.

Para Victor (2015, p.14), "quando uma comunidade exposta a um risco se vê desorientada, sem saber o que fazer diante das informações que recebeu, a sua preocupação se torna elevada e isso comprometerá o diálogo entre ela e outros interlocutores, em especial os representantes de instituições públicas". Concordando com Victor, Vilella (2016) salienta que "uma diferença importante é que a comunicação de crise possui enfoque no 'informar', enquanto a comunicaç**ão de risco procura 'persuadir'"** (VILELLA, 2016, p. 3). Ainda segundo a autora,

> Autoridades de saúde pública precisam comunicar publicamente pontos relevantes de um determinado evento de saúde pública (ESP) como: complexidade, incerteza e riscos à saúde. O propósito da resposta da saúde pública para uma crise é reduzir e prevenir doenças, óbitos e resgatar o equilíbrio na comunidade (VILELLA, 2016, p. 3).

Ainda sobre o tema em questão, Beling Loose e Tourinho Girardi (2018) acreditam que a comunicação dos riscos seja o primeiro passo para possível percepção e uma das maneiras de envolver os cidadãos no seu enfrentamento. As autoras apontam o jornalismo como aliado nessa difícil tarefa: "O Jornalismo é uma forma de mediação que, por sua legitimidade e alcance, pode atenuar ou amplificar as percepções sobre riscos" (BELING LOOSE e TOURINHO GIRARDI, 2018, p.212). Nessa mesma perspectiva, Calil e Gentilli (2018, p.4) já destacavam a mídia "como ator importante na

construção do imaginário e das representações sociais da sociedade contemporânea".

Além do jornalismo, Spink (2019) aponta para outras formas de comunicação que ganham espaço no momento de comunicar riscos, como no caso da pandemia. Para a autora,

> (...) é preciso, sim, quando se trata de questões que afetam populações e usuários dos sistemas de saúde, que o público, seja informado sobre questões que afetam suas vidas: por meio de interações face a face (como na consulta médica); pela divulgação midiática ou por meio de fóruns híbridos, com maior possibilidade de participação da população. Mas nada garante que a mensagem recebida será interpretada da maneira como as comunicólogas e os comunicólogos querem. Não se trata apenas de alfabetização em saúde. Todos nós estamos imersos em circuitos de informação que incluem desde trocas entre familiares e amigos como também a maravilhosa aventura de imersão na literatura disponível: dos mangás à literatura dita clássica; do jornalismo cidadão (blogues, YouTube, jornais comunitários) aos sites oficiais da área da saúde. Como tais, possuímos um enorme e rico acervo de informações sobre riscos (SPINK, 2019, p.11).

A pesquisa

O percurso metodológico deste capítulo passa pela pesquisa exploratória que, segundo Gil (2008, p. 27) "tem como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de pro-

blemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores".

Para tanto, foi solicitada à secretaria da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom), entidade realizadora dos Congressos Brasileiros de Ciências da Comunicação, a relação de artigos aceitos para a apresentação da edição de 2020. Ao todos foram inscritos 1.043 artigos em 33 grupos de pesquisa (GPs). Desses, 969 foram aprovados e fazem parte dos Anais do evento.

A proposta foi identificar palavras que remetessem à pandemia, **à** Covid-19 ou termo afim, presentes nos títulos dos artigos aprovados. Esse filtro reduziu o *corpus* do estudo para 106 trabalhos. Os artigos foram categorizados em seus conteúdos em planilha Excel, sendo extraídos os dados do título, nome do GP, palavras-chave, autor(es)/instituição e se a palavra "risco" aparecia em alguma parte do texto. Para a extração dessa informação, cada artigo foi aberto e submetido ao comando Ctrt+F e inserida a palavra "risco". Na sequência, identificamos se o autor/es definia o conceito de risco e a fonte da definição.

Dos 106 artigos estudados, apenas dois traziam essa informação: "Covid-19 e o 'Novo Normal' no Canal do Biólogo Atila Iamarino no YouTube", que apresenta a definição de Kaham (2013), e "Gestão de crise e gestão pública: reflexões no cenário da Covid-19 no Brasil", com o conceito de Beck (2011), 46 artigos não usaram a palavras "risco" em seu conteúdo e foram descartados na sequência da análise. Os demais 58 traziam a palavra "risco/riscos" no texto, mas

sem conceituá-la, podendo ter diversos significados de senso comum.

Resultados

No primeiro artigo, cujas autoras são Giselle Soares Menezes Silva (Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP) e Callenciane Ferreira Leão (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS), o objetivo foi analisar o conteúdo do Canal do Biólogo Atila Iamarino no YouTube sobre a doença, com foco nas *lives* transmitidas entre 11 de março de 2020, quando a Organização Mundial da Saúde declarou pandemia, e 30de junho de 2020, com o retorno gradual às atividades no Brasil. No texto, a referência ao risco foi:

> A comunicação de risco empiricamente uniformizada e contraproducente é o subproduto inevitável da ausência de uma alternativa sistemática e baseada em evidências. Décadas de estudo mostram que as fontes de controvérsia pública sobre a ciência relevante para a decisão são numerosas e diversas. Há, no entanto, um único fator que as conecta: o fracasso das sociedades democráticas em usar o conhecimento científico para proteger o ambiente de comunicação científica de influências que impedem os cidadãos de reconhecerem que a ciência relevante para a decisão contribui para o seu bem-estar (KAHAM,2013, p.54).

No segundo artigo, de Ana Karin Nunes (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS), o texto

apresenta alguns pressupostos teóricos úteis à discussão da gestão de crise no contexto da gestão pública, bem como uma breve análise sobre o comportamento de lideranças do governo federal no primeiro mês de enfrentamento da crise da Covid-19 no Brasil. Neste caso, a pesquisadora já define riscos logo no primeiro parágrafo:

> A ideia de que vivemos numa sociedade de riscos, tal como defendido por Beck (2011), é cada vez mais percebida e sentida no cotidiano. Consequentemente, se as pessoas assumem o preço dessa sociedade de riscos, também devem estar preparadas para o enfrentamento de crises. Riscos são situações de perigo iminente, os quais rapidamente podem se desdobrar em crises de grandes proporções, desestabilização social e perda de controle, tal como a pandemia da Covid-19.

Os 106 textos que compõem o *corpus* deste estudo foram apresentados em diversos grupos de pesquisa (GP): GP Gêneros Jornalísticos (3), GP Telejornalismo (9), GP Teoria do Jornalismo (3), GP Publicidade e Propaganda (6), GP Relações Públicas e Comunicação Organizacional (9), GP Fotografia (4), GP Ficção Seriada (3), GP Rádio e Mídia Sonora (8), GP Comunicação, Música e Entretenimento (1), GP Estudos de Televisão e Televisualidades (1), GP Conteúdos Digitais e Convergências Tecnológicas (2), GP Comunicação e Cultura Digital (7), GP Comunicação e Educação (16), GP Comunicação e Esporte (2), GP Comunicação e Culturas Urbanas (2), GP Produção Editorial (2), GP Comunicação para a Cidadania(2), GP Comunicação e Desenvolvimento Regional e Local (2), GP

Geografias da Comunicação (1), GP América Latina, Mídia, Cultura e Tecnologias Digitais (1), GP Comunicação, Divulgação Científica, Saúde e Meio Ambiente (8), GP Comunicação, Imagem e Imaginários (2), GP Comunicação e Religião (4), GP Economia Política da Informação, Comunicação e Cultura (2), GP Políticas e Estratégias de Comunicação (3), GP Semiótica da Comunicação(1) e GP Teorias da Comunicação (1).

No segundo recorte da pesquisa, sobre comunicação de risco, 46 dos 106 trabalhos foram excluídos por não usarem a palavras "risco" em seu conteúdo. Outros 58 textos utilizaram a questão do risco numa abordagem mais próxima do senso comum, conclusão esta feita após a leitura na íntegra dos estudos. Essas pesquisas estiveram presentes nos seguintes GPs:

Figura 1 – GPs com artigos sobre "risco" na perspectiva do senso comum

Fonte: dados dos autores (2021)

Prova de que o conteúdo dos artigos estava direcionado à pandemia, foi a nuvem de palavras construída a partir das palavras-chave dos 58 artigos em análise, conforme figura 2:

Figura 2 – Nuvem de palavras-chave dos artigos sobre risco

Fonte: dados dos autores (2021)

A abordagem comunicacional da pandemia por parte dos pesquisadores de comunicação pode ajudar a sociedade a lidar com o problema de diversas formas. Ao analisar o tipo de pesquisa feita sobre o tema nos diversos GPs da Intercom em 2020, pudemos verificar a riqueza de ângulos de análise

praticada, de acordo com o perfil do grupo. Descrevemos a seguir as temáticas mais presentes dos artigos selecionados, começando pelos GPs com maior contrubuição quantitativa de trabalhos sobre o tema.

O GP que mais trabalhos teve sobre a pandemia e que abordou a questão do risco foi o de Telejornalismo. As oito pesquisas apresentadas cobriram dessa forma a temática: o artigo "Readequações das práticas sociais no telejornalismo pós-digitalização: um estudo do Jornal da Cultura em tempo da pandemia do novo coronavírus" avaliou as mudanças na televisão aberta na era digital e as novas configurações do modo de produção e exibição no telejornalismo brasileiro a partir da pandemia. Como objeto empírico, recortou-se nesta etapa o Jornal da Cultura, devido às suas características inovadoras, em relação aos demais telejornais brasileiros, como o comentário e a participação do telespectador.

O trabalho "Telejornalismo educativo remoto durante a pandemia: um estudo de caso em 2020" apresenta um estudo de caso da rotina produtiva e o conteúdo da WebTV Caatinga, da Universidade Federal do Vale do São Francisco, durante a pandemia. Também se verificou a atuação de outras plataformas digitais universitárias no Nordeste. Já no artigo "Guia para jornalistas de televisão na cobertura da Covid-19: a nova práxis na pandemia", a pesquisa propõe ser um guia para jornalistas de prevenção à Covid-19 na cobertura da pandemia. As informações constantes no documento fazem parte dos protocolos sanitários da Organização Mundial da

Saúde (OMS), Federação Internacional de Jornalistas (FIJ) e Federação Nacional de Jornalistas (FENAJ).

Ainda no GP de telejornalismo, o texto "Coronavírus e telejornalismo: as diferentes temporalidades que perpassam as rotinas do fantástico" teve como objetivo refletir sobre as diferentes temporalidades que passaram a coexistir nas rotinas do Programa Fantástico, da TV Globo, na cobertura do coronavírus. O artigo "Jornalismo audiovisual em tempos de pandemia: como o TJ UFRJ sobreviveu ao isolamento social", descreve a reorganização das rotinas produtivas do projeto de extensão TJ UFRJ, da Escola de Comunicação da UFRJ, a partir do resgate dos diálogos por mensagens e da quantificação e categorização do conteúdo veiculado.

A pesquisa "As fases da cobertura da pandemia no telejornalismo local do Rio de Janeiro" buscou identificar as novas estratégias narrativas e em que medida características de fases anteriores foram retomadas e/ou ressignificadas após a crise sanit*ária de 2020*. No texto "Dois contextos de uma mesma realidade telejornalística: análise das reportagens 'Pedreira' e 'Coronavírus muda rotina dos brasileiros e preocupa autônomos'", pretendeu-se lançar o olhar sobre o fazer jornalístico mediante as limitações impostas em cada um dos períodos em que se deram as produções analisadas, no caso, dois produtos audiovisuais veiculados em telejornais de emissoras brasileiras distintas, em diferentes épocas e contextos históricos, refletindo em que medida cada um deles cumpriu as promessas de elucidar as questões prioritárias que perpassavam a sociedade em cada período.

O último artigo selecionado no GP de Tejornalismo, "O telejornalismo brasileiro vai à guerra: a cobertura da pandemia de coronavírus sob ataques", registra e analisa as estratégias utilizadas pelo telejornalismo brasileiro - fonte ainda central de informação no País -, no diálogo público a partir da cobertura da pandemia de coronavírus, o que o colocou em um efetivo campo de batalha com algumas frentes de combate: o vírus, os ataques do governo federal e a infodemia de informações falsas.

A contribuição sobre o tema do GP Comunicação, Divulgação Científica, Saúde e Meio Ambiente se deu com 6 artigos estudados. Na pesquisa "O canal de Dráuzio Varella no YouTube: uma análise do influenciador digital", os autores problematizaram os conteúdos produzidos pelo médico Dráuzio Varella no seu canal do YouTube envolvendo as polêmicas em torno da pandemia da Covid-19 que atravessaram os campos político e científico no Brasil em 2020. Por outro lado, buscando outro recorte no tema, o artigo – "Representações sociais da obrigatoriedade do uso de máscara no jornalismo" tentou identificar e interpretar representações sociais da obrigatoriedade do uso de máscara durante a pandemia de Covid-19. Tomam-se como objeto empírico notícias publicadas no portal G1 sobre um caso emblemático em que um desembargador se recusou a fazer uso do item de proteção, confrontando o agente da Guarda Municipal de Santos (SP) que o abordou.

No artigo "Jornalismo científico em tempos de pandemia na Amazônia: um estudo sobre o Portal A Crítica", o ob-

jetivo do estudo foi analisar como ocorreram as dinâmicas do jornalismo científico na cobertura da Covid-19 no Portal A Crítica, um dos principais atuantes no Estado do Amazonas, em março e setembro de 2020, tendo como pano de fundo o contexto de que a capital Manaus foi um dos principais epicentros da pandemia de Covid-19 no país, sendo alvo de repercussão na mídia em razão do cenário trágico de caos no sistema de saúde pública e no sistema funerário. *Já o texto* "Luz no fim da quarentena: jornalismo científico em tempos de pandemia e infodemia" procura debater brevemente como o jornalismo científico precisou se reinventar para cobrir a ciência que estava (está) sendo feita em tempo real. O objeto de estudo deste texto *é o podcast* da Revista Piauí intitulado "Luz no fim da quarentena", que foi criado, especificamente, para a cobertura da pandemia do novo coronavírus.

O texto "Comunicação pública em tempos de pandemia: análise da página da Secretaria de Estado da Saúde (SES) do Maranhão no Instagram" analisa as postagens e os comentários na página no Instagram da Secretaria de Estado da Saúde do Maranhão (SES) sobre a pandemia do novo coronavírus. Já o artigo "Covid-19 e o 'Novo Normal' no Canal do Biólogo Atila Iamarino no YouTube" analisa o conteúdo do canal sobre a doença, com foco nas lives transmitidas entre 11 de março de 2020, quando a Organização Mundial da Saúde declarou pandemia, e 30 de junho de 2020, com o retorno gradual às atividades no Brasil.

O GP de Publicidade e Propaganda foi o terceiro que mais apresentou trabalhos sobre risco na pandemia. No arti-

go "Consumo das mulheres no E-Commerce durante a pandemia da Covid-19: características, influências e desafios", o objetivo foi analisar os fatores que influenciam o consumo das mulheres pelo e-commerce durante a pandemia. Já no texto "A comunicação pandêmica do Governo do Estado do Pará: fique em casa", a proposta é uma análise do comercial divulgado pelo Governo do Estado do Pará durante a pandemia da Covid-19 com o objetivo de estimular a população paraense a ficar em casa e praticar o distanciamento social.

O artigo "O consumidor no espaço de consumo: convocações políticas e identitárias no contexto da pandemia da Covid-19" buscou discutir como as convocações a um "consumo responsável" no contexto da pandemia da Covid-19 no Brasil podem ser configuradas como um exercício político, mobilizando a identidade dos consumidores na relação com os espaços de consumo. A discussão teve como base a campanha "Compre do Pequeno", lançada pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), e um vídeo que apresenta os protocolos de reabertura dos shoppings da rede Iguatemi, em São Paulo.

Em outro artigo do mesmo GP, intitulado "A comunicação empática das marcas na pandemia", o foco foi o momento da pandemia em que as marcas fizeram uma nova comunicação, demonstrando compromisso com as pessoas e com a sociedade. Um dos maiores desafios estava sendo tirar o foco das vendas para pensar naquilo que podem fazer para ajudar, já que milhares de vidas estavam em risco e a economia tinha

entrado em brusca recessão, com drásticas consequências para um país já marcado pela desigualdade social.

Já o artigo "Publicidade de medicamentos no Brasil atual: o caso 'Garoto Cloroquina'" apresentou uma reflexão a respeito da saúde, da publicidade de medicamentos no Brasil e das estratégias da publicidade utilizadas pela indústria farmacêutica, no período da pandemia. Buscou-se analisar o caso "Garoto Cloroquina", como ficou conhecida a relação entre o presidente Jair Bolsonaro e o medicamento de tarja vermelha Cloroquina.

No outro GP, com a mesma quantidade de artigos publicados sobre o tema, o Comunicação e Educação, no artigo "Ensino e pandemia: desafios e oportunidades no campo da Educomunicação", o objetivo foi analisar oportunidades e dificuldades do processo de ensino-aprendizagem no período da pandemia, por meio de relatos das vivências da autora enquanto docente e pesquisadora do campo da Educomunicação. Em outro trabalho, "Comunicação, educação, pandemia e trabalho docente", a tônica do texto foi a reflexão sobre estratégias educativas praxiológicas que interpelam as demandas da época da pandemia em decorrência do novo coronavírus.

O artigo "Formação continuada docente em tempos de pandemia da Covid 19: os media e as tecnologias de informação e comunicação" visou discutir a formação continuada docente para/com/sobre os media e tecnologias de informação e comunicação (TIC) no período de isolamento social, de ensino remoto e emergencial. Enquanto isso, no texto

"Comunicação e Educação em época de Covid-19: uma reflexão sobre o resgate do diálogo, da gestão democrática e da qualidade jornalística", as autoras fazem uma reflexão inicial, a partir de revisão bibliográfica, sobre os desafios impostos pelo coronavírus sob o ponto de vista do tripé Jornalismo, Tecnologia e Educação.

Com *título* longo, o artigo "Caríssimos Membros, as aulas serão remotas: descrição do processo de virtualização de aulas e a rede de solidariedade entre docentes do ensino de educação superior em período pandêmico pela Covid-19" visa apresentar os desafios enfrentados por trabalhadores docentes no processo das aulas a distância. A pesquisa se configura em uma análise conjuntural, no processo de virtualização da prática pedagógica e na criação de uma rede de solidariedade entre docentes no intuito de partilhar usos de ferramentas digitais para as aulas remotas. O artigo consta com uma descrição de dois cursos criados a partir da rede de solidariedade, com docentes da cidade de São Paulo e da região metropolitana do Rio de Janeiro e com depoimentos da experiência que integrantes destes cursos enfrentaram no processo de ensino remoto do início de 2020.

No GP Comunicação e Cultura Digital estudamos os 5 textos selecionados. O primeiro, "*Fact-checking* no Combate às Fake News sobre a COVID-19: um estudo exploratório das agências digitais de checagem de fatos contra a desinformação da pandemia", teve como objetivo investigar a importância das agências de *fact-checking* Fato ou *Fake* e Lupa nas suas verificações de *fake news* sobre a COVID-19. No artigo

"Influenciadores Digitais em tempos de pandemia: reputação, performance e responsabilidade" buscou-se analisar mudanças na prática da criação de conteúdo dos influenciadores digitais durante a pandemia causada pela Covid-19.

No artigo "Memória e Histórias de Vidas de vítimas do Coronavírus no Brasil: Uma análise sobre o Projeto Inumeráveis", o objetivou foi discutir o papel central das histórias de vidas como provocadora de reflexões, discussões, de empatia e formadora de memórias. Como recorte, foi selecionado o projeto "Inumeráveis: Memorial dedicado à história de cada uma das vítimas do coronavírus no Brasil". No texto "Desinformação na Pandemia da Covid-19: uma Análise de Conteúdo das Temáticas Checadas pelo Estadão Verifica", a proposta foi uma análise de conteúdo das temáticas checadas pelo Estadão Verifica, núcleo de checagem de fatos do jornal O Estado de S. Paulo, para combate à desinformação durante a pandemia da Covid-19.

O último artigo selecionado para análise no GP foi "NVivo e Twitter: notas exploratórias do #coronavirusnobrasil", que apresenta notas do uso do *software* de pesquisa qualitativa NVivo como instrumental para investigação exploratória da *hashtag* #coronavirusnobrasil na rede social digital Twitter. São descritas a coleta de dados e formação de *datasets* e exploração de dados por meio de ferramentas de visualização de dados. Como resultados iniciais, aponta-se que as menções ao presidente do Brasil são recorrentes na amostra.

No GP Relações Públicas e Comunicação Organizacional, foram selecionados 4 artigos. No primeiro, com o título

"Gestão de crise e gestão pública: reflexões no cenário da Covid-19 no Brasil", a proposta foi apresentar alguns pressupostos teóricos úteis à discussão da gestão de crise no contexto da gestão pública, bem como uma breve análise do comportamento de lideranças do governo federal brasileiro no primeiro mês de enfrentamento da crise da Covid-19 no Brasil. *Já o artigo "*O Jornalismo como ferramenta de Comunicação Pública: uma análise da cobertura noticiosa sobra a Covid-19 nos portais dos estados do Sul do Brasil" se propõe a analisar a cobertura noticiosa feita em sites institucionais dos governos dos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul sobre a pandemia do novo coronavírus.

O texto "Reflexões em Relações Públicas no contexto da pandemia de covid-19", em um esforço de síntese, sinaliza para a necessidade de uma discussão mais profunda sobre a função social das RP na construção de uma perspectiva regional, social e historicamente situada, compromissada eticamente com a ciência e a democracia. Enquanto isso, o artigo "Discurso, liderança e crise: a Vale no Jornal Nacional durante a pandemia da Covid-19" acredita que a pandemia da Covid-19 provocou um movimento intenso entre as organizações que realizaram diversas iniciativas de combate ao avanço do vírus, mas também de solidariedade. A partir disso, analisou-se, neste capítulo, o discurso de Eduardo Bartolomeo, diretor-presidente da Vale, no quadro Solidariedade S/A, do Jornal Nacional, em reportagem do dia 18 de abril de 2020.

No GP de Rádio e Mídia Sonora, 4 artigos também foram estudados. O primeiro, com o título "Seu microfone está

desligado: o silêncio dos ouvintes na cobertura da pandemia de Covid-19 no rádio local", o objeto de estudo foi uma emissora de rádio local – a Rádio Itatiaia Ouro Preto – em um acontecimento de alcance mundial: a pandemia de Covid-19. O ponto de partida foi entender a historicidade da atuação da rádio na região mineira e o estabelecimento de vínculos ou o silenciamento dos seus ouvintes na cobertura do impacto da pandemia nas localidades alcançadas pela emissora.

No artigo "O Auto da Compadecida em Tempos de Pandemia: um relato de experiência da produção de uma radionovela durante a maior crise sanitária do século XXI", o objetivo do trabalho foi relatar a experiência de realização da Radionovela "Auto da Compadecida em Tempos de Pandemia", produzida por estudantes e professores dos cursos de Comunicação Social e de Design, da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) - Campus Caruaru (PE). A radionovela, dividida em nove episódios, foi adaptada e veiculada entre os meses de maio e junho de 2020.

O artigo "Produções radiofônicas: movimentos e protagonismo em radioaulas na pandemia da Covid-19" buscou entender os movimentos feitos pela programação radiofônica de várias cidades para aproximação com as comunidades afetadas, reforçando o papel deste ve*ículo* de conectar as pessoas e promover a interação, garantindo à sociedade o direito à informação. *Já o texto* "O Áudio e a etnomídia no combate ao coronavírus em comunidades indígenas" realizou uma análise sobre a utilização do áudio como forma etnomidiática de

combate à disseminação do novo coronavírus em comunidades indígenas.

No GP de Políticas e Estratégicas de Comunicaç*ão,* foram 3 artigos selecionados. “O direito à comunicação p*ública das/os* usuárias/os da política de assistência social: uma urgência acirrada pelo COVID-19” discute a urgência do direito à Comunicação Pública das/os usuários/as da política de Assistência Social, que possuem precárias condições de vida e desinformação, o que se agravou ainda mais com a pandemia da Covid-19. Já o artigo “Direito à comunicação e pandemia da Covid-19 na América Latina” analisa o direito à comunicação e à informação no contexto da pandemia da Covid-19 na América Latina, a partir de perspectivas presentes no Relatório MacBride, que completou 40 anos. A abordagem teórica relaciona-se ao direito e às políticas de comunicação, principalmente às respostas dadas pelo Estado aos problemas comunicacionais na crise sanitária.

O terceiro artigo do GP, intitulado “Políticas de governo, embates discursivos e *fake news* no contexto da pandemia”, é um estudo sobre a agenda construída em torno do governador do Espírito Santo, Renato Casagrande, no Twitter no período da pandemia.

Os GPs Economia Política da Informação, Comunicação e Cultura; Comunicação e Religião e Comunicação para a Cidadania tiveram 2 artigos selecionados cada um. No artigo “O caso Covid-19 no governo Bolsonaro: do desapreço à inoperância no combate a um inimigo desconhecido e o pavor em ter de contabilizar os óbitos”, o objetivo era inves-

tigar, - por meio de um monitoramento nos sites de notícias e canais oficiais do governo, os aportes que a atual gestão presidencial disponibiliza à comunicação pública/institucional do Estado para o que dela se espera conceitualmente. E o saldo da apuração demonstrou ter sido a própria comunicação pública vítima da Covid-19, uma vez deslocada de suas funções.

O artigo “Jornalismo do Esgotamento: Estudo Sobre o Trabalho Jornalístico na Pandemia e seus Reflexos na Saúde dos Jornalistas” buscou entender a precarização da profissão a partir da percepção do próprio jornalista em campo sobre sua saúde e qualidade de vida dentro da profissão, principalmente após a pandemia do coronavírus. O texto “A casa é sua igreja: os ritos católicos nas mídias durante a pandemia em Juiz de Fora” apresenta as adaptações dos principais ritos católicos durante o período da pandemia. Já o texto “O humor na pandemia: efeitos de sentidos do riso na circulação de discursos religiosos” tinha como objetivo compreender de que forma a comicidade atua e que efeitos de sentidos são construídos por meio de materialidades discursivas construídas com humor e que evocam elementos religiosos.

O artigo “Gestão de Crises e Covid-19: a violência contra idosos e pessoas do grupo de risco” faz a análise das falas do presidente Jair Bolsonaro diante da crise da Covid-19. Já o artigo “‘*É Nóix na Vida!!*’: uma campanha de Publicidade Social Afirmativa na favela do Jacarezinho, onde o isolamento social é utopia em tempos de COVID-19” reflete sobre os resultados da primeira etapa do *“É Nóix Pela Vida!”, um projeto de comunicação pensado* pelo poder público para o período de

flexibilização da quarentena do novo coronavírus na cidade do Rio de Janeiro.

Nos demais GPs, como elencamos na figura 1, podemos observar que cada um deles teve apenas um trabalho estudado dentro dos parâmetros desta pesquisa. No GP Comunicação e Culturas Urbanas, o artigo estudado foi "Não há tristeza que possa suportar tanta alegria: resistência e esperança carnavalizam a pandemia". A proposta do artigo foi, a partir da análise de conteúdo de Bardin (2011), identificar como a narrativa de resistência do carnaval atravessa o tempo e em meio ao adiamento da festa em função da pandemia.

No GP Comunicação e Desenvolvimento Regional e Local, trouxemos o artigo "Uma análise da produção de conteúdo de prefeituras no deserto de notícias do Espírito Santo durante a pandemia", que teve o objetivo de analisar de que forma as informações chegam, na pandemia, aos cidadãos que vivem nas cidades pequenas do Espírito Santo. Já no GP Comunicação e Esporte, o artigo "Jornalismo esportivo sem esporte? A cobertura especializada na TV por assinatura durante a pandemia de COVID-19" procurou caracterizar a cobertura do telejornalismo esportivo durante o primeiro semestre de 2020, quando as principais competições foram suspensas, adiadas ou canceladas devido à Covid-19.

O GP Comunicação, Imagem e Imaginário contribuiu com o artigo "O espetáculo no ponto de venda: Debord vai às compras pós-Covid-19", que propõe um exercício de imaginação trazendo Guy Debord para encontrar em 2020 um imaginário pandêmico, consumista, narcísico e espetacular.

Já no GP Conteúdos Digitais e Convergências Tecnológicas, o artigo em questão "Os dados e o vírus: uma análise da cobertura jornalística com base em dados na pandemia da Covid-19" analisa como o uso do Jornalismo de Dados na cobertura da pandemia da Covid-19 cria uma possibilidade de formato jornalístico para apresentar bases de dados e permitir o acompanhamento das informações, aproximando o receptor e facilitando o entendimento, neste caso, da evolução da contaminação pelo mundo e pelo país.

No GP Estudos de Televisão e Televisualidades, encontramos o artigo "O recurso das *lives* na pandemia do Covid-19: ao vivo e a cores a Mídia Ninja intensifica uso da moldura digital", que procurou responder como a Mídia Ninja tem utilizado o recurso das *lives*, moldura que contribuiu para o sucesso do seu surgimento em 2013, durante a pandemia do coronavírus. No GP Ficção Seriada, o artigo "Malhação faz história incluindo vírus no roteiro: Diegese pandêmica é momento único na teledramaturgia" visou entender como a narrativa operou para concluir a história de Malhação ante a dificuldade de gravação pós-chegada do vírus ao Brasil.

No GP de Fotografia, encontramos o artigo "Visibilidade e vigilância em tempos de pandemia", cujo objetivo foi analisar os aspectos de visibilidade e vigilância no momento de pandemia através de fotografias. Já no GP Gêneros Jornalísticos, o artigo "A valorização dos conteúdos opinativos e os desafios do telejornalismo em tempos de pandemia" fez um estudo dos conteúdos opinativos no telejornal GloboNews em Pauta, analisando os usos e conteúdos do gênero

opinativo. A partir de reflexões sobre a formação da opinião pública, a análise tem como marco as mudanças na cobertura que decorrem dos comportamentos veiculados pela emissora durante o feriado de 7 de setembro de 2020, aqui considerado um momento no qual ficou claro o desrespeito de parte da população brasileira aos cuidados impostos pela pandemia.

O GP Geografias da Comunicação destaca o artigo "Uso das mídias sociais como prática de pesquisa durante a crise do Covid-19", que visa propor o uso das mídias sociais como ferramenta de coleta de dados no estudo "Mapeamento do Ecossistema XR no Brasil", entendendo que esse relato pode contribuir para o desenvolvimento de metodologias específicas que explorem as mídias sociais nas práticas acadêmicas de pesquisa.

No GP de Produção Editorial, encontramos o artigo "Os livros da pandemia: uma investigação metodológica virtual", que discute formas de contornar as fortes limitações metodológicas observadas na aplicação da técnica de obtenção dos dados testada, tendo em vista a opacidade instrumental da suíte de serviços do Google Trends durante sete meses de pandemia, entre março e setembro de 2020.

No GP de Semiótica, o artigo "A multidão e o vazio: a semiose do espaço público e a pandemia" analisa o espaço enquanto lugar da semiose e busca, por meio de imagens midiatizadas durante a pandemia da Covid-19, e visa retrata o espaço vazio e a sua oposição, a multidão, além de entender o espaço a partir da confrontação de quatro perspectivas semióticas. Por último, no GP Teorias do Jornalismo, o artigo "Trabalho e saúde mental do jornalista durante a pandemia

de Covid-19" busca refletir sobre os impactos que a cobertura da Covid-19 e as condições de trabalho durante a pandemia podem trazer à saúde mental do jornalista.

Considerações finais

Conforme pudemos verificar na análise dos artigos apresentados no maior encontro acadêmico de comunicação do Brasil em 2020, o 43º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, realizado pela Intercom, o papel da academia em discutir a questão da comunicação de risco se deu de forma intensa, tanto quantitativamente como qualitativamente. A riqueza de abordagens e de temáticas de comunicação dentro do recorte da pandemia jogou luzes sobre diversos aspectos comunicacionais jamais discutidos dentro desta experiência.

Como partiu-se do zero, muito deste pensamento produzido pela academia dentro deste contexto pandêmico servirá de base para que em outras situações de risco os futuros pesquisadores tenham um ponto de partida, não mais inédito, mas refletido. Como pudemos ver, a questão do risco nem sempre se deu com o foco comunicacional, mas como sinônimo de situação difícil, apontando para o senso comum da palavra.

Cabe aos pesquisadores a nomenclatura correta de cada fenômeno estudado, buscando teóricos que já tenham refletido sobre o assunto, para que se estabeleça material acadêmico de qualidade, apto para ancorar novas perspectivas. Uma vez ser o congresso um espaço democrático de discussão de ideias, normalmente os anais servem para a produção de artigos mais robustos a serem publicados em revistas de qualidade. Atentar-se aos conceitos é

parte fundamental para que discussões ganhem em produndidade e o tema possa mostrar sua real importância além da academia.

Referências

43º CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO - INTERCOM, 2020, Salvador. **Anais**... São Paulo: Intercom, 2020. Disponível em: http://portalintercom.org.br/anais/nacional2020. Acesso em: 18 jun. 2021.

BELING LOOSE, Eloisa; TOURINHO GIRARDI, I. Antes do desastre: notas a respeito do Jornalismo, da comunicação de riscos, da prevenção e do envolvimento cidadão. **Mediaciones Sociales**, v. 17, p. 209-222, 2018.

CALIL, Marcio Martins; GENTILLI, Victor. Dinâmicas da Cobertura da Imprensa Capixaba durante a Epidemia de Febre Amarela no Espírito Santo em 2017.In: **Anais** do 41º CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO - INTERCOM, 2017, Joinville. São Paulo: Intercom, 2017. Disponível em: https://portalintercom.org.br/anais/sudeste2019/resumos/R68-0376-1.pdf. Acesso em: 14 jun. 2021.

CASTIEL, Luis David. Insegurança, ética e comunicação em saúde pública. **Revista de Saúde Pública**, v. 37, p. 161-167, 2003. Disponível em: https://www.scielosp.org/article/rsp/2003.v37n2/161-167/. Acesso em: 14 jun. 2021.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª, edição, São Paulo: Atlas, 2008.

JANES, Marcelus William; MARQUES, Maria Cristina da Costa. A contribuição da comunicação para a saúde: estudo de comunicação de risco via rádio na grande São Paulo. **Saúde e Sociedade**, v. 22, p. 1205-1215, 2013. Disponível em: https://www.scielosp.org/article/sausoc/2013.v22n4/1205-1215/pt/. Acesso em: 14 jun. 2021.

RANGEL-S, Maria Ligia. Comunicação no controle de risco à saúde e segurança na sociedade contemporânea: uma abordagem interdisciplinar. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 12, n. 5, p. 1375-1385, 2007.

RODRIGUES, Carla Daniela Rabelo. A Comunicação de Risco nas perspectivas cultural, política e ideológica. In: **Anais** do 40º CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO - INTERCOM, 2016, São Paulo. São Paulo: Intercom, 2016. Disponível em: https://portalintercom.org.br/anais/nacional2016/resumos/R11-3149-1.pdf. Acesso em: 14 jun. 2021.

SAUER, Maria Eugênia Lago Jacques; DE OLIVEIRA NETO, José Messias. Comunicação de risco na área nuclear. **CEP**, v. 5508, p. 900, 1999. Disponível em: https://www.ipen.br/biblioteca/cd/inac/1999/PDF/CG21AD.PDF. Acesso em: 14 jun. 2021.

SPINK, Mary Jane Paris. Contribuições da psicologia discursiva para o campo da comunicação sobre riscos em saúde. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**, v. 13, n. 1, 2019.

VICTOR, Cilene. Comunicação de riscos de desastres no contexto das mudanças climáticas: muito além do jornalismo. In: **Anais** do 38º CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO - INTERCOM, 2016, Rio de Janeiro. São Paulo: Intercom, 2015. Disponível em: https://portalintercom.org.br/anais/nacional2015/resumos/R10-3693-1.pdf. Acesso em: 14 jun. 2021.

VILELLA, Edlaine Faria de Moura. Comunicação de risco versus comunicação de crise na saúde pública: o discurso das autoridades diante de uma epidemia de dengue. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde –Reciis**. v. 10, n. 4, out.-dez., 2016.

Quando as saídas estão no próprio Labirinto: a Comunicação dos riscos em saúde[1]

Cidoval Morais de Sousa
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), CCEA, Patos, PB, Brasil
cidoval@servidor.uepb.edu.br

1. Introdução

A proposta deste capítulo é refletir sobre a comunicação em saúde no contexto da sociedade de risco. Toma-se como referência empírica, dentre outros eventos, a emergência de saúde pública internacional, decretada pela OMS em 2016, em função da propagação do vírus Zika e de sua associação com a microcefalia, e a pandemia do novo coronavírus (SARS-CoV), que até o final de setembro de 2021 já havia matado, no mundo, mais 4,5 milhões de pessoas e, no Brasil, quase 600 mil.

Não se trata de estudo de caso *stricto sensu*, nem de um relato de experiência nos moldes convencionais. São leituras que buscam contribuir com um debate que, em meu ver, ainda carece de muita energia: os estudos dos determinantes sociais da comunicação, e, de modo particular, da comunicação de riscos em saúde. O pressuposto de partida é quase uma

---

1 Texto elaborado a partir das investigações realizadas pelo autor no âmbito do projeto Zika UEPB - *TECNOLOGIAS SOCIAIS E EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA O CONTROLE VETORIAL DE ARBOVIROSES: PROMOVENDO A SAÚDE E A QUALIDADE DE VIDA NO SEMIÁRIDO PARAIBANO* (aprovado na Chamada MCTIC/FNDCT-CNPq/ MEC-CAPES/ MS-Decit / Nº 14/2016 - Prevenção e Combate ao vírus Zika. Linha Temática V – Desenvolvimento de tecnologias sociais e inovação em educação ambiental e sanitária).

obviedade: a comunicação faz parte da engrenagem e, como tal, não pode ser deslocada dos demais processos de reprodução do modelo em curso.

Por essa perspectiva, a comunicação é compreendida para além da sua dimensão instrumental: é um processo social, que estrutura outros processos, imprime sentidos, constrói realidades, atribui ou nega existência, define o que é e o que não é saúde ou doença, qualidade de vida, bem-estar social, riscos. É pelo que, segundo Soares (2013), se pode equalizar os amplificadores dos discursos que circulam no espaço público, acurar ou descurar disputas de poder, legitimar políticas.

O texto a seguir não se debruça sobre um tipo particular de comunicação, mas tenta observá-la, em sua diversidade de formas, no contexto das estratégias de enfrentamento dos riscos em saúde. São consideradas na análise, dentre outras questões, a experiência do Projeto *Zika UEPB* (ver nota 1 e item 3); as leituras e trabalhos do autor envolvendo políticas públicas de saúde em pequenas cidades do Semiárido; e investigações centradas na comunicação da sociedade de riscos.

O primeiro movimento do texto problematiza a relação comunicação e riscos (ou vice-versa); o segundo traz o debate sobre o modelo prevalente de comunicação de risco em saúde; o terceiro sugere uma imersão no “segundo tempo do Labirinto de Dédalo” – aquele em que o criador é aprisionado na própria obra, como chave para o enfrentamento dos desafios apontados no movimento anterior; e, por fim, algumas considerações como provocações para a continuação do debate.

2. Comunicação e riscos (ou vice-versa)

Embora tenham matrizes vetoriais diferentes, tanto a pandemia da Covid-19 (iniciada em 2020) quanto a emergência internacional produzida pelo vírus Zika (2016) não aconteceram por acaso, seus determinantes são sociais e não biológicos e têm as mesmas raízes: a crise socioambiental provocada pelo modelo de desenvolvimento em curso, de matriz extrativista, que se reproduz, amplia seus lucros, concentra riquezas e distribui riscos a partir do uso desenfreado dos recursos naturais,

Segundo Sollon (2019), seria mais correto chamar a nossa época de Capitalceno, Plutoceno, ou por alguma denominação que visibilize o poder destrutivo da lógica do capital, descrita acima. É um tipo particular de sistema — e não a atividade humana em si — que, no seu entendimento, invadiu todas as esferas da vida e transformou a vida não humana em simples mercadoria. E, para isso, esgotou os limites da natureza: destruiu biomas, eliminou biodiversidade, degradou a vida humana.

Já na primeira metade dos anos 1970, o economista Celso Furtado fazia perguntas incômodas ao modelo de desenvolvimento em curso: Por que ignorar, na medição do PIB, o custo para a coletividade da destruição dos recursos naturais não-renováveis? O que acontecerá se o atual modelo de desenvolvimento econômico, para o qual estão sendo mobilizados todos os povos da terra, chegar efetivamente a concretizar-se, se as atuais formas de vida dos povos ricos chegarem efetivamente a universalizar-se? (FURTADO, 1974).

A resposta veio em forma de denúncia: o custo, em termos de depredação do mundo físico, é de tal forma elevado que levaria ao colapso de toda civilização, pondo em risco, inclusive, as possibilidades de sobrevivência da espécie humana. Nesse modelo, o desenvolvimento não passa de um mito: os povos pobres jamais poderão desfrutar das formas de vida dos povos ricos. As economias periféricas nunca serão desenvolvidas, como as que formam o atual centro do sistema capitalista (FURTADO, 1974).

Compreendemos, assim, que as profundas desigualdades econômicas e sociais e a degradação do ambiente, produzidas e alimentadas pelo modelo em curso, são determinantes no agravamento dos riscos, sobretudo à saúde pública. Assim como a riqueza, os riscos aderem aos padrões de classes: a riqueza se acumula no topo e os riscos na base. A distribuição e a intensidade dos riscos, portanto, são definidas de acordo com as características das estruturas sociais.

Na perspectiva de Beck (2016), a produção social de riqueza é acompanhada pela produção social dos riscos. A estrutura de poder dos riscos pressupõe que alguém tome uma decisão, o que produz uma assimetria radical entre os que decidem, definem e tiram proveito dos riscos e aqueles que sofrerão, diretamente, os "efeitos colaterais imperceptíveis" dessas decisões e talvez tenham até mesmo que pagar por elas com suas próprias vidas (vide pandemia do Coronavírus).

Como afirma Castro (2017), os principais obstáculos que confrontam a concepção e implementação de políticas que garantem o maior grau de proteção à população em situa-

ções de risco são, essencialmente, de natureza política. Apesar do reconhecimento retórico do problema, na prática, as políticas públicas são marcadas por projetos excludentes, que desconsideram as desigualdades estruturais como fator determinante das crises de saúde nos setores mais vulneráveis da população.

Nos limites deste texto, compreendo que a comunicação dos riscos em saúde não pode ser descolada do contexto de determinações sociais exposto acima. Assim como outras práticas e políticas, ela está impregnada do modelo em curso; na verdade, é determinada e condicionada por ele e cumpre a tarefa da sua reprodução. Busca-se aqui, sobretudo, compreender seus limites, seu aprisionamento pelo sistema, a sua condição de Dédalo, agora encarcerado no próprio Labirinto.

O olhar se volta, como já sinalizado na introdução, não para um tipo ou forma particular, a exemplo da comunicação midiática, mas para o conjunto das estratégias comunicativas focadas na promoção da saúde em um território particular: as pequenas cidades do Semiárido nordestino, marcadas e vulnerabilizadas por toda sorte de risco, dentre os quais a precária infraestrutura de saneamento básico e a intermitência na distribuição de água, com graves consequências para a saúde da população.

Um outro diálogo que se busca neste texto é com a teoria de Marcondes Filho (2012), segundo a qual a comunicação jamais pode ser vista como transmissão, deslocamento, transferência de um lugar para outro, como se fosse possível, por exemplo, retirar, de dentro de cada pessoa, um sentimento,

uma ideia, uma compreensão de mundo, uma sensação ou uma impressão e colocar, simplesmente, na cabeça de outra. Comunicação, ao contrário, é tornar comum, voltar-se para o outro.

A comunicação não é um objeto material, um esquema de caixinhas ligadas por fio; é uma relação entre pessoas, um tipo de ocorrência em que se criam, ou não, situações favoráveis à recepção do novo. Emissão e recepção são processos distintos e independentes. A emissão isolada é mera produção de sinais. O fato de receber o outro, a fala do outro, a presença do outro, o produto do outro e isso nos transformar internamente, é comunicação.

Idealmente a comunicação de risco tem preconizado, como princípio, a escuta, o pertencimento e o envolvimento dos diferentes atores sociais para a participação efetiva na construção de consensos e cooperação em torno dos riscos a serem enfrentados. Além disso, busca a construção dialógica da confiança pela transparência, o respeito às diferenças e à diversidade, abertura para o debate franco sobre as incertezas, com pluralidade de ideias, e a mobilização para solidariedade.

No entanto, entre a retórica e a prática, há um fosso quase instransponível. A comunicação de viés transferencista tem prevalecido sobre o tipo ideal, que tem apelo no discurso, mas, na prática, não avança. A primeira encanta o sistema pela dimensão ofertista: distribui conteúdos em pacotes prontos, fechados, sem espaço para discussões; a segunda abre os pacotes na esfera pública, tensiona os conteúdos e, quase sempre, constrange o sistema, que fica com a melhor oferta.

3. Alguns apontamentos para reflexão

As observações no âmbito do Projeto Zika UEPB, mencionado na introdução, foram feitas entre agosto de 2016 e agosto de 2021. As discussões neste item serão alimentadas pelos achados do momento mais rico da experiência: as escutatórias – círculos dialógicos em que o agente investigador privilegia as falas dos sujeitos. Apenas expõe as linhas temáticas de interesse, explica a dinâmica de funcionamento do processo e organiza para que todos falem, mas também se escutem.

Rubens Alves (S/D) costumava dizer que todo mundo quer aprender a falar, mas ninguém quer aprender a ouvir. Não é bastante ter ouvidos para ouvir. É preciso que haja, também, silêncio dentro da alma. Ninguém aguenta ouvir o que o outro diz sem dar palpites, sem misturar o que ele diz com aquilo que se tem a dizer. É como se o dito do outro não fosse digno de consideração. A incapacidade de ouvir, dizia Alves, é a manifestação mais constante e sutil da arrogância e vaidade.

Ao longo de um ano, a equipe do projeto percorreu 12 municípios do Semiárido paraibano fazendo escutas. O propósito geral era investigar o que a chamada tríplice epidemia (Dengue, Zika e Chikungunya) tinha produzido nas cidades e, sobretudo, o que elas tinham feito para enfrentá-la, incluindo, nesse processo, estratégias de comunicação. Havia um legado de mal-estar ou de boas práticas que se desejava conhecer, problematizar e produzir intervenções no contexto dos riscos.

As escutatórias foram realizadas em rodas de conversa que mobilizaram e reuniram, dentre outros atores, gestores e profissionais atenção básica, como Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Endemia, além de gestores e professores da educação básica municipal, sempre em menor quantidade. A participação foi intensa, tensa, controversa e, ao mesmo tempo, respeitosa. Educação e saúde, quase sempre, tensionavam compreensões, métodos e práticas.

Um conjunto de cinco temas animaram os debates: percepção sobre as causas da tríplice epidemia; compreensões sobre o vetor – o mosquito Aedes aegypti; estratégias de enfrentamento (conteúdo, tipos e formas de comunicação; educação socioambiental; uso de tecnologias sociais); compreensão de saúde e doença; e as alternativas de controle socioambiental das arboviroses, em contraposição às de controle químico – modelo dominante nas políticas de saúde em vigor.

Os 12 municípios, que integram o consórcio intermunicipal São Saruê, somam pouco menos de 115 mil habitantes, com IDH médio de 0,600 e um PIB per capita de R$ 4.077,19, valor que corresponde a apenas 14% do PIB per capita brasileiro, 39% do PIB per capita nordestino e a 34,6% do PIB per capita paraibano. São eles: Olivedos, Soledade, Juazeirinho, Tenório, Junco do Seridó, Salgadinho, Assunção, São José dos Cordeiros, Taperoá, Livramento, São José dos Cordeiros e Santo André.

Além disso, como destacamos na introdução, apresentam pouca diversidade de funções urbanas e dependência de um

centro maior (Campina Grande); baixos indicadores socioambientais e precária infraestrutura; insegurança hídrica (intermitência na distribuição de água, sendo todos abastecidos por carros-pipas); baixíssimos investimentos em saneamento básico (menos R$ 3 mil/ano); e alta incidência de arboviroses e, agora, de casos de Covid-19, incluindo dezenas de mortos.

A situação epidemiológica do Estado da Paraíba, na época e ainda hoje, é considerada uma das mais críticas do país na incidência de dengue (824 casos por 100 mil habitantes), Chikungunya (234 por 100 mil) e Zika (72,7 por 100 mil). Mais de 60% dos municípios integrantes do Consórcio encontram-se em situação de risco (índice de infestação a partir de 3%). Destaque-se que dentre os 12, em pelo menos três, houve registros de casos de microcefalia: Juazeirinho, Pocinhos e Soledade.

Os 12 municípios são beneficiados com uma razoável infraestrutura de comunicação. No entanto, mais da metade não finalizou, ainda, (setembro de 2021), seus Planos de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos e de Saneamento Básico. Oito não têm Plano Diretor, e, como foi dito acima, são abastecidos por sistemas alternativos e complementares como carros-pipas, poços artesianos e cisternas. O Consórcio, inclusive, foi criado para enfrentar, de forma cooperativa, parte desses problemas.

Umas das contribuições das escutatórias foi o debate sobre a percepção de que o Aedes aegypti era muito mais do que um mosquito; era um mal-estar, que ameaçava não apenas a saúde dos moradores das cidades, mas, também, colo-

cava em xeque um determinado padrão de desenvolvimento e modelo gestão de riscos em saúde: transformar o mosquito em vilão e responsabilizar a população pela sua proliferação.

No modelo vigente, como se observou nas escutatórias, não se faz o enfrentamento dos riscos atacando as suas causas. Cria-se um 'monstro', com poderes quase sobrenaturais, "alimentado pela sujeira e irresponsabilidade com a higiene", sobretudo, das populações mais pobres, já que grande parte dos potenciais criadouros está dentro dos domicílios. Como insistem os manuais em vigor, a população deve compreender que é um ator fundamental para o sucesso do controle vetorial.

A "guerra ao mosquito" mascara a verdadeira guerra: a guerra de viés higienista, que não destrói o Aedes; ataca a dignidade das pessoas, aprofunda preconceitos de toda sorte, reforça as desigualdades. Descura que a prevalência, emergência e reemergência de doenças têm raízes na degradação ambiental, resultante de um complexo interativo de fatores políticos, econômicos, tecnológicos e culturais alimentado pela dinâmica capitalista (SOUSA, 2020).

No diagnóstico sobre as estratégias de comunicação, percebemos que todo material de formação e informação sobre as arboviroses e outras doenças, incluindo a recente Covid-19, vem do Ministério da Saúde e do Governo Estadual (cartilhas, panfletos, cartazes, indicação de vídeos, recomendações de eventos, propostas de abordagens, roteiro de atividades). Chegam como pacotes prontos, com instruções de repasse e metas de distribuição a serem atingidas.

As iniciativas locais se restringem, em grande medida, a processos formativos para apropriação do conteúdo e metodologias de transferência; mobilização para eventos pré-concebidos, como dias "D", campanhas de rua e palestras em escolas; compartilhamento, via redes sociais (grupos de Whatsapo, Facebok e Instagran), de material já significado (banners, links de vídeo, eventos, cursos); visitas pré-formatadas, mecânicas, guiadas pelo espírito da guerra: averiguar sujeira e acusar pessoas.

Não detalhei e nem enfatizei neste capítulo as estratégias de comunicação envolvendo a questão das redes sociais, mas o tema apareceu por diversas vezes nas escutatórias. De um lado, em falas que destacavam, principalmente, a facilidade de comunicação com a população em casos emergência; de outro, reclamações quanto a qualidade da infraestrutura local, como ausência de sinal para acesso à internet, principalmente em áreas rurais.

Uma outra questão levantada tangenciou os riscos da disseminação de conteúdo falsos ou falseados - denominados Fake News -, que podem resultar em descrédito dos próprios agentes de saúde e fortalecer percepções inverídicas, negacionistas, que podem agravar os riscos. Relatos mostraram, por exemplo, que algumas pessoas tiveram contato, nas redes, com informações controversas sobre cuidados para um determinado tipo de doença, descontinuaram o tratamento prescrito pelos médicos.

Importante destacar, ainda, que os esforços de intervenção local, quando acontecem, modificam a forma, mas não

alteram a essência do conteúdo. É assim, por exemplo, com a produção de informações em cordel, paródias e teatro nas escolas. As escutatórias se não permitiram um mapa real das estratégias de comunicação em saúde nas pequenas cidades, ofereceram a possibilidade de refletir sobre os impactos desse modelo na realidade que se buscava transformar.

A síntese a que compartilho aqui não é definitiva, nem tem a pretensão de se apresentar como verdade absoluta. São leituras ainda em curso, cuja contribuição maior não é lançar um olhar exclusivo para a comunicação, mas inseri-la num debate mais amplo sobre as políticas de saúde na sociedade capitalista e sobre como elas determinam o conteúdo e a forma da comunicação e como controlam seus resultados.

A principal inferência que se pode fazer a partir dos achados do Projeto Zika UEPB, em meu ver, é que comunicação praticada nos contextos estudados é basicamente centrada no que chamamos de modelo ofertista: é conteudista, chega com pacotes de informações prontos para "colocar na cabeça das pessoas", ou "fazer a transferência de conteúdos", com quase nenhuma escuta, e se apoia na expertise presumida da fonte – o agente de saúde, supostamente preparado para a tarefa.

Trata-se de um modelo não tem espaço para dúvidas. Fecha-se como verdade e estabelece lugares desiguais para os envolvidos no processo: quem transmite sabe do que está falando; quem recebe não sabe e, por esta razão, deve escutar para aprender. Adota como estratégia de persuasão, por exemplo, a ênfase em informações sobre riscos de morte e a imputação para o indivíduo da responsabilidade pelo que

pode acontecer de trágico se o pacote repassado não for seguido ao pé-da-letra.

No modelo ofertista, como o próprio termo já diz, a preocupação, portanto, é ofertar. Quanto mais melhor. De preferência, conteúdos que foquem mais nas características da doença e em seus sintomas, embora, paradoxalmente, a comunicação, em tese, destine-se à promoção da saúde. A ideia não é estimular discussões ou abrir brechas para desconfianças. Mas se estas aparecem, são resolvidas com o argumento de que é a palavra da saúde e, por isso, não pode ser contestada.

Nesse sentido, o modelo em questão, em minha leitura, tem viés autoritário: trata-se, como diria o professor José Moran (2007), de uma relação de trocas desiguais, de uma interação dentro de um sistema fechado, em que um fala e o outro assente, e onde quem tem algum poder (e saber) impõe seus pontos de vista, deixando ao receptor a alternativa única da concordância. A fala, em tese, pode transmitir a ideia de preocupação, de cuidado, mas, no fundo, personifica, ainda que de forma implícita, o próprio sistema.

4. No Labirinto com Dédalo (digressão)

O Mito do Labirinto de Dédalo é um dos mais conhecidos da cultura ocidental e, talvez, o mais intrigante. A literatura sobre ele é vasta, rica em teses, versões, interpretações, narrativas, com aplicações em várias áreas do conhecimento – da literatura, passando pela matemática, engenharia, arquitetura, comunicação até a psicanálise (LEÃO, 2005). A ideia aqui é

trazer as reflexões acima para um diálogo com aquilo que estou chamando de segundo tempo do Labirinto de Dédalo.

O primeiro tempo, o mais conhecido, é marcado pelo domínio do Minotauro e termina com a morte deste pelo herói Teseu. O segundo tempo, em minha leitura, começa com o encarceramento de Dédalo, juntamente com o filho, Ícaro, no próprio labirinto, sob acusação de traição: o artesão teria participado da conspiração, articulada por Ariadne, que possibilitou o jovem Teseu entrar, enfrentar e matar o Minotauro e depois sair do Labirinto. Teria sido de Dédalo a ideia do fio de Ariadne.

Segundo a mitologia Grega, em sua versão mais conhecida (BULFINCH, 2006; BRANDÃO, 2013), Dédalo, o mais famoso engenheiro, inventor e arquiteto de Atenas, matou o sobrinho Talos com inveja de seu talento e acabou exilado na Ilha de Creta, onde foi acolhido pelo rei Minos. Logo se tornou o arquiteto oficial do rei e, a pedido deste, construiu o grandioso Labirinto, com um emaranhado tal de quartos, salas e corredores, que ninguém seria capaz de, entrando, sair da engenhosa estrutura.

Minos disputava o reino de Creta com seus irmãos. E para provar que tinha a aprovação dos deuses, fez um pacto com Poseidon, o deus dos mares e rogou que este fizesse emergir do mar um touro branco para afirmar seu direito de governar a Ilha. Em contrapartida, o rei prometeu que sacrificaria o animal ao deus, como forma de agradecimento. Acontece que o animal era tão belo que Minos, por ganância, não cumpriu promessa e acabou atraindo a ira de Poseidon.

Enfurecido, o deus prometeu vingança e, com a ajuda da deusa Afrodite, fez com que a esposa do rei, Pasífae, se apaixonasse pelo touro branco. A rainha, buscando uma forma de entregar-se ao animal, recorreu às artes de Dédalo, que fabricou uma perfeita novilha de bronze. Colocando-se dentro da novilha, a rainha concebeu do touro um ser monstruoso, metade homem e metade touro, o Minotauro. Pasífae cuidou dele durante sua infância, porém depois ele cresceu e se tornou feroz foi trancando no Labirinto.

O assassinato de Androgeu, filho de Minos, precipitou a guerra entre Creta e Atenas. Vitorioso, Minos obrigou os atenienses a pagarem um tributo cruel: enviarem, a cada 9 anos, 7 rapazes e 7 moças para serem devorados pelo Minotauro. Às vésperas do terceiro envio, Teseu ofereceu-se para ir a Creta com os outros treze enviados. Chegando lá, conheceu Ariadne, filha do rei Minos, que por ele se apaixonou e decidiu ajudá-lo num plano para matar o Minotauro e escapar do Labirinto.

Segundo a narrativa corrente, foi de Dédalo a ideia do novelo de lá que Ariadne deu a Teseu para entrar, marcar o caminho, matar o Minotauro e sair do Labirinto. O rei Minos, que já estava em desagrado com Dédalo por conta do episódio da novilha de bronze, ao descobrir que o arquiteto colaborara para a morte do Minotauro, ordenou a prisão de Dédalo e seu filho Ícaro no próprio Labirinto. O artista, agora, era prisioneiro de sua própria obra, vigiado por terra e mar.

Na leitura que faço desse tempo, Dédalo realiza o maior dos seus feitos: estuda, planeja e executa uma fuga espeta-

cular, quebrando e estabelecendo novos paradigmas, não só de engenhos, mas, principalmente, de enfrentamento de situações de crises. O Labirinto, tanto no primeiro, quanto no segundo tempo, é uma realidade de risco. Há lições e chaves de leituras a serem apropriadas nos dois tempos, e há quem não os separe. Mas é no segundo que o Labirinto, em meu ver, é disruptivo.

Segundo Magaldi e Neto (2019), disrupção representa uma mudança abruta na trajetória de um sistema, que pode se decompor ou imergir em novos estados e se caracteriza **pela ruptura**, quebra ou descontinuação de um processo já estabelecido. Um movimento disruptivo rompe paradigmas, produz transformação velozes, soluções inovadoras, enxerga oportunidades em meio às crises, encara as falhas como um recomeço. É o que acontece no Labirinto, agora com Dédalo.

Na leitura que faço, há vários movimentos de Dédalo a partir dos quais também se podem pensar não só a determinação socioambiental dos riscos como, também, os processos de comunicação dos riscos. Se por um lado, o Labirinto, no primeiro tempo, é a expressão dos riscos, representado, simbolicamente, pela figura do Minotauro; por outro, no segundo tempo, os riscos se não desaparecem, mas a forma de encará-los muda radicalmente. O Labirinto também liberta.

O primeiro movimento, então, é de reconhecimento do território. As saídas convencionais estão fechadas e vigiadas. Aparentemente é o fim. Ícaro, inclusive, desiste. Aceita o destino prescrito. Dédalo não se dá por vencido. O diagnóstico do ambiente não é animador, mas ele não se entrega. Redi-

reciona, agora, suas energias para dois novos movimentos: focar na possibilidade e alimentar a esperança. Não é tão simples. Precisa reestabelecer a confiança interna e construir um projeto.

Sem projeto, a aliança com Ícaro não deslancha. Dédalo, então, modifica o olhar, o jeito e a direção do olhar. O Labirinto era aberto por cima, mas isso não dizia muito a não ser em termos de estrutura e ambiência. Não representava possibilidade alguma de saída. Sim, mas só até aquele momento. O arquiteto olha para o céu e enxerga os pássaros. Mas eles não estavam sempre por ali, voando baixo, alto, plainando no ar? Por que agora causam estranhamento? Dédalo estava cego. O Labirinto cega.

O que não percebera antes agora era a grande novidade. Não se aprende só com os humanos, descobre Dédalo. E aí estuda cada movimento das aves no céu. Concebe, a partir delas, um projeto ousado, disruptivo. Sairiam do Labirinto voando. Ninguém as alcançaria. Atravessariam a ilha e pousariam livres do outro lado. Mas teriam que trabalhar juntos na empreitada. Ícaro não acredita no que ouve. Dédalo é paciente. A saída já pode ser vislumbrada. Mas como viabilizá-la?

O desafio está posto. Predestinado a túmulo, o Labirinto ressurge encharcado de vida. Humanos e não-humanos interagem. Transformam e são transformados. Não são peças que se encaixam mecanicamente. Não estão prontas; se fazem no processo. Pedaços de madeira, pedras, penas de gaivotas, cera de abelha se transmutam em asas. Os recursos da mudança

estão no próprio ambiente, mas nem sempre são percebidos. É mais fácil enxergar e replicar o que vem de fora.

O resultado, na versão corrente do mito, é mais conhecido que o processo. Dédalo e Ícaro fogem pelo ar, imitando as gaivotas, com as asas que construíram usando os recursos disponíveis no próprio Labirinto. Ícaro pagará o preço do conhecimento e da técnica que geram deslumbramento, autossuficiência, mas não produzem liberdade. Dédalo, mesmo atormentado pela morte trágica do filho, completa o percurso, fecha o ciclo do Labirinto e recomeça a vida na Sicília.

Considerações

Como alertado, as reflexões apresentadas ao longo do texto consideraram a comunicação de forma mais ampla, contemplando a diversidade de interações e estratégias, sem estabelecer uma centralidade. Em linhas gerais, a comunicação foi observada e discutida como atividade social que envolve a produção, transmissão e recepção de formas simbólicas (THOMPSON, 1998), e que mobiliza uma gama variada de recursos técnicos, linguísticos, estratégicos, artísticos, dentre outros.

A proposta, com este olhar, foi tentar, de um lado, uma leitura o mais próxima possível do cotidiano das práticas de comunicação da atenção básica, sobretudo nas ações de promoção da saúde nos contextos de emergência e pandemia; e, de outro, a partir desta leitura, oferecer algumas possibilidades de enfrentamento do Labirinto, reconhecendo não apenas suas armadilhas, percursos intrincados, aflições, complicações, embaraços e desafios, mas, sobretudo, seus ativos potenciais.

O que se observou, em síntese, foi que a comunicação praticada pelos agentes responsáveis pela promoção da saúde nas pequenas cidades do Semiárido nordestino, lócus das observações aqui descritas e analisadas, carrega as marcas fortes do modelo ofertista: é conteudista em sua essência; predomina como transmissão em detrimento da interlocução, da escuta; realiza-se no tempo único dos agentes em detrimento do tempo dos diferentes grupos sociais e concentra-se nos riscos e suas ameaças.

Neste sentido, tem-se, como resultado, uma comunicação que promove mais o medo e a insegurança, do que a confiança; que descura dos determinantes socioambientais do adoecimento e transforma a população, de vítima, em culpada pela expansão dos agravos; não abre espaço para discussão de alternativas para além do modelo químico; e as soluções propostas estão despregadas do espírito comunitário. O discurso corrente é: "cada um tem que fazer a sua parte".

Longe de apontar culpados pela prevalência do modelo ofertista e de localizar num grupo específico a responsabilidade pela sua reprodução, é importante destacar, porém, que a comunicação em saúde é o que são as políticas de saúde. Não são os agentes que produzem, nem definem as estratégias de comunicação. Eles são treinados e dirigidos para reproduzir os conteúdos recebidos, seguindo um modelo padrão de reprodução.

Em outras palavras, recebem um pacote pronto, fechado, produzido fora do seu território pelos que definem a política de saúde, que nem sempre conhecem, mas presumem a realidade, inclusive com imagens de pessoas e ambientes em

cores, falas e saberes caricatos. Os resultados são por demais conhecidos. Imagino, assim, um outro modelo que passa pelo que chamo de 'virada de Dédalo'. E os elementos dessa virada não estão fora, mas dentro do próprio Labirinto.

Referências

ALVES, R. Escutatória. **Caosmose. S/d** Disponível em: http://www.caosmose.net/candido/unisinos/textos/escutatoria.pdf. Acesso em: 01 out. 2021

ARAÚJO, I. S. A percepção da Comunicação como parte do processo de Determinação Social da Saúde. **DSSBR**. Entrevista 28/11/2013. Disponível em: https://dssbr.ensp.fiocruz.br/a-comunicacao-como-ciencia/. Acesso em: 25/09/2021

BAUMAN, Z., 1998. **O Mal-Estar da Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores.

BECK, U. **A metamorfose do Mundo** – novos conceitos para uma nova realidade. ZAHAR: Rio de Janeiro, 2016.

Beck, U. **Risk Society – Toward a New Modernity**. (Theory, Culture and Society Series). London: Thousand Oaks; New Delhi: Sage Publication; 1992. Giddens A. As conseqüências da modernidade. São Paulo: Unesp; 1991.

BECK, U. **Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade**. Tradução de Sebastião Nascimento. São Paulo: Ed. 34, 2010.

BRANDÃO, J. de S. **Mitologia grega**. Petrópolis: Vozes, 2013. v. 1.

BULFINCH, T. **O Livro de Ouro da mitologia: histórias de deuses e heróis**. 34 ed. 5ª reimpressão. Trad. David Jardim. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

CASTRO, J. E. Desigualdad estructural y determinación social. **WATERLAT-GOBACIT** Research Network, Thematic Area Series SATAGSA – TA5 - Water and Health – Vol. 3, No 9, 2017, p. 18-29. Disponível em: http://waterlat.org/WPapers/WPSATGSA39.pdf. Acesso em: 03 set. 2021.

COSTA, M.P., RAMALHO, A. M. C.; SOUSA, C. M. Riscos, Epidemias e Saúde: Contornos e Desafios no Semiárido Nordestino. **Qualitas Revista Eletrônica.** ISSN 1677 4280, v.21, n.3, set/dez 2020, p.74 – 98. Disponível em: http://revista.uepb.edu.br/index.php/qualitas/article/view/5815/pdf. Acesso em: 25 set. 2021

ENGDAHL, E; LIDSKOG, R. Risk, communication and trust: Towards an emotional understanding of trust. **Public Understanding of Science**. 2014;23(6):703-717. doi:10.1177/0963662512460953.

FAUSTO NETO, A. Percepções acerca dos campos da Saúde e da Comunicação. In: Pitta, AMR. **Saúde & Comunicação: visibilidades e silêncios.** São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco; 1995. p. 267-293.

FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1974.

GUIVANT, J. S. A teoria da sociedade de risco de Ulrich Beck: entre o diagnóstico e a profecia. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 9, n. 1, abril 2001 Disponível em: https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/188/184. Acesso em: 01 out. 2021.

LATOUR, B. **Pandora's Hope**. Essays on the Reality of Science Studies. Cambridge: Harvard University Press, 1999.

LEÃO, Lúcia. **O labirinto da hipermídia** - Arquitetura e navegação no ciberespaço.3. Ed. São Paulo: Iluminuras, 2005.

Lima E. COVID-19: o papel estratégico da Comunicação do IFF/Fiocruz [document on the inter-

net]. Rio de Janeiro: Fiocruz; 2020 [cited 2020 Oct 20]. Available from: https://portal.fiocruz.br/noticia/covid-19-o-papel-estrategico-da-comunicacao-do-iff/fiocruz

LUCATE, F. H. Dédalo e Ícaro: liberdades e/ou algemas tecnológicas. **Impulso,** Piracicaba, 25(64), 45-52, set.-dez. 2015. ISSN Impresso: 0103-7676 • ISSN Eletrônico: 2236-9767. Disponível em: https://www.metodista.br/revistas/revistas-unimep/index.php/impulso/article/view/2455. Acesso em: 01 out. 2021.

LUIZ, O. C.; COHN, A. Sociedade de risco e risco epidemiológico. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 22(11):2339-2348, nov, 2006. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csp/a/86Wndmt9FFbB4SQmCmtMVkm/?lang=pt&format=pdf Acesso em: 01 out. 2021

MARCONDES FILHO, C. **Para entender a comunicação**: **contatos antecipados com a nova teoria**. São Paulo: Paulus, 2012.

MORAN, J. **Desafios na comunicação pessoal** 3ª ed. São Paulo: Editora Paulinas, 2007.

Martini Junior, L.C. de. A comunicação de riscos na emergência. **Revista Saneamento Ambiental** 1998; 49 (jan/fev):46-50.

MOURA-FÉ, Marcelo Martins de; PINHEIRO, Mônica de Aguiar; COSTA, Anatarino Torres da. O novelo de Teseu da legislação ambiental (ou: o manual básico de sobrevivência para iniciantes no labirinto de Dédalo). **Revista da ANPEGE**, [S.l.], v. 13, n. 22, p. 198-222, set. 2017. ISSN 1679-768X. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/view/6950/3884>. Acesso em: 01 out. 2021. doi:https://doi.org/10.5418/RA2017.1322.0008.

PERKO, J. The Role of Mass Media and Journalism in Risk. **Communication Mass Communicat Journalism**, 2012, 2:2 http://dx.doi.org/10.4172/2165-7912.1000e110

PINTO, Luís Filipe Marques. A simbologia e os enigmas do labirinto. Revista arquitectura Lusíada. - ISSN 1647-9009. - N. 8 (2.º semestre 2015). - p. 29-48 http://hdl.handle.net/11067/5387 Disponível em: http://dspace.lis.ulusiada.pt/bitstream/11067/5387/1/ral_8_3.pdf Acesso em: 25 set. 2021

RANGEL-S, Maria Ligia. Comunicação no controle de risco à saúde e segurança na sociedade contemporânea: uma abordagem interdisciplinar. **Ciência & Saúde Coletiva**, 12(5):1375-1385, 2007 Disponível em: https://www.scielo.br/j/csc/a/jYJ7vkS9Y6S6Kc6fb4FQKmw/?format=pdf&lang=pt Acesso em: 25 set. 2021

SOLÓN, Pablo. **Alternativas sistêmicas**. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

SOUSA, Cidoval Morais de. Em busca de novos jeitos de ler (e compreender) a mídia. **Ciências Sociais Unisinos** 43(2):149-156, maio/agosto 2007. Disponível em: http://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias_sociais/article/view/5661 Access on 20 Apr. 2020 .

SOUSA, Cidoval Morais de. **O mal-estar das pequenas cidades do Semiárido Nordestino - um estudo a partir da Tríplice Epidemia (Dengue, Zika e Chikungunya) e da Covid-19**. Campina Grande: EDUEPB, 2021 (no prelo)

THOMPSON, J. B. **A mídia e a sociedade: uma teoria social da mídia.** 6ª Ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

Valenti, J. Wilkins, L. **An ethical risk communication protocol for science and mass communication.** Public Understanding of Science. 1995;4(2):177-194. doi:10.1088/0963-6625/4/2/005

World Health Organization. Comunicação de riscos em emergências de saúde pública: um guia da OMS para políticas e práticas em comunicação de risco de emergência [document on the internet]. Genebra: WHO; 2018 [cited 2020 Oct 22]; Available from: https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/259807/9789248550201-por.pdf?ua=1

O final dos outros: Covid-19, meios de comunicação e risco societal

Werner Vasquez von Schoettler
Departamento de Comunicação e Relações Internacionais
Facultad Latino Americana de Ciencias Sociales (Flacso), Equador
Email: wrvasquez@flacso.edu.ec

Helenice Aparecida de Oliveira
Departamento de Linguística
Universidade de Brasília (UnB), Brasília, DF, Brasil
Email: niceao1@gmail.com

Naiara Andrade Rezende da Silva
Departamento de Ciências Sociais
Universidade de Brasília (UnB), Brasília, DF, Brasil
Email: naiaraandrade301198@gmail.com

Carlos Ugo Santander
Departamento de Ciências Sociais
Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia, GO, Brasil
Email: csantander@hotmail.com

Alessandro Rezende da Silva
Instituto Superior de Ciências Sociais (ISCP), Brasília, DF, Brasil
Email: alessandroligadf@gmail.com

Vivemos, hodiernamente, uma espécie de "caos mundial" em que nenhuma comunidade pode se considerar fora desse contexto. Conflitos mundiais, guerras por mercados capitalistas altamente rentáveis e surgimento de epidemias que

abalam e surpreendem até a ciência são alguns fatores geradores desse caos global.

Diante desse cenário incerto, estudiosos e cientistas sociais de diversos campos estão fazendo análises e reflexões sobre essa situação tão perigosa, visto que o eixo de desenvolvimento social mudou para a sociedade de risco. Agora as diferenças não são mais somente de distribuição econômica, de distribuição geográfica ou de classes sociais, essa noção foi deslocada para a sociedade de risco. Noção complexa, por se tratar de uma representação do perigo. Ela designa, ao mesmo tempo, tanto um perigo potencial quanto sua percepção e indica uma situação percebida como perigosa na qual se está ou cujos efeitos podem ser sentidos de diversas formas emergindo para o novo conceito de sociedade moderna.

Um desses estudiosos é o sociólogo alemão Ulrich Beck que lançou o livro *Risikogesellschaft: Auf dem Weg in eine andere Moderne*. No Brasil, a obra só foi publicada 24 anos depois, em 2010, com o título *Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade*. Na obra, Beck inclui os riscos nucleares, químicos e ecológicos produzidos industrialmente, externalizados economicamente, minimizados politicamente e individualizados juridicamente como fatores contribuintes para o surgimento dessa nova sociedade de risco, em que o desenvolvimento da ciência e da técnica não daria mais conta do controle de riscos para criar e que contribuem negativamente para a saúde humana e para o meio ambiente.

Beck defende a ideia de que a modernidade – considerada por muitos como pós-modernidade – passa por um mo-

mento de ruptura histórica, assim como ocorreu na passagem da sociedade feudal para a industrial. A diferença, porém, é que essa ruptura não representa o fim da sociedade moderna e, sim, sua reconfiguração.

Segundo Beck (1999), esse conjunto de riscos geraria uma "nova forma de capitalismo. Uma nova forma de economia, uma nova forma de ordem global, uma nova forma de sociedade e uma nova forma de vida pessoal" (BECK, 1999, p. 2-7). Ainda de acordo com o autor, o conceito de sociedade permeia com o de globalização, pois os riscos são distribuídos sem levar em consideração as fronteiras de nações e classes sociais. Consequentemente, o resultado será maior índice de pobreza na maior parte da sociedade.

Sendo assim, ninguém, nem pobres nem ricos, estaria totalmente imune às ameaças produzidas e agravadas pelo progresso. Embora admita que muitos riscos possam ainda ser distribuídos conforme a classe social, Beck não concebe mais as ameaças como situações de classe, a exemplo do que acontecia na sociedade industrial clássica.

Assim, os riscos são produtos, ao mesmo tempo, reais e irreais, por aliarem danos e perigos já ocorridos àqueles calculados. Na avaliação comparativa do tempo, o futuro tem primazia em relação ao passado, pela potencialidade da projeção dos fatores que conjugam a compreensão dos riscos no presente. "Isso pressupõe [...] que os riscos tenham sido bem-sucedidos num processo de reconhecimento social". A legitimação diferenciaria a distribuição das novas "riquezas".

> Sociedade de risco significa que vivemos em um mundo fora de controle. Não há nada certo além da incerteza. Mas vamos aos detalhes. O termo "risco" tem dois sentidos radicalmente diferentes. Aplica-se, em primeiro lugar, a um mundo governado inteiramente pelas leis da probabilidade, onde tudo é mensurável e calculável. Esta palavra também é comumente usada para referir-se a incertezas não quantificáveis, a "riscos que não podem ser mensurados". Quando falo de "sociedade de risco", é nesse último sentido de incertezas fabricadas. Essas "verdadeiras" incertezas, reforçadas por rápidas inovações tecnológicas e respostas sociais aceleradas, estão criando uma nova paisagem de risco global. Em todas essas novas tecnologias incertas de risco, estamos separados da possibilidade e dos resultados por um oceano de ignorância (BECK, 1999, p. 2-7).

Dessa forma, embora reconheça o risco como elemento capaz de ser mensurável e calculável segundo leis de probabilidade, Beck entende a sociedade de risco como um mundo de incertezas fabricadas, por meio de inovações tecnológicas e respostas sociais mais aceleradas, produzindo um novo cenário de risco global, de incertezas não quantificáveis. Longe de denotar controle, a sociedade de risco simbolizaria, de certo modo, uma era de descontrole pelo fato de os riscos civilizatórios escaparem à percepção, baseando-se principalmente, como exemplifica Beck, "na esfera das fórmulas físico-químicas (por exemplo, toxinas nos alimentos ou a ameaça nuclear)".

O autor explica melhor o arcabouço dessa sociedade de risco, levando o leitor a compreender as argumentações em

torno dessa nova ordem social. Os riscos da pós-modernidade representam novas oportunidades de mercado, já que se baseiam no conhecimento e na ciência como centro da produção dessa nova etapa. Segundo o autor:

> A sociedade de risco é [...] também a sociedade da ciência, da mídia e da informação. Nela, escancaram-se assim novas oposições entre aqueles que produzem definições de risco e aqueles que as consomem". O conhecimento se converteria, então, na mais importante manufatura intelectual da modernidade, e a difusão num mecanismo fundamental para manutenção do poder desse saber convertido-em-produto (BECKER, 1999, p. 10-15).

Os conceitos da sociedade de risco devem considerar as mudanças ocorridas na sociedade em todos os setores, principalmente com relação à formação familiar, às questões de gênero, de casamento, de paternidade e de profissão. O início do século XXI proporcionou que a modernização tivesse como consequência a transformação social, que ainda está acontecendo atualmente, no sentido de superar a natureza em oposição à sociedade e também desmontou o sistema de organização da sociedade industrial.

Dado o tratamento especial para a individualização, relacionando-a ao conceito de constituição social em que é abordado, Becker estabelece o sujeito como elemento central das ações do mundo. Assim, os cidadãos teriam, então, o grande controle quanto aos perigos como agentes de escolha da sua carga de riscos. Para o autor:

> a individualização é analisada a partir do contexto da modernidade reflexiva (também denominada por ele, em outras passagens, modernização da modernização ou segunda modernidade), que constitui a sociedade de risco (BECK, 1999, p. 28-30).

Os termos da modernidade reflexiva também foram empregados por Giddens e Lash. Segundos esses autores, eles derivam de um processo de radicalização da modernização que rompe com as previsibilidades da vida em sociedade, sendo a globalização e os avanços tecnológicos as principais características dessa concepção e que passam a ser, em si mesmos, os temas do problema. Diante de uma modernidade altamente reflexiva, Beck propõe pensar sobre o papel da ciência na produção do conhecimento conforme o risco. A intenção de Beck é fazer uma crítica ao determinismo da racionalidade científica sobre a sociedade na produção de verdades. Para isso, ele parte dos conceitos de sociedade industrial para abordar o que ele chama de *especializabilidade*: "um caráter delimitável e monopolizável do conhecimento científico e da ação política" por meio das instituições que compõem o sistema científico e político. Para Beck:

> a ciência se torna cada vez mais necessária, mas ao mesmo tempo cada vez menos suficiente para a definição socialmente vinculante de "verdade" (grifos do autor). Além disso, a política perde suas fronteiras. O conhecimento da fonte dos perigos e a dominação da natureza fazem com que os riscos engendrem uma autopolitização da modernidade, gerando uma subpolítica que possibilita o surgimento de agentes

> coletivos e individuais, antes externos ao sistema, no novo cenário social (BECK, 1999, p. 35).

Assim, as ações cotidianas do sujeito aparecem como novas formas do agir político. Atualmente, é necessário atualizar os conceitos atuais em conformidade com os da época em que a obra foi escrita para compreender como a argumentação se desenvolve, inclusive na própria forma como Beck escreve a sua obra, segundo ele mesmo, em caráter processual, capítulo por capítulo, uma forma de o leitor poder ponderar cada um deles também isoladamente ou em qualquer outra ordem e demandar conscientemente o próprio envolvimento, oposição e continuidade.

A concepção de uma separação de mundos em natureza e cultura/sociedade, que está intimamente ligada ao pensamento modernista, deixa de reconhecer que nós estamos construindo, agindo e vivendo em um mundo cujas características estão além dessas distinções. Reconhecendo o fato de vivermos em um mundo híbrido, fruto de percepções culturais, julgamentos morais, política e tecnologia, Beck considera a noção de híbrido mais negativa que positiva, por dizer mais o que não é do que dizer o que as coisas realmente são.

Portanto, os conceitos que envolvem a obra *Sociedade de risco* têm como foco central as mudanças ocorridas na década de 80 do século XX, em que se tem como destaque a crise ambiental, a queda do muro de Berlim e os avanços tecnológicos de quando a obra em análise foi escrita. Logo, fica a indagação entre os leitores atuais da obra sobre qual seria a análise do sociólogo sobre o cenário atual de crise que nos encontramos e que envolve análises sobre o desemprego, a

degradação ambiental e, antes de tudo, os problemas enfrentados mundialmente pelo mercado financeiro.

Diferentes concepções dos conceitos de risco nos modelos sociais

Embora Beck diferencie na sua obra as três fases sociais da modernidade – a sociedade pré-industrial (sociedade tradicional), sociedade industrial (primeira modernidade) e sociedade de risco (segunda modernidade) – e faz correspondências a elas com características diferentes, o autor afirma que o conceito de risco, bem como a consciência deste, não são invenções exclusivas da época moderna. Ao longo da história, sempre existiram situações de riscos e as implicações levantadas por eles encontram-se já presentes mesmo antes do início da Modernidade. O autor cita como exemplo as viagens marítimas de descoberta de novos continentes do século XV.

Aos empreendimentos levados a cabo pelos navegadores da época dos descobrimentos associava-se já uma elevada dose de risco. O que distingue os riscos daquela época dos riscos associados à contemporaneidade é, segundo ele, o seu alcance. Alcance enquanto o risco assumido pelos navegadores do século XV se revestia de implicações de natureza estritamente pessoal, o risco atual caracteriza-se pela sua dimensão global e pelas consequências que pode causar à humanidade enquanto espécie.   A teoria da sociedade mundial de risco traz, portanto, algumas inovações. No âmbito dos estudos sobre governança do risco, uma vez que logra caracterizar determinados riscos como um fenômeno de circulação global,

por um lado, essa teoria permite a vinculação objetiva entre o universo gerencial do Estado nacional e a globalização, em um contexto em que uma política de governo tenha sua legitimidade e eficácia mediadas por esferas de regulação pós-nacionais (BECK, 2002b, p. 48-65, p. 214-221); por outro, permite a elaboração de novas formas de participação direta nos processos de tomada de decisão no interior do sistema político, de modo a redesenhar as bases de legitimação da política estatal (BECK, 2010, p. 234-238).

O risco, para ser outorgado como tal, necessita ser reconhecido/construído institucionalmente, sujeito a padrões de definição decorrentes de contexto social e cultural no qual ocorre. No quadro da Sociedade de Risco, a avaliação e definição dos riscos passam, em grande medida, pela atuação da política e da ciência como focos institucionais responsáveis pela avaliação da natureza e impactos que uma dada ameaça pode gerar. Segundo Beck (1999), face às crescentes ameaças impulsionadas pela eclosão de riscos, a autoridade da esfera política e também a autoridade da ciência enquanto participante na avaliação e definição da natureza do risco encontram-se sujeitas ao fracasso, precisamente pelo fato de a atividade científica ser uma das principais fontes de produção de riscos. A legitimidade da ciência é posta em causa perante a impossibilidade de gestão dos riscos – e também devido à incomensurabilidade da natureza destes – por via dos métodos da avaliação exequível.

Além de instaurar um clima de discussão e crítica sob os métodos e propósitos do trabalho científico, a era contemporânea caracteriza-se também pela crescente emergência de

um nível de consciência e sensibilidade sociais face aos assuntos relacionados com os riscos como nenhum outro momento anterior da Modernidade viu surgir. Beck afirma que há uma coincidência entre o despertar da consciência social face às ameaças da ciência e a crítica que lhe é exercida. O despertar da consciência social diante dos riscos amplia o espaço de debate sobre os mesmos. A ciência que, por meio de peritos científicos e governamentais detinha até aí o monopólio da definição e discussão sobre os riscos, vê-se obrigada a partilhar a informação que possui sobre eles.

Mesmo sendo alvo de críticas, como a que se refere à centralidade das análises na questão europeia, os escritos de Beck em *Sociedade de Risco* não perdem a vitalidade, principalmente pela importância adquirida pelo risco na contemporaneidade. Na área de epidemiologia, o risco representa uma realidade objetiva e mensurável, passível de cálculo. A criação de indicadores de risco para medir a morbidade (taxa de portadores de determinada doença em relação à população total estudada, em determinado local e momento) é um bom exemplo para se pensar na simbologia da transformação das incertezas em probabilidades e na normatividade dessas definições cientificamente construídas.

Nesse sentido, as análises de Beck nos ajudam a entender um pouco mais a respeito não só da necessidade humana de querer controlar o mundo frente às inseguranças com as quais a sociedade diariamente se defronta, mas também da

própria impossibilidade desse controle total. Segundo os estudos de Ulrich Beck:

> A própria modernização trouxe consequências que estão hoje arriscando as condições básicas de vida alcançadas por via desse mesmo processo" – Trata-se de "uma civilização que ameaça a si mesma, na qual a incessante produção de riqueza é acompanhada por uma igualmente incessante produção social de riscos globalizados que atingem da mesma forma todas as nações, sem distinção (BECK, 1999, p. 56).

Risco não significa catástrofe, mas sim "antecipação da catástrofe". Os riscos consistem em encenar o futuro no presente de forma que essa antecipação real de catástrofes futuras no presente (como as mudanças climáticas ou crises financeiras) possa vir a ser política que transforme o mundo.

Ademais, os riscos atravessam a autossuficiência de culturas, idiomas, religiões e sistemas, fazendo com que pessoas e nações que não gostariam de se relacionar passem a se comunicar em prol de um objetivo comum. Na medida em que um público mundial toma consciência dos riscos globais (mudanças climáticas, crises econômicas mundiais, terrorismo) que vinculam países desenvolvidos e subdesenvolvidos uns aos outros, então algo historicamente novo pode emergir: uma visão cosmopolita, na qual as pessoas se veem como parte tanto de um mundo em perigo quanto de suas histórias e situações de sobrevivência locais.

Dessa forma, a sociedade de risco é também uma oportunidade social. Essa nova realidade histórica faz com que

nenhuma nação possa mais dar conta de seus problemas sozinha. Aqueles que jogam só em âmbito nacional vão perder. Os riscos globais acabam por produzir um realismo cosmopolita, transnacional – coopere ou fracasse.

A busca dos interesses de cada um deve ser compatível com os de uma comunidade mais ampla. Dessa forma, o realismo cosmopolita significa basicamente que o reconhecimento dos interesses legítimos dos outros deve estar inserido no cálculo dos interesses de cada um. Não se trata de um remédio para todos os males do mundo atual e nem sempre dá certo, mas nos impulsiona a olhar além.

A sociedade de risco, a pandemia e o direito à informação

Para Fraser, o final dos anos 1980 representou o "triunfo da democracia liberal" que alguns estabeleceram como o fim da história. Para a autora, a democracia existente é um projeto de uma teoria crítica que estabelece os limites da democracia nas sociedades do capitalismo tardio (FRASER, 1997). Já Habermas (1990) vê os limites da democracia nas sociedades de capitalismo tardio ao estabelecer o conceito de "esfera pública" como a distinção entre os aparelhos do Estado, de um lado, e os espaços públicos de discussão e associação cidadã, em outro lado.

Como visto anteriormente, a proximidade do século XXI permitiu desenvolver estudos e visualizar aspectos sobre as consequências da modernidade. Habermas (1990) estabelece que cada evento catastrófico enviado em uma sociedade

de rede (CASTELLS, 2013) toma proporções nunca registradas antes em termos de sociedade, tamanha a sua velocidade. Com isso, os órgãos responsáveis pela distribuição de notícias tornaram-se na mais sórdida instituição: a imprensa. Esse cenário é possível devido à comercialização e ao tráfego do público em busca de respostas.

A rapidez com a qual a notícia chega ao público é fruto das transformações da sociedade moderna. E constantemente chega todo tipo de notícia: verdadeiras e falsas. Para Habermas, essa necessidade de divulgar as notícias é um fenômeno da sociedade moderna: "deixar de ser um vendedor de notícias frescas, para ser um formador de opinião pública" (HABERMANS, 1990, p. 210) e acrescenta que a busca por informações:

> comenzó con los "periódicos cultos" en el continente, y con los semanarios y revistas políticas en Inglaterra, en cuanto los escritores fueron sirviéndose del nuevo instrumento de la prensa periodística para dotar a su raciocinio, intencionadamente pedagógico, de eficacia publicística. Se ha llamado a esta segunda fase la fase de un «periodismo de escritores». Ahora pasa a un segundo plano la finalidad crematística de tales empresas, infringen, en efecto, todas las reglas de la rentabilidad, y a menudo son negocios ruinosos desde el comienzo. El impulso pedagógico – crecientemente político, después – era, por así decirlo, financiado por concurso (HABERMANS, 1990, p. 211).

A formação e a distribuição de informações não são algo tão simples, como é imaginado por alguns, uma vez que a

significação da opinião é cuidar da reputação ao crédito, a consideração de que um goste da opinião do outro (HABERMANS, 1990). É preciso destacar que a palavra tem uma ressignificação para a formação da opinião, pensando que essa opinião deve transparecer a verdade com sua veracidade de informações e de palavras. Antes de entrar no mérito da problematização do fenômeno da opinião pública, é preciso destacar que a opinião pública somente pode cumprir-se quando estabelece o fluxo comunicacional desde seu aspecto familiar, não público e espontâneo dos espaços institucionais regulados e submetidos a pressões e funções que o cargo e o momento requerem.

Habermas (1990) estabeleceu que, na formação da opinião pública, não se pode deixar de observar a mudança na função da estrutura da publicidade como esfera quando aparece a soberba da imprensa. Para o autor, essa realidade é facilmente observada na mercantilização da informação, com a circulação de mercadorias. Ferreira (2015, p. 51) destaca que "informal ou informalmente, detida ou não de cientificidade, é lugar comum citar a opinião pública como a opinião da maioria, como uma opinião majoritária ou como resultados de pesquisas por amostragem". Zaller (1993, p. 140) esclarece: "sabemos muito mais sobre os detalhes de variáveis dependentes particulares do que sobre mecanismos teóricos que atravessam múltiplos domínios de pesquisa", quando estabelece uma condição de que sabemos menos sobre cada vez menos. A definição histórica na formação da opinião pública remonta aos séculos XVIII e XIX:

> Naquele contexto, a opinião pública era encarada como base de legitimação da democracia (contratualismo) e o requisito básico para tal seria a existência de uma deliberação racional, exprimindo um interesse geral resultante. Habermas, um dos expoentes dessa vertente, coloca a opinião pública, tal como aparece atualmente, como parte do que ele considera uma deterioração da rede comunicativa embasada em um debate racional entre cidadãos. Conforme explica Manin, para Habermas as pesquisas medem "opiniões comuns", mas não "opinião pública". A racionalidade, dentro da tradição da Escola de Frankfurt, deve ser o caminho para a utopia da emancipação e só existe ao lado de uma 'discussão pública, que não sofre restrições e que é isenta de dominação, sobre a adequação e a conveniência de princípios e normas que orientem o agir à luz dos reflexos sócio-culturais. Uma comunicação dessa espécie, em todos os níveis dos processos políticos e repolitizados de formação da vontade' [Habermas]. Trata-se, portanto, de uma visão racionalista da opinião pública, que estaria deslegitimando qualquer manifestação pública baseada em fatores de caráter mais emocional, ou debates que Habermas consideraria despolitizados (CERVELLINI; FIGUEIREDO, 1995, p. 176).

A opinião pública pode ser algo a ser revelado pelo(s) outro(s), formando assim opinião(ões) alheia(s) que podem ser transformadas em consentimentos ou opiniões de caráter único e pessoal. Pode, inclusive, ser uma opinião clandestina, o que caracteriza a opinião é sua questão de domínio da comunicação (SPEIER, 1972, p. 127). Hobbes destacava que o público é realizado pela comunidade como uma pessoa. Há

uma singularidade entre o fortalecimento da opinião pública com o aparecimento das comunicações de massa porque ambas tornaram-se destaque no processo da urbanização massiva, como a Revolução Industrial. Nesse sentido, "a opinião pública, em primeiro lugar, é uma comunicação entre os cidadãos e seu governo e apenas secundariamente uma comunicação entre cidadãos" (SPEIER, 1972, p. 128).

Não se pode olvidar que são os cidadãos que constroem e se integram à sociedade civil e que é nesse meio em que se forma a esfera civil. Com esse entendimento, a análise sobre o processo de formação da opinião pública é muito mais complexo devido à formação da cultura, às conversas cotidianas e à própria formação da esfera política com observação da institucionalidade no sistema político. As manifestações particulares podem abastecer estudos de comunicação política. As análises a seguir tratam sobre as conexões entre o pensamento de Beck na sociedade de risco e a opinião pública na pandemia da Covid-19 na condução das políticas públicas dos mandatários do Chile, do Equador e do Brasil.

O caso equatoriano foi assustador porque na cidade mais industrial do país houve um colapso no sistema funerário durante a pandemia[1]. A cidade portuária de Guayaquil representa o maior PIB do Equador. O país possui uma população estimada em 17 milhões de pessoas e a cidade de Guayaquil tem aproximadamente 3 milhões de pessoas que vivem das atividades portuárias de exportação e importação de produtos: banana, flores, petróleo etc. Segundo Vásquez e

1 Disponível em: https://g1.globo.com/mundo/noticia/2020/04/02/equador-retira-150-corpos-de-casas-em-guayaquil-em-meio-ao-caos-da-covid-19.ghtml

Silva (2019), Equador vivenciou uma implantação de políticas econômicas neoliberais no governo de Lenin Moreno (2017-2020). As políticas públicas implementadas pelo governo de Moreno seguiram o padrão estabelecido pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), com o apoio de grupos econômicos e políticos que perderam as eleições presidenciais anteriores. Foi a oportunidade de aprimorar os apoios políticos com a evidenciação de ideologia e plano econômico para pôr em prática o plano econômico para desacreditar a "Revolución Ciudadana" de Rafael Correa, de quem Moreno foi vice-presidente por dois mandatos seguidos em um governo socialista (2007-2013).

Os reflexos da primeira onda da pandemia da Covid-19 foram vistos em diversos locais públicos na cidade de Guayaquil, principalmente. Começou com o discurso de que era somente uma doença que passaria rapidamente pela cidade e não deixaria vestígios. As pessoas foram estimuladas pelos governantes locais (presidente, governador e prefeito) a continuarem seus trabalhos e evitar as recomendações estabelecidas pela Organização Mundial de Saúde (OMS): utilização de máscaras, distanciamento social, limpeza constante das mãos e utilização de álcool gel. Houve uma campanha nos meios de comunicação de massa para induzir a opinião pública que tudo estava normal e que não era para parar a produção local.

As cadeias oficiais de televisão, rádios e as redes sociais foram bombardeadas com informações contra as recomendações. A opinião pública estava dividida: seguir ou não.

No entanto, os resultados não recomendados pela OMS começaram a aparecer. As Unidades de Terapia Intensiva (UTI) dos hospitais públicos e privados tinham lotação máxima. Em questão de dias, as UTIs passaram a não receber pacientes por conta da superlotação. As pessoas passaram a ter medo de levar parentes e passaram a ficar em casa. As pessoas estavam morrendo em diversas repartições de suas residências:

> *Meu pai morreu no banheiro. Ele estava bastante fraco. Acordou tossindo muito e mal conseguiu levantar da cama. Ele pediu ajuda para ir ao banheiro. Passado uns 30 minutos, começamos a bater na porta e tivemos que arrombá-la. Quando vimos, ele estava morto*[2] (relato de uma mulher negra, de 42 anos, que morava com os pais e trabalhava em uma indústria de exportação de frutas).

Com dificuldades de entendimento sobre como proceder diante da realidade na pandemia, a população guayaquilenha percebeu uma realidade diferente da que estava sendo pronunciada pelo governo: o caos. Enquanto o governo fazia pronunciamentos de continuar a produção e seguir com os trabalhos, as pessoas continuavam sendo contaminadas e morrendo nos hospitais. A crise se agravou e as mortes ocorreram em diversas partes: *"Meu irmão morreu embaixo daquela árvore no quintal. Informamos as autoridades, mas não havia carro para recolher o corpo. Não sobrou outra alternativa senão queimá-lo ao jogar gasolina no corpo dele"* (relato de um jovem de 25 anos que perdeu seu irmão de 30 anos). Havia relatos de que os corpos ficavam aguardando por mais de 10 dias nas ruas de Guaya-

2 Relatório de pesquisa com entrevistas semiestruturadas realizadas em março e abril de 2020 no Equador e Chile (AUTORES, 2020).

quil. O odor dos cadáveres nas ruas era insuportável e, por isso, o motivo extremo de jogar gasolina em seus entes e amigos uma vez que havia demora no recolhimento dos mesmos.

No caso do Brasil, não houve o colapso do sistema funerário, houve uma disputa política patrocinada pelo Presidente da República, Jair Bolsonaro, que foi eleito em 2018 com o *slogan* "Brasil acima de tudo, Deus acima de todos" e que mantinha um discurso do ministro da Economia, Paulo Guedes, de que o governo manteria uma economia liberal alinhada com o conservadorismo nos costumes. O Brasil é um país que mantém a federalização e a autonomia entre os entes federados. Dessa maneira, os representantes federal, estadual/distrital e o municipal dispõem de autonomia política, econômica e social para deliberar o que for melhor para sua realidade, dentro da realidade do Artigo 25 da Constituição Federal de 1988. Como no Equador, Bolsonaro também não quis seguir as regras impostas pela OMS e não quis o fechamento do comércio. Com o intuito de desqualificar os governadores e prefeitos que seguiam o direcionamento da OMS, eles eram rapidamente metralhados pelas redes sociais e meios de comunicação bolsonaristas.

Para fortalecer a sua ideologia, ocorreram diversas manifestações políticas com aglomerações na Esplanada dos Ministérios, localizada na capital federal, Brasília. Essas manifestações utilizavam o discurso contra toda a realidade das instituições públicas, desqualificando o Congresso Nacional, o Supremo Tribunal Federal, as organizações não governamentais (ONGs), os partidos políticos, entre outros. O presi-

dente foi deputado federal de 1991 a 2018, eleito pelo sistema de votos em papel – que começou a ser modificado em 1996 – e pelo sistema de urna eletrônica (implementado totalmente no país a partir de 2000). Desde o início do mandato do presidente (2019), todos os governadores da região do Nordeste posicionaram-se contra o mandatário. Com isso, receberam menos recursos públicos, mas a chegada e o crescimento de mortes da pandemia da Covid-19 mudaram muitas realidades.

A disputa política acirrou os ânimos no país. As medidas solicitadas pela OMS foram implantadas por alguns governos estaduais, logo chamados de diversos impropérios pelo presidente. O Brasil possui uma população estimada em 210 milhões pessoas. O Nordeste brasileiro, com característica de afirmação patriarcal e de pobreza, tem representação de 27% da população nacional, apresentando "um terço de todos os casos (34%) e dos óbitos (32%) até julho de 2020" (KERR *et al.,* 2020, p. 4100). Enquanto outros estados demoraram a implantar medidas sanitárias, os governadores do Nordeste passaram a não seguir as orientações do presidente e buscavam alternativas até a chegada da vacina. O estudo de Kerr *et al.* (2020) permitiu observar a lacuna de políticas nacionais para o controle da pandemia, como: limpeza das mãos, contato entre as pessoas, identificação precoce de casos etc. Faltou o governo federal, por meio do Ministério da Saúde, desenvolver ações que permitissem modificar o cenário. No entanto, o governo federal buscou minimizar os efeitos da pandemia da Covid-19 com termos como "gripezinha"[3] com o objetivo de

3 Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/brasil-55107536

evitar que a produção nacional parasse, mesmo com o risco de vidas perdidas.

Para menosprezar os dados que desqualificavam a condução da saúde brasileira, houve uma apelação maciça nas redes sociais para apoio ao governo federal. A opinião pública era tratada com uma disputa de discurso entre os órgãos da imprensa que aceitavam as demandas federais e as empresas que recusam tal situação. O maior conglomerado de comunicação da América Latina é a Rede Globo, atacada duramente pelo governo Bolsonaro. Segundo o Ibope Media, a Rede Globo de Televisão é detentora da maior audiência entre todos os canais abertos e fechados de notícias em 2020. É possuidora de uma fatura de 70% da audiência dentre todos os canais televisivos. Restou ao governo mudar alguns critérios de envio de recursos públicos para as redes sociais: Facebook, Instagram, blogs etc. Com isso, passou-se a abastecer informações nos diversos grupos de WhatsApp e Telegrama. Em junho de 2021, o Brasil ultrapassou 500 mil mortes notificadas por Covid-19.[4]

A análise dos casos no Chile requer uma narrativa um pouco diferente. Assumidamente um neoliberal, o presidente chileno, Sebastián Piñera, assumiu seu mandato em março de 2018 com o discurso de implantar um novo ritmo de crescimento nacional aliado ao pensamento neoliberal. Em contrapartida, durante a primeira onda da pandemia em 2020, o governo chileno tomou medidas que, inicialmente,

4 Disponível em: https://www.uol.com.br/vivabem/noticias/redacao/2021/06/19/brasil-ultrapassa-500-mil-mortes-pode-covid-19.htm#:~:text=Brasil%20ultrapassa%20500%20mil%20mortes%20por%20covid%2D19&text=O%20Brasil%20atingiu%20hoje%20a,total%20de%20%C3%B3bitos%20a%20500.868.

surpreenderam: fechou suas fronteiras, restrição de mobilidade e seguiu os protocolos estabelecidos pela OMS. O povo ficou proibido de circular livremente após a decretação do estado de catástrofe. Foi mantida a quarentena (14 dias) para os viajantes que chegavam ao país, que ficavam em hotéis exclusivos pagos pelo governo com fiscalização da Polícia e do Exército. Foi decretado o estado de catástrofe em 18 de março de 2020 com assinatura do protocolo de ações exclusivo para a polícia (apoio irrestrito aos agentes públicos civis de saúde) para o interior do país. A atuação do Exército ficou responsável pelo cumprimento do fechamento das fronteiras e pelo controle de entrada e saída de pessoas no Chile.

As estratégias eram estabelecidas diariamente sempre amparadas por decisões científicas de diversos atores, como acadêmicos de universidades públicas e privadas que cederam seus laboratórios para desenvolver estudos. O país possui uma população estimada em 18 milhões de pessoas. Santiago, a capital, mantém sua população em quase 6 milhões de pessoas. Santiago é a referência de centro para todas as atividades políticas, econômicas e sociais do Chile, diferente do que ocorre nas capitais do Equador e do Brasil. A divulgação dos dados diários foi uma grande preocupação de Piñera. As cadeias nos meios de comunicação (rádio, televisão e redes sociais) foram intensificavas com a participação de ministro da saúde, secretários, acadêmicos e da segurança pública. Em julho de 2020, o governo lançou a estratégia de fiscalização e o controle com o *Plan Paso a Paso nos Cuidamos* com o propósito de dar um rumo, de maneira sistemática, sobre as restrições

e normas sanitárias levando em conta a situação epidemiológica de cada território. As preocupações seguiam os protocolos estabelecidos em reuniões constantes com alinhamento à preocupação de sempre esclarecer a opinião pública.

Contudo, o governo de Piñera equivocou-se em algumas medidas ou talvez na compra das vacinas que demoraram a chegar. O tempo de análise é muito recente e não é possível afirmar a falta de sintonia que possibilitou o aumento de infectados e consequentes mortes de Covid-19. Os resultados chilenos em 2021 demonstram que faltou ampliar medidas: "Em minha opinião, faltou mais rigor do governo em proibir a circulação de pessoas. O governo se preocupou com o andamento da economia menos com o lado social, da vida" (professor universitário de 54 anos, morador da cidade de Los Ríos). Tanto Equador, Brasil e Chile não possuem dados oficiais reais que evidenciem a realidade da Covid-19. As disputas políticas aliadas ao processo de implantação do neoliberalismo distanciaram as boas práticas na condução das políticas públicas sanitárias. Os dados mais confiáveis entre os três países que se relacionem ao tema da Covid-19 estão disponibilizados pela Johns Hopkins University & Medicine.[5]

Tabela 1 – Dados de junho de 2021

País	Vacinados (%)	Infectados	Mortes
Equador	9,20	465.878	21.768
Brasil	13,97	18.962.762	530.179
Chile	58,19	1.579.591	33.514

Fonte: Johns Hopkins University & Medicine (2021).

5 Disponível em: www.coronavirus.jhu.edu

Ao fazer uma estimativa da realidade vivenciada um ano atrás, temos os seguintes dados:

Tabela 2 – Dados de junho de 2020

País	Vacinados (%)	Infectados	Mortes
Equador	*	11.536	3.852
Brasil	*	115,228	4.249
Chile	*	13.990	1.057

Fonte: Johns Hopkins University & Medicine (2020).

Cabe ressaltar que o Reino Unido foi o primeiro país no mundo que possibilitou a vacinação da sua população. Esse foi considerado o "dia V" em 8 de dezembro de 2020, com a aplicação de duas doses no intervalo de 21 dias. O governador de São Paulo foi o responsável pela chegada e aplicação da vacina que, no caso brasileiro, foi a chinesa Coronavac. Esse fato ocorreu em fevereiro de 2021. Ressalta-se que o Brasil está em segundo lugar nos números absolutos de mortes por Covid-19. No caso do Equador, o início da vacinação ocorreu em janeiro de 2021 com a compra da vacina Pfizer. Para o Chile, o processo de vacinação começou no início de fevereiro de 2021 com a vacina Coronavac. Inicialmente, o Chile comprou grande quantidade de doses e, assim, em 21 dias, mais de 3 milhões de pessoas já haviam recebido a primeira dose – equivalente a 16% da população. No mesmo período, o Brasil tinha vacinado somente 3,43% de sua população. Enquanto o Equador vacinava 2% de sua população.

Considerações

Os conceitos que envolvem a obra *Sociedade de risco* têm como foco central as mudanças ocorridas na década de 80 do século XX em que se tem como destaque a crise ambiental, a queda do muro de Berlim e os avanços tecnológicos de quando a obra em análise foi escrita. Logo, fica a indagação entre os leitores atuais da obra sobre qual seria a análise do sociólogo sobre o cenário atual de crise que nos encontramos e que envolve análises sobre o desemprego, a degradação ambiental e, antes de tudo, os problemas enfrentados mundialmente pelo mercado financeiro.

A ideia de Beck sobre a ruptura no sentido de uma passagem da sociedade feudal para uma sociedade industrial ainda não está completa, como assinalado nos casos deste trabalho. A reconfiguração de lados ou de forças ainda se desenha como uma balança que continua pesando para um lado porque o conjunto de riscos não gerou uma "nova forma de capitalismo". As fronteiras de nações e classes sociais ainda continuam com um maior índice de pobreza na maior parte da sociedade.

Pobres e ricos continuam em lados antagônicos do progresso. Ao analisar os riscos que possam ser distribuídos conforme a classe social, Beck ainda continua correto em sua análise, na qual se estuda a ameaça como situações de classe, como ocorria em uma sociedade industrial clássica. Os riscos evoluíram e não significam um entendimento de catástrofe. Seria um novo olhar para a antecipação da catástrofe, seria uma busca por compreender que caminhos a serem tomados

diante de uma pandemia como está sendo a Covid-19. Que atitudes tomar, quais os mecanismos de aferição ou como transformar essa realidade?

A pandemia da Covid-19 poderia significar para o Equador, Brasil e Chile a oportunidade social. Produzir uma nova realidade histórica objetivando aprimorar os problemas e tendo a noção exata de que nenhuma nação pode dar conta de tomar suas ações de maneira isolada. O risco global produziu um realismo cosmopolita: os três países analisados tentaram mudar suas realidades de maneira recolhida. Levaram suas ações para esferas políticas individualizadas. Fracassaram em seus objetivos.

Referências

BECK, Ulrich. **Sociedade de risco**: rumo a uma outra modernidade. São Paulo: Ed. 34; 2010.

BECK, Ulrich; GIDDENS, A; LASH S. **Modernização reflexiva**: política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo: Editora Unesp; 1997.

CASTELLS, Manuel. **Rede de indignação e esperança**: movimentos sociais na era da internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CERVELLINI, Sílvia; FIGUEIREDO, Rubens. Contribuições para o conceito de opinião pública. **Revista Opinião Pública***,* Campinas, v. III, nº 3, p. 171-185, dez. 1995.

FERREIRA, Fernanda Vasques. Raízes históricas do conceito de opinião pública em comunicação. **Revista Em Debate**, Belo Horizonte, v.7, n.1, pp. 50-68, jan.2015.

FRASER, Nancy. **Iustitia interrupta**: reflexiones criticas desde la posición "postsocialista". Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 1997.

HABERMAS, Jürgen. **Historia y crítica de la opinión pública**. México: G. Gili ediciones, 1990.

KERR, Ligia et al. Covid-19 no Nordeste brasileiro: sucessos e limitações nas respostas dos governos dos estados. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, v. 25 (supl. 2), p. 4099-4120, 2020.

SPEIER, Hans. O desenvolvimento histórico da opinião pública. In: STEINBERG, Charles S. (org). **Meios de Comunicação de Massa**. São Paulo: Cultrix, 1972.

VÁSQUES, Werner e SILVA, Alessandro R. Ganar perdiendo: (neo) liberalismo autoritario en el Ecuador post revolución ciudadana. **Revista Humanidades & Inovação**, v. 6, n. 17, p. 45-54, 2019.

ZALLER, John R; PRICE, Vicent. Who Gets the News: Measuring Individual Differences in Likelihood of News Reception. **Public Opinion Quarterly**, v.2, n.2, p.133-164, 1993.

Para além das ruínas do desenvolvimento

Priscilla Brasil
Programa de Pós-colonialismos e Cidadania Global,
Centro de Estudos Socais
Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal
E-mail: prisbrasil@gmail.com

Raphael Uchôa
Darwin College, University of Cambridge,
Cambridge, Reino Unido
E-mail: ru224@cam.ac.uk

Mobilizando a Amazônia no pós-pandemia

O recente flagelo do coronavírus anunciou ao mundo que o colapso da Terra não é mais futuro: ele é presente, violento e inevitável. Nesse novo contexto, um pensar pós-colonial tornou-se ainda mais urgente, sendo fundamental para reaprender formas de existir junto com o planeta. Essa complexa tarefa demanda que superemos preceitos da racionalidade iluminista que nos guiam há séculos, reencontrando acessos a outras formas de pensar/sonhar que ainda permanecem escondidas nos milenares sistemas de conhecimento das populações subjugadas pelos projetos de desenvolvimento capitalistas.

Desde o início do período moderno, diversas narrativas europeias abordaram e construíram a Amazônia como um lugar selvagem, racialmente inferior, insubordinada à invasão e ao modelo de progresso definidos pelo Norte global (BOL-

LE et al, 2009; SCHMINK & WOOD, 2012). Um lugar rico, porém, inacessível e inexplorável. Dezenas de expedições europeias descreveram os imensos fracassos nas tentativas de dominação desse espaço e acabaram por defini-lo como violento, primitivo, indomável, enlouquecedor e mortal, um verdadeiro inferno verde e fatal, onde se morre delirando de malária na beira dos rios (BOLLE et al, 2009).

Dada a convicção do colapso global do clima no século XX, assistimos neste breve século a busca por aprendizados ecológicos a partir dos sistemas de conhecimentos historicamente ameaçados pela modernidade ocidental impregnada com as noções de progresso e desenvolvimento e permeada por uma racionalidade cientificista. Convém destacar que no pensamento cristão ocidental, o retorno ao Éden bíblico sempre foi uma utopia e as terras americanas eram para muitos a materialização de tal anseio (HOLANDA, 1959). Nasceu desse duplo ideal – a crença no progresso e a utopia edênica – o elogio da "sustentabilidade". Em todo o caso, o espaço da floresta continuou a ser tratado como perigoso, desconfortável, atrasado, e seu povo como inapto, desqualificado, indolente e sem história (REIS, 1965).

"Sustentabilidade" sem alteridade radical é pretexto para novas formas de colonialidade. Nesse sentido, enquanto ao longo da segunda metade do século XX a Amazônia tornava-se uma das marcas mais importantes do mundo e a sua conservação era pautada e discutida em cúpulas internacionais, os amazônidas continuavam submetidos, invisíveis e sem voz, e seus conhecimentos e modos de vida seguiam protagoniza-

dos, narrados e mediados pelos mesmos homens europeus associados a uma elite interna, brasileira.

Em pleno antropoceno, o advento do aquecimento climático impulsionou parte do ocidente em direção a um outro *r-existir* e, consequentemente, tornou-se um grande catalisador de interesses das populações do Norte Global, tradicionais mobilizadoras do capital. Nesse contexto, modos de vida indígenas, tradicionalmente anticapitalistas, passaram a ser vistos como modelos de tal *r-existência* e se tornaram comodities. Nesse processo, foram extraídos e reorganizados pelos ocidentais e passaram a servir ao próprio capitalismo dentro de um sistema orientado para a captação de fundos, organização de projetos, palestras, livros e filmes, convertendo-se em mercadorias que continuarão a fazer girar mais um ciclo do mesmo sistema – o desenvolvimento que agora é "sustentável".

Ao mesmo tempo que a possível solução planetária para a hecatombe climática já parece cooptada pelo capital, o território amazônico encontra-se fortemente dominado por violentos grupos econômicos e políticos cujo objetivo é deixar livres os territórios e os recursos naturais para que sejam ocupados ou explorados de acordo com as necessidades de consumo. Nessa conjuntura, empresas mineradoras, bancos e Estados Nacionais fazem um jogo duplo: por um lado, expropriam e incentivam ações depredatórias das condições de vida locais e, por outro – em decorrência das pressões do ecocapitalismo –, cooptam e selecionam determinados valores de povos tradicionais úteis ao discurso "sus-

tentável". Nessa chave, convém destacar que valores caros às populações amazônicas, como a resistência à ideologia da mercadoria (KOPENAWA & ALBERT, 2015) e do Estado (CLASTRES, 1974), permanecem fora do horizonte de possibilidades do ecocapitalismo e de suas variantes atávicas.

A ocupação para a exploração da Amazônia

A história da Amazônia brasileira é marcada por intensos e sangrentos conflitos entre as populações originárias e os invasores de seus territórios, em gigantescos genocídios que dizimaram inúmeras nações (CUNHA, 1992). Ocupada pelos colonizadores de maneira distinta e tardia, quando comparada ao centro-sul do país, a Amazônia construiu-se no imaginário do Brasil e do mundo como um território longínquo, selvagem e misterioso, mais que subdesenvolvido, mesmo primitivo. Foi sempre descrita como um vazio parcamente ocupado por sub-humanos e disponível para a exploração de acordo com as necessidades do capital (SCHMINK & WOOD, 2012).

Dito de maneira sintética, a Amazônia não apenas permaneceu mais tempo sob o domínio de Portugal como também se separou do império do Brasil (IBÁÑEZ-BONILLO, CHAMBOULEYRON, 2021) e, mesmo que durante um curto espaço de tempo, declarou-se independente (RICCI, 2007). Tal conjuntura histórica solidificou o processo de edificação das relações assimétricas entre a parte Norte do país - a Amazônia -, e o Sul, enquanto espaço de concentração da infraestrutura política e tecnocrática que definiu as diretrizes

fundamentais de condução e construção da nação brasileira (LINHARES, 1990). Diretrizes essas que reproduziram formas de abandono e esquecimento pelos governos centrais brasileiros e a manutenção do *etos* extrativista, traduzido, dentre outras formas, pela abertura do espaço amazônico para cientistas e exploradores europeus e norte-americanos ao longo dos séculos XIX e XX, que mapearam grande parte dos recursos naturais existentes, iniciando práticas de pirataria de materiais botânicos, zoológicos e minerais comuns até hoje (UCHOA, 2019).

Nesse contexto, os interesses internacionais passaram a reger os ciclos exploratórios da floresta (REIS, 1965). O Brasil abriu as portas da Amazônia a seus aliados, de acordo com as conjunturas internacionais e as necessidades materiais externas. A cada movimento do mercado internacional, a exploração de recursos mapeados pelos impérios abria-se na Amazônia com a permissão e os ganhos para o governo central do Brasil, representando poucos benefícios e muita destruição local (REIS, 1983).

Com efeito, a relação entre o Brasil do Sul, as nações estrangeiras e o Brasil do Norte foi, desde sempre, de natureza colonial e, portanto, profundamente assimétrica. Representativos desse fato foram as comissões Brasil-Estados Unidos, no "Plano de Valorização da Amazônia", de 1946, no "Plano de Metas" de Juscelino Kubistchek, nos PNDs (Plano Nacional de Desenvolvimento) dos governos militares (SCHMINK & WOOD, 2012). A ideia da associação entre sudestinos, historicamente autorrepresentados por descendentes de

europeus, imbuídos de uma autocompreensão pautada na superioridade racial (WEINSTEIN, 2015), e agentes estrangeiros, para a exploração dos recursos naturais, está presente em todos os planos de desenvolvimento propostos para a região pelos governos militares e permanece mesmo após a retomada da democracia, independentemente do espectro político dos partidos (CASTRO, 2018).

Em todos os referidos programas de desenvolvimento, as epistemologias, modos de vida e culturas locais foram desconsideradas do planejamento e da execução, permanecendo centralizados e conduzidos pela tecnocracia e por políticos do Brasil do Sul em associação com o capital e instituições estrangeiras, notadamente estadunidenses. De fato, durante o século XX, Estados Unidos e Brasil coordenaram uma série de estudos geológicos conjuntos a fim de mapear as capacidades minerais nacionais (FISCHER, 2014; LIMA *et al*, 2008). Tal inventário ampliou substancialmente a percepção do que havia para ser explorado nessas latitudes, trazendo a Amazônia definitivamente para os planos de expansão do capital mundial.

Nesse sentido, convém destacar que depois da Segunda Guerra Mundial os discursos sobre "desenvolvimento" foram ancorados na Doutrina Truman, que prometia prosperidade ao Terceiro Mundo, além de melhorias de vida e progresso material:

> Mais da metade da população mundial vive em condições que se aproximam da miséria. A alimentação deles é inadequada, eles são vítimas de doenças. Sua

> vida econômica é primitiva e estagnada. Sua pobreza é uma desvantagem e uma ameaça tanto para eles quanto para as áreas mais prósperas. Pela primeira vez na história, a humanidade possui o conhecimento e a habilidade para aliviar o sofrimento dessas pessoas. (...) O que visamos é um programa de desenvolvimento baseado nos conceitos de um tratamento justo e democrático. Maior produção é a chave para a prosperidade e a paz. E a chave para uma maior produção é uma aplicação mais ampla e vigorosa do conhecimento científico e técnico moderno (TRUMAN, 1964, apud ESCOBAR, 1994, p. 3).

Em 1948, o Banco Mundial definiu que eram pobres todos os países com renda anual per capita inferior a 100 dólares. Passaram a ser considerados "pobres", do dia para a noite, os mais de 1/3 do mundo que não geravam receitas em dólares. As mesmas instituições preconizaram que a superação desta pobreza só é possível através do crescimento econômico (ESCOBAR, 1994). A busca por esses recursos passou a ser o elemento central do desenvolvimento, levando os países do terceiro mundo a permitir a exploração de seus bens naturais para a criação dessas divisas (ESCOBAR, 1994).

A Amazônia, tendo parte da população vivendo fora do sistema capitalista e sem renda em dinheiro, foi imediatamente considerada uma área paupérrima e atrasada, que precisava urgentemente ser ocupada, urbanizada, modernizada e ter seus recursos naturais explorados para gerar divisas e transformá-la numa região desenvolvida. Estradas, hidrelétricas, migrações: a infraestrutura do desenvolvimento foi progressivamente sendo criada por planos elaborados nas referidas comissões Brasil-

-Estados Unidos. De projeto em projeto, as áreas onde antes habitavam populações indígenas, quilombolas e ribeirinhas, foram ocupadas pelo capital internacional, que passou a expulsar os povos tradicionais da Amazônia ou a integrá-los forçadamente à sua lógica (SCHMINK & WOOD, 2012).

Essas fronteiras tornaram-se áreas de intensos conflitos, envolvendo não apenas as populações tradicionais, mas também os migrantes deslocados pelos projetos de desenvolvimento. As ocupações se deram a partir de imensas rodovias que cortaram os territórios, como a Belém-Brasília, a Transamazônica, a BR-163 e a BR-364. Concomitantemente, foram implantados os projetos minerários de Serra do Navio, Albrás-Alunorte, Carajás, e as hidrelétricas de Balbina e Tucuruí. Através dos anos, todos os governos, militares e civis, continuaram a criar infraestruturas para a exploração dos recursos materiais da floresta, asfaltando novas rodovias, construindo portos e hidrelétricas, mas principalmente, legalizando os territórios ocupados de maneira irregular por grupos empresariais (LOUREIRO, 2014) que em 2018 foram pivôs da eleição de Jair Bolsonaro, e que, no contexto da pandemia de Covid-19, continuaram a trabalhar de diferentes formas pela ecocídio e o genocídio indígena (BRAGATO et al, 2020).

A ascensão neofascista no Brasil

Durante as últimas décadas do século XX, através de migrações coordenadas organizadas pelo Brasil do Sul, excedentes populacionais brancos, de origem sulista, foram deslocados para centros de colonização da Amazônia, no entorno de

todas as grandes rodovias (CASTRO, 2008). Essa tentativa de branqueamento formou novas elites rurais que, alienadas do modo de vida da região e desintegradas do bioma amazônico, passaram a se apropriar e a devastar grandes extensões de floresta a fim de manter uma lógica não amazônica de aproveitamento do território (REZENDE, 2016). Esses grupos dominaram muitas áreas de fronteira, comandando as atividades fazendeiras, madeireiras, garimpeiras e também a grilagem de terras públicas. Construíram-se no embate ontológico com as tradições da floresta, dominando as populações locais através de ameaças, assassinatos e uso de milícias rurais (OLIVEIRA, 2019), e, em parte, financiaram a escalada de Jair Bolsonaro à presidência da República.

Não por acaso, em 2018, Bolsonaro venceu em todos os estados do Norte do país onde o agronegócio avança, com exceção do Pará, onde perdeu por pequena margem. O projeto de liberar as terras foi amplamente apoiado pelas novas elites amazônicas, com a anuência das populações conservadoras locais, controladas pelos discursos das igrejas neopentecostais (ARAUJO *et al*, 2020). Tal conjuntura é representativa da assimetria entre visões de mundos contidas nas fronteiras de expansão na Amazônia e fornece as bases para o entendimento do caldeirão de violências perpetrado pelo pensamento neoliberal, conservador e racista. Defendendo-se desta frente catastrófica, empenhadas nas melhores resistências, estão as populações tradicionais e indígenas que ainda vivem em consonância com a floresta e dela dependem.

O projeto neofascista brasileiro passa, por consequência, pela eliminação dos portadores dessa identidade e pela anulação da solidariedade para com a floresta. Desmantelar a forma amazônica de viver torna-se prioritário para a tomada definitiva, sendo necessário para tanto não apenas a retirada das populações tradicionais, mas a desarticulação e destruição das instituições cujo objetivo é ampará-las e protegê-las. O desmonte de órgãos como a FUNAI, IBAMA e ICMbio impede a fiscalização e qualquer controle sobre as áreas em disputa, facilitando a tomada dos territórios públicos por grileiros/madeireiros/fazendeiros. Ao mesmo tempo, as frentes bolsonaristas avançam sobre a legislação federal, usando a pandemia como cortina de fumaça para alterar pontos chave que permitirão atuação ainda maior de sojeiros e mineradoras.[1]

Localmente, nas pequenas e médias cidades da Amazônia, o discurso das elites brancas para angariar apoios populares é o do crescimento econômico. Aos milhares de migrados e abandonados pelos grandes projetos, pregam que só o empreendedorismo gerará renda e a retomada do "progresso", em um discurso casado com o da teologia da prosperidade emanado pelas igrejas neopentecostais, fortemente presentes nesses lugares (BERTANI, 2016). As populações tradicionais – indígenas, quilombolas e ribeirinhos – voltaram a ser vistas por esses grupos, e por parte considerável dos moradores das cidades médias, como empecilhos ao desenvolvimento ou representantes do atraso, tendo seus territórios e direitos, assegurados ou em disputa[2], ainda mais ameaçados.

Confrontos epistemológicos nas fronteiras da floresta

O modelo de desenvolvimento pensado pelo governo Bolsonaro é uma réplica daquele proposto pelos Estados Unidos no pós-guerra. O governo brasileiro considera abertamente a cultura amazônica inferior e declara que seus povos precisam deixar o atraso em que vivem (PÚBLICO, 2020). A ideia fundamental é a integração forçada do indígena à sociedade, de maneira semelhante ao proposto por Harry Truman na década de 40, que objetivava integrar os "latino-americanos, apesar de suas características de individualismo e indisciplina" (ESCOBAR, 2012, p. 29), em outras palavras, sua "indolência". Trata-se de um dispositivo essencial do neocolonialismo. Segundo Maria Paula Meneses:

> Nesses dias, como desde há vários séculos, a diferença colonial insiste em representar o mundo colonial como um espaço de diferença subalterno, onde a alteridade persiste sob a forma de sociedades menos desenvolvidas, primitivas, etc. Na sequência deste argumento, a alteridade não-ocidental apenas tem lugar enquanto espaço de intervenção, para ser apropriado, explorado até à exaustão, legitimando a superioridade do modelo civilizacional ocidental, pela infantilização e exotização negativa da diferença (MENESES, 2010, p.16).

Temos, portanto, um embate: enquanto internacionalmente organizações como a UNESCO percebem as populações indígenas como detentoras de certas cosmovisões consideradas vitais para a resolução de crise climática e ci-

vilizacional, regionalmente, as populações que as circundam apegam-se ao que de mais duro existe no projeto neoliberal, acreditando ser o crescimento econômico (e a consequente exploração de todos os recursos naturais e a assimilação violenta dos povos) o único vetor capaz de ativar o desenvolvimento da região.

Este conflito se apresenta num palco global, uma vez que a comunidade internacional costuma reagir ao aumento do desmatamento, demonstrando repúdio e ameaçando o Brasil com quebras de acordos comerciais e boicotes a parte de seus produtos (VEIGA, 2020). A partir de 2019, com a intensificação da destruição pelo projeto bolsonarista, a antiga ideia de internacionalização da floresta é novamente cogitada (GOMES, 2019), e no debate entre Bolsonaro e o presidente da França, Emmanuel Macron, relativo à propriedade sobre o patrimônio da floresta (LUSA, 2019), fica evidente a invisibilidade e o silenciamento das populações amazônicas. O branco europeu/estadunidense apresenta-se, mais uma vez, como um *White Savior,* defensor de um desenvolvimento sustentável fundado em sua própria racionalidade e imposto aos habitantes da floresta.

Portanto, mesmo depois de tantas décadas, as discussões sobre o futuro da Amazônia – e, em parte, o futuro do próprio planeta – permanecem entre o fogo cruzado de conservacionistas e desenvolvimentistas, alimentados pelas cosmovisões brancas do Norte Global que mantêm silenciados os que vivem integrados aos saberes da mata. Apesar das discussões sobre as epistemologias indígenas (DE CASTRO, 2009),

sua real integração aos planejamentos e debates internacionais permanece no campo do abstrato.

A maioria das propostas atualmente discutidas pauta o desenvolvimento sustentável como saída para diminuir os impactos e tornar o capitalismo mais limpo, ou seja, sugere manter o mesmo modelo de sistema que produziu o caos planetário (WRIGHT & NYBERG, 2015). Tais proposições precisam ser urgentemente superadas. Incluir os grupos silenciados é o primeiro passo na construção de uma alternativa ao modelo ecocapitalista. Entretanto, incluir os povos tradicionais, suas epistemologias e cosmovisões, nas discussões do desenvolvimento, não significa dar-lhes uma cadeira apenas para configurar sua representatividade. É necessário dar-lhes o lugar central na conceitualização e encaminhamento dos planos do país, um país que precisa se refundar e se autoconstruir como pluricultural.

A comunicação sobre a Amazônia no contexto da pandemia e a necessidade de uma utopia

A pandemia provocada pela Covid-19 complexificou o debate público sobre o aquecimento global, as mudanças climáticas e a destruição do planeta. Utilizando a tecnologia disponível nos países do Norte e a internet, milhares de discussões foram realizadas sobre os referidos temas, coordenadas por instituições e ONGs e apoiadas por artistas mundialmente conhecidos. A posição dos amazônidas, nesses eventos, continuou a ser a de uma cota de representação, como con-

vidados dos organizadores, muitas vezes chamados apenas a relatar as ameaças que sofrem.[3]

Todavia, apesar do palco global ter se ampliado em direção ao tema da conservação da floresta, as comunidades locais dificilmente controlaram as narrativas ou pautaram suas cosmologias, tradicionalmente opostas aos princípios do capital e ao conceito de desenvolvimento (RODRIGUES & SANTANA, 2020). Não obstante, o discurso geral da sustentabilidade continua a se sobressair mesmo que, por vezes, a participação mais ampla das populações tradicionais seja colocada em segundo plano.

Nesse contexto, do mundo confinado pela pandemia, a Amazônia se depara com dois campos de resistência, fundamentais para sua sobrevida. Primeiro, defender-se da cooptação de seus saberes e vozes pelo ecocapital e o discurso do desenvolvimento sustentável, mas esvaziado de uma alteridade radical; segundo, mas não menos importante, proteger-se dos ataques internos do governo federal, organizados pelas elites locais e por Bolsonaro, que usaram a pandemia para avançar sobre os territórios tradicionais. São, ambas, batalhas extensas e desproporcionais. A retomada do controle sobre o discurso da conservação da floresta por suas comunidades ancestrais torna-se cada vez mais difícil. É imperativo retomar e repensar a noção de utopia a partir da Amazônia.

Boaventura dos Santos pensa a fronteira como o lugar possível para as utopias, onde haveria uma fluidez das relações sociais por ser o espaço do provisório e do temporário, e onde há uma confrontação epistemológica potente. Um lugar onde todos os migrantes são indocumentados ou refugiados

em busca de asilo. Sendo assim, a fronteira é promíscua e abrangente, portanto, criativa. O lugar em que se pode experimentar limites sem os sofrer (DOS SANTOS, 1995). “O que caracteriza a subjetividade da fronteira é conseguir combinar a participação comunitária com a autoria, ultrapassando assim a distinção entre sujeito e objeto” (DOS SANTOS, 1995, p. 356). Na fronteira, a combinação de comunidade e autoria se tornaria possível.

A Amazônia é uma das fronteiras mais turbulentas do planeta, onde embates surgem e transformam-se de maneira frenética. Se para Arturo Escobar é central, para uma duradoura transformação do discurso, que a organização do mesmo entre em colapso (ESCOBAR, 1995), nos parece necessário levar o discurso do desenvolvimento – e consequentemente o discurso do desenvolvimento sustentável – sobre a Amazônia à completa ruína. A partir destes destroços talvez sejamos capazes de resgatar conceitos e práticas descartadas há muito tempo, enveredando o pensamento por novos caminhos.

A busca de um discurso sobre a conservação da floresta produzido através das epistemologias e ontologias locais passará, obrigatoriamente, pelo ocaso das ideias brancas de progresso. Como argumenta Escobar: “quando a ordem imperial é destruída e dá lugar ao caos, o colonialismo é a ignorância e a solidariedade é uma forma de conhecimento” (ESCOBAR, 1995, p. 378), ou seja, apenas pelo arruinamento de certas estruturas poderão emergir novas respostas. Entretanto, é preciso manter-se atento à violência existente nessa fronteira, dominada por forças conservadoras, capazes de reordenar o

caos em novas relações de poder, o que pode incorrer em novos silenciamentos, mesmo entre os grupos oprimidos, transformando a possibilidade de emancipação em inéditos e cruéis aprisionamentos.

É preciso zelar para que os enunciados de combate epistemológico ao desenvolvimento sustentável não sejam cooptados e usados como ferramenta comunicacional pelos violentos grupos conservadores envolvidos em antigos discursos nacionalistas, defensores da exploração dos recursos naturais como mecanismo de saída da pobreza. Isso certamente se deu na polêmica entre Bolsonaro e Macron. Nos parece fundamental entender a posição fragilizada das populações locais, caladas em suas convicções e valores por dois discursos de desenvolvimento brancos da mesma natureza, porém com o sinal invertido. Trata-se de uma complexa situação de opressão.

> Ao descobrir os segredos do desafio à opressão, a subjetividade do sul luta por um mundo alternativo que não produza a brutalização recíproca. Por outras palavras, libertar o opressor da desumanização só é concebível como resultado da luta emancipatória da vítima contra a opressão (DOS SANTOS, 1995, p. 380).

Um novo caminho pode emergir de uma "contra-antropologia" que, segundo Viveiros de Castro (1996; 2014; 2015), possui o sentido de ser uma antropologia indígena, isto é, a antropologia do ponto de vista dos ameríndios. Tal noção, derivada do seu conceito de perspectivismo ameríndio, tem sido

profundamente influente em estudos que buscam alternativas epistemológicas para a (re)conceitualização de constructos ocidentais como natureza, cultura, sociedade, humanos e não humanos. A partir da mesma fronteira emancipatória enxergada por Santos, invertemos a perspectiva, orientados por Viveiros de Castro:

> Cabe então a essas outras formas de vida, aquelas que são inseparadas da Terra-Gaia que é origem e condição de todos os mundos humanos possíveis, formas portanto fundadas em outras ideias de « humanidade », mostrar como é possível adiar um fim que a forma de vida dominante se empenha em apressar, ao acreditar que pode forçar a Terra a coincidir com o mundo da sua « humanidade ». Adiar o fim do mundo é necessário porque, como sabemos, um outro fim de mundo é possível... O fim, por exemplo, daquele outro mundo suscitado pela negação deste mundo — o mundo melhor que imaginamos estar construindo sobre as ruínas deste mundo (DE CASTRO, 2020, p.2).

Além das ruínas do desenvolvimento

Sendo toda a ignorância ignorante de um certo saber e todo saber uma superação de uma ignorância particular (DOS SANTOS, 2008), parece ser mesmo através de uma ecologia de saberes performada nas fronteiras do mundo, usando-se da inversão da perspectiva, que podemos ensaiar fazer emergir os novos paradigmas do desenvolvimento, estabelecendo a centralidade das epistemologias amazônicas no planejamento da região.

A crítica do planejamento e da implantação de grandes projetos de colonização precisam ser ampliadas e rearticuladas a começar pelas memórias das vozes silenciadas por esses processos. A partir de um possível perspectivismo indígena e de cosmologias caboclas esperamos não apenas ser capazes de rediscutir um novo modelo de desenvolvimento para a região, mas também de reorganizar a sua história recente, defendendo os habitantes tradicionais da cooptação de seus discursos pelo capital.

Alguns faróis emergem fortes, como a imagem de Ailton Krenak e seus paraquedas coloridos (KRENAK, 2019), divertidos, ousados. Um farol de sonhos incapazes de serem capturados pela máquina de fazer coisas, a que transforma tudo em mercadorias e a partir disso define o que serve ou não (KRENAK, 2019, p. 43). O sonho, segundo ele, é a experiência de pessoas iniciadas numa tradição de sonhar. Imaginar um outro mundo possível, reordenar as relações e os espaços, passa por desconstruir, reaprender, inventar. Tal caminho parece promissor. Métodos para desfazer e desaprender o discurso do desenvolvimento não sairão da torre de marfim acadêmica, tampouco dos escritórios das instituições como o Banco Mundial (ESCOBAR, 1995, p. 224). É preciso descolonizar os planejamentos – e o "ocidente" está em todos esses lugares, tanto nas estruturas quanto nas mentes. É das diferenças que emergirão as possibilidades. Transcendendo as diferenças talvez consigamos aprender a sermos humanos em horizontes pós-humanos (ESCOBAR, 1995, p. 226).

Se o surgimento de um novo discurso depende da descolonização das mentes e a partir de outros lugares, é fundamental levar o projeto de desenvolvimento em curso e sua comunicação às ruínas, reencontrar as epistemologias submersas pelas hidrelétricas e soterradas pela mineração, resgatar o tempo e nossas capacidades de imaginar e sonhar. É preciso *corazonar* (ARIAS, 2012), usando o pluriverso (ESCOBAR, 2020) como ferramenta, gerando alternativas ao mundo mundial que sejam aceitáveis aos mundiais e "dando voz àqueles outros mundos que interrompem a história do mundo mundial" (ESCOBAR, 2016, p. 22).

Talvez as novas epistemologias da floresta, construídas das midiáticas lutas contra um governo etnocida e ecocida e o genocídio orquestrado por ele, consigam estender ao Norte Global as discussões sobre um outro fim do mundo possível. A previsão de Viveiros de Castro de que estaríamos em breve "*sob a dupla e conectada ameaça de um revival fascista e de uma catástrofe ecológica global*" (DE CASTRO, 2020, p.2) se concretizou. Para sair da escuridão, precisamos de novos e intensos faróis. Os conceitos de pobreza, riqueza, beleza, de bem viver, e os sonhos que nos foram impostos pelo projeto neoliberal, é preciso rasgá-los todos. E reconstruir o desenvolvimento sustentável a partir das epistemologias do sul, mas também através do perspectivismo ameríndio e das cosmologias caboclas, um instrumento, talvez, capaz de rever posicionalidades e de trabalhar com outros centros para além do projeto de humanidade em curso. É preciso rasgar também o discurso do desenvolvimento agora, no momento em que a humanidade

está derrotada, e com as tragédias climáticas anunciadas. Às ruínas com tudo.

Referências

ARAÚJO, V.; KLEM, B.; PEREIRA, M.; **Do fake ao fato: des(atualizando) Bolsonaro**. Vitória: Editora Milfontes, 2020.

BERTANI, S. M. N. S. Neopentecostalismo e empreendedorismo: prosperidade e mobilidade social: uma “nova” classe média? 30 set. 2016.

BRAGATO, F. F.; ALMEIDA, M. A. D. DE; KESTENBAUM, J. G. POVOS INDÍGENAS, GENOCÍDIO E PANDEMIA NO BRASIL. **Revista Culturas Jurídicas**, v. 7, n. 17, 2020.

CARNEIRO DA CUNHA, M.; BARBOSA, S. (EDS). **Direitos dos povos indígenas em disputa**. São Paulo: UNESP, 2018.

CASTRO, E. B. V. DE. **A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia**. São Paulo: Ubu Editora, 2017.

________. **Sociedade, território e conflitos: BR 163 em questão**. Belém: NAEA, UFPA, 2008.

________. Neoextractivismo en la mineria, prácticas coloniales y lugares de resistencia en Amazonia, Brasil. **Perfiles Económicos**, v. 0, n. 5, 12 set. 2018.

CASTRO, E. V. DE. **Metafísicas canibais: elementos para uma antropologia pós-estrutural**. São Paulo: Ubu Editora, 2018.

CASTRO, E. V. DE. Posfácio a Ideias para Adiar o Fim do Mundo, de Ailton Krenak. [2020]. Disponível em:

<https://www.academia.edu/42777533/Posf%C3%A1cio_a_Ideias_para_Adiar_o_Fim_do_Mundo_de_Ailton_Krenak>. Acesso em: 3 jul. 2021.

CHAMBOULEYRON, R.; IBÁÑEZ-BONILLO, P. **The Colonial Amazon**. Disponível em: <https://oxfordre.com/latinamericanhistory/view/10.1093/acrefore/9780199366439.001.0001/acrefore-9780199366439-e-596>. Acesso em: 3 jul. 2021.

CLASTRES, P. **A sociedade contra o Estado**. São Paulo: Ubu Editora LTDA - ME, 2017.

Crime organizado e milícias estão ligados a desmatamentos e queimadas na Amazônia, diz Human Rights Watch. Disponível em: <https://g1.globo.com/natureza/noticia/2019/09/17/crime-organizado-e-milicias-estao-ligados-a-desmatamentos-e-queimadas-na-amazonia-diz-human-rights-watch.ghtml>. Acesso em: 3 jul. 2021.

DEUTSCHE WELLE. (WWW.DW.COM). **Europa aperta o cerco contra produtos brasileiros | DW | 20.06.2020**. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/europa-aperta-o-cerco-contra-produtos-brasileiros/a-53872241>. Acesso em: 3 jul. 2021a.

DEUTSCHE WELLE. (WWW.DW.COM). **Internacionalização da Amazônia: entenda os limites do debate | DW | 03.10.2019**. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/internacionaliza%C3%A7%C3%A3o-da-amaz%C3%B4nia-entenda-os-limites-do-debate/a-50688888>. Acesso em: 3 jul. 2021b.

ESCOBAR, A. **Encountering Development: The Making and Unmaking of the Third World**. Princeton: Princeton University Press, 2012.

ESCOBAR, A. Sentipensar con la Tierra: Las Luchas Territoriales y la Dimensión Ontológica de las Epistemologías del Sur. **AIBR: Revista de Antropología Iberoamericana**, v. 11, n. 1, p. 11–32, 2016.

ESCOBAR, A. **Pluriversal Politics: The Real and the Possible**. Durham: Duke University Press, 2020.

FISCHER, G. Minério de ferro, geologia econômica e redes de *experts*entre Wisconsin e Minas Gerais, 1881-1914. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 21, p. 247–262, 1 jan. 2014.

HOLANDA, S. B. DE. **Visão do paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil**. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1959.

KOPENAWA, D.; ALBERT, B. **A queda do céu: palavras de um xamã yanomami**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

Macron quer discutir a Amazónia no G7. Bolsonaro acusa-o de "mentalidade colonialista". Disponível em: <https://www.tsf.pt/mundo/macron-quer-discutir-a-amazonia-no-g7-bolsonaro-acusa-o-de-mentalidade-colonialista-11231592.html>. Acesso em: 3 jul. 2021.

PÚBLICO. **Bolsonaro diz que índios estão a tornar-se "seres humanos como nós"**. Disponível em: <https://www.publico.pt/2020/01/24/mundo/noticia/bolsonaro-indios-estao-tornar-se-seres-humanos-1901607>. Acesso em: 3 jul. 2021.

REIS, A. C. F. **A Amazônia e a cobiça internacional. 2a edição**. Rio de Janeiro: Companhia Editora Americana, 1965.

RICCI, M. Cabanagem, cidadania e identidade revolucionária: o problema do patriotismo na Amazônia entre 1835 e 1840. **Tempo**, v. 11, p. 5–30, 2007.

RODRIGUES, C. E.; SANTANA, C. M. DE. Reprodução colonial capitalista e resistências indígenas: estudo comparativo entre Brasil e México. **Configurações. Revista Ciências Sociais**, n. 25, p. 112-127, 12 jun. 2020.

SÁ, D. M. DE; SÁ, M. R.; LIMA, N. T. Telégrafos e inventário do território no Brasil: as atividades científicas da Comissão Rondon

(1907-1915). **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 15, p. 779–810, set. 2008.

SANTOS, B. DE S. **A Crítica da Razão Indolente. Contra o Desperdício da Experiência**. São Paulo: Edições Afrontamento, 1995.

SANTOS, B. DE S. **O fim do império cognitivo: a afirmação das epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina, 2018.

SCHMINK, M.; WOOD, C. H. **Conflitos sociais e a formação da Amazônia**. Belém: Ed.UFPA, 2012.

UCHÔA, R. Contextualising the "American race" in the Atlantic: The case of Carl von Martius and his German and Iberian sources. **Lychnos: Årsbok för idé- och lärdomshistoria**, 2019.

UCHÔA, R. B. S. **A ruína dos povos: raça americana e saber selvagem na ciência de Carl F.Ph. von Martius (1794-1868)**. Tese (Doutorado em História da Ciência) – Programa de Estudos Pós-Graduados em História da Ciência, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, p. 321, 2018.

WEINSTEIN, B. **The Color of Modernity: São Paulo and the Making of Race and Nation in Brazil**. Durham: Duke University Press, 2015.

WRIGHT, C.; NYBERG, D. **Climate Change, Capitalism, and Corporations: Processes of Creative Self-Destruction**. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.

Risco em comunicação: identidade como precursora da gestão de riscos e consolidação da reputação

Luiz Alberto de Farias
Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social
Universidade Metodista de São Paulo, SBC, SP, Brasil
Escola de Comunicações e Artes
Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil
Email: lafarias@usp.br

Sergio José Andreucci Junior
Curso de Relações Públicas
Faculdade Cásper Líbero, São Paulo, SP, Brasil
Email: s.andreucci@usp.br

A identidade como precursora da gestão de riscos

A identidade organizacional como ponto de partida para gestão de riscos merece uma atenção especial por parte das organizações, pois a preocupação com as questões relacionadas à imagem e reputação sempre foi pauta para a consecução dos planejamentos estratégicos e de fundamental importância para sobrevivência dos negócios de maneira segura e equilibrada. É primordial compreender que a responsabilidade para geração de uma boa imagem e, consequentemente, de uma reputação favorável perante o Mercado e Opinião Pública, depende de um trabalho harmonioso e integrado entre todas as áreas de uma organização. A consolidação de uma imagem é fruto da construção de uma sólida identidade orga-

nizacional, ou seja, de princípios organizacionais bem resolvidos e afinados, ao mesmo tempo, em consonância com o seu papel social e com seus valores éticos diante da sociedade e do mercado.

As organizações não são capazes de alterar diretamente sua imagem, mas podem alterar a sua identidade, a gestão da identidade apresenta-se como um importante instrumento gerencial. Gerenciar a imagem é gerenciar a identidade, então se entende que o profissional de Relações Públicas precisa se ater em primeiro lugar na consolidação e nos ajustes da identidade, para posteriormente desenvolver ações de projeção da imagem organizacional, conforme fluxo a seguir:

Figura 1: Cultura Organizacional, Identidade, Imagem e Reputação

Fonte: Elaborado pelos autores

A atividade operacional de Relações Públicas, por meio das suas ações, pretende difundir a imagem de empresas e organizações, porém é sabido que a transformação e uma possível mudança da imagem só acontecem quando a identidade organizacional é trabalhada, na sua essência e no seu DNA. No âmbito tático e estratégico, compete às Relações Públicas lidar com o reconhecimento da cultura organizacional, pois a cultura organizacional trata de como cada aspecto da organização é interpretado pelos seus membros. A cultura traduz os

valores e a visão em políticas de comportamento, logo os valores sustentados pelos indivíduos e pela própria organização formam o processo de identidade da organização.

A imagem de uma organização é a expressão final das experiências e de todos os elementos que foram constituídos pela cultura organizacional e que formataram a sua identidade perante os seus públicos. A projeção dessa identidade, utilizando-se meios e estratégias, permite ao processo de comunicação efetividade ou não, ou seja, da fonte ao receptor existe um caminho e uma significação que confere a compreensão dessa imagem, portanto, a imagem é a percepção cognitiva que os públicos têm em relação às coisas, um conjunto de significados por meio dos quais organizações, marcas, produtos, pessoas, entre outros, são conhecidos, descritos, lembrados e relatados. Nos termos defendidos por Torquato (2002), deve-se entender imagem por aquilo que a empresa deseja projetar, sendo que a identidade é o caráter, o conceito básico, a personalidade da organização, imagem é a extensão dessa identidade.

A reputação pode ser considerada como o maior patrimônio das organizações, resulta ao longo do tempo por meio de situações desejadas ou indesejadas, programadas ou não programadas, e é a consequência de interações repetidas e de experiências acumuladas nos relacionamentos da organização com seus ambientes interno e externo. Segundo Fombrun & Shanley (1990), pode-se afirmar que a repetição de comportamentos da organização, fruto da sua cultura e identidade, gera imagens que, na percepção das pessoas, traduzem sua

conduta, a sua forma de agir, por meio de políticas e ações, formando a sua reputação perante os seus públicos. Essa interpretação final gera conceitos favoráveis ou desfavoráveis, transformando de maneira dinâmica e periódica o comportamento e a conduta futura das organizações.

Dessa forma, imagens positivas de uma organização geram reputação que é percebida pelos públicos e acaba gerando uma expectativa de continuidade, respeito e confiança no cumprimento dos compromissos da organização junto à sociedade e no mercado. As escolhas da sociedade, bem como dos consumidores, por aceitar ou não uma causa, um produto ou serviço, passam pelo crivo de vários atributos relacionados ao conceito, que estão inclusos na reputação favorável ou desfavorável da organização. Sendo assim, torna-se mais atraente aquela organização que desfruta de melhor reputação.

A reputação representa o resultado final desse processo de comunicação junto aos públicos, ou seja, como a organização está sendo vista e avaliada de maneira subjetiva e afetiva em relação a todos os seus atributos.

Os esforços permanentes em desenvolver técnicas e métodos para o levantamento de dados, análise e mensuração de resultados em comunicação são constantes, pois somente dessa forma as organizações conseguem se posicionar em um mercado e em uma sociedade em incessante mudança. Os impactos positivos ou negativos dessa relação são reflexos exatos do grau de maturidade de como essas organizações administram, com efetividade ou não, o poder da informação. A reputação é o resultado da construção histórica de uma cultura

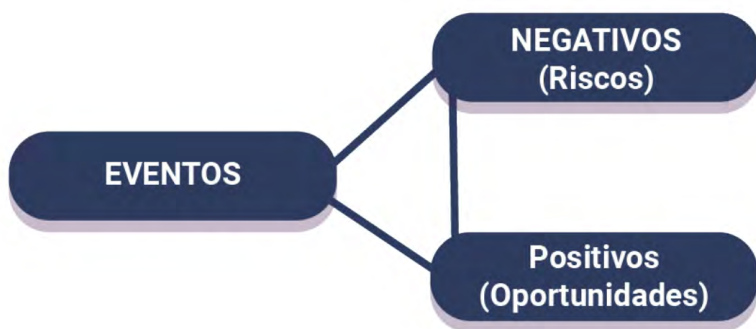
organizacional consolidada na sua identidade, projetada por sua imagem, percebida e avaliada pelos públicos, resultando finalmente em um conceito entendido como reputação. Assim, o maior desafio de uma organização está relacionado diretamente à sua capacidade de se manter competitiva e viva, consequentemente, o poder da sua reputação perante os seus públicos de interesse e Opinião Pública torna-se o seu maior bem, entendido por muitos como intangível, mas compreendido por todos como essencial.

Riscos geram crises

Gerenciar riscos, além de possibilitar uma verdadeira fotografia das potencialidades negativas e positivas de uma organização, exerce um papel efetivo de aprendizado, informação e de melhoria contínua na administração de todos os processos. A gestão de riscos sem dúvida nenhuma é um instrumento poderoso para a tomada de decisão e para o desenvolvimento de ações, constituindo-se como um balizador de condutas e de estratégias corporativas e nesse aspecto entende-se que ao gerenciar riscos a organização se antecipa, possibilitando agir preventivamente diante de prováveis crises oriundas de riscos.

Os riscos poderão ser positivos ou negativos, resultantes de várias causas e, caso ocorram, são capazes de ocasionar vários impactos sobre os objetivos de uma organização, que podem ser de entrega no prazo, de custo, de escopo daquilo que foi contratado, de pessoal ou de qualidade. Um risco positivo, também entendido como uma oportunidade, é re-

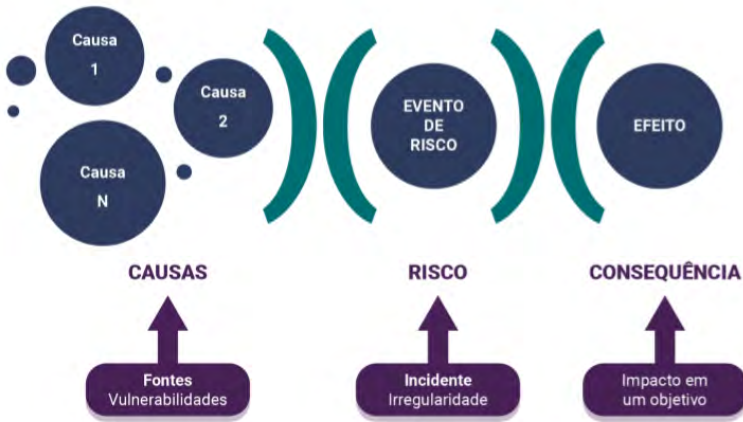
sultado de uma condição ou situação favorável com impacto profícuo para organização. Já o risco negativo, também interpretado como uma ameaça, é oriundo de uma condição ou situação desfavorável aos objetivos da organização, proporcionando impactos negativos, incluindo o desgaste da imagem e reputação da própria organização.

Figura 2: Tipos de Eventos de Risco

Fonte: Elaborado pelos autores

Desta forma, um risco nem sempre precisa ser prejudicial a um projeto ou organização, mas deve ser entendido também por ser responsável por efeitos positivos, e poderão ser originários e divididos em dois grandes grupos: conhecidos e desconhecidos. Os riscos conhecidos são aqueles que podem ser identificados e analisados e, assim, é possível desenvolver respostas a eles utilizando metodologias específicas. Os riscos desconhecidos não podem ser identificados e, assim, é impossível gerenciá-los de forma proativa, restando alocar uma contingência geral contra as suas ocorrências, sendo geralmente ligados a fatores de macroambiente.

Em se tratando de riscos negativos, os seus elementos são divididos basicamente em três etapas crescentes, ou seja, tudo começa com uma vulnerabilidade ou fator de risco gerador da causa, proveniente dos ambientes interno ou externo; em seguida, essa probabilidade se concretiza e um evento de risco podendo na sequência promover um efeito negativo e uma consequência para o projeto e para própria organização.

Figura 3: Componentes de Eventos de Risco

Causa 1
Causa 2
Causa N
EVENTO DE RISCO
EFEITO
CAUSAS
RISCO
CONSEQUÊNCIA
Fontes Vulnerabilidades
Incidente Irregularidade
Impacto em um objetivo

Fonte: ENAP, 2018, adaptado pelos autores

Leite (2020) considera que, ao iniciar uma avaliação de risco, a primeira preocupação está na identificação se o risco está numa condição inerente ou trata-se de um risco residual. Segundo o autor, o risco inerente representa a quantidade de riscos que existem e são conhecidos pela organização, portanto, o risco a que uma organização está exposta, sem considerar quaisquer ações gerenciais que possam reduzir a probabilidade dos riscos ou seu impacto. No entanto, risco

residual representa a quantidade de riscos que permanecem ou que aparecem após a inclusão dos controles adicionais ou mesmo após ajustes dos controles existentes. Os riscos tratados em algumas situações, mesmo com os instrumentos de controle, poderão gerar ainda outros riscos secundários, que são aqueles que surgem como resultado direto da implementação de uma resposta ao risco identificado, ou seja, é um risco proveniente de um efeito colateral da resposta do próprio risco originário, em outras palavras, mesmo resolvendo um problema inicial outro risco foi gerado.

A grandeza de um risco consiste na combinação das consequências e de suas probabilidades. A partir de um processo avaliativo, é possível comparar os resultados da análise de riscos, por meio da compreensão da natureza do risco, suas vulnerabilidades e seus critérios para o entendimento de quão aceitável ou tolerável certo risco tende a ser. Tal avaliação é apresentada como auxílio para escolhas sobre o tratamento de riscos, um processo de modificação do efeito de incertezas, podendo evitar a ação do risco a partir de uma descontinuidade relacionada a uma fonte de risco, assumir a gravidade de uma incerteza com finalidade de alcançar uma oportunidade, alterar as probabilidades de ocorrência como também suas consequências, compartilhar o risco com outros meios bem como setores financeiros e estratégicos, além da retenção consciente.

Tais formas de atuar podem ser vistas como caminhos para redução, eliminação e mitigação de consequências de caráter negativo, contudo, pode haver o surgimento de novos riscos, a alteração de pré-existentes, a existência de riscos resi-

duais remanescentes. Dessa maneira, o controle é entendido como um dispositivo modificador, mas não necessariamente eficaz em sua totalidade.

A identificação dos fatores para gestão de riscos é primordial, pois baseada nas informações e nos contextos de micro e macroambientes a organização se fundamenta para gestão de riscos. De acordo com Oliva (2016), partindo de uma perspectiva relacional dos agentes na cadeia de valor do ambiente de negócios, propõe que a identificação dos riscos corporativos ocorra de maneira sistêmica. O autor aponta os eventos relacionados ao macroambiente (econômicos, políticos, social e tecnológicos), os aspectos relacionados ao ambiente de valor (financeiros, operacionais, de imagem, de sustentabilidade ambiental, éticos; de inovação; e estratégicos) e os agentes que se relacionam com o microambiente da organização (clientes, concorrentes, fornecedores, distribuidores, governo e sociedade). O autor ressalta a importância dos agentes no ambiente de valor das organizações, pois contribuem para a manutenção e criação de valor (OLIVA, 2016).

Os riscos poderão afetar o equilíbrio e o valor das instituições, dessa forma comprometem de maneira crítica e acentuada a reputação de uma organização. Como observado anteriormente, assumir o risco é um processo que tem duas vertentes: a positiva, que pode significar uma oportunidade, e a negativa, que pode ser uma ameaça. Porém, vimos que se trata de um processo que poderá ser totalmente gerenciado quando a percepção de Relações Públicas se encontra e adere integralmente aos processos de gestão de riscos. Portanto,

um risco, quando mal gerenciado na sua origem, é capaz de se transformar em uma possível crise.

Segundo pesquisa do *Institute for Crisis Management* – ICM[1], entre os anos de 2002 e 2011, apenas 39% das crises em empresas nos Estados Unidos tiveram um grau de surpresa, outras 61% ocorreram porque riscos potenciais e pequenos sinais de alerta foram ignorados. Ainda conforme a pesquisa do ICM, o número de crises que geram manchetes na imprensa aumentou mais de 80% desde 2007, sem considerar os efeitos multiplicadores das redes sociais digitais. De acordo com Forni (2010), crise é qualquer coisa negativa que escape ao controle da empresa e ganhe visibilidade. Isso pode ser entendido pois, nos dias atuais, com os meios de comunicação e a rapidez da informação, qualquer problema mal administrado pode ganhar dimensões de uma grande crise. Para o autor, crise é um acontecimento que pelo seu potencial geralmente inesperado tem o poder de desestabilizar organizações e provocar pautas negativas.

Segundo Robbins (2010), todas as organizações, de qualquer característica e dimensão, estão "sempre expostas a enfrentar situações de risco produzidas por emergências ou por possíveis crises, tanto de origem endógena como exógena, às quais repercutem de distinta maneira e intensidade no desenvolvimento" (2010, p. 113).

Situações de crise começam a apresentar seus sinais bem antes, embora grande parte das organizações costumam ignorá-las, nas anomalias e pequenas indicações cotidianas, que

1 Fundado em 1990, o *The Institute for Crisis Management* (ICM) foi uma das primeiras empresas de consultoria em gestão de crise na América do Norte.

se multiplicam silenciosamente e ameaçam as empresas, consequentemente ao longo prazo poderão afetar sua reputação (FORNI, 2010). Esses eventos consistem no fato de que elas poderão influir em todos os comportamentos da organização, não somente na imagem e reputação perante o meio externo, mas também nas relações internas entre as áreas e os seus colaboradores, gerando impactos na ordem das relações vigentes, pois uma crise implica a presença de vários tipos de interpretação que atuam ou pressionam sobre uma mesma situação. Desta forma, expectativas e interpretações de natureza individual, grupal, institucional e até mercadológica exigem respostas rápidas e seguras.

Partindo desse preceito, o conceito de crise refere-se a conflitos pontuais que se manifestam nas perturbações, pelo qual o ineditismo das crises surge em momentos de incerteza, no comportamento de alguns elementos constitutivos interno e externo, em algum lugar do sistema ou em certos estados específicos. Enfatiza-se também a crise a partir de uma confrontação aberta, na qual o conflito aumenta sem controle, tornando-o cada vez maior e complexo. Conforme a análise de Lerbinger (1997), crises são partes integrantes das organizações, portanto é praticamente impossível a sua imunidade organizacional, em virtude da grande velocidade com que ocorrem as mudanças sociais e remetem ao confronto de variados desafios, sendo que a resposta a esses desafios é que condicionará o êxito ou o fracasso organizacional.

Eventos indesejáveis e inesperados, muitas vezes gerados pelo macroambiente e de difícil controle, podem tornar

indisponíveis ou degradar a qualidade e o desempenho dos recursos que são utilizados pela organização ou dos produtos e serviços que ela gera. Além disso, eventos no ambiente interno ou externo podem alterar o grau de utilidade dos recursos, dos produtos e serviços, ou ainda, deturpar a imagem da instituição perante o público. Situações desse tipo afetam negativamente e dificultam o alcance dos objetivos organizacionais.

As crises afetam não apenas as marcas, mas provocam a alteração do sentimento e percepção que o público possui em relação à organização.

A organização que tem forte consolidação da sua identidade, declarando objetivamente os seus valores institucionais, provavelmente é percebida positivamente e detém uma boa reputação junto a Opinião Pública e mercado, logo, a sua credibilidade é edificada por meio da sua reputação e a sua marca ligada diretamente ao conceito da qualidade dos seus produtos, dos seus serviços e das ações que a cercam.

A relevância da gestão de identidades nas Relações Públicas

A atividade de Relações Públicas exercida no Brasil por meio das áreas específicas de comunicação corporativa, assessorias, consultorias e agências de RP tem por demanda tradicional atender situações do cotidiano da comunicação organizacional, bem como eventualmente responder por situações inesperadas pela ocorrência de crises de imagem. Tradicionalmente, as ações de gestão de crises estão muito

relacionadas às atividades de assessoria de imprensa, preparação de porta-vozes, comunicação com lideranças e demais táticas voltadas para públicos estratégicos ligados diretamente ao contexto, com o objetivo de minimizar os efeitos negativos de imagem proporcionados pela crise.

O que sabemos de fato é como uma crise começa, porém não sabemos quando e como termina, os resultados reputacionais e o tempo de crise são praticamente incertos, portanto, todas as organizações que se envolvem em alguma situação de crise acabam demandando muitos recursos humanos e financeiros, na tentativa de controle e na salvaguarda da menor perda possível do seu capital de imagem.

A questão aqui exposta está relacionada à estratégia e análise da eficácia da atuação do profissional de Relações Públicas, na gestão de crises, indagando qual seria o melhor momento de atuação e o posicionamento mais efetivo do RP, ou melhor, um reposicionamento estratégico na atuação direta na gestão de riscos corporativos de imagem, uma reflexão sobre o papel das Relações Públicas, na aproximação mais assertiva junto à administração e aos processos de produção, antecipando-se às possibilidades de crise, trabalhando preventivamente nas anomalias e nos riscos de imagem.

A gestão de riscos passou a ser um instrumento poderoso para melhoria contínua dos processos, bem como um balizador de condutas e de estratégias corporativas. Outro fato preocupante é que parte das organizações que possuem planos de gestão de riscos não contempla planos de contingências para possíveis riscos residuais, ou seja, um *risco* que

continua após as respostas terem sido implementadas e que permanecem mesmo após as contramedidas corporativas.

Considera-se uma empresa preparada para a gestão de crises aquela que tem a capacidade de associar o plano de contingência ao mapeamento de riscos, que por sua vez está ligado diretamente ao planejamento estratégico da própria instituição, analisando todas as áreas da organização, seus processos, públicos, intermediários e, principalmente, verificando periodicamente quais são os seus pontos vulneráveis da sua cadeia produtiva e de distribuição dos seus produtos e serviços, desde a aquisição dos insumos até o pós-venda.

Trabalhar preventivamente com as vulnerabilidades, além de proteger e preparar a empresa para possíveis eventos indesejados, contribui para o aperfeiçoamento dos processos administrativos, de produção, de recursos humanos, de recursos financeiros, dentre outros. A gestão de riscos, por conseguinte, acontece antes do próprio evento indesejado, fortalecendo as empresas administrativamente e organizando o seu sistema anticrises, baseado em todos os fatores de micro e macroambientes que interferem direta ou indiretamente na organização.

O mapeamento de riscos parte de uma análise detalhada dos fluxos dos processos de produção, ou seja, compila as entradas, tarefas, responsabilidades e as saídas combinadas de todo o processo, levando em consideração aspectos internos e externos. No que diz respeito às Relações Públicas, percebe-se aqui uma ampla área de comunicação administrativa a ser analisada e trabalhada. Importante distinguir comunicação

interna e administrativa, ou melhor, comunicação interna é entendida como campo da comunicação voltada para o engajamento e motivação funcional entre todos os colaboradores da empresa, já a comunicação administrativa trata dos meios burocráticos do processo de comunicação do trabalho e do fluxo de comunicação dos processos produtivos.

Apesar de entender a comunicação administrativa como essencial para funcionalidade de uma organização, cabe aqui alertar, que o seu estudo, entre os pesquisadores e profissionais da área de comunicação, não recebe atenção e investigação devida, apresentando pouca relevância em sua evolução, embora reconhecida como responsável pela estruturação do fluxo informacional, níveis e redes de relacionamentos organizacionais. Identifica-se uma carência de entendimento por parte dos profissionais de comunicação, abrindo espaço para uma melhor reflexão sobre a verdadeira importância da comunicação administrativa, confundida por muitos como comunicação interna e vista por outros apenas como mais um processo burocrático. Sendo assim, o acompanhamento periódico e compreensão das expectativas dos públicos organizacionais entre si e com a organização são fundamentais para um melhor posicionamento da comunicação administrativa. Tendo como princípio a comunhão, proposta pelo conceito da comunicação integrada, a comunicação administrativa prevê o alinhamento, não somente da comunicação com os objetivos de negócio, mas também das conexões organizacionais, que exigem mais efetividade comunicacional para o alcance do seu resultado.

Partindo para uma visão integrada de gestão de riscos e crises, entre as áreas de Administração e Comunicação, a atividade de Relações Públicas de uma organização deveria iniciar o seu processo de investigação por meio de um mapeamento de riscos corporativos, inicialmente relacionados à identidade organizacional da empresa, conforme quadro a seguir:

Quadro 1 – Processo Integrado de Gestão de Riscos e Crises

Processo Integrado de Gestão de Riscos e Crises			
Gestão de Identidades	**Gestão de Riscos**	**Gestão de Riscos Residuais**	**Gestão de Crises**
Definir, monitorar, validar e consolidar periodicamente os princípios organizacionais.	Identificar, tratar e reduzir os riscos inerentes ao negócio em todas as áreas do processo produtivo da organização, incluindo terceiros, fornece dores e parceiros.	Identificar as variações dos riscos e definir novas medidas de controle e mitigação.	Gerenciar eventos de grande dimensão que podem comprometer a perenidade e a reputação dos negócios e da organização.
Levantar, analisar e corrigir todas as anomalias dos processos de comunicação administrativa, interna, institucional e mercadológico; Comunicar de forma efetiva suas qualidades, conceitos e atributos, por meio de estratégias de comunicação, narrativas e seus símbolos.	Maximizar oportunidades de melhorias; Mitigar riscos para o cumprimento das estratégias; Melhorar a eficiência operacional; Suportar gestão de capital e atratividade de investimentos.	Controlar de forma segura os efeitos dos riscos residuais; Propor novas ações de compensação para isolar e neutralizar os riscos residuais; Monitorar e ajustar as ações na medida da necessidade.	Monitorar os cenários pré-crise; Aprimorar pessoas para responder às crises; Deliberar respostas com agilidade; Facilitar a comunicação com os stakeholders; Definir planos de recuperação no pós-crise
Andreucci (2021)			

Fonte: Andreucci, 2021.

Ao final, apresentamos convicções importantes para uma reflexão necessária para o campo de ensino e para o desenvolvimento da atividade profissional de Relações Públicas. Tem-se a clareza de que o papel mais estratégico das Relações

Públicas para gestão de crises deverá anteceder ao próprio evento da crise, ou seja, é muito mais seguro, econômico e eficiente para salvaguarda da imagem e reputação das organizações, o trabalho apurado das Relações Públicas na gestão de riscos, antecipando fatos, verificando anomalias, tratando os problemas na fonte. Antes que essas anomalias se transformem em riscos e riscos se transformem em crises.

Ao refletir sobre comunicação de riscos, o estudo não está apenas caracterizando o trabalho de Relações Públicas nas ações de comunicação dos riscos junto à sociedade e mercado, e sim, propondo que o Relações Públicas trabalhe no tratamento dos riscos. Nesse caso, a função profissional parte para um exercício intenso e nobre de entender a complexidade da cultura organizacional e gerir suas identidades, por conseguinte legitimando o Relações Públicas como um gestor de identidades organizacionais.

Estar preparado para as contingências é ser estratégico e faz parte de um planejamento responsável, pois devemos medir e agir continuamente sobre os nossos riscos, mas não podemos fazer o mesmo com as incertezas.

Referências:

ANDREUCCI Jr., Sergio José. **Identificação e Análise de Riscos Corporativos de Imagem:** A Relevância da Gestão de Identidades nas Relações Públicas. Tese de Doutorado em Comunicação, Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, 2021.

ENAP, Escola Nacional de Administração Pública - **Implementando a Gestão de riscos no setor público**. Brasília, DF, 2018. Disponível em: https://repositorio.enap.gov.br/bitstre-

am/1/4090/1/Modulo%203-Ciclo%20de%20Gerenciamento%20de%20Riscos.pdf. Acesso em: 15 jan.21

FARIAS, Luiz Alberto. **Opiniões Voláteis: Opinião pública e construção do sentido.** São Bernardo do Campo: Ed. Metodista, 2019.

FOMBRUN, C.; SHANLEY, M. **Reputation building and corporate strategy**, Academy of Management Journal, 1990.

FORNI, J. J. **Comunicação em tempo de crise**. In: DUARTE, J. (org). Assessoria de Imprensa e relacionamento com a mídia: teoria e técnica. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LEITE, Tácito. **Gestão de Risco na Segurança Patrimonial.** Ebook Kindle. Qualitymark - Editora – 2020

LERBINGER, Otto. **The crisis manager: facing risk end responsability**. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates Publishers, 1997.

OLIVA, Fábio Lotti. A maturity model for enterprise risk management. **International Journal Of Production Economics.** München, p. 66-79. jan. 2016.

OLIVA, F. L. **Gestão de Riscos Corporativos: Uma Proposta de Modelo de Análise de Riscos Corporativos e de Avaliação do Nível de Maturidade em Gestão de Riscos Corporativos**. Tese de Livre-Docência em Administração, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, 2013.

ROBBINS, P.; JUDGE, Timothy A.; Sobral, Filipe. **Comportamento organizacional: teoria e prática no contexto brasileiro**. São Paulo: Pearsonn Prentice Hall, 2010.

TORQUATO, G. **Tratado de comunicação: organizacional e política**. São Paulo: Thompson, 2002.

Sobre as autoras e autores
Ordem alfabética

Alessandro Rezende da Silva: Em estágio de pós doutorado no Programa de Pós Graduação Interdisciplinar em Direitos Humanos na Universidade Federal de Goiás (PPGIDH/UFG), doutor em Ciências Sociais pela Facultad Latino Americana de Ciencias Sociales, Equador (2015), mestre em Ciência Política pela Unieuro (2008), Especialista em Segurança Pública e Direitos Humanos (Unieuro/Senasp, 2008) e graduado em Jornalismo pelo IESB (2003). Docente do Instituto Superior de Ciências Policiais (ISCP), com sede em Brasília. Avaliador ad hoc Institucional e de Cursos no INEP. Consultor ad hoc da CAPES na análise de bolsistas na modalidade professor visitante no exterior. Vinculado ao programa stricto sensu da FLACSO no Mestrado de Investigação em Comunicação e Opinião Pública.

Ana Lucia Medeiros: É jornalista, formada pela Universidade Federal da Paraíba; doutora e mestre em Comunicação pela Universidade de Brasília. Fez doutorado-sandwich na Université de Rennes-1 (França). Estudos pós-doutorais na Universidade Federal da Bahia. Foi pesquisadora de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (DCR - FAPESQ-PB/CNPq). Autora dos livros Sotaques na TV (Editora Annablume, São Paulo, 2006) e Noticiador-noticiado: perfis de jornalistas numa sociedade em midiatização (Editora Insular, Florianópolis, 2015); coautora do livro Matrizes Interacionais – a comunicação constrói a sociedade

(EDUEPB, Campina Grande, 2017) e de outros artigos em livros e publicações acadêmicas na área da Comunicação. Foi ombudsman e repórter (Secom/UnB). Durante o período em que atuou como professora na Universidade Católica de Brasília (1999-2006) e professora substituta na Universidade de Brasília (2006-2008) idealizou e coordenou as agências de comunicação OPN (UCB) e Facto (UnB). Foi repórter colaboradora do Jornal da USP e trainee em televisão.

Arquimedes Pessoni: Pós-doutor em Medicina na Faculdade de Medicina do ABC (linha de pesquisa em Educação na Saúde/Saúde Coletiva, 2014). Graduado em Jornalismo (1984) pela Universidade Metodista de São Paulo (UMESP), mestrado (2002) e doutorado (2005), ambos em Comunicação Social na UMESP. Professor aposentado do corpo permanente dos Programas de Mestrado Profissionais em Inovação na Comunicação de Interesse Público e Inovação no Ensino Superior em Saúde da Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS). Coordenador do Grupo de pesquisa Comunicação, Divulgação Científica, Saúde e Meio Ambiente, da Intercom. Líder do grupo de pesquisa no CNPq (Inovação em Comunicação de Interesse Público em Saúde). Tem atuado com nos seguintes temas: comunicação de interesse público, comunicação científica, comunicação organizacional, assessoria de imprensa, educação.

Azam Jafari: Doutora em Nanofísica pela Zanjan University, Irã, mestre em Oceanografia física pela Azad University, onde realizou o bacharelado em Física Aplicada, ambas no Irã. Tem 18 anos de experiência no ensino da área e trei-

namento laboratorial para alunos e professores, atuando no Javan Student Research Centre, do Ministério da Educação do Irã. Em 2019, foi selecionada para participar do Career Development Workshop for Women in Physics, em Trieste, Itália, onde também participou do UNESCO International Day of Light: Illuminating Education, conquistou a primeira posição no Iranian Physics Teachers Lab Competitions, promovido pelo Ministério da Educação, e foi selecionada para participar do Physics and Astronomy Program for Educators, Ligo Hanford Observatory near Richland, WA, nos Estados Unidos. Em 2018, foi também selecionada para a competitiva conferência International Physics Teachers, com 70 horas de palestras, visitas a centros de pesquisa e worshops experimentais, em Genebra, Suíça. Tem ampliado seu foco de interesse acadêmico e científico para outras áreas do conhecimento.

Carlos Ugo Santander: Doutor em Sociologia - Estudos Comparados sobre América Latina pela Universidade de Brasília (UnB, 2004). Mestrado em Estudios Políticos y Sociales Latino-americanos pelo Instituto Latino-americano de Doctrina y Estudios Sociales (ILades - atualmente Universidade Padre Alberto Hurtado, Chile, em 1999). Tem graduação em Ciência Política pela Universidade Nacional Federico Villarreal (UNFV, Peru/1996). Pós-Doutor em ciência política na Libera Università Internazionale degli Studi Sociali " Guido Carli" (LUISS-Italia) sob orientação de Leonardo Morlino. Pós-Doutor em Ciências Sociais na Universidade Nacional Mayor de San Marcos (Peru). É professor Associado da Faculdade de Ciências Sociais e professor permanente

no Programa de Pós-graduação (Mestrado e Doutorado) em Direitos Humanos, ambos da Universidade Federal de Goiás. Foi consultor pela Organização de Estados Iberoamericanos atuando no Ministério da Educação na elaboração de materiais pedagógicos sobre Memoria e Direitos Humanos para o Mercosul e sobre Educação em Direitos Humanos. Também é coordenador do Grupo de Pesquisa CNPq: América Latina e Política Comparada. Tem experiência na área docente com ênfase em ciências sociais, ciência política, atuando principalmente nos seguintes temas: Democracia, Cidadania, Direitos Humanos, Processos de democratização, entre outros.

Cidoval Morais de Sousa: Jornalista, Doutor em Geociências pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), com estudos de pós-doutorado em Ciência, Tecnologia e Sociedade realizados na Universidade de São Carlos (UFSCar). É professor da Universidade Estadual da Paraíba, vinculado aos Programas de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Ensino de Ciências e Educação Matemática e colabora com o PPGCTS da UFSCar. Pesquisa e publica sobre temas que envolvem questões como apropriação pública da ciência e da tecnologia, educação e comunicação em saúde pública, políticas públicas de CT&I, pequenas cidades e desenvolvimento regional. Organizou e publicou mais de 20 livros, dentre os quais as coleções Um convite à Utopia; a trilogia Celso Furtado - a Esperança Militante; e a trilogia de Cartas a Paulo Freire - escritas por quem ousa esperançar.

Cilene Victor: Professora titular do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Metodista

de São Paulo (UMESP), onde é líder do grupo de pesquisa Jornalismo Humanitário e Media Interventions (Humaniza-Com), e professora da Faculdade Paulus de Comunicação (FAPCOM). Tem pós-doutorado em Planejamento e Gestão do Território pela Universidade Federal do ABC (UFABC, 2019), doutorado em Saúde Pública pela Universidade de São Paulo (2001), mestrado em Comunicação Científica e Tecnológica (1995) e especialização em Comunicação Aplicada à Saúde (1994), ambos pela Universidade Metodista de São Paulo. É representante na América Latina do International Center for Developing Peace, Culture and Rationality, sediado em Qom, Irã. Como jornalista e pesquisadora, tem estudado as crises humanitárias, com ênfase no ciclo de vida dos deslocamentos forçados por guerras, conflitos, mudanças climáticas, desastres e instabilidade econômica e política. Para isso, tem recorrido aos estudos no campo do jornalismo humanitário, do jornalismo de paz e da comunicação de riscos.

Elise Azambuja Souza: Doutoranda e Mestra (2019) pelo Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) na linha de pesquisa Mídia e Identidades Contemporâneas. Membro do Grupo de Pesquisa Estudos de Jornalismo (UFSM/CNPq). Jornalista graduada pela Universidade Federal de Pelotas (2015).

Geane Carvalho Alzamora: Jornalista, mestre e doutora em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP). Integra o corpo docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais, é pesquisa-

dora residente do Instituto de Estudos Avançados Transdisciplinares da UFMG, bolsista de produtividade em pesquisa do CNPq (Processo: 311474/2019-5) e pesquisadora da Fapemig (Processo: 00562-18).

Georgios Kostakos: Doutor em Relações Internacionais, com especialização em Governança Global e graduado em Engenharia Mecânica. É cofundador e diretor executivo da Foundation for Global Governance and Sustainability (FOGGS), localizada em Bruxelas, na Bélgica. Dedicou cerca de metade dos seus trinta anos de experiência à Organização das Nações Unidas (ONU), incluindo o escritório executivo da Secretaria-Geral, o Painel de Alto Nível de Sustentabilidade Global e a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (UNFCCC). Também trabalhou para a Hellenic Foundation for European and Foreign Policy (ELIAMEP), a Universidade de Atenas e a NEEMO EEIG. É engenheiro mecânico de formação e doutor em Relações Internacionais, com especialização em governança global, ação climática e sustentabilidade.

Helenice Aparecida de Oliveira: Mestre em Linguística pela Universidade de Brasília (UnB). Pós-graduada em Língua Portuguesa e Literatura Brasileira pela Universidade Católica de Brasília (UAB). Trabalhou como tutora a distância (EAD) na UnB/UAB, nos cursos de Graduação em Letras e Pedagogia. Trabalhou nas correções das redações do Enem, dea 2013 a 2020.

Janine Miranda Cardoso: Cientista social, mestre e doutora em Comunicação e Cultura (UFRJ). Docente Per-

manente do Programa de Pós-Graduação em Informação e Comunicação e Saúde (PPGICS/Icict/Fiocruz) e membro do Grupo Temático Comunicação e Saúde (GTCOM) da Abrasco. Suas pesquisas priorizam a análise de discursos jornalísticos sobre epidemias, estratégias e políticas de comunicação no campo da saúde.

Kalynka Cruz-Stefani: Doutora em Sociologia pela École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS/Paris) e Sorbonne Paris V, onde iniciou seus estudos na França. Mestre multidisciplinar em Tecnologias da Inteligência, com ênfase em Semiótica Cognitiva pela PUC-SP. É Especialista em Arte-Educação pela Universidade de Brasília (UnB). Graduou-se em Comunicação Social pela Universidade Federal do Pará (UFPA), onde é Professora-pesquisadora desde 2009. Desenvolve pesquisas sobre cognição, manipulação e as formas de sociabilidades no ciberespaço. Membro do Grupo de Pesquisa Sociotramas.

Kátia Lerner: Doutora em Sociologia e Antropologia e mestre em Comunicação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Doutorado sanduíche em sociologia pela University of California/Los Angeles e pós-doutorado em Comunicação pela Escola de Comunicação da UFRJ. Pesquisadora da Fundação Oswaldo Cruz, vice-líder do Grupo de Pesquisa do CNPq Comunicação e Saúde e Editora Associada da Revista Interface. É docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Informação e Comunicação em Saúde (PPGICS/ICICT/FIOCRUZ), que coordenou entre 2016 e 2018. Coordenou, junto com Arquimedes Pessoni, o GP

Comunicação, Divulgação Científica, Saúde e Meio Ambiente da Intercom entre 2017 e 2020. É autora do livro *Memórias da dor: coleções e narrativas do Holocausto* (Brasília: IBRAM, 2013), originado de sua tese de doutorado que ganhou o prêmio Mario de Andrade (2008). Organizou, junto com Igor Sacramento, a coletânea *Saúde e Jornalismo: interfaces contemporâneas* (Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2014) e, junto com Arquimedes Pessoni, o livro *Meio Ambiente, Saúde e Divulgação Científica: questões comunicacionais* (São Caetano do Sul: USCS/Intercom, 2020).

Lucia Santaella: Professora titular no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Semiótica e coordenadora da Pós-Graduação em Tecnologias da Inteligência e Design Digital da PUCSP. Titular da Cátedra Oscar Sala. É pesquisadora 1A do CNPq, é Doutora em Teoria Literária pela PUCSP e Livre-docente em Ciências da Comunicação pela USP. Fez repetidos estágios de pós-doutorado no exterior e foi professora e pesquisadora convidada em várias universidades europeias e latino-americanas. Já levou à defesa 248 mestres e doutores. Publicou 51 livros e organizou 24, além da publicação de quase 500 artigos no Brasil e no exterior. Recebeu os prêmios Jabuti (2002, 2009, 2011, 2014), o prêmio Sergio Motta (2005) e o prêmio Luiz Beltrão (2010).

Luiz Alberto de Farias: Livre-Docente pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (2018). Pós-doutorado em Comunicação pela Universidade de Málaga/Espanha (2016). Doutor em Comunicação e Cultura pelo Programa de Pós-Graduação em Integração da América La-

tina (Prolam) da Universidade de São Paulo (2006); mestre em Comunicação e Mercado (2000), especialista em Teoria da Comunicação (1995) e graduado em Relações Públicas (1990) pela Faculdade Casper Líbero; graduado em Jornalismo pela Universidade Cruzeiro do Sul (2001). Professor visitante na Universidade de Málaga e professor conveniado como orientador de Doutorado na Universidade Nova de Lisboa (Portugal). Dirigiu a Escola de Comunicação e a Escola de Educação da Universidade Anhembi Morumbi, foi diretor Acadêmico das Escolas de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Anhembi Morumbi e coordenador do Programa de Pós-graduação em Comunicação Social da Universidade Metodista de São Paulo.

Mahdy Yusofi: Doutor em Educação e Filosofia da Educação pela University of Kharazmi, Irã, em 2016. Mestre em Educação e Filosofia da Educação pela University of Tarbiat Modarres, em 2011. É professor visitante da Islamic Azad University of Qom, Irã. É especialista em estudos educacionais, sociais e de mídia. A relação professor-aluno é uma de suas principais áreas de investigação, com trabalhos, palestras e workshops sobre o assunto no Irã e em 14 países, entre eles China, Quênia, Uganda, Cambodja, Turquia e Líbano. Tem adotado metodologia que dialoga com os estudos etnográficos, utilizando a Etnografia Educacional para investigar as relações professor-aluno. Em suas pesquisas, tem visitado escolas e universidades, conversado com professores e estudantes sobre suas dificuldades e, somado a essa experiência, tem vivido com a população local para conectar as realidades.

Os resultados têm sido publicados em periódicos científicos, assim como nos diversos tipos de mídia. É também jornalista, escritor e consultor de mídia.

Márcia Franz Amaral: Pós-doutorado pela Universitat Pompeu Fabra, em Barcelona, Espanha. Doutora em Comunicação e Informação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2004). Professora Titular da Universidade Federal de Santa Maria. Líder do Grupo de Pesquisa Estudos de Jornalismo (UFSM/CNPq). Orientadora de mestrado, doutorado e supervisora de pós-doutorado. Foi coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria (07/2013- 07/2015) e tutora do Programa de Educação Tutorial dos cursos de Comunicação Social da UFSM (2006-2011). Autora do livro Jornalismo Popular (editora Contexto) e de dezenas de trabalhos científicos sobre discurso jornalístico, jornalismo popular, sensacionalismo, jornalismo e emoção e cobertura de catástrofes e desastres. Participou do Programa de Movilidad de Profesores Brasileos de Fundación Carolina na Universidad de Cadiz (Espanha) em 2019, instituição na qual integra o Laboratório Social Comunica-Educa-Participa do Instituto Universitário de Desarrollo Social Sostenible (INDESS). É bolsista Produtividade 2 do CNPq.

Masoud Asadi: Doutor em Aconselhamento pela Kharazmi University, Irã, em 2015, onde obteve o título de mestre na mesma área, em 2009. Bacharel em Orientação e Aconselhamento, em 2007, pela University of Shahid Beheshti. Especialista do Departamento de Psicologia e Aconselhamento,

na Arak University, em Arak, Irã. Publicou mais de 60 artigos de pesquisa em revistas científicas. Seus campos de interesse na pesquisa são psicologia familiar, aconselhamento e tópicos relacionados, além de métodos de estatística difusa em aconselhamento e psicologia.

Masoud Khordehchi: Professor na Radio and Television University (Digital. Logic). Fundador e CEO da Danesh Bonyan Behineh Gostar Company (Iran's first Danesh Bonyan Company). Autor do artigo: Corona simulation with Electronic. Hacker Circuit «Corona is hand made and hacks RNA information». Possui mais de dez patentes na área de água e esgoto e lógica.

Mohammad Niroumand Sarvandani: Doutorando na Shahroud Medical University, Irã, com pesquisa sobre vícios. Pesquisador, inventor e tradutor. Tem 5 patentes registradas e traduziu vários livros dos idiomas inglês e francês para o persa. Sua pesquisa tem foco em ritmos circadianos e vício comportamental. Após o surto de Covid-19, trabalhou em diferentes projetos sobre a pandemia atual, cujos resultados foram publicados em periódicos científicos.

Mohsen Nazarifar: Doutor em Aconselhamento Familiar pela Shahid Chamran University, de Ahvaz, Irã, em 2017. Mestre em Aconselhamento, 2010, e Bacharel em Orientação e Aconselhamento, em 2007. Professor assistente do Departamento de Psicologia e Aconselhamento da Arak University, em Arak, Irã. Publicou vários artigos de pesquisa e livros. Tem interesse nas áreas de pesquisa sobre psicologia, aconselhamento e tópicos relacionados.

Naiara Andrade Rezende da Silva: Graduanda em Ciências sociais pela Universidade de Brasília. Atua em temas sobre formação democrática.

Pedro Russi: Doctor y Magister en Comunicación (UNISINOS, Brasil) Postdoctorado en Filosofía Universidad de Navarra-España, Licenciado en Ciencias de la Educación. Docente e Investigador, Profesor Agregado Grado 4 en la Universidad de la República (UDELAR-Uruguay) CENUR-LN. Investigador Asociado Nivel 1 – Sistema Investigadores Agencia Nacional de Investigadores en Uruguay. Profesor em Postgrado-Comunicación/Universidad de Brasilia (UnB) en la línea de Investigación «Imagen, Estética y Cultura Contemporánea», y en Graduación de la Facultad de Comunicación (UnB) – Maestría/Doctorado/Posdoctorado. Integrante de la CSP (Comisión Sectorial de Posgrado / CSIC - Protectorado de Investigación). Coordinador del Grupo METICs (Modos Epistemológicos, Teorías Interdependientes y Complejidad Social) UDELAR/Grupo Integrante de la Red AMERICA LATINA. Director del CISECO (Centro Internacional de Semiótica y Comunicación | Coordinadordel NESECOM (Núcleo de Estudios de Semiótica en Comunicación). Áreas de Actuación como docente, investigador y publicaciones de artículoscientíficos, capítulos y libros: Epistemología, Metodología, Semiótica, Teorías y Tecnologías de la Comunicación, Procesos Comunicacionales, Educación,Intervenciones Urbanas, Genero, Latinoamérica.

Priscilla Brasil: Cineasta e doutoranda do Programa de Pós-colonialismos e Cidadania Global, do Centro de Estudos Sociais, da Universidade de Coimbra, em Coimbra, Portugal.

Raphael Uchôa: Adrian Research Fellow na University of Cambridge (Reino Unido). Pós-doutorado no Department of History of Science and Ideas na Uppsala Universitet, Suécia e no Museu Paraense Emílio Goeldi, Brasil. É doutor e mestre em História da Ciência pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Possui bacharelado e licenciatura em História pela Universidade Federal do Pará, onde foi bolsista de Iniciação Científica PIBIC/CNPq. Atualmente é Pesquisador Associado do Centre for Global Knowledge Studies, University of Cambridge e do World History Subject Group, Faculty of History (Cambridge).

Ricardo Alexino Ferreira: Professor associado, livre-docente, da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP); é professor permanente do Programa Interdisciplinar de Pós-graduação Humanidades, Direitos e outras Legitimidades da USP; é doutor em Ciências da Comunicação pela ECA-USP.

Roberto Chiachiri: Semioticista, Pós-doutor pela Université de Paris 1 - Sorbonne, Doutor e Mestre em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professor titular da Universidade Metodista de São Paulo (UMESP) - Orientador de Mestrado e Doutorado. Titular da Cátedra UNESCO/UMESP de Comunicação - Líder do grupo de pesquisa Semio Humanitas do PPGCOM/UMESP. Membro e Delegado executivo Brasil da Associação Internacional de Semiótica, da Associação Brasileira de Semiótica, da Associação Latino Americana de Semiótica, da Associação Francesa de Semiótica Visual, do conselho edi-

torial da Revista Hermès - CNRS - França, da ORBICOM (Rede das Cátedras UNESCO de comunicação), do comitê científico da ORBICOM. Professor convidado da Universidade Europeia de Lisboa – Portugal e da Université de Paris 1 - Sorbonne.

Sergio José Andreucci Junior: Doutor em Ciências da Comunicação pela ECA/ USP (2021). Mestre em Comunicação pela Faculdade Cásper Líbero (2006), MBA em Gestão Estratégica de Negócios pela Fundação Getúlio Vargas (1998), Especialista em Administração em Marketing pela FECAP (1993). Graduado em Relações Públicas pela Faculdade Cásper Líbero (1990). Professor decano do curso de graduação em Relações Públicas (1994) e professor de Pós-Graduação da Faculdade Cásper Líbero (2012). Professor convidado dos cursos de Pós-Gradução Lato Sensu em Comunicação e Marketing e de Comunicação Política da ECA/USP (2004). Diretor Executivo da Abrapcorp - Associação Brasisleira de Pesquisadores de Comunicação Organizacional e de Relações Públicas (2020). Diretor da Andreucci Comunicação, agência de comunicação especializada em gestão de crises, projetos socioeducacionais e de marketing cultural (2000). Coordenador do curso de Relações Públicas da Faculdade Cásper Líbero (2021).

Steven Youngblood: Diretor fundador do Center for Peace Journalism at Park University, em Parkville, Missouri, EUA, onde é professor de Comunicação e Estudos de Paz. Já organizou e ministrou seminários e oficinas em 27 países/ territórios. Youngblood foi bolsista do J. William Fulbright

Scholar por duas vezes (Moldávia 2001, Azerbaijão 2007). Serviu como especialista do Departamento de Estado dos EUA na Etiópia, em 2018. Youngblood é autor dos livros "Princípios e Práticas do Jornalismo de paz" (Peace Journalism Principles and Practices) e "Professor Komagum". Edita a revista The Peace Journalist, escreve e produz o blog "Peace Journalism Insights". Foi reconhecido por suas contribuições para a paz mundial pelo Departamento de Estado dos EUA, Rotary Internacional, e pelo Fórum Mundial da Paz, que o indicou ao Prêmio da Paz de Luxemburgo 2020-2021.

Tatiana Clebicar Leite: Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Informação e Comunicação em Saúde da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Também pela Fiocruz, é mestra em Ciências e especialista em Comunicação e Saúde. Graduada em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo pela PUC-Rio, dedicou-se especialmente à cobertura de saúde quando atuou em veículos de grande circulação.

Thiago Passaro: Jornalista e doutorando em Ciências pela Universidade de São Paulo (USP), em que estuda "A Comunicação do Sistema Único de Saúde (SUS): um mapeamento nacional da presença digital e online". É Mestre em Comunicação pela Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS 2019), pós-graduado em Gestão de Conteúdo em Comunicação pela Universidade Metodista de São Paulo (2018) e técnico em publicidade (2010). Atuou por mais de sete anos na comunicação da Secretaria Municipal da Saúde

de São Paulo e, atualmente, é Analista de Marketing Sênior da Qualicorp. Tem experiência na área de Comunicação em Saúde, Comunicação Integrada e Marketing Institucional, com foco em produções multimídia, branding, organização de eventos e gestão de redes sociais.

Werner Vasquez von Schoettler: Doutor em ciências sociais, especialização em estudos políticos pela Facultad Latino Americana de Ciencias Sociales FLACSO, com sede no Equador. Mestre em Educação e Mestre em Relações Internacionais. Docente da FLACSO/Equador no Mestrado em Comunicação e Relações Internacionais.

No universo da ciência e da pesquisa, aprendemos que é sempre desafiador analisar um fenômeno em curso, que se movimenta com grande velocidade, intensidade e em várias direções. No entanto, a disposição para pensar, refletir e escrever sobre a pandemia do Corona Vírus resultou nesta obra que apresentamos agora. Inicialmente, a proposta era um tributo a Ulrich Beck e à sua "Sociedade de Risco" por meio da conexão e do diálogo entre as diversas áreas do conhecimento, especialmente a sociologia e a filosofia política, mas à medida que discutíamos a proposta do livro, dos nomes que não poderiam faltar, entendemos que o nosso tributo teria a comunicação como o seu ponto central. foi assim que nasceu "**A Pandemia na Sociedade de Riscos - Perspectiva da Comunicação.**"